

WANDA SILVEIRA NAVARRA

O USO DA TERRA EM ITATIBA E MORUNGABA

Permanência e mudança na organização do espaço agrário
(1956 — 1966)

Tese de doutoramento apresentada ao
Departamento de Geografia da
Universidade de São Paulo.

São Paulo - 1972

AGRADECIMENTOS

Queremos expressar nossos agradecimentos aos alunos do Ginásio Estadual de Itatiba que colaboraram conosco nesta pesquisa e cujo entusiasmo foi o incentivo inicial deste trabalho.

Cabe também agradecer aos amigos itatibenses que nunca deixaram de nos prodigalizar sua ajuda e amizade, em especial, Paulo de Godoy, informante precioso de todos os fatos que se ligam ao quadro rural de Itatiba; Benedito de Godoy Camargo, grande conhecedor da história e das tradições de sua terra, e Renato Rocha, funcionário do IBGE em Itatiba, que nos forneceu valiosos informes e sempre demonstrou por este trabalho o maior interesse.

Nossa profunda gratidão aos colegas do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, por sua inestimável colaboração: Olga Cruz, que nos transmitiu os conhecimentos de interpretação de fotografia aérea, necessários à elaboração do mapa de uso da terra que ilustra este trabalho, e que nos acompanhou várias vezes ao campo, familiarizando-nos com os problemas morfológicos da área; Aziz Ab'Saber, mestre em Geomorfologia do território paulista, e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, climatólogo, amigos que nos estimularam com seu apoio e compreensão.

Nosso muito obrigada a Ilka Laurito, Lucy Ribeiro, Maria Carlota S. dos Santos, Renato Herz, Elizabete F. Lima, Vanda de O. Prata, Lucia Musenek e Herminia Muzanek pela ajuda que nos deram na elaboração deste trabalho.

Finalmente, ao nosso orientador, Professor Pasquale Petrone que acompanhou todas as fases de elaboração desta tese, com seus conhecimentos de mestre e sua dedicação de amigo, nosso sincero reconhecimento.

INTRODUÇÃO

A área Itatiba-Morungaba, com pouco mais de 400 quilômetros quadrados, pertence ao conjunto de regiões serranas situadas entre a Mantiqueira e a Depressão Periférica Paulista. Correspondem essas regiões aos chamados Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira. O conjunto apresenta-se como uma unidade topográfica bem definida, caracterizada por uma sucessão de morros e colinas, entre os quais se alojam os vales dos rios Atibaia, Jaguari, Camanducaia e, mais ao norte, o do rio do Peixe. Interrompendo esta sucessão de morros baixos, eixos serranos alinham-se ora no sentido Sudeste-Noroeste, como a Serra dos Cocais, ora Leste-Oeste como o núcleo Cabras-Morro do Barreiro.

Toda esta área, que pertence ao mesmo domínio topográfico, teve o seu espaço agrário organizado em função do café e sofreu as mesmas vicissitudes que o declínio da monocultura cafeeira provocou. Verificar em que medida a conjuntura do café foi aí substituída por um quadro geográfico e econômico mais diversificado, e quais os elementos das antigas estruturas que permaneceram, é um processo cujo estudo interessa aos fatos essenciais da organização do espaço agrário paulista. Esta reorganização, porém, não se fez da mesma maneira em toda a área. Daí, nossa escolha recair sobre Itatiba que, a partir do momento em que uma recuperação econômica e demográfica se ensaiou, passou a comportar-se como área de transição. Transição entre as áreas de Bragança Paulista e Amparo, que se reorganizavam em função da pecuária, e a de Junídiá evoluindo para uma policultura com base na fruticultura e

na horticultura. Traços de uma e outra área encontravam-se em Itatiba, dando-lhe uma fisionomia própria. Foi este caráter transicional que despertou nosso interesse e que, acreditamos, justifica a escolha que fizemos.

Mostrar como se desenvolveu o processo de reorganização do espaço em uma das antigas áreas cafeeiras dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira constitui, pois, o objetivo nosso trabalho. Nossa preocupação fundamental foi a de analisar o processo de mudança das estruturas forjadas pelo café e não a de dar um quadro estático da situação atual. Daí a abordagem do tema, através das várias etapas da ocupação do espaço agrário em Itatiba.

Se, por um lado, fixamos nossa escolha sobre Itatiba, não deixamos, todas as vezes que nos pareceu oportuno, compará-la com as áreas vizinhas, mesmo aquelas que, pertencendo a diferentes domínios fisiográficos ou tendo origens históricas e econômicas diversas, pela proximidade e pelas relações que sempre mantiveram com Itatiba, justificavam comparações, como é o caso de Campinas e Jundiá. Assim, fizemos, de quando em vez, incursões por alheios territórios, sempre que nos pareceu necessário, para explicar fatos ou situações semelhantes e estabelecer correlações.

Quando iniciamos nosso trabalho de pesquisa, o atual município de Morungaba era distrito de Itatiba, datando sua criação de 1964. Toda a pesquisa realizada então, incluía, pois, Morungaba. Por isso, decidimos não levar em conta a divisão administrativa e estudar conjuntamente as duas áreas, ressaltando, tão somente, certos aspectos do processo de mudança que diferiam de uma para outra.

Nosso primeiro contacto com a área data do momento em que, com os alunos do Ginásio Estadual de Itatiba começamos a organizar um programa de excursões escolares, cujo objetivo era o conhecimento das paisagens agrárias do município. Partimos então do estudo de uma moderna propriedade cafeicultora, a Fazenda Paraizo, situada no bairro da Tapera Grande. Em seguida, selecionamos duas outras grandes propriedades, que nos pareceram amostras bastante expressivas dentro dessa categoria: uma fazenda de criação e outra de café, ambas nos moldes tradicionais. Completamos nosso programa com o estudo de dois pequenos sítios: um de cultivos tradicionais — milho, feijão e arroz — e outro, onde era feita também a cultura da vinha. Foi então que, elaborando os relatórios de excursão, começamos a considerar a possibilidade de um trabalho mais amplo. Princípios por proceder a um levantamento da documentação existente na sede do município.

A primeira fonte de que nos utilizamos nessa etapa inicial da pesquisa foi o Cadastro Rural que a Casa da Lavoura de Itatiba começava então a organizar. Aí encontramos dados sobre o número e as áreas dos estabelecimentos rurais do município, e sobre as áreas cultivadas e os principais cultivos; foi com base nesses dados que iniciamos o trabalho de campo.

Ao mesmo tempo que organizávamos um inquérito a ser aplicado na área rural, consultávamos os livros do "Registro de Imóveis" da cidade que se revelaram uma fonte de informações da maior importância. Através deles pudemos acompanhar

as transações de terras que se seguiram às crises cafeeiras (como os períodos de 1901-1904, 1918-1922 e 1930-1934) e, posteriormente, no quinquênio 1940-1945. Tentávamos assim observar a repercussão das crises na malha fundiária do município, bem como, reconhecer o processo de reagrupamento ocorrido na década de 1940.

Os Inventários encontrados nos cartórios da cidade constituíram outra fonte a que recorremos com frequência em nossa pesquisa. Neles se encontram informações de grande interesse não só para o conhecimento da evolução da malha fundiária, como também das formas de uso da terra.

Dentre a documentação básica por nós utilizada cupre referir ainda as Escrituras de compra e venda de escravos existentes também nos cartórios locais. São documentos que vêm desde o ano de 1860. Através deles tem-se idéia da importância desse comércio, dos preços correntes na época, bem como, da procedência do elemento servil introduzido em Itatiba. Este é um material que fornece ao pesquisador subsídios valiosos para o estudo da mão-de-obra escrava em uma área cafeeira da segunda metade do século passado.

Completou a documentação por nós utilizada nessa etapa da pesquisa a coleção do "O Almanak de Itatiba", dos anos de 1905 a 1925, encontrada na Biblioteca da Prefeitura Municipal. Notícias sobre as atividades rurais do município vêm neles registradas regularmente: listas com os nomes dos lavradores de café e o número de cafeeiros pertencentes a cada um deles, relação das propriedades por bairros e até mesmo fotografias de propriedades rurais. O "Almanack" foi as

sim, uma fonte de primeira ordem para o conhecimento da vida rural de Itatiba nas duas primeiras décadas do século.

De posse dessa documentação encetamos nosso trabalho de campo com a assistência do Dr. Paulo de Aguiar Godoy, engenheiro agrônomo que, nessa época, dirigia a Casa da Lavoura.

A pesquisa de campo nos pôs em contacto com alguns sitiantes antigos da região, como Antonio Canale, italiano, naquela época com mais de 70 anos, residente no bairro da Tapera Grande, e Nhô Quim Bueno, descendente das famílias mais antigas da região, residente na então vila de Morungaba. Tanto um como outro nos deram preciosas informações sobre a vida do município "no tempo do café" e nos anos que se seguiram à crise de 1930. De Nhô Quim Bueno nos vieram algumas informações sobre a imigração européia, especialmente a italiana. Segundo ele, antes mesmo de virem como colonos para as fazendas de café, alguns italianos artesãos já viviam na cidade, bem como portugueses, pequenos comerciantes de secos e molhados e, uns poucos espanhóis, quase todos pedreiros. Da mesma fonte obtivemos as notícias sobre o cultivo da vinha nas chácaras dos arredores da cidade, os nomes dos proprietários e a localização das mesmas.

Nova documentação veio posteriormente enriquecer nossa pesquisa: o levantamento aerofotogramétrico da área realizado em 1962 e o cadastramento do IBRA de 1966. As fotografias aéreas, na escala de 1:25 000, nos possibilitaram a elaboração das cartas de uso da terra de Itatiba e Morungaba em que se fundamenta o Capítulo IV deste trabalho. O IBRA forneceu-nos da

dos globais sobre a área completando e ampliando a documentação obtida na Casa da Lavoura e no trabalho de campo já realizado. O material procedente do IBRA não era, porém, isento de erros. As declarações feitas pelos proprietários nem sempre eram dignas de fé, pois, desconhecendo, a maioria deles, os critérios seguidos pelo IBRA, não davam informações exatas. Dados que seriam de maior interesse para nossa pesquisa, como o valor da terra e o valor da produção, ficam quase sempre muito distantes da realidade e outros, como as formas de exploração por arrendamento, muitas vezes, nem vêm mencionados.

Nesse caso, como em muitos outros, tivemos que completar, na medida do possível, os dados que nos eram fornecidos, através de controle de campo.

Os Censos Demográficos e Agrícolas federais, constituíram também material estatístico por nós utilizado. Os Censos Demográficos anteriores ao de 1920, bem como o Censo Demográfico, Agrícola e Zootécnico do Estado de São Paulo, do ano de 1934, não foram consultados diretamente. Valemo-nos de trabalhos como os de Milliet(1941) e Camargo (1952) para recolher os dados a eles referentes.

Orientamos nossa pesquisa com base em trabalhos sobre o uso da terra já realizados por geógrafos estrangeiros e nacionais a saber: Jerzy Kostrovick (Polônia), Dudley Stamp (Ilhas Britânicas), Dirceu Lino de Mattos, pioneiro nesse campo entre nós e a equipe de geógrafos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro sob a orientação de Elza

de Souza Keller.

Para a análise espacial do processo de mudança que nos propúnhamos estudar, selecionamos os bairros que iriam constituir nossa amostragem da área. O critério seguido foi o de escolher os bairros onde melhor se evidenciassem as tendências que, em 1956, já haviam sido reconhecidas por nós no quadro rural de Itatiba. Fixamos, assim, nossa escolha tomando como amostra:

1. Bairros onde houvesse predomínio de pequenas propriedades fruticultoras: Pinhal, Itapema, Boa Vista, Mombuca e Tapera Grande;
2. Bairros de pequenas propriedades de cultivos tradicionais: Mato Dentro, Morro Azul, Pintos e Ponte Nova em Itatiba e Buenópolis, Feital, Jaguari e Pico Alto em Morungaba;
3. Bairros de grandes propriedades dentro dos moldes tradicionais ou de técnicas modernas, orientadas para a cafeicultura ou a pecuária: Alagado, Barreiro, Chapéu de Sol e Pereiras em Itatiba, e Brumado em Morungaba.

O número total de propriedades de Itatiba e Morungaba era de 1 543, segundo o levantamento feito pelo IBRA em 1966; nossa amostragem abrangeu 554 o que representa um tamanho de amostra muito maior do que o normalmente em uso em Estatística. Tal fato se explica por termos estudado integralmente cada bairro escolhido.

Selecionados os bairros veio-nos a idéia de comparar os dados referentes a 1956, com os de 1966 e observar a

mudanças ocorridas no decurso da década. A partir daí, definiu-se uma tentativa de estudo dos fatos relativos à organização do espaço agrário na área Itatiba-Morungaba em dois tempos diferentes, segundo uma perspectiva diacrônica. A comparação sistemática entre os anos de 1956 e 1966 veio nos mostrar que estávamos diante do momento mais significativo no processo de mudança que pretendíamos analisar.

As mudanças ocorridas na década 1956-1966, não deixavam de ser, em sua essência, as transformações de uma estrutura agrária moldada pelo café. Não poderíamos, portanto, em nosso trabalho, ignorar o passado cafeeiro da área. Decidimos, então, em face das circunstâncias, não fazer propriamente um estudo do café em Itatiba, mas mostrar, pelo menos, os traços mais característicos das estruturas por ele criadas.

Impunha-se o estudo do processo de mudança e, conseqüentemente, a divisão de nosso trabalho em duas partes:

1. O café e a organização do espaço agrário
2. A reorganização do espaço após o café

A segunda parte, porém, iria abranger duas fases distintas: uma, que seria a do desmantelamento das estruturas criadas pelo café e de um início ainda hesitante de reorganização, e a outra que seria a da organização atual. Por uma questão de equilíbrio na disposição do trabalho, decidimos dividir esta segunda parte, separando as mudanças pós-café da organização atual do espaço agrário. Os elementos da estrutura agrária são analisados nesta última parte, enquanto o uso da terra passou a ser abordado em separado. Nestas duas últimas unidades não perdemos de vista a comparação sistemática e

tre os anos 1956-1966 e, em nossas conclusões, procuramos analisar os elementos responsáveis pelas mudanças das estruturas tradicionais — intensificação do processo de urbanização, legislação agrária, instalação de cooperativas e novas experiências de uso da terra — mostrando que foi especialmente dentro da década estudada que sua ação, dentro da área Itatiba-Morungaba, se fez sentir mais intensamente.

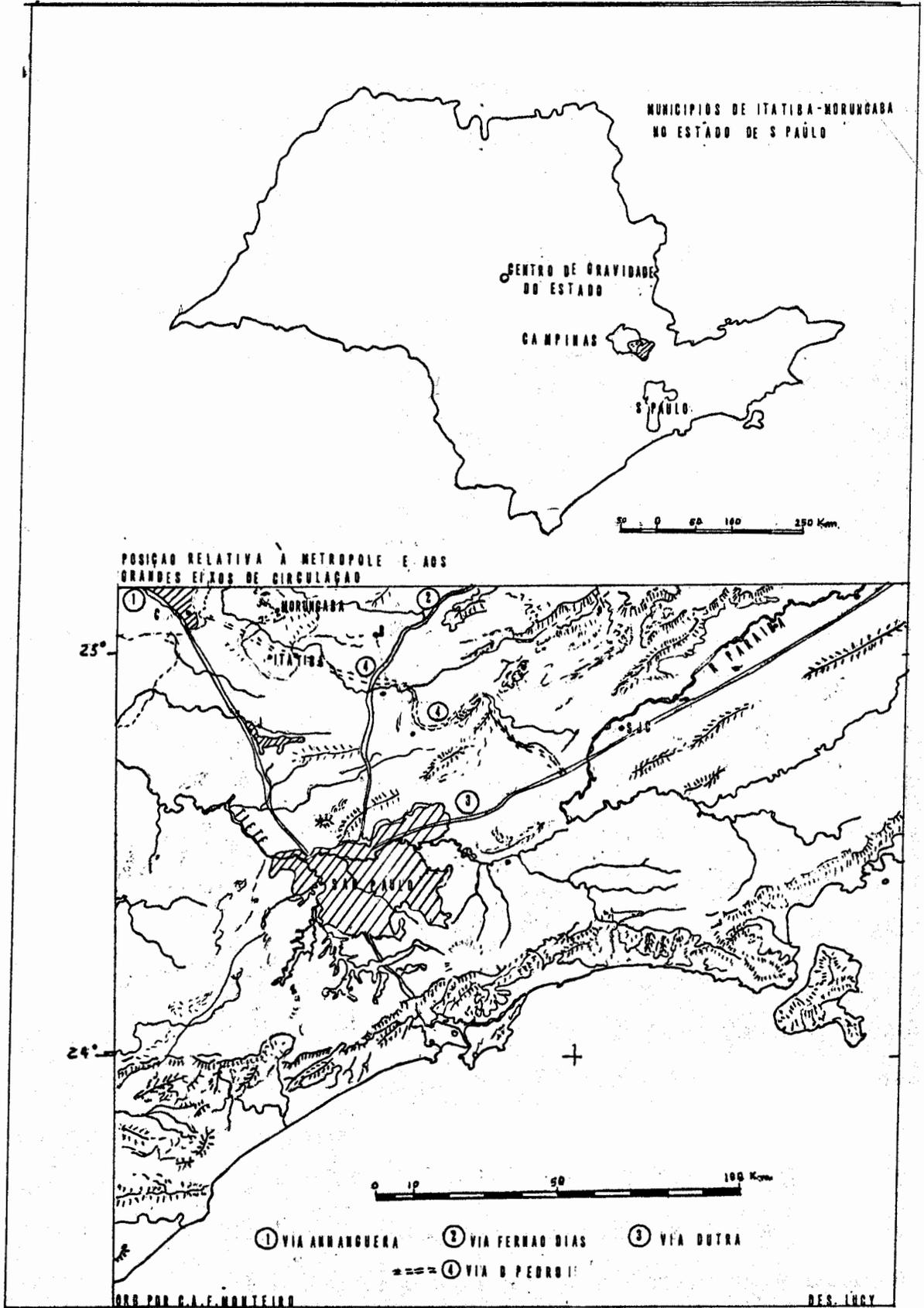
Dois autores nos serviram de valiosa ajuda na elaboração deste trabalho: Dirceu Lino de Mattos e João Dias da Silveira. O primeiro com seu trabalho "O Udo Registra da Baixa Mogiana" propõe as bases metodológicas para trabalhos desse tipo em países como o nosso, onde o pesquisador se vê a braços com uma documentação escassa e eivada de falhas e recursos técnicos ainda deficientes. Além da importância metodológica, o trabalho de Lino de Mattos constituiu-se para nós em fonte imprescindível de informações, pois o autor estuda uma área em parte incluída na zona serrana do rebordo do Planalto Cristalino, que apresenta semelhanças com a de Itatiba-Morungaba.

João Dias da Silveira forneceu-nos duas contribuições de valor inestimável para o conhecimento da área que estudamos: sua tese de doutoramento, inédita, intitulada "Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira", e um trabalho sobre a "A Zona de Amparo e Suas Vizinhanças", publicado nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, no ano de 1944. Em ambos, o autor traça inicialmente um esboço do povoamento e das atividades agrícolas da área, anteriores ao advento do café; em seguida mostra o que foi o domínio

da monocultura cafeeira e analisa com acuidade os fatos que sobrevieram ao declínio do café. A descrição que nos dá o autor do quadro rural após a queda do café adquire o valor de um testemunho. A situação de penúria a que ficaram reduzidos os trabalhadores rurais, o despovoamento do campo e o marasmo em que caíram os pequenos centros urbanos com o declínio da monocultura cafeeira, as cidades "quase mortas" são magistralmente descritos por ele. Mas é principalmente quando analisa a situação do início da década de 40 que seu trabalho passa a ser uma fonte de consulta indispensável para nossa pesquisa. A fase de indecisão dos lavradores da área que ensaiam novas formas de uso da terra, as tendências que já se delineiam, embora timidamente, para uma reorganização do espaço agrário em termos de maior diversificação, são muito bem apreendidas por sua intuição de geógrafo.

As obras de Lino de Mattos e João Dias da Silveira constituíram-se em bibliografia de apoio, em toda a elaboração de nosso trabalho, ora ampliando nossos conhecimentos da área, ora orientando-nos sobre a metodologia a seguir.

prancha 1



CAPÍTULO I

AS PRIMEIRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

DO ESPAÇO AGRÁRIO

A - O povoamento e as formas iniciais de organização do espaço

Em posição de marginalidade com relação aos caminhos que no século XVIII buscavam as regiões auríferas de Goiás e de Minas as terras de Itatiba tiveram um povoamento tardio. O "caminho dos Goiazes" acompanhava a Depressão Periférica passando por Mogi Mirim (1), e o que demandava as terras de Minas cortava a zona serrana de Atibaia e Bragança, através dos altos vales do Atibaia e do Jaguari, ambos passando ao largo do território que iria constituir mais tarde o município de Itatiba. Nos primeiros anos do século XIX é que o seu povoamento se vai iniciar. Suas origens não diferem das de muitos outros municípios paulistas (2). São foragidos da justiça de Santo Antônio da Cachoeira (Piracaia) e Atibaia que aí estabelecem a primeira "arrancho", por volta de 1804 ou 1808. Perseguidos e descobertos, transferem-se para outro lugar, alguns quilômetros distante, e fundam um pequeno povoado, mais tarde conhecido por bairro dos Lopes, do nome de seu fundador, Salvador Lopes (3). Não tardou que povoadores de Jundiá e Atibaia viessem fixar-se "naquelas belas e ricas paragens" (4) e outros bairros como o dos Coutos e dos Pereiras fossem surgindo. Mas foi em torno do sítio de Antônio Rodrigues da Silva, vulgo Sargento (5), onde foi edificada, por volta de 1814, uma capela dedicada à Nossa Senhora de Belém, que se formou o aglomerado mais denso. Aí a história ainda se assemelha à de outros muni

cípios paulistas. Foi junto ao "patrimônio" legado por Antônio Rodrigues que nasceu a povoação que, por muito tempo, conservaria o nome de sua padroeira e que seria, a partir de 1857, a sede do município.

A posição desses primeiros agrupamentos parece indicar que a corrente povoadora proveniente de Atibaia era a mais vigorosa; foi, no entanto, o nome de Belém de Jundiá que prevaleceu para a vila nascida do patrimônio de Antônio Rodrigues (6).

Não há dados precisos sobre a população de Belém de Jundiá durante os seus primeiros tempos de existência. O "Almanak de Itatiba" de 1905 fala de rápido aumento da população : "tornando-se, porém, sempre crescente o número de habitantes e sendo em 1827 já bastante populosa a povoação" (7); mais adiante, referindo-se à capela edificada em 1830 diz que "foi ainda julgada pequena para a população da freguesia, a qual aumentava progressiva e consideravelmente". Não encontramos, porém, nenhum dado oficial anterior a 1876. Tudo nos leva a crer, no entanto, que o crescimento da população de Itatiba tenha sido muito lento até 1850, quando o café foi introduzido em suas terras. Os municípios vizinhos, muito mais antigos, datando do século XVIII, Atibaia de 1769 e Bragança de 1797, eram, na primeira metade do século XIX, dos mais populosos da província. Bragança, em 1836, já contava com 11 618 habitantes e Atibaia com 12 368 (8). No entanto, Jundiá, pelo censo elaborado por Daniel Pedro Muller, em 1838, contava com apenas 5 885 ~~185~~. (9)

Durante quase toda a primeira metade do século XIX, os habitantes de Belém de Jundiá viveram dentro de um sistema de economia fechada, produzindo exclusivamente para o próprio

consumo. As roças abertas pelos primeiros povoadores constituíram a forma inicial de ocupação do solo. Não temos notícias de criação de gado em Itatiba nesses primeiros tempos, embora Silveira afirme, para a região vizinha de Amparo, que "segundo os documentos foram a criação e a plantação de cereais que atraíram os povoadores" (12). O isolamento decorrente da precariedade de comunicações, a inexistência de mercados próximos e de fácil acesso, e também a falta de um produto de maior rentabilidade do que os cereais plantados pelos primeiros moradores, constituíram um entrave ao desenvolvimento da economia da região.

Foi a introdução da lavoura canavieira que veio alterar essa situação, marcando o início de uma tímida participação no sistema aberto de economia de mercado. Itatiba, porém, não se encontrava dentro do "quadrilátero do açúcar", formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. Seria antes uma das áreas periféricas. A vizinhança de Jundiaí, cuja maior área produtora estava localizada na Serra do Japi, e de Bragança e Atibaia que, embora não pertencendo ao quadrilátero açucareiro, também cultivavam cana, deve ter favorecido a expansão da cana de açúcar no Município. Sua importância, porém, foi mais a de marcar a passagem de uma economia fechada para um sistema de mercado do que propriamente a de proporcionar à então freguesia de Belém de Jundiaí lucros apreciáveis. Por outro lado, deve ter sido de curta duração essa "fase" canavieira da economia de Itatiba, interrompida que foi em meados do século pela entrada do café (13) é precisamente no "Almanak de Itatiba" do ano de 1906, onde é relatada a introdução do café na região, que encontramos a única notícia sobre a cana de açúcar: "Passou o café a substituir a

cana até então cultivada e, com tal desenvolvimento se operou a substituição que, ao cabo de poucos anos, exportava o município 200 000 arrobas do gênero". A substituição deve ter-se processado realmente de maneira rápida e completa, pois em 1876 a cana já não figura entre os produtos agrícolas do Município (14), sendo o mesmo açúcar citado entre os gêneros importados.

Nada encontramos sobre a propriedade canavieira ou sobre a produção de açúcar ou aguardante em Itatiba, o que pode ser explicado pelo fato de Itatiba, na época, fazer parte do município de Jundiá. Com relação à propriedade canavieira, podemos incluir Itatiba no que Maria Tereza Petrone diz para a província de São Paulo: "grande parte das fazendas de cana em São Paulo tenham tido, provavelmente, uma superfície que variasse de 20 a 120 alqueires. Não sabemos, entretanto, se esses padrões são válidos para todas as áreas canavieiras de São Paulo". Quanto à produção, também não possuímos dados, mas não deveria ser significativa, pois, é Maria Tereza Petrone quem nos afirma ser "bastante medíocre a produção de açúcar em Jundiá" e que "em tempo algum Jundiá se destacou como grande produtor" (15). Ora, os dados de produção de Itatiba estão certamente incluídos nos de Jundiá, o que nos permite estender a Itatiba as afirmações feitas para aquele município.

O que se pode concluir sobre a lavoura canavieira em Itatiba é que: embora periférica com relação ao "quadrilátero do açúcar", Itatiba deve ter cultivado cana, pois, no começo do século XIX, quando se iniciou o povoamento de seu território, era essa a única atividade econômica de importân-

cia na província de São Paulo, É fácil imaginar-se que os primeiros povoadores, passada a fase inicial da cultura de roças, também se dedicaram a essa atividade, ainda mais que eram provenientes de Jundiá e Atibaia, municípios onde se cultivava cana.

b) A fase da lavoura canavieira foi menos duradoura do que nas outras áreas, de vez que o povoamento teve início no começo do século e em 1850 o café já era introduzido em suas terras. Assim, a fase da cana de açúcar foi interrompida pelo café que, dentro de poucos anos, constituiu-se na grande fonte de riqueza de Itatiba.

c) Compreende-se assim que a cana não tenha deixado, em pouco mais de 30 anos, marcas duradouras na sua estrutura rural.

d) De qualquer maneira, a lavoura da cana de açúcar significou para a região a passagem de uma economia de subsistência para uma economia de mercado que, embora de pequena expressão, preparou Belém de Jundiá para o advento do café, que iria moldar a estrutura agrária que, por mais de um século, se manteve inalterada em seu território.

B - O café e a organização do espaço

I. O café e o povoamento

O café foi o responsável não só pela transformação da economia e da estrutura rural do município de Itatiba como também pela expansão do povoamento e pelas variações de sua população, da segunda metade do século passado até as primeiras décadas do atual. O povoamento rarefeito, iniciado nos primeiros anos do século XIX, adensou-se com o desenvolvimento da la-

tístico da Província de São Paulo recenseada em 1854" onde aparece com 7 600 habitantes quando, em 1836, já contava com uma população de 11 618. Assim, Itatiba, como todos os municípios onde o café criara, nas últimas décadas do século, condições excepcionais de prosperidade, revelava um incremento populacional digno de nota.

Fato que surpreende também nesse período, e que nos dá a medida exata do que foi o surto cafeeiro em Itatiba, é o elevado número de escravos do município registrado nos dois recenseamentos citados. Em 1874, aproximadamente um terço da população de Itatiba era constituída de escravos, percentagem só encontrada em Campinas, enquanto as demais áreas vizinhas apresentavam percentagens bem menores. Em 1886, o número de escravos ia além de 2 000, embora percentualmente se tivesse reduzido. Mas, mesmo assim, ainda era notável, principalmente se compararmos com as áreas vizinhas que, pelos dados do Censo de 1886, já acusavam uma diminuição bastante acentuada de sua população servil. Em Atibaia e Bragança reduzia-se à metade o número de escravos, em Campinas caía de 19 685 para 9 986 e, em Jundiaí, de 1 852 para 1 366. Não sabemos se essa diminuição da população negra já era uma consequência da substituição da mão de obra escrava pela do imigrante europeu, principalmente o italiano. Mesmo que seja essa a explicação para os casos de Campinas e Jundiaí, não nos parece que o seja para Atibaia e Bragança. Convém lembrar ainda que, com exceção de Campinas, que foi dos primeiros da Província a se beneficiar da imigração européia, os outros municípios vizinhos devem ter começado a receber imigrantes na mesma época que Itatiba. Portanto, o incremento da mão de obra européia não nos parece suficiente para ex

plicar a diminuição do elemento negro nas áreas vizinhas do município. Nada conseguimos obter sobre a entrada de escravos em Itatiba nesse período. Um único documento, um ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província, datado de abril de 1887, comunicando que "fica criado no município o imposto de duzentos mil réis sobre cada escravo que for introduzido, salvo a título de herança", parece indicar que o café continuava na dependência da mão de obra escrava.

O aumento de população no município foi contínuo até o ano de 1920. Em 1900, Itatiba já tinha 11 639 habitantes e, em 1920, alcançava 22 992, aproximadamente o dobro do que o Censo anterior registrara. Assim, no decurso das duas primeiras décadas do século, Itatiba dobrava a sua população. A presença de um outro elemento, o imigrante europeu, viera engrossar o efetivo humano já existente. Não podemos precisar a época em que começaram a chegar imigrantes europeus a Itatiba, mas, em 1889, em ofício ao Presidente da Província, o Paroquiato da cidade refere-se a "menores órfãs de nacionalidade italiana" e em "famílias de imigrantes", o que nos assegura que já seriam numerosos, a essa época, os imigrantes italianos no município (10). Nos primeiros 20 anos deste século entraram em Itatiba 2 311 imigrantes e trabalhadores nacionais; o Censo de 1920, porém, registra, no município, 2 942 italianos, 280 portugueses, 235 espanhóis, 10 alemães e 132 indivíduos de outras nacionalidades, num total de 3 599 estrangeiros. Estes contingentes de imigrantes teriam entrado provavelmente entre 1887 e 1900, período de maior expansão da cultura cafeeira na região e, conseqüentemente, de maior atividade da corrente imigratória. Daí por diante o movimento imigratório sofreu oscilações, embora de 1901 a 1920 tivessem entrado no Estado de São Paulo mais de 800 000 in

divíduos de nacionalidades várias.

Dos diferentes elementos que se dirigiram a Itatiba, foi o italiano que marcou de modo mais profundo a população, não apenas pelo número, mas pelo fato de se ter radicado com tal firmeza no município que até hoje dificilmente se encontra uma família que não seja de ascendência italiana ou que não conte italianos entre os seus ascendentes. No começo do século, já era notável a contribuição do italiano à vida econômica do município. O imigrante peninsular não era apenas a mão de obra para a agricultura, o "colono" das fazendas de café, mas um elemento ativo em todos os setores da vida do município. Através dos "Almanaks" tem-se uma idéia bem nítida do que foi a influência italiana em Itatiba. Assim, o "Almanak de Itatiba" de 1905, entre os 223 "lavradores de café" do município já traz 17 nomes italianos, número insignificante mas que mostra que o italiano, a essa época, já era proprietário de terra e, o que era mais importante, também plantava café. As "Indústrias, Artes e Offícios", que o "Almanak" menciona, estão todas em mãos de italianos. São eles os alfaiates, carpinteiros e marceneiros, mecânicos, serralheiros, caldeireiros e donos de destilarias, funilarias e fábricas de cerveja e gasosa. Também no pequeno comércio, constituído de donos de sapatarias, açougues e armazéns, os italianos são a grande maioria. O fato de possuírem, a essa época, duas sociedades de beneficência, a "Sociedade M. S. Giuseppe Garibaldi", fundada em 1892, e a "Sociedade Italiana de M. S. Cristóvão Colombo", de 1897, está a mostrar que formavam dentro do município um grupo numeroso e com certo poder coesivo. Até mesmo um "Círculo Socialista Paz e Trabalho", cujas atividades não conseguimos apurar, tinha uma Diretoria italiana. Vê-se assim que nem todos os italia-

nos entrados no município dirigiram-se às zonas rurais. Grande parte era constituída de pequenos comerciantes e artífices que permaneceram na zona urbana (18, 19).

Através do "Registro de Imóveis", podemos comprovar também que muitos dos italianos que se estabeleceram em Itatiba eram comerciantes ou pessoas que exerciam um ofício e não apenas camponeses destinados a substituir, como colonos, a mão de obra escrava. Frequentemente encontramos, nas escrituras de vendas de propriedades rurais, nomes de compradores italianos "comerciantes, domiciliados em Itatiba", o que leva a crer que muitos se estabeleciam primeiramente no centro urbano e, mais tarde, quando amealhavam algum dinheiro, é que realizavam o sonho de se tornarem proprietários de terras e lavradores de café. Não raro associavam-se a parentes ou compatriotas para adquirir a primeira gleba. Nas vendas totais de propriedades, efetuadas entre os anos de 1901-1905 já aparecem com frequência nomes de compradores italianos, mas é principalmente nas vendas de "partes de terras" que eles figuram em maior número. Das 85 transações de partes de terras registradas, 26 se efetuam entre brasileiros e italianos ou descendentes de italianos. Tratava-se, geralmente, de glebas não muito extensas. Um caso, apenas, de venda total, chama a atenção pelo tamanho da área negociada. É o do "sítio denominado Barreiro, situado nesta freguesia de Nossa Senhora de Belém, contendo cem alqueires de terras de cultura, com trinta mil pés de café, com casa de morada, casa de colonos, moinho e mais dependências...", adquirido por italianos, marido e mulher, "negociantes, domiciliados nesta cidade e comarca de Itatiba".

No quinquênio 1918-1922 é mais marcante ainda a presença do italiano como proprietário rural no município. Nos do

cumentos relativos a esse período, examinados por nós no Registro de Imóveis de Itatiba, constatamos que nos casos de vendas totais de propriedades, em número de 141, os compradores italianos ou de origem italiana, eram em número de 66, igualando-se ao de brasileiros. Nas 245 vendas de partes de fazendas, sítios ou simplesmente "partes de terras", mais de 50% dos compradores têm nomes italianos. O que é interessante observar nesse período é que já aparecem também italianos entre os vendedores de terras. Algumas vezes mesmo a transação se efetua exclusivamente entre italianos, o que parece demonstrar uma certa antiguidade da condição do imigrante italiano como proprietário rural, no município. Não raro também se observa o mesmo comprador adquirindo várias glebas de uma mesma propriedade da qual já era vizinho, num esforço visível de aumentar seu patrimônio.

Portugueses e espanhóis, embora em número muito menor que os italianos, trouxeram também sua contribuição a Itatiba durante o período áureo do café. Dedicaram-se não apenas ao cultivo do café, mas a várias outras atividades na zona rural e na cidade. Na cidade aparecem como comerciantes, especialmente os portugueses. Referindo-se aos portugueses na zona de Amparo, Silveira diz: "não se encontra a não ser como exção o português feito colono; aparece às vezes como pequeno sitiante ou, o que é mais comum na zona, vivendo em subúrbios dedicando-se à exploração de hortas e ao fornecimento de leite" (19). Não dispomos de elementos para afirmar que o mesmo acontecesse em Itatiba. Em 1924, Marcelo Piza, referindo-se à produção cafeeira do município menciona seis portugueses com 412 000 cafeeiros e oito espanhóis com 55 000. Não encontramos dados que nos permitam avaliar com exatidão a participação

que tiveram os imigrantes ibéricos na lavoura cafeeira mas, com certeza, também eles foram cultivadores de café. Não temos notícia de portugueses como colonos, mas ainda hoje entre os pequenos proprietários do município, encontram-se descendentes de espanhóis. Nas listas de lavradores de café do município, extraídas dos "Almanaks" de 1905 a 1925, não encontramos nomes espanhóis.

Não há dúvida, porém, que o contingente ibérico diluiu-se na grande maioria italiana.

Se com relação ao imigrante europeu qualquer trabalho de pesquisa se ressentir de um certo número de informações, com relação ao trabalhador nacional a escassez de dados ainda é maior. Sabemos que entre os anos de 1901 e 1920 foi grande o número de migrantes que, de todos os cantos do país, dirigiram-se a São Paulo atraídos pelo desenvolvimento econômico do Estado. Silveira (obra citada, p. 619) diz, referindo-se à região de Amparo que "o movimento de estrangeiros foi mesmo precedido pelo nacional" e que "até hoje encontram-se vestígios de nortistas, sobretudo cearenses que entraram logo depois da República". Mais importante teria sido, certamente, a corrente migratória procedente de Minas Gerais, embora não tenhamos elementos para avaliar-lhe as proporções.

O café passou, desde o seu aparecimento em terras de Itatiba, a comandar toda a dinâmica da população do município:

- a) impulsionou-lhe o crescimento fazendo com que, em menos de meio século, um município de pouco mais de 6 000 habitantes passasse a ter quase 23 000;

b) alterou-lhe a composição através da entrada do elemento italiano que veio conferir ao município características especiais, principalmente em sua área rural, onde se formou uma classe de pequenos proprietários, em sua grande maioria, de origem italiana.

2. A propriedade cafeicultora

Não dispomos de elementos para saber com exatidão se, por volta de 1850, quando foi introduzido o café em Itatiba, a grande propriedade predominava no município. A informação de Maria Tereza Petrone (20) de que a área de uma fazenda de cana em São Paulo variava de 20 a 120 alqueires nos leva a supor que, na "fase" canavieira do município, grandes e pequenas propriedades coexistiram; pois, mesmo nos dias atuais, em que a região é domínio da pequena propriedade, 20 alqueires não constituem ainda grande propriedade (não somente pela área como pelo tipo de cultivo e pelo regime de exploração seria um "sítio" de maior dimensão) enquanto 120 alqueires, grande propriedade, hoje em dia, já o seria também em fins do século passado (21).

Consultando o Registro de Imóveis de Itatiba verificamos que de 1901 a 1905, entre as 28 propriedades cujas vendas se acham registradas, apenas quatro aparecem com o nome de "fazenda" e, dentre elas, duas apenas têm 100 alqueires (240 ha) e uma, 343,2 ha. Entre as demais propriedades vendidas, com o nome de "sítios" e "chácaras", uma apenas tem mais de 25 alqueires (60 ha.), enquanto 12 têm menos de 10 alqueires (24 ha.). No período 1918-1922 que abrange a crise provocada pela geada de 1918, das 105 propriedades vendidas, 75 têm menos de 50 ha e as

de mais de 100 ha são somente vinte e cinco.

O Censo de 1920 mostra-nos que quase 50% dos estabelecimentos agrícolas do município têm menos de 41 ha, o que significa o predomínio absoluto da pequena propriedade naquela época.

QUADRO 1

Categorias dimensionais das propriedades, em hectares (Censo de 1920)

Até 40	41-100	101-200	201-400	401-1000	1001-2000	2001-5000	Número de estabelecimentos
159	71	31	38	27	0	1	327

Observa-se também no mesmo Censo que, na passagem da categoria de 40 para 100 ha existe uma queda bastante acentuada de número das propriedades que constituiriam, grosso modo, as médias propriedades. Nas categorias entre 101 e 400 hectares que corresponderiam às grandes fazendas cafeicultoras, não há grande diferença de número e, finalmente, na faixa de mais de 1000 hectares apenas uma propriedade é encontrada. Embora os intervalos entre as diversas categorias não sejam constantes, de modo a permitir uma análise mais completa dos dados, pode-se concluir que há um predomínio da pequena propriedade, enquanto as médias e grandes (considerando-se que grandes para a região eram as propriedades entre 100 e 400 ha) se equivalem. O que poderíamos chamar, no município, de propriedade muito grande, isto é, com mais de 1000 hectares constitui uma exceção.

É de se lamentar que os dados do Censo de 1920 não possam ser comparados com os que retiramos de Camargo, referentes aos anos de 1905 e 1934 (22) (Quadro 2). Embora não sejam as mesmas categorias dimensionais estabelecidas, nota-se também no quadro a predominância da pequena propriedade e,

no ano de 1905, a coincidência numérica entre as médias e grandes propriedades. As propriedades muito grandes constituem, do mesmo modo que no quadro anterior, uma exceção. Com relação ao ano de 1934, observa-se que há um aumento sensível entre as médias propriedades, enquanto o número das grandes permanece praticamente o mesmo. Nota-se, por outro lado, um aumento entre as propriedades que podem ser consideradas muito grandes. Comparando-se o número de estabelecimentos dos dois quadros chama a atenção o fato de o Censo de 1920 dar um número inferior ao do ano de 1905, o que certamente não corresponde à realidade, pois o que se vem verificando é um aumento do número de estabelecimentos agrícolas.

QUADRO 2

Categorias dimensionais das propriedades, em hectares (*)

Anos	Até 24	24-60	60-120	120-240	240-600	600-1200	Nº de estabelecimentos
1905	324	51	28	43	35	3	484
1934	436	164	63	33	42	6	744

(*) Quadro organizado com dados coligidos em Camargo. Os alqueires foram convertidos em hectares.

Como já foi dito acima, os elementos de que dispomos não nos permitem estabelecer categorias dimensionais para as propriedades do município no período que vai da introdução do café, por volta de 1850, até a crise de 1930 e que poderíamos chamar da monocultura cafeeira. Os poucos dados estatísticos de que nos servimos são incompletos e não possibilitam comparação entre si e a pesquisa que fizemos no Registro de Imóveis de Itatiba não foi, sob esse aspecto, inteiramente satisfatória. Nem todas as propriedades vendidas tinham suas

escrituras registradas, mormente as do período compreendido entre os anos de 1901 e 1905. O primeiro livro de Registro é de 1904 e nele se acham transcritas escrituras de ~~transações~~ de terras efetuadas no século passado. Vendas, doações, partilhas e permutas de terras datando de 1876 são freqüentemente encontradas nesse volume, o que nos faz supor que muitas transações realizadas no período 1901-1905, só foram também registradas muito mais tarde. Além disso, raramente são encontrados nesses documentos dados que poderiam ser de grande utilidade, tais como os cultivos feitos nas propriedades com as respectivas áreas, as áreas ocupadas por pastos, mâtas e capoeiras, o que possibilitaria um melhor conhecimento da utilização do solo na propriedade cafeicultora da época. Muitas vezes a própria área da propriedade é omitida, especificando-se no ato de venda apenas o número de pés de café. Não obstante a escassez de dados, algumas observações sobre a organização da malha fundiária do município podem ser feitas:

a) a grande propriedade nunda predominou em Itatiba;

b) a grande propriedade que existiu nessa época no município foi a "fazenda" de café, com área média variando de 100 a 300 hectares. As fazendas com mais de 400 hectares foram sempre uma minoria e as de mais de 1 000 hectares exceções muito raras;

c) o fato de a grande propriedade, nos termos em que existiu posteriormente nas zonas novas do café, não ter existido em Itatiba, explica-se provavelmente pela circunstância de se ter a monocultura cafeeira assentado sobre a estrutura fundiária já esboçada pela cana de açúcar;

d) a grande propriedade no município é melhor caracterizada pelo tipo de cultivo e pelo regime de exploração do

que simplesmente pela área;

e) a proliferação da pequena propriedade nesse período que marca o do domínio exclusivo do café em Itatiba é um fato que merece ser destacado. Nas escrituras folheadas por nós no Registro de Imóveis são inúmeras as vendas de "partes de terras". No período de 1901-1905 essas vendas parciais foram em número de 85 e entre 1918-1922 em número de duzentas e quarenta e cinco. São partes de fazendas e de sítios com áreas que variam geralmente de menos de um a dez hectares, muito raramente chegando a 40 ou 50 hectares. No primeiro quinquênio por nós analisado, as vendas de terras totalizavam 966 hectares e no segundo, 1918-1922, 8 133,9 hectares. Neste último período, casos de loteamento de fazendas e de sítios são encontrados com frequência. Uma das fazendas loteadas foi, segundo informação verbal, vendida dessa maneira porque o dono mudou-se para Lins onde foi "abrir fazenda" e a outra foi loteada e vendida por uma Companhia de São Paulo. As glebas vendidas variavam geralmente de 3,6 hectares a 20 hectares nos sítios e nas fazendas de 10 a 30 hectares, havendo excepcionalmente uma gleba de mais de 100 hectares. Muitas vezes esses casos de vendas parceladas encerravam-se com a venda do "res-tante" da propriedade sem especificar a área. A "parte de terra", adquirida iria, não raro, aumentar uma propriedade que lhe era vizinha, mas de modo geral, dela surgiria uma nova propriedade. É evidente que já estamos assistindo aí a um processo de fragmentação de propriedade muito anterior ao da grande crise de 1930.

3. O café e a organização do espaço

A introdução da cultura do café na região ter-se-ia dado por volta de 1850, por iniciativa de Inácio Corrêa de Lacerda e Antônio da Silva Franco "negociantes de animais que tiveram ocasião de observar nas viagens que fizeram ao norte da Província, a riqueza da cultura do café, que por esse lado começava a florescer, e, animados das mais lisonjeiras esperanças trataram de introduzir em Belém o cultivo de tão rica planta" (23).

A essa altura, os municípios de Atibaia e Bragança que, juntamente com Jundiá (ao qual Itatiba permaneceria ligada até 1857), acham-se incluídos por Sérgio Milliet na Zona Central do Estado (24), já eram produtores de café. Em 1836, Atibaia figura com uma produção de 520 arrobas, Bragança com 2 400 e Jundiá com mil, duzentas e setenta e seis. No ano de 1854, os três municípios da Zona Central produzem respectivamente 6 100, 36 755 e 60 000 arrobas de café (25). O município de Jundiá ultrapassava de muito a produção bragantina que em 1836 só era inferior a de Parnaíba e Campinas, entre os produtores da Zona Central. De Jundiá o café ganhava as terras de Itatiba, onde se iria expandir com uma rapidez surpreendente. Diz-nos o Relatório da Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, do ano de 1888, que o cidadão Inácio Corrêa de Lacerda "com tanto esforço e constância, advogou a idéia da nova indústria que ponde vencer os prejuízos e preconceitos de seus conterrâneos, conseguindo felizmente que a sua grandiosa iniciativa fosse realizada, sendo as famílias Alves, Pires e Franco, as primeiras que ensaiaram o cultivo da preciosa rubiácea colhendo os mais belos resultados" (26).

De como o café se espalhou pelas terras de Belém de Jundiaí, dá-nos uma idéia Azevedo Marques, quando ~~disse~~ em 1876: "é principal lavoura o café de que exporta cerca de 300 000 arrobas anualmente" (27).

A década de 1850 assinalou, pois, para a **acanhada** freguesia de Belém de Jundiaí um acontecimento decisivo: com a entrada do café em suas terras, ingressava ela decididamente em um sistema de economia voltado para os mercados **exter-**nos, sistema que o café comandaria sozinho por quase um século.

Houve uma substituição absoluta do café às **estrutu-**ras já delineadas pelas culturas caipiras e pela cana de açúcar. Não dispomos de dados que nos informem qual a área ocupada pela agricultura quando ocorreu a entrada do café em Itatiba, nem se o desbravamento de todo o seu território já se havia completado. É evidente que a lavoura da cana veio **ace-**lerar a devastação da floresta iniciada com as primeiras roças, mas é certo que, em meados do século passado, grandes áreas de mata cobririam ainda as terras de Itatiba. O "mato de Jundiaí" (28) que em 1772 cobria toda a região até o rio Mogi, estendia-se com certeza pelo "mar de morros" do planalto indo além dos rios Atibaia e Jaguari. Foi, pois, sobre **so-**los apenas arranhados por uma agricultura incipiente ou de onde a mata acabava de ser derrubada, que o café se instalou, ocupando indiscriminadamente o território itatibense.

O novo cultivo, da segunda metade do século passado aos primeiros anos do atual, estendeu-se pelas terras do município independentemente das condições de relevo e de solo. É surpreendente reconhecerem-se hoje marcas deixadas por

cafezais em vertentes escarpadas, a mais de 900 metros de altitude, de solos rasos, por vezes cobertos de matações. Como nos foi dito por um informante, em Morungaba, "só não se plantou café em cima de matação". Só o desconhecimento completo das condições ecológicas da região e a avidez do ganho aguçada pela demanda dos mercados, explicam esse tipo de cultivo, que foi mais uma atividade destrutiva do que o aproveitamento racional do solo. Os cafezais foram plantados no sentido do declive, acelerando a erosão que arrastava encosta abaixo toda a camada superficial do solo. Só os fundos de vale sujeitos a ocorrência de geadas, os "ninho de geada", como diz o caipira da região, e as vertentes voltadas para o sul, "face noruega", foram considerados impróprios para o cultivo do café.

O café ocupou de maneira tão completa as terras de Itatiba que, já em 1878, na Resposta à "Circular do Presidente da Província" (29) encontramos: "Pode-se dizer que a maior parte dos terrenos está preenchida com o cultivo do café, havendo pequenas plantações de gêneros alimentícios". Na Resposta anterior, datada de 1876 (30), a área ocupada pelo café entre as culturas do município já era de 84 700 000 m² (8 470 ha.), inferior apenas à do milho, que era de 89 793 200 m² (8 979,32 hectares). Os demais cultivos citados no documento, arroz, feijão, fumo e vinha ocupam áreas muito reduzidas. A vinha, especialmente, ocupava nessa época apenas 96 800 m² (9,68 ha.).

Não conseguimos obter dados que nos permitissem mostrar a expansão do café em Itatiba nos últimos anos do século XIX. Mas o quadro 3, organizado com dados retirados do trabalho de Camargo (31) nos dá uma idéia do que foi a expansão do café no município até a grande crise de 1930.

QUADRO 3

Relação entre a área plantada com café e a área total cultivada e o número de cafeeiros

Ano	Nº de estabelecimentos	Área cultivada (ha)	Área plantada com café (ha)	% com relação à área cultivada	Número de cafeeiros
1905	484	14 715,00	9 951,00	67,6	6 771 500
1920	327	12 543,00	9 002,00	71,8	7 201 446
1934	744	30 103,2	9 802,20	32,5	7 685 610

Assim, em 1905, o café ocupava 9 951 hectares, o que correspondia a 67,6% da área cultivada do município. Vê-se muito bem a posição das demais culturas com relação ao café. Milho, feijão, arroz e vários outros pequenos cultivos reunidos, ocupavam apenas 32,4% da área cultivada do município. Em 1920, a área total cultivada é reduzida, bem como a que é ocupada pelo café, mas, assim mesmo, o café representa 71,8% das terras cultivadas. A redução da área plantada com café, provavelmente se explica pelos danos causados pela geada em 1918, especialmente nos cafezais jovens. Não sabemos, porém, em que medida a geada teria atingido as outras culturas, ou se a redução da área cultivada é um reflexo da própria crise do café. Nota-se, no entanto, um aumento do número de cafeeiros com relação ao ano de 1905, o que nos leva a pensar que, antes da geada, o número de cafeeiros seria ainda muito maior. Outro fato que causa estranheza é a diminuição dos estabelecimentos agrícolas que de 484 cai para 327, quando um aumento é que seria normal, pois, em seguida às crises, eram sempre mais frequentes as vendas de "partes de terras" que iriam dar origem a novas propriedades.

Talvez uma falha do Censo de 1920 seja a explicação mais provável para o fato. Em 1934, em plena crise econômica, o café ocupa ainda 9 802,20 hectares, área maior que a de 1920, mas com relação à área total cultivada representa apenas 32,5 por cento. É interessante observar nos dados relativos a esse ano, o aumento do número de estabelecimentos rurais que de 327 passa a 744, assim como a expansão da área cultivada que chega a 3010,2 hectares. Percebe-se a importância que os outros cultivos começavam a adquirir, embora o município tivesse ainda 7 685 610 cafeeiros.

Em comparação com os municípios vizinhos de Atibaia e Bragança, observa-se que Itatiba teve durante os anos de 1905, 1920 e 1934, área plantada em café maior que a de Atibaia e menor que a de Bragança. Mas a relação entre a área plantada com café e a área total cultivada foi sempre maior em Itatiba do que nos dois municípios limítrofes. Só no ano de 1934 é que a de Bragança ultrapassa a de Itatiba.

O Censo de 1920 nos dá a área ocupada pelas lavouras complementares no município, o que permite uma comparação com a do café:

QUADRO 4

Relação entre a área total cultivada e a ocupada pelas culturas em hectares (Censo de 1920)

Área total cultivada	Milho	Feijão	Arroz	Café
12 543	3 124	621	306	9 002

Observa-se que a soma das áreas ocupadas pela lavoura cafeeira e pelas demais é maior do que a área total cultiva-

da registrada no Censo, o que se explica pelo fato de cultivos como o milho e o feijão serem frequentemente cultivos intercalares. De qualquer modo, tem-se uma idéia da pequena importância que até essa época tinham as outras culturas face ao café, e, especialmente, as de subsistência como o feijão e o arroz. O milho ocupa um lugar de maior destaque do que os outros cultivos, certamente devido à criação de suínos, que parece ter tido certa importância em toda a área de Bragança, Atibaia e Itatiba. O Censo de 1920 dá para Itatiba um rebanho de 16 650 suínos (32). As outras culturas foram, pois, culturas secundárias, destinadas apenas ao consumo da fazenda de café ou aos mercados locais. Aquela que marcou a utilização do solo em Itatiba até a grande crise econômica de 1930 foi a do café.

As escrituras de vendas de imóveis rurais que tivemos oportunidade de examinar no Registro de Imóveis de Itatiba, põem em evidência a pequena importância que tiveram no município os outros cultivos até o ano de 1930. Assim, no período de 1901 a 1905, que assinala a crise cafeeira do começo do século, nas 113 transações de terras registradas, 73 mencionam cafezais. É tão grande a importância do café que, muitas vezes, a área da propriedade vendida não vem especificada; é dito apenas "um cafezal com o respectivo terreno". Fazendas, sítios, "partes de terras" e até mesmo chácaras dos arredores da cidade têm plantações de café, embora estas últimas, localizadas geralmente nos bairros periféricos, como Cruzeiro, Engenho Velho e Santa Cruz, se caracterizassem pela cultura de hortaliças e de frutas (33).

A fazenda é a propriedade cafeeicultora. No quinqüênio 1901-1905, em todas as fazendas vendidas, o número de ca-

feeiros vem especificado. Algumas delas têm mais de 100 000 pés de café, como a Santa Maria com 112 000 e a Pedra Prata com cento e trinta mil. Não podemos afirmar se nessa época havia no município fazendas com plantações maiores. O "Almanak de Itatiba" do ano de 1916, em uma lista dos lavradores do município, organizada segundo o lançamento da Tesouraria, coloca, acompanhando o nome do proprietário, o número de cafeeiros por ele cultivados. Da lista constam os nomes de 280 lavradores, sendo 42 do então distrito de Barra Mansa, atual Morungaba. Todos cultivavam café, variando o número de cafeeiros especificados de 1 000 a 324 000 (em uma só propriedade). Apenas nove lavradores possuíam mais de 100 000 pés de café e dois deles 200 mil. Em Barra Mansa, dos 42 lavradores de café, três possuíam mais de 100 000 e três mais de 200 000 pés. Em Barra Mansa, segundo o "Almanak de Itatiba" do ano de 1905 "é que estão situadas as mais importantes propriedades agrícolas do município, regulando a sua produção em café, aproximadamente duzentas mil arrobas por ano". Assim, podemos afirmar que as maiores propriedades tinham por volta de 100 000 pés de café, poucas chegavam a 200 000 e só excepcionalmente algumas ultrapassavam esse número.

Nas vendas de sítios, geralmente o número de cafeeiros não é especificado. Em apenas dois encontramos 8 200 e 12 000 pés de café mencionados. Em duas chácaras encontramos referências ao cultivo de café, uma delas chegando mesmo a mencionar 4 000 pés. Nas vendas parciais de propriedades, partes de fazendas, de sítios, ou simplesmente "partes de terras", o café aparece em 21 delas. Embora o número de transações de terras não possa constituir uma amostragem válida, não própria

mente pelo número de escrituras por nós examinado, mas porque os elementos fornecidos variam de um documento para outro, podemos afirmar que, no município, o café foi não só o cultivo por excelência da grande propriedade mas também das médias e pequenas. A produção de café de Itatiba, que era nessa época considerável, provinha não somente das propriedades maiores, mas em grande parte, das médias e pequenas, isto é, dos "sítios". Dirceu Lino de Mattos (34) estudando o uso da terra na Baixa Mogiana diz: "que o cultivo do café em sítios é economicamente possível, particularmente numa agricultura de tipo artesanal como é a do sitiante, prova-o a sua presença na maioria dos sítios da região". Não encontramos no período de 1901-1904 nenhuma referência a culturas de roça, tais como milho, feijão, ou arroz que com certeza existiriam para consumo das propriedades e mesmo para os mercados locais. O "Almanak de Itatiba", do ano de 1905, que já tivemos ocasião de citar, diz que: "merece também menção especial a extraordinária produção de tomates, cuja exportação já tem excedido em alguns anos a 70 contos. A produção de vinho, hoje sensivelmente diminuída, atingiu algum tempo a 4 000 litros". E encerrando a enumeração dos lavradores do Município: "além dos lavradores de café, em número de 223, existem no município muitos outros pequenos agricultores de cereais, vinhas, legumes, etc."

Em algumas vendas de propriedades há referência a "terrenos de cultura" que corresponderiam, certamente, às roças.

Embora em 27 propriedades haja referência a pastos, nenhuma vez é especificado o número de cabeças de gado existente nas mesmas (35). O gado seria para o consumo das fazen

da apenas, e a maioria dos pastos, terrenos abandonados impróprios para o cultivo do café. Na "Resposta à Circular do Presidente da Província", do ano de 1876, a área ocupada pelas plantações de milho surpreende por ser superior à do café e faz supor que a criação de suínos fosse, naquele tempo, importante na região. Sabemos que nas regiões vizinhas de Amparo e Bragança teve, por essa época, também grande desenvolvimento. Ainda na "Resposta à Circular do Presidente da Província", já citada, há referência à criação de muares que, provavelmente, formariam as tropas que faziam o transporte do café até Jundiá. Capoeiras e capoeirões vêm mencionados em partes de sítios, "partes de terras", mas em apenas uma propriedade há referência à mata.

No quinquênio 1918-1922, o café continua sendo a monocultura comercial exclusiva das fazendas e dos sítios de todo o município. A situação com relação às outras culturas permanece também inalterada. A vinha aparece com maior frequência nas escrituras de vendas de propriedades nesse período, mas em quantidade pouco expressiva e ainda não perdeu o seu caráter de cultivo de chácara dos arredores da cidade. O Censo de 1920 informa que dos 327 estabelecimentos agrícolas de Itatiba 25 cultivavam uva e a produção de vinho era de 283 hectolitros. O mesmo Censo dá para Jundiá uma produção de vinho de 686 hectolitros, o que mostra que realmente o cultivo da vinha no município de Itatiba ainda era, a essa época, insignificante. Os dados do Censo de 1920 nos permitem comparar as áreas ocupadas pelas culturas de arroz, feijão e milho com a área ocupada pelo café. Enquanto o arroz ocupa 306 hectares, o feijão 621 e o milho 3 124, o café ocupa 9 002 hectares. Nas escrituras por nós examinadas, não há, como nas do período

anterior, referências frequentes a áreas de matas. De 46 fazendas apenas seis mencionam matas em suas terras, chegando mesmo uma delas a especificar três alqueires de matas (7,2 ha.). Um dos sítios vendidos, o "Sítio Alagado", menciona quatro alqueires (9,6), o que é muito, se considerarmos que a propriedade toda tinha 30 alqueires (72 ha.). Afora isso, alguns sítios e umas poucas "partes de terras", referem-se a matas e capoeiras. É fora de dúvida, porém, que, a essa época, a primitiva cobertura vegetal da região já havia sido em grande parte destruída para ceder lugar aos cafezais (apenas 21,4% da área do município, pelo Censo de 1920, era coberta de matas). Fato curioso é constatar uma experiência de reflorestamento no município no ano de 1920: a "Fazenda Santa Amélia" possuía então uma plantação de 30 000 pés de eucalipto em suas terras. Foi a primeira referência que encontramos a esse tipo de utilização do solo de Itatiba e, só muito mais tarde, a partir de 1940, iremos novamente encontrar referências a ele no município. Não sabemos se nessa época, em outras áreas do Estado de São Paulo, a silvicultura já se vinha desenvolvendo em propriedades particulares, especialmente em zonas cafeeiras.

Pelo que podemos verificar, no período de 1918-1922, a criação de gado continua a ocupar um lugar inteiramente inexpressivo entre as atividades rurais do município. Apenas três fazendas mencionam a existência de gado bovino em suas terras e assim mesmo, em número muito pequeno: a "São João das Pedras" tem 28 cabeças de gado, a "Sant'Ana", 14, e a "Colônia", 10 cabeças de gado zebu. O Censo de 1920 menciona apenas duas fazendas de criação no município de Itatiba. Nas vendas de sítios e "partes de terras" não encontramos nenhuma referência a gado.

4. O café e o habitat rural

Município predominantemente agrícola, Itatiba teve até a década de 40, a grande maioria de sua população estabelecida na zona rural. Não dispomos de dados que nos informem sobre a distribuição da população no município no período da grande expansão cafeeira que vai de 1850 a 1920. A única informação que conseguimos, a de "Almanak de Itatiba" do ano de 1905, diz que "segundo informações fornecidas pelo Dr. Juiz de Direito o município, em 1904, contava 15 a 16 000 habitantes assim distribuídos: cidade de Itatiba, com mais de 800 prédios habitados - 4 000 habitantes; população rural do primeiro distrito - 8 000 habitantes; segundo distrito com a freguesia de Barra Mansa - 3 500 a 4 000 habitantes". É evidente que os dados fornecidos pelo juiz de direito do município não expressam fielmente a realidade, pois em 1900 Itatiba, tinha 11 639 habitantes e não poderia apenas quatro anos mais tarde, ter alcançado 15 a dezesseis mil habitantes. Mas, mesmo assim, nos dão eles uma idéia da grande superioridade numérica da população rural sobre a urbana. A zona rural de Itatiba tinha exatamente o dobro da população da sede do município, e a freguesia de Barra Mansa (atual município de Morungaba), com seus 3 500 a 4 000 habitantes, vinha engrossar ainda mais esse contingente rural que passaria assim a corresponder a mais de dois terços da população do município. Se os dados totais de população nos parecem exagerados, os percentuais não devem estar muito afastados da realidade.

O povoamento das áreas rurais em Itatiba processou-se espontaneamente, prevalecendo as formas de dispersão condicionadas pelas particularidades do relevo e da drenagem. Assim, o povoamento disseminou-se de preferência pelos fundos de vales

e baixas encostas, fugindo às vertentes abruptas e aos topos aplainados que caracterizam os níveis mais altos desta porção do planalto cristalino, bem como às várzeas inundáveis e cortadas de meandros do Atibaia e do Jaguari. As bacias de recepção, as vertentes mais íngremes, permaneceram por muito tempo cobertas de mata, algumas até hoje conservando restos da antiga cobertura vegetal ou formações secundárias.

As formas de aglomeração no município vão surgir com a propriedade cafeicultora. A lavoura da cana, dadas as modestas proporções de que se revestiu em Itatiba, não deve ter criado as formas nucleadas de habitat que caracterizaram os engenhos do "quadrilátero do açúcar". Foi pois o café que deu origem à forma de aglomeração mais típica da paisagem rural de Itatiba: a fazenda. O "habitat" constituído pela fazenda de café inclui-se entre os tipos de habitat aglomerado que Souza Keller (36), em seu estudo sobre o habitat rural no Brasil, classifica de nucleado. Caracterizando as formas de aglomeração rural em nosso país, diz ela:

"Em primeiro lugar, temos o tipo de povoamento nucleado, representado pela grande monocultura comercial. Considerada por alguns autores como uma forma intermediária de habitat, não enquadrável em nenhum dos dois grandes tipos clássicos, cremos ser possível, no entanto, classificá-la dentro das formas de aglomeração, pois indubitavelmente a forma nucleada que assume a sede dessas fazendas com as numerosas casas de moradia, os edifícios de exploração e, freqüentemente com escola, armazem e capela permite considerá-la como um tipo de habitat agrupado. Nêle estão compreendidas as fazendas de café, as usinas de açúcar e as fazendas de cacau, quando instaladas em grandes domínios fundiários",

Nas fazendas de café de Itatiba, como todas as outras do Estado, apresentam um conjunto de construções que as identificam: sede, colônia, instalações para beneficiamento do café, depósitos, terreiros para secagem dos grãos, etc. A sede quase sempre se localiza à meia encosta, dominando a paisagem em volta. Mais afastadas, dispostas em grupos, espalham-se as casas da colônia, que, às vezes se alinham, acompanhando um fundo de vale, outras se dispersam pelas baixas encostas dos morros sem seguir um traçado geométrico. Os terreiros para secagem do café se escalonam em uma sucessão de patamares em frente à sede, acompanhando a topografia amorreada do planalto nessa zona serrana. As demais edificações se espalham aqui e ali, completando a paisagem que por quase um século, foi assim como um pano de fundo do cenário rural paulista (Fotos 1 a 12). As fazendas mais antigas que visitamos, datando de 1873 e 1876, não têm talvez a imponência de suas vizinhas campineiras, mas formam um conjunto harmonioso com a "casa grande" "assobradada, de taipa, coberta de telhas" ou "forrada e assoalhada", com uma porta de entrada nobre, ladeada por intermináveis fileiras de janelas, tendo ao fundo o pomar e, às vezes, um pequeno jardim lateral; o casario da colônia e a capela junto à sede ou mais afastada, na encosta fronteira, integram o conjunto. Não encontramos, em nenhuma dessas fazendas mais antigas, restos de senzalas, embora saibamos que todas elas tiveram escravos; algumas, como a Fazenda dos Pereiras, a "Sant'Ana" e a "Santo Aleixo" chegaram a ter escravidão numerosa. O que sugere, no entanto, esse tipo de habitat, e que Monbeig sintetiza muito bem, é que "o fazendeiro sentia-se ligado aos seus escravos primeiro, depois aos colonos, e todos estavam apegados à terra. A concentração dos edifícios junto à casa do fazendeiro facilita a vigilância, ao mesmo tempo que con-

cretizava e fortalecia esses laços" (37).

Com o tipo de habitat nucleado da fazenda de café, coexistia o habitat disperso que caracterizava as médias e pequenas propriedades. Os "sítios" eram constituídos sempre de uma habitação tendo à volta as terras de cultivo ou, quando muito, tratando-se de famílias numerosas, duas ou três casas, próximas umas às outras e com os campos em derredor. Morfologicamente a dispersão era, via de regra, linear, acompanhando as estradas e caminhos ou os cursos d'água. Como o cultivo de café era também a forma principal de utilização do solo, vamos encontrar nos sítios, embora em proporções mais modestas, algumas das instalações que caracterizavam a fazenda, isto é, terreiros de secagem, etc. Nas escrituras de venda da época, encontramos freqüentemente referência a tais instalações, mesmo em sítios de cinco alqueires e até menos de área.

Esse povoamento disperso, dando a impressão de que cada sitiante se acha inteiramente isolado, integra uma unidade que é o "bairro". Em Itatiba, a distância entre as habitações dentro de um mesmo bairro é, por vezes, tão grande, que se perde completamente a visão de conjunto. Só através de contacto com os moradores é que se percebe a unidade existente nesse punhado de habitações esparsas, cujo único fator de coesão visível na paisagem é o "nódulo" constituído pela venda, a Capela e, às vezes, a escola. Antonio Candido conceitua de forma magistral o bairro quando diz: "é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar

próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (38). A tendência à aglutinação é observada também com certa frequência em Itatiba. As habitações vão se concentrando em torno da capela, da venda ou da escola e um aglomerado mais compacto se forma, chegando mesmo, às vezes, a um esboço de arruamento (Fotos 13 e 14). É o que se verifica no bairro da Ponte, às margens do rio Atibaia. O bairro se desenvolveu à margem direita do rio, num sentido linear, estendendo-se da várzea até às baixas encostas do morro vizinho. Nesse caso, pode-se dizer que "o bairro pode ser considerado como uma forma de transição para a aglomeração" (39). A própria sede do município de Morungaba, antiga freguesia de Conceição de Barra Mansa, parece ter-se originado de um bairro desse tipo, o "bairro dos Mansos" que, segundo o "Almanak de Itatiba" do ano de 1905, "teve começo devido ao espírito aventureiro de um indivíduo que soube-mos chamar-se fulano de tal Manso, o qual havendo penetrado no âmago da então secular mata virgem, aí estabeleceu com família um modestíssimo tugúrio, iniciando desde logo o plantio de cereais, único objetivo que ali o detivera" (40). Acrescenta o "Almanak" que outros moradores foram se estabelecendo no local e que com o cultivo do café que "a esse tempo preocupava muito o espírito dos lavradores" o povoado se desenvolveu abrindo-se algumas casas de negócio e construindo-se a capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Outros bairros como o dos Pereiras, dos Coutos e dos Lopes, tiveram a mesma origem sem conhecer, no entanto, o sucesso de Conceição de Barra Mansa. Transformaram-se em bairros de grandes fazendas cafeicultoras, os laços entre seus habitantes

se enfraqueceram, permanecendo apenas o "sentimento de localidade" de que fala Antonio Candido. Ainda hoje os fazendeiros neles estabelecidos têm consciência de pertencerem suas propriedades a este ou aquele bairro.

Outro exemplo de evolução de bairro rural que merece ser destacado é o do bairro das Brotas, localizado a oeste da sede do município, na estrada que vai para Campinas. Segundo Diloca Sangiorgi (41) originou-se ele de um quilombo de escravos que fugindo das fazendas vizinhas vinham esconder-se no sítio de "um preto não escravo, chamado Brotas". Diz ainda a cronista do Itatiba que "o barracão que escondia os escravos ficava numa gleba e como tal terreno não tinha dono, cada um foi tomando conta de um lugar". E terminando: "em 1900, o Brotas morava nesse agrupamento de pretos onde uma índia de nome Rita Rodrigues mandara construir perto de sua casa uma capelinha...". O bairro das Brotas, como é hoje conhecido, tornou-se um povoado denso e acabou por ser incorporado ao perímetro urbano de Itatiba. De origem ligada também ao elemento negro é o chamado "Bairro dos forros", à margem do Jaguari. Nasceu de doação feita por uma fazendeira da vizinhança a escravos por ela alforriados. Os ex-cativos, porém, não tiveram condições de se manter como proprietários e acabaram vendendo, aos poucos, seus pequenos sítios, que foram incorporados a fazendas do bairro. Nesse caso também o "sentimento de localidade" persistiu e, ainda hoje, os moradores do bairro se dizem residentes no "Bairro dos forros" ou "lugar dos forros".

Como vemos, no município de Itatiba nem sempre o bairro rural evoluiu para o tipo de povoamento aglomerado, o que parece tornar claro que o seu processo de evolução é completamente aleatório.

No período da grande expansão cafeeira no município, a vida de relações nos bairros seria muito mais ativa do que hoje. As práticas de entre-ajuda, as reuniões para festas religiosas ou profanas seriam muito mais frequentes. Sobretudo as festas religiosas tiveram no passado um papel importante como elemento de coesão nos bairros rurais de Itatiba. Congregavam, normalmente, não só os moradores do bairro como os dos bairros vizinhos e mesmo do centro urbano. Algumas dessas festas tornaram-se tradicionais e até hoje se realizam, embora sem o brilho de outros tempos. A festa de Nossa Senhora dos Remédios, no bairro dos Pereiras, cuja imagem é conhecida como milagrosa em toda a redondeza, ainda atrai devotos não só do bairro mas de toda a vizinhança, assim como a de São Benedito no bairro do mesmo nome em Morungaba, ou a de Santo Antonio em Itatiba (Foto 15 e 16). De um modo geral, porém, o fator religioso perdeu muito de sua importância. O que observamos amiúde em nossas andanças pela zona rural do município foi o grande número de capelas em ruínas abandonadas pela falta de interesse dos moradores, que não mais organizam "mutirões" para tarefas como reparos de bens de interesse comum. Alegam eles que, por falta de padres, não se podem mais realizar as festas religiosas e que as capelas permanecem fechadas o ano inteiro ou que preferem ir a Itatiba ou Jundiá para as obrigações do culto, de vez que as estradas, aproximando os bairros dos centros urbanos, criaram condições de grande facilidade de locomoção. O papel do pequeno comércio só continua importante nos bairros mais afastados e menos favorecidos pelos meios de comunicação. No passado, no entanto, a venda foi um poderoso fator de atração social. Muitas vezes era o imigrante, ex-colono ou não, que se estabelecia em terras de alguma fazenda, ou à beira da estrada, com o tradicional armazém de secos e

molhados onde todo o bairro vinha se abastecer (Foto 17 e 18). Em 1905, entre os bairros que tinham "comércio" mais movimentado, estavam o dos Cocais, o de Tapera Grande, o dos Silvas, o dos Pereiras, o dos Lopes e o Brumade, este último em Conceição de Barra Mansa. Alguns bairros, nessa época, chegaram a ter mais de um estabelecimento comercial, como, por exemplo, o dos Cocais, com três e o dos Silvas, com dois. Em 1915, dez anos mais tarde, 13 "empórios" se achavam instalados em bairros rurais; em 1925, o mesmo número é encontrado na lista publicada pelo "Almanak" desse ano, que traz também o nome dos bairros onde estão localizados tais "empórios". Muitos desses pequenos comércios desapareceram, e os que sobreviveram perderam grande parte de sua freguesia. Alguns donos de vendas nos informaram que, atualmente, os moradores preferem adquirir os gêneros de que necessitam nas cidades vizinhas, dada a facilidade de locomoção que as estradas e as várias linhas de ônibus criaram.

Assim, a capela e a venda como elementos de polarização, perdem rapidamente sua importância no meio rural. Só a escola continua a desempenhar sua função integradora. Não sabemos se na época a que estamos nos referindo, isto é, a do apogeu da monocultura cafeeira em Itatiba, eram numerosas as escolas instaladas em bairros rurais. Em 1876, Azevedo Marques (42) nos informa que o bairro do Pinhal, em Belém de Jundiá, já possuía "uma escola de primeiras letras". E, em 1905, o bairro do Feital, no distrito de Conceição de Barra Mansa e o de Santa Cruz em Itatiba, já tinham escolas municipais. Não sabemos se nos bairros, à semelhança do que acontecia na sede do município, já existiam a essa época estabelecimentos particulares de ensino.

Podemos assim concluir que as duas modalidades de povoamento rural, a aglomerada e a dispersa, coexistiram no município de Itatiba no período da grande expansão do café em seu território. O tipo de habitat aglomerado aparece sob a forma nuclear da característica das fazendas de café, enquanto as formas de dispersão estão intimamente ligadas aos sítios.

O bairro rural abrange as modalidades de dispersão ligadas ao sitiante, mas pode também corresponder a um tipo de habitat aglutinado. Ambas as modalidades de bairro eram encontradas em Itatiba no período que vai de 1850 a 1930.

5. O café: a produção e a circulação

Os primeiros dados sobre a produção do café em Itatiba são encontrados em Azevedo Marques (43) que, em 1876, atribui ao município uma exportação de 300 000 arrobas anuais de café. Em 1886, no período que Sérgio Milliet considera o do apogeu da lavoura cafeeira na Zona Central (1886-1890), Itatiba produzia 373 333 arrobas de café, ultrapassada apenas por Campinas que com 1 500 000 arrobas era então o maior centro cafeicultor daquela área. Os outros municípios vizinhos, Atibaia, Bragança e Jundiaí tinham, a essa época, produção muito inferior à de Itatiba. O município era, assim, em finais do século, o segundo produtor de café da Zona Central. Não encontramos dados sobre o número de cafeeiros nessa primeira fase do cultivo do café em suas terras. Só a partir de 1905 é que, ao lado da produção, figura também o número de cafeeiros (Gráfico) de modo a se poder calcular a produção média do município. Observa-se então um aumento contínuo do número de cafeeiros, que de 6 771 500 em 1905 , chegam a 7 201 446 no ano de 1920. Mesmo em 1934, em meio à cri

se desencadeada quatro anos antes, ainda se verifica um pequeno aumento no número de pés de café de Itatiba. Até então, os sinais evidentes de esgotamento dos solos, as crises que, de vez em quando, punham em risco a lavoura do café, e as medidas do Governo para impedir a plantação de novos cafezais, não tinham conseguido frear os lavradores do município que, como os de todo o Estado, plantavam cada vez mais. Por outro lado, a produção que, em 1886, atingia o seu ponto máximo, manteve-se por volta de 300 000 arrobas até o ano de 1920, quando caiu brusca-mente para 186 000 arrobas. Essa queda foi uma consequência da geada de 1918 que afetou também os municípios vizinhos de Amparo, Atibaia, Bragança, Campinas e Jundiaí. Campinas e Bragança tiveram sua produção reduzida a um terço do que era em 1905. A produção média dos cafezais itatibenses oscilava entre 40 e 50 arrobas por mil pés e só em 1918-19 e 1919-20 foi que caiu para 25,0 e 21,5, respectivamente. Daí por diante, embora em alguns anos a média ainda se elevassen não chegou mais a 50 arrobas. Não conseguimos dados sobre a média da produção no século passado que teria sido, provavelmente, mais elevada do que a dos primeiros anos deste século. Entre 1886 e 1904-1905 a produção média de Campinas era de 43 arrobas por mil pés e a de Amparo 48 (44), enquanto o Vale do Paraíba, por volta de 1880, já tinha uma média de 20 arrobas por mil pés (45). Parece-nos assim, que Itatiba se não era dos municípios de mais alto rendimento do Estado, não se situava também entre os de menor produtividade, embora no começo do século seus solos já dessem sinais de cansaço.

O café viera tirar Itatiba de sua condição de marginalidade. Já assinalamos, neste trabalho, que os caninços do século XVIII passavam ao largo, isolando-a completamente. Com o

café surgiram as estradas ligando o município às áreas vizinhas e a São Paulo. Já em 1876, na Resposta à Circular do Presidente da Província, cinco estradas são mencionadas: duas provinciais, as que se dirigiam a Jundiá e Cachoeira (hoje Piracaia) e três municipais, que ligavam Itatiba a Bragança, Campinas e Anparo. Essas estradas serviam para o escoamento do café. A que ligava Itatiba a Jundiá era, por excelência, a estrada do café. Por ela as tropas levavam o seu carregamento para ser embarcado nos trens da "Paulista" inaugurada em 1867 (46).

Em 1885, visando também o transporte do café, nova estrada foi aberta para Campo Limpo, "a princípio com o auxílio de subscrições populares, e no final a expensas dos cidadãos Eugênio e Afonso Joly" (47). Nesse mesmo ano de 1885, a Câmara Municipal de Itatiba oficiava ao Diretor Geral de Obras Públicas da Secretaria da Presidência sobre a conveniência de tornar provincial a nova estrada: "Há um ano mais ou menos, diversos cidadãos residentes neste Município, abriram uma estrada que começa nesta cidade e termina em terrenos particulares à margem da linha férrea inglesa, a pequena distância da estação de Campo Limpo. Esta estrada particular, encurtando as comunicações entre esta cidade e a Capital da Província, é de grande vantagem para este Município e vonçém fazê-la provincial" (48). Embora, como mostra o documento, a nova estrada representasse uma melhoria nas comunicações do município, não satisfazia ainda plenamente os fazendeiros itatibenses enpenhados em dar vazão mais rápida a suas safras. Esforçaram-se eles de tal modo por conseguir para o município uma via férrea que, em 1889, após um sen número de dificuldades, viram finalmente, inaugurada a "Estrada de Ferro Itatibense" que, em un percurso de 20 quilôme-

tros fazia a ligação com Louveira, lugar de baldeação para a Paulista. Nada sabemos sobre os capitais investidos na construção da estrada, mas em 1905 já era a "Itatibense" propriedade de Banco Construtor e Agrícola de São Paulo.

O café integrava assim Itatiba no sistema viário do Estado.

NOTAS

1. Dirceu Lino de Mattos - "A Região da Baixa Mogiana. Tese para Cátedra, p. 125.
2. Rubens Borba de Moraes - Contribuição para a história do povoamento em São Paulo, até fins do século XVIII. Bol. Geogr., ano 3, nº 30:825, 1945.
3. Relatório ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Geral de Estatística, São Paulo, 1888.
4. Idem.
5. A corrente povoadora se avolumava e de 1810 a 1825 estabeleceram-se no "sertão" de Belém de Jundiá, entre outros: Domingos Rodrigues, o alferes Bento Barbosa Pires, Antônio de Godoi Lima, Manoel Francisco, Antônio Pereira Pedros, Joaquim da Silva Franco, Clemente Pinto, Gabriel de Godoi Moreira, Tomé Pires e Marcelino de Godoi, segundo o "Relatório da Comissão Central de Estatística" da Província de São Paulo, do ano de 1888. Sem dúvida alguma, seriam esses primeiros moradores posseiros que mais tarde requereriam seus títulos de propriedade.
Segundo informação verbal do Dr. José Bueno de Aguiar, descendente de duas das mais antigas famílias do município (Alves Cardoso e Bueno de Aguiar) e grande conhecedor da história de Itatiba, grande número das propriedades rurais do município ter-se-iam originado de duas sesmarias concedidas no começo do século XIX a um Fulano de Tal Lopes e a Joaquim Alves Cardoso. Da sesmaria de Joaquim Alves Cardoso (dividida entre seus doze filhos) teriam surgido doze das maiores fazendas de café do município, entre elas a Fazenda Pereiras, de Antonio Alves Cardoso, a Fazenda Barreiro de João Alves Cardoso, a Fazenda Sant'Ana de Francisco Bueno de Aguiar, a Serra d'Água de Tobias Franco Cardoso e a Fazenda Santa Maria. Não encontramos, porém, no Arquivo Público do Estado nenhuma referência às sesmarias mencionadas.
6. Almanack de Itatiba, ano de 1915, p. 4.

7. Almanack de Itatiba, ano 1905, p. 4.
8. José Francisco Camargo - Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos; ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. Boletim nº 153 - Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, nº 1. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1952, vol. I, p. 67.
9. Daniel Pedro Muller - Ensaio d'un quadro estatístico da Província de São Paulo, edição de 1923, p.
10. João Dias da Silveira - A zona de Amparo e suas vizinhanças. Anais do IX Congr. Brasil. Geogr., 5:618, 1944. Rio de Janeiro.
11. Maria Thereza Schörer Petrone - A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 50.
12. Maria Thereza Schorer Petrone, op. cit., p. 53.
13. Segundo informação verbal do Dr. José Bueno de Aguiar, a entrada do café no município ter-se-ia dado muito antes, pois em 1830 Joaquim Alves Cardoso já era grande fazendeiro de café. Araujo Filho diz, no entanto: referindo-se à expansão do café na Depressão Periférica e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira que: "Pelos dados de Daniel Muller e interpretados por Sérgio Millet, vemos que em 1836 esta área mal ultrapassava 10% da produção cafeeira paulista (11,9%) e 20 anos depois não chegava a atingir 15% (1854 - 13,91%). É justamente nessa década de 1850 que iremos ver a primeira grande expansão da área em apreço, atingindo os cafezais, não apenas as colinas suaves da Depressão na zona de Piracicaba, Tietê, Limeira e Rio Claro, onde as terras roxas misturadas seriam um novo tipo de solo para o cultivo do café, como também os primeiros contrafortes ocidentais da Mantiqueira, já em solos cristalinos de Itatiba, Amparo, Socorro, Atibaia e Bragança.
14. Resp. da Câmara Mun. à Cir. do Pres. da Prov. 4/10/1876
15. Maria Thereza Schorer Petrone, op. cit., p. 50.
16. Todos os dados referentes aos Censos de 1874 e 1886 foram retirados de J. F. Camargo, op. cit. Da mesma fonte encontramos o comentário sobre a população de Bragança no ano de 1854.
17. Lucy Maffei Hutter - ~~Im~~ Migração italiana em São Paulo 1880/1889: os primeiros contactos do imigrante com o Brasil. Tese de Doutorado em História, 1971, inédita. À p. 24 referindo-se aos imigrantes a autora diz: "Dessa maneira, além dos agricultores propriamente ditos, veio para o Brasil todo tipo de gente; camponeses que na terra natal não tinham demonstrado aptidão para o trabalho, artesãos de pouca capacidade, sapateiros, alfaiates, barbeiros, etc., sendo todos classificados como lavradores, pois, essa era a profissão exigida para poder obter o subsídio do governo e, como tais, quando chegavam a Santos eram mandados para as fazendas do interior de São Paulo".

17. Ofício do Paroquiato de Itatiba ao Presidente da Província de São Paulo, datado de 11 de março de 1889. Arquivo do Estado de São Paulo.
18. Lucy Maffei Hutton, op. cit.
19. Antônio Piccarolo - L'Emigrazione italiana nello Stato di São Paulo, diz: "A pequena indústria dispersa pelo Estado de São Paulo estava, em princípios desta século, quase que inteiramente nas mãos dos italianos, os quais, implantaram fábricas de cerveja, de licores, generos alimentícios, etc. O mesmo se dava com o pequeno comércio que se achava também, em grande parte, nas mãos dos italianos".
20. M.T.S.Petrone - op. cit., p. 75.
21. Diloca Ferraz Sangiorgi - Conheça sua cidade. Itatiba, Livraria Vanguarda, 1969. Referindo-se a Pedro Elias de Godoy, descendente de Gabriel de Godoy Moreira, um dos desbravadores do sertão de Itatiba a autora diz que: "seguiram a vocação dos antepassados, tornando-se proprietários da vasta Fazenda São Bento (cuja área é de 350 alqueires), situada neste município, porém vizinha a Morungaba. A propriedade de de Pedro Elias de Godoy, naquela época já era considerada uma das maiores do município. Atualmente conta com 831,1 hectares, incluindo-se no reduzido grupo de grandes propriedades, exceção na área Itatiba-Morungaba.
22. Censos de 1920 e 1940. Cf. J. F. Camargo, op. cit.
23. Relatório ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, São Paulo, 1888.
24. Sérgio Milliet - Roteiro do café e outros ensaios. Coleção Departamento de Cultura, vol. 25, p. 11. São Paulo, 1939.
25. Milliet - Op. cit., p. 43.
26. Relatório ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, 1888.
27. Manuel Eufrásio Azevedo Marques - Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista. Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo, 1952, v. 1/2.
28. Affonso de E. Taunay - Relatos sertanistas. Biblioteca Histórica Paulista, vol. 2. São Paulo, Martins, 1953.
29. Resposta da Câmara de Itatiba à Circular do Presidente da Província, datada de 11 de junho de 1878. Arquivo Público do Estado.
30. Idem de 4 de outubro de 1876.
31. J. F. Camargo - Op. cit., vol. 3.

32. Censo de 1920.
33. Informação verbal de Nhô Quim Bueno, já falecido, e que, no ano de 1956, contava mais de 80 anos.
34. Dirceu Lino de Mattos - Op. cit., p. 167.
35. Elza Coelho de Souza Keller - O Habitát rural. In Azevedo, A. - O Brasil, a terra e o homem. Vol. 2, p. 317.
36. Elza C.S.Keller - op. cit.
37. Pierre Monbeig - Pionniers et Planteurs de São Paulo, apud Keller, E.C.S. - Op. cit., p. 320.
38. Antonio Candido Mello e Souza - Os parceiros do Rio Bonito; estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p. 44.
39. Keller - Op. cit.
40. Almanack de Itatiba, ano de 1905, p. 85.
41. Diloca Ferraz Sangiorgi - Op. cit., p. 171.
42. M. E. Azevedo Marques - Op. cit., p. 171.
43. Idem, p.
44. Pierre Monbeig - Pionniers et planteurs de São Paulo. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. Paris, Armand Colin, 1952, p. 150.
45. José Ribeiro de Araujo Filho - Café, riqueza paulista. Boletim Paulista de Geografia, nº 23, p. 87, 1956.
46. D. F. Sangiorgi - op. cit. A autora descreve o caminho seguido pelas tropas: "As tropas iam pelas péssimas estradas do município, atingindo Rocinha (perto de Campinas) ou Campo Limpo (perto de Atibaia), levando a preciosa carga que seguiria para São Paulo pela Estrada de Ferro Paulista". A autora refere-se, com certeza, a Campo Limpo no município de Jundiaí.
47. Almanak de Itatiba de 1905, pág. 7
48. Ofício da Secretaria da Câmara Municipal de Itatiba ao Diretor Geral de Obras Públicas, com data de 6 de novembro de 1885. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Antigas fazendas cafeicultoras do município
de Itatiba .

(Reprodução do Almanak de Itatiba do ano de 1916)



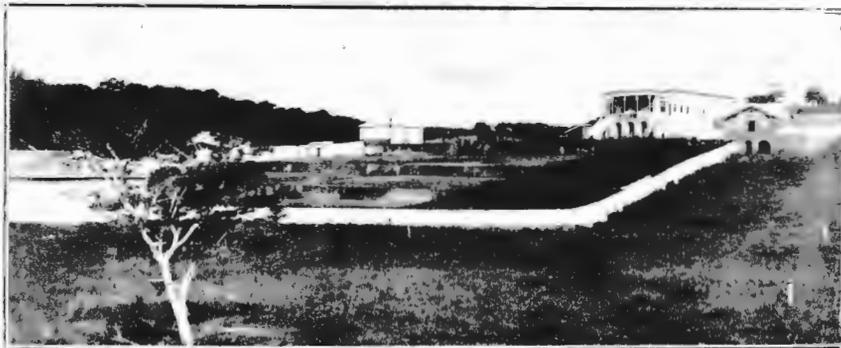
Fazenda "Santa Julia" de propriedade do sr. Cel. Joao Bueno de Aguiar & Irmaes

Foto 1 - Sede e colônia ocupam o fundo
do valé e os esporões mais baixos dos
morros. As altas encostas e os topos a
parecem cobertos por cafezal já velho
e falhado plantado no sentido do decli
ve.



Fazenda "Santo Aleixo" de propriedade do sr. Aristides Silveira

Foto 2 - As instalações da fazenda ocu -
pam as baixas encostas. Ao fundo o cafe-
zal e um resto de mata.



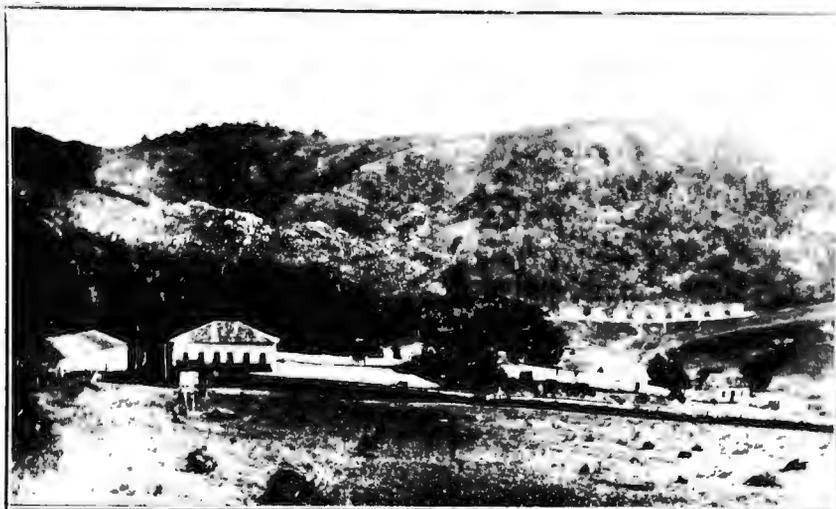
Fazenda "Sant'Anna" de propriedade do sr. major Benedicto Franco de Godoy

Foto 3 - No primeiro plano os terreiros de café se estendem em patamares até a sede da fazenda de aspecto nobre e gracioso. À esquerda resto de mata fechada e densa e ao longo do muro construção que lembra resto de senzala.



Fazenda "Chapéu de Bôl" de propriedade do Cel. Urbano Soares Muniz

Foto 4 - Cafezal velho e falhado ao fundo. Em redor dos imensos terreiros de secagem se dispõem as construções da fazenda. A sede, no primeiro plano à direita é hoje um depósito de café.



Propriedade agrícola do sr. Major Jorge Moreira Lima

Foto 5 - A Fazenda Palmeiras, no bairro dos Lopes, vendo-se, atrás da sede-ver-
tentes cobertas de matações entre os quais se distinguem cafeeiros. Os topos do mor-
ro apresentam-se completamente desmatados.



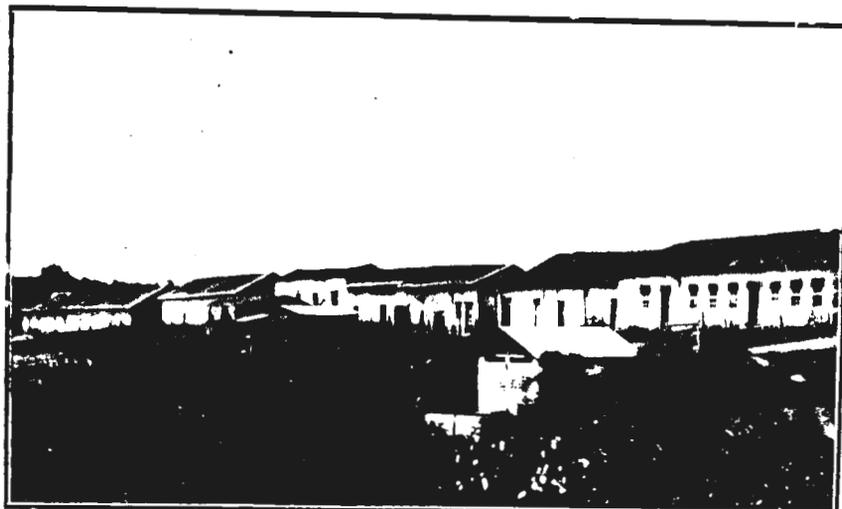
Propriedade Agrícola do sr. Col. Antonio Rangel

Foto 6 - Fazenda Santa Rosa em área de topografia mais suave mostra sua sede instalada no topo de uma baixa colina. O muro que acompanha a sede é um vestígio das antigas senzalas.



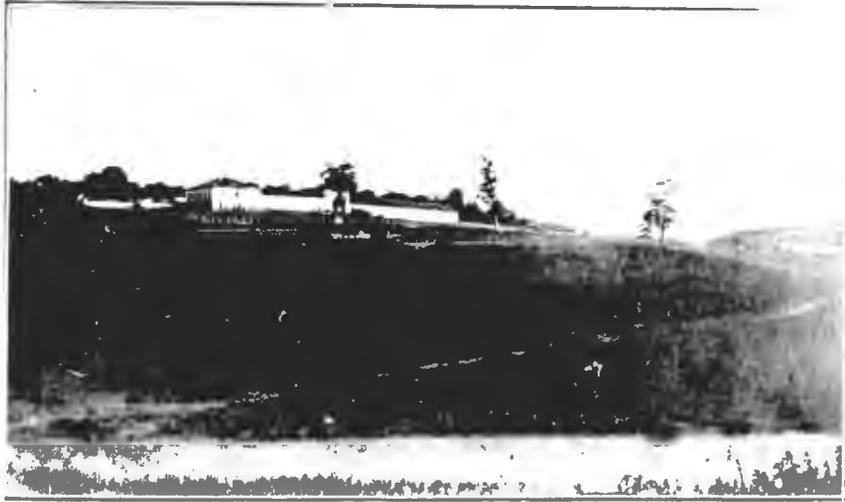
Propriedade agrícola do sr. Major Antonio Augusto da Fonseca

Foto 7 - A sede da Fazenda Santa Gertrudes é a sede de fazenda cafeeira típica da área Itatiba-Morungaba. Com suas linhas simples ela é o modelo mais frequentemente encontrado na região.



Propriedade Agrícola do sr. Argemiro Cruz

Foto 8 - O habitat nucleado das propriedades cafeeicultoras paulistas muito bem exemplificado pela Fazenda Santa Maria no bairro da Tapera Grande. A sede (à direita) junto à colônia é própria das fazendas mais antigas.



Fazenda "Paraiso" de propriedade dos srs. coronéis Francisco R. Barbosa e Alexandre R. Barbosa

Foto 9 - A Fazenda Paraiso era, em 1916, uma das mais belas propriedades cafeicultoras de Itatiba. Situada no bairro da Tapera Grande ficava à beira da linha férrea Itatibense, visível no primeiro plano da foto.



Fazenda "Boa Vista" de propriedade da Sra. D. Anna Candida Simões & Filhos

Foto 10 - Poucas fazendas de café da época fazem referência a gado bovino. A maioria, no entanto, teria, como a Fazenda Boa Vista algumas cabeças de gado para consumo da propriedade.



Foto 11 - Fazenda dos Pereiras no bairro do mesmo nome, vendo-se o conjunto harmônico formado pela capela e o casario da colônia.



Foto 12 - A sede da Fazenda dos Pereiras localizada na encosta fronteira àquela onde se ergue a capelinha é talvez a mais antiga de toda a região. Data de 1856.

(Fotos Renato Herz).



Foto 13 - À margem direita do rio Atibaia, o bairro da Ponte estende-se desde a várzea até as baixas encostas das colinas vizinhas. As casas próximas umas das outras dispõem-se num esboço de arruamento.

(Foto Olga Cruz)



Foto 14 - De formação mais recente é este pequeno aglomerado no bairro da Tapera Grande, à beira da estrada que vai para Louveira.

(Foto Renato Herz)



Foto 15 - A festa de Nossa Senhora dos Remédios na capela da Fazenda dos Pereiras ainda reúne todos os anos os moradores do bairro. O grande número de ex-votos em uma das dependências da capela testemunham os milagres da imagem.



Foto 16 - A primeira comunhão de um grupo de crianças do bairro reúne na capela da Tapera Grande os moradores que aproveitam a ocasião para assistir a missa.

(Foto Renato Herz)



Foto 17 - A capela do bairro de Itapema só de longe em longé se abre para uma missa ou uma novena.

Foto 18 - Com a melhoria das estradas e linha de ônibus entre Jundiá e Itatiba, a venda do bairro do Pinhal perdeu grande parte de sua freguesia. Aos domingos, porém, ainda se nota algum movimento.

(Fotos Renato Herz)

CAPÍTULO II

MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

A - A crise de 1930 e suas conseqüências

O domínio absoluto do café em Itatiba, do início da segunda metade do século passado até a crise de 1929, embora tenha assinalado para o município uma era de expansão de sua economia, de crescimento demográfico e de desenvolvimento das comunicações, integrando definitivamente Itatiba no contexto econômico do Estado, não esteve a salvo das dificuldades inerentes a um cultivo de tipo tropical voltado exclusivamente para os mercados externos. Assim, mesmo no período de sua grande expansão, o café não deixou de abalar, de quando em vez, as próprias estruturas por ele criadas, gerando um clima de inquietação e sobressalto dentro da sociedade por ele organizada. As crises com que, desde o começo do século, se defrontam os cafeicultores paulistas e que vão culminar com a grande crise 1929/1930, refletem-se em toda a estrutura rural do município. Araujo Filho (1) resume muito bem as vicissitudes por que passou a lavoura cafeeira desde a última década do século XIX: "até fins do século passado (1897), a procura do café nos mercados exportadores foi sempre contínua e maior que a oferta. Estava-se então num período de plena expansão do produto nos mercados de consumo. À medida, porém, que os centros consumidores pediam mais, as áreas produtoras, particularmente no Brasil, se expandiam extraordinariamente. E essa expansão foi de tal ordem, que a saturação dos mercados se fêz sentir, ainda no findar do século XIX". Ao lado da saturação dos mercados, esclarece ainda o autor que, a expansão do café pelas zonas novas, sem nenhum res—

peito às medidas restritivas impostas pelo governo, "foi muito mais que o fator sub-consumo, a razão básica da crise que deflagrou na primeira década do século XX e que se repetiria com frequência até os nossos dias..."

Além desses fatores, estranhos às condições ecológicas da região, outros ligados a particularidades climáticas e pedológicas, constituiriam sérios percalços à lavoura cafeeira em Itatiba.

Não tardaram a se fazer sentir os efeitos do empobrecimento rápido dos solos, consequência de um tipo de exploração destrutiva, agravado pelas condições do relevo e do clima que intensificam os processos erosivos. No começo do século já são frequentes as notícias de fazendeiros do município que vendiam suas terras e iam "abrir fazenda" nas novas áreas cafeeiras que surgiam. Não era apenas a vocação pioneira paulista, mas os sinais de esgotamento do solo que já se tornavam visíveis. Além disso, os anos de 1870, 1902, 1918 e 1920 foram particularmente marcados por fortes geadas que causaram enormes prejuízos à cafeeira paulista.

Não se deve esquecer também que a substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador livre não se fez sem transtornos para o cafeeiro. Percebe-se, através de documentos da época, que nos anos que precederam a abolição, os fazendeiros, apreensivos com o desfecho que se aproximava, temerosos de adquirir escravos e de tentar com trabalhadores livres a experiência do colonato, ressentiam-se em suas lavouras da escassez de mão de obra. Carlota Pereira de Queiroz, em seu livro "Um fazendeiro paulista do século XIX" (2), transcreve uma carta de Luiz José Pereira de Queiroz datada de 1880, na qual se

se lê: "que em fazendo a colheita tinha de deixar o sítio, e mudar-se para a cidade, a razão disto é dificuldade que luto por falta de braços, tenho receio de comprar escravos pois o tempo não está para isso" (já em 1880), com colonios só posso ter Brasileiros e estes só formão (quando formão) café, de pois é preciso estrangeiros, é difícil isto, por muitas razões, falta de pasto, lugar mesmo para planta de mantimentos para elles...". A passagem de um sistema de trabalho para outro não se fez, pois, sem dificuldades. E mesmo mais tarde, quando já se havia implantado o regime do colonato, não era raro aparecerem nos jornais de Itatiba anúncios com este que encontramos em "A Reação", de 22 de agosto de 1918: "precisa-se de uma família de colonos, de preferência italiana, para trabalhar numa lavoura, de rendosa cultura, oferecendo ótimos lucros" ou como este outro, extraído do mesmo jornal, também do ano de 1918: "precisa-se com urgência de um grande número de bons trabalhadores para cultura de cereais, em grande escala, na fazenda "Santo Antonio" ou "Capella Velha", situada no Bairro dos Cocais, deste município".

O problema da mão-de-obra, tanto no regime de trabalho servil como no de trabalho livre, não era desconhecido entre os cafeicultores paulistas.

O complexo de fatores que enumeramos fez com que, mesmo no decorrer do período 1850-1930, já se viessem observando, em Itatiba, certos sinais de instabilidade dentro das estruturas geradas pelo café. Já encontramos, especialmente após as crises do começo do século, a de 1901 e a de 1918, vendas de propriedades de cafeicultores arruinados, loteamentos de partes de fazendas feitos pelos próprios donos, ou fazendei

ros que, desencorajadas com os prejuízos sofridos, procuram as zonas novas do Oeste. Tais fatos já começam, embora de maneira quase imperceptível, a solapar as bases de todo um sistema econômico e social. A malha fundiária do município vai aos poucos se modificando: Os novos proprietários provêm ou da classe de assalariados e antigos colonos, ou das populações citadinas. Começamos a encontrar, entre os nomes de compradores de terras comerciantes, elementos das profissões liberais, domiciliados nos centros urbanos vizinhos, como Jundiaí e Campinas, ou mesmo mais afastados, como São Paulo e Santos, o que significa que, aos poucos, já se vai iniciando a substituição dos antigos fazendeiros, residentes em suas propriedades e a elas enraizados, por uma outra classe de proprietários, não agricultores, mais dados à especulação financeira do que aos cuidados da lavoura.

Concluimos, pois, que se de um lado, a posição do café como monocultura não sofreu quebra de continuidade durante todo o período de 1850-1930 no município de Itatiba, por outro se observa que esses 80 anos não foram isentos dos imprevistos e incertezas que sempre caracterizaram as culturas de tipo "plantation" em regiões tropicais. A grande crise, porém, aquela que marcou o fim de um sistema econômico e social foi a de 1929-1930.

Tentamos, através de documentos coligidos no "Registro de Imóveis" em Itatiba, analisar a repercussão da crise na estrutura fundiária do município. Todas as transações de imóveis rurais ocorridas entre os anos de 1930-1934, foram por nós examinadas. Destacamos as vendas totais de fazendas e sítios das vendas parciais que reúnem partes de sítios e de fa-

zendas e "partes de terra" e terrenos não especificados. No quinqüênio estudado, 217 vendas de terra foram registradas em Itatiba. As vendas totais foram em número de 48, predominando as propriedades com áreas entre 10 e 50 hectares (Quadro 5). As propriedades compreendidas nas faixas inferior e superior são em número de 12, enquanto as de categoria de 50 a 100 são apenas seis.

QUADRO 5

Vendas de propriedades no município de Itatiba (1930-1934)

Vendas totais			Vendas parciais	
Categorias dimensionais (ha.)	Nº de propriedades	Área (ha.)	Nº de propriedades	Área (ha.)
até 10	12	84,4	80	424,4
10-50	17	307,2	64	1 269,8
50-100	6	372,0	15	1 033,2
mais de 100	12	2 287,2	7	1 246,8
Totais	48	3 050,8	169	3 974,2

Entre as maiores propriedades vendidas nenhuma chega a 480 ha. (200 alqueires). Encontram-se três casos de vendas em conjunto, isto é, em que duas propriedades são vendidas conjuntamente, sendo que em um dos casos o comprador é o Banco do Estado de São Paulo. Aparecem mais dois casos em que o adquirente é também o Banco do Estado e dois outros constituem "quitação de dívida". São freqüentes também os casos em que uma propriedade é vendida mais de uma vez nesse período. Os compradores, em número de 47, são na sua maioria de origem italiana, numa proporção de 27 italianos para 19 brasileiros.

Em todas as propriedades vendidas, não apenas nos casos de venda total, mas também nas vendas parciais, o café é o principal cultivo. Das propriedades vendidas integralmente, 11 têm cafezais com mais de 30 000 pés e algumas mais de 70 000, como é o caso da Fazenda São Bento, em Morungaba. Nas vendas parciais, encontramos referência à venda da quarta parte de uma fazenda, cujo cafezal tem 82 000 pés.

Entre as vendas de "partes" de propriedades, as mais numerosas são as que se situam na faixa de até 10 ha que totalizam 80; em seguida, na categoria de 10 a 50 ha, 64 vendas, na de 50 a 100 ha, 15 e, finalmente, na de mais de 100 apenas sete partes vendidas (vide Quadro 5). As que abrangem maior área são as de 10 a 50 ha. que totalizam 1 269,8 ha. Nas vendas parciais encontramos com frequência vendas de várias glebas de uma mesma propriedade, registrando-se o caso de até dez glebas de uma fazenda, a Fazenda Barreiro, serem vendidas na mesma ocasião. A proprietária, herdeira do Barão de Itapema, decidiu lotear a propriedade e vendê-la. Não sabemos o número total de lotes, mas encontramos registrada a venda de dez glebas. Em outra propriedade há referência à venda das glebas nº 13 e 14, com quatro alqueires cada, o que mostra ter havido uma fragmentação muito grande nesse período. Não se pode concluir quais os bairros em que se verificou maior número de vendas e onde, conseqüentemente ocorreu maior fragmentação da propriedade porque nem sempre a localização da área vendida é declarada. Muitas vezes também basta que uma propriedade seja loteada em um bairro, como o caso da Fazenda Barreiro, para que várias transações sejam registradas naquele bairro, quando, na realidade, se trata do desmembramento de uma única propriedade.

Entre os adquirentes das "partes de terras" continuam predominando os de origem italiana, em número de cento e vinte e três. Nos dois loteamentos de fazenda acima citados todos os compradores têm nomes italianos.

Repete-se neste período o mesmo fato já observado anteriormente, que negócios de sítios e chácaras, e "partes de terras" estão em sua quase totalidade em mãos de italianos ou de seus descendentes, isto é, embora já existam descendentes de italianos entre os grandes proprietários do município, é ainda no domínio da pequena propriedade que se faz sentir a presença quase absoluta do imigrante e de seus descendentes.

No período de 1930-1934, não se observam ainda modificações sensíveis na utilização do solo. As escrituras de venda de propriedade examinadas por nós no Registro de Imóveis continuam mencionando o café como cultivo quase exclusivo. A vinha permanece como cultura típica de chácaras e pequenos sítios. Assim mesmo, apenas quatro, dentre essas pequenas propriedades vendidas mencionam vinhedos. Uma chacara faz referência a 2 000 pés de uva e as outras três, mil apenas. A julgar por esses dados, a vinha continua sendo uma cultura das pequenas propriedades dos arredores da cidade, ligada ao agricultor de origem italiana. As referências a "plantações" e "terrenos de cultura" são frequentemente encontradas nas transações de terras dessa época. Pelos dados, porém, não podemos concluir qual a área ocupada por tais plantações em uma propriedade cafeicultora, nem quais as culturas predominantes. Uma fazenda menciona 18 alqueires de culturas afora a área plantada com café. Seriam, com certeza, milho, feijão e arroz para consumo da propriedade. As áreas de pastos continuam sendo mencionadas nas transações

de terras, mas duas propriedades apenas mencionam gado bovino, e em número insignificante.

1. A fragmentação da propriedade cafeicultora

O movimento de vendas de imóveis rurais em Itatiba no período de 1930-1934 nos dá uma idéia das mudanças que se processavam na malha fundiária do município. Os Censos de 1920 e 1940 abrangendo um período mais longo (o primeiro antecedendo de uma década a grande crise do café e o segundo na década de após crise) evidenciam o intenso processo de fragmentação que ocorreu na área. Assim, o número de estabelecimentos rurais que, em 1920, era de 327 eleva-se a 622 em 1940. Mesmo levando-se em conta a diferença dos critérios adotados entre os dois censos (3) (o de 1920, excluindo "os pequenos sítios da zona rural, desde que a respectiva produção se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor", e o de 1940, incluindo-os "por extensão"), parece fora de dúvida que uma intensa fragmentação de propriedade ocorreu no município. Não é admissível que os 295 estabelecimentos computados a mais pelo Censo de 1940 pertencessem todos à categoria de chácaras e sítios, cuja produção se destinasse apenas ao consumo da propriedade.

Procuramos analisar também o fenômeno nos municípios vizinhos. O fracionamento ocorrido não foi da mesma ordem para todos. Em Amparo o aumento do número de estabelecimentos não chega ao dobro: em Atibaia vai um pouco além, enquanto em Jundiaí e Campinas corresponde aproximadamente ao triplo. O aumento mais surpreendente foi o que se verificou em Bragança.

QUADRO 6

Número de estabelecimentos rurais
(Dados dos Censos de 1920 e 1940)

Municípios	1920	1940
Amparo	697	1 015
Atibaia	495	1 282
Bragança	395	2 218
Campinas	837	2 037
Jundiaí	314	969
Itatiba	327	622

As proporções que alcançou o processo de fragmentação da propriedade em Itatiba podem ser avaliadas através do número de pequenas propriedades registradas pelo Censo de 1940 (4). Assim, as propriedades compreendidas na faixa de até 20 hectares chegam a 268; e as de 20 a 50 totalizam cento e setenta e sete. Os estabelecimentos com até 50 hectares representam, assim, mais de dois terços do conjunto de propriedades do município. A partir daí o que se observa é bastante expressivo: na faixa de 50 a 100 hectares aparecem 95 estabelecimentos; na de 100 a 200 apenas 35 e na de mais de 200 uma reduzida minoria de 47 somente. A única comparação possível com o Censo de 1920 nos mostra que as propriedades com até 100 hectares, em número de 230, naquele ano, reduziram-se em 1940 a 95 e as de mais de 200 hectares que eram 66 caíram para 47 no Censo de 1940. A diminuição da grande propriedade no município e a proliferação das pequenas e médias seria, pois, uma consequência da grande crise do café. A crise proporcionou aos assalariados, colônos e ex-colonos, a oportunidade de adquirirem seu pedaço de

terra. O Censo de 1920 registra 132 proprietários estrangeiros em Itatiba e o de 1940, 153 mais 13 brasileiros naturalizados. Se pudéssemos computar entre os brasileiros que adquirem terras nesse momento, os de origem estrangeira, especialmente italiana, teríamos uma idéia mais precisa das mudanças que ocorreram na posse da terra no período após crise (Quadro 7).

QUADRO 7

Nacionalidade dos proprietários rurais em Itatiba
(Dados dos Censos de 1920 e 1940)

Anos	Nº de estabelecimentos	Nacionalidade dos proprietários			
		Brasileiros	Estrangeiros	Naturalizados	Não determinados
1920	327	144	132	-	51
1940	622	259	153	13	-

2. O uso da terra

A transferência da terra para novos donos e, principalmente, a decadência da monocultura cafeeira, deu origem a novas formas de utilização do solo no município. O recuo da cultura do café se evidencia na simples comparação entre os dados dos Censos de 1920 e 1940, em Itatiba e em todos os municípios vizinhos (Prancha 2). Em 1920 a área plantada com café correspondia a aproximadamente 60% da área cultivada em Campinas, mais de 60% em Atibaia e mais de 70% em Jundiá e Itatiba. Em 1940 uma grande retração das áreas plantadas com café se verifica em todos estes municípios. Itatiba é o que apresenta diferença menos acentuada de um censo para outro, mas isso se explica pela redução da área cultivada que o Censo de 1940 acusa para o município (Prancha 1). A ampliação das áreas de pas

fig 1

Relação entre Área Total, Cultivada e Cultivada com Café

-  TOTAL
-  ÁREA CULTIVADA
-  ÁREA COM CAFÉ
-  C CAMPINAS
-  B BRAGANÇA
-  A ATIBAIA
-  J JUNDIAÍ
-  I ITATIBA

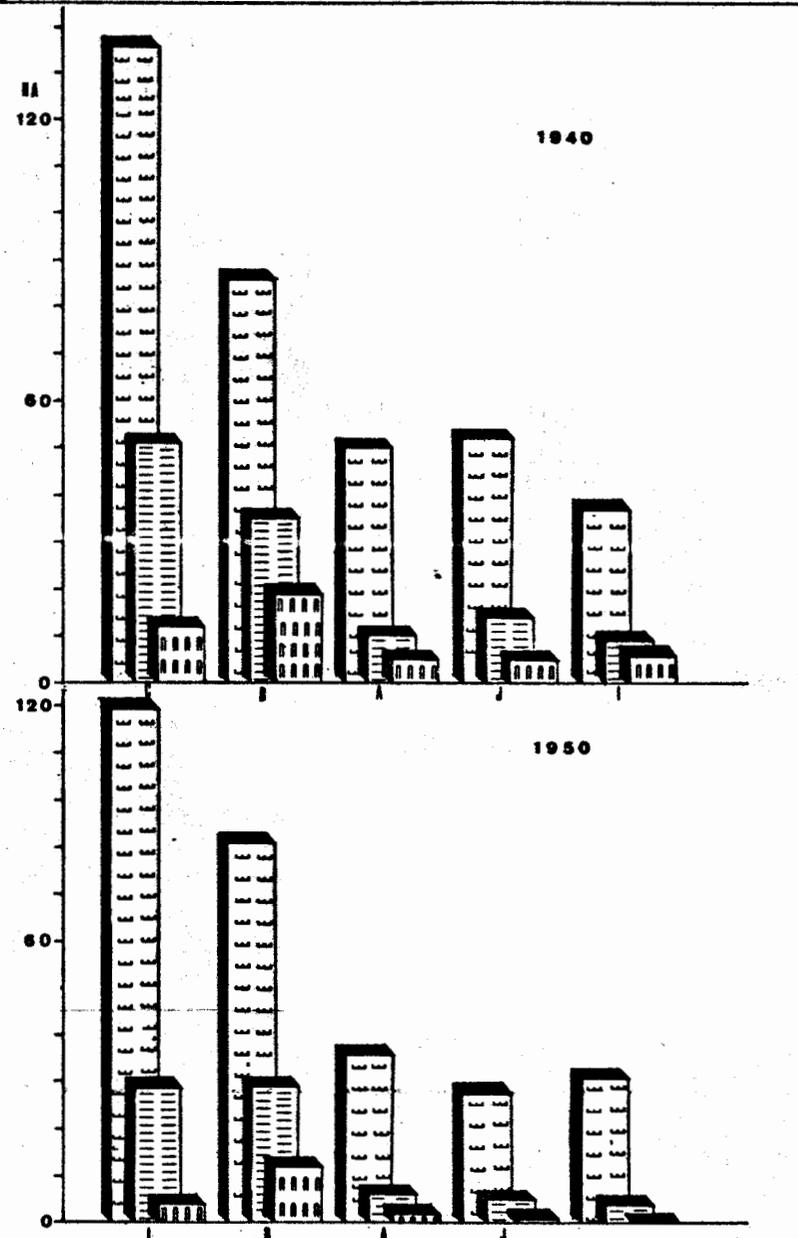
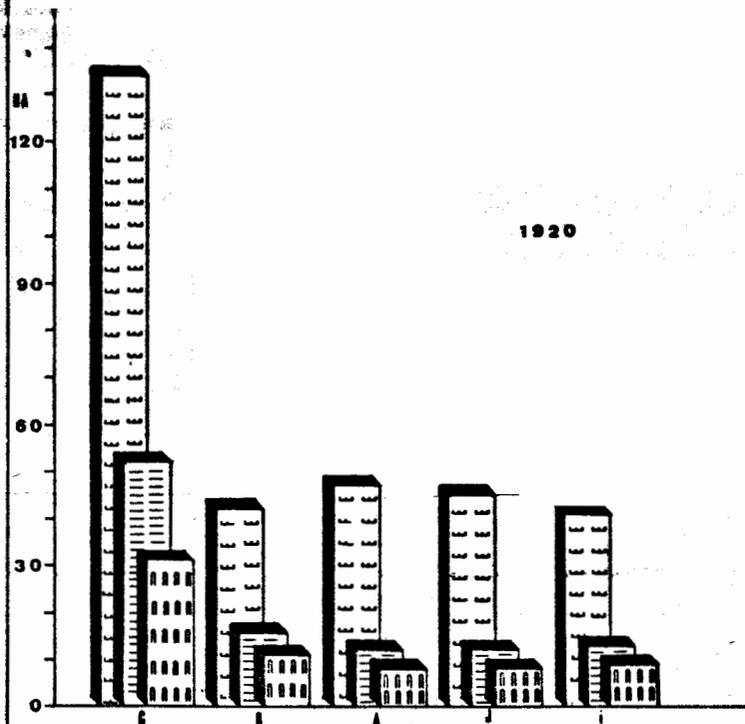


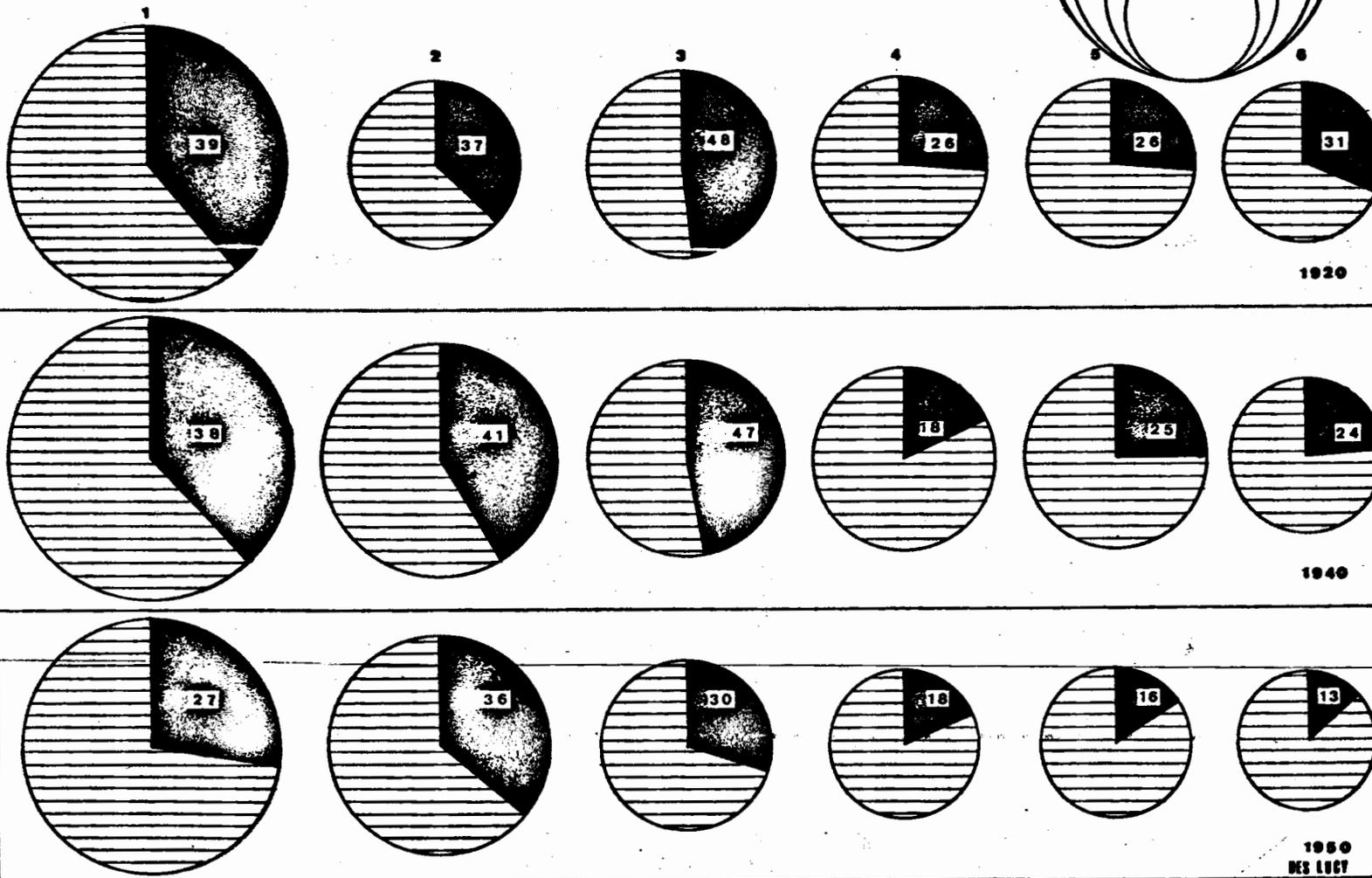
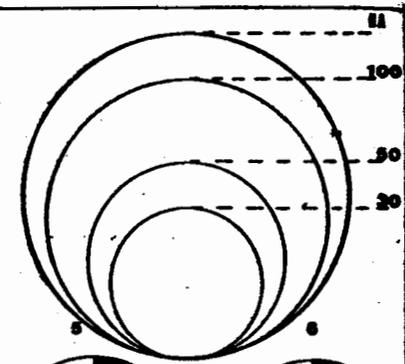
fig 2

Relação entre Área Total dos Estabelecimentos e Área Cultivada

■ ÁREA CULTIVADA (%)

1 CAMPINAS
2 BRAGANÇA
3 AMPARO

4 ATIBAIA
5 JUNDIAÍ
6 ITATIBA

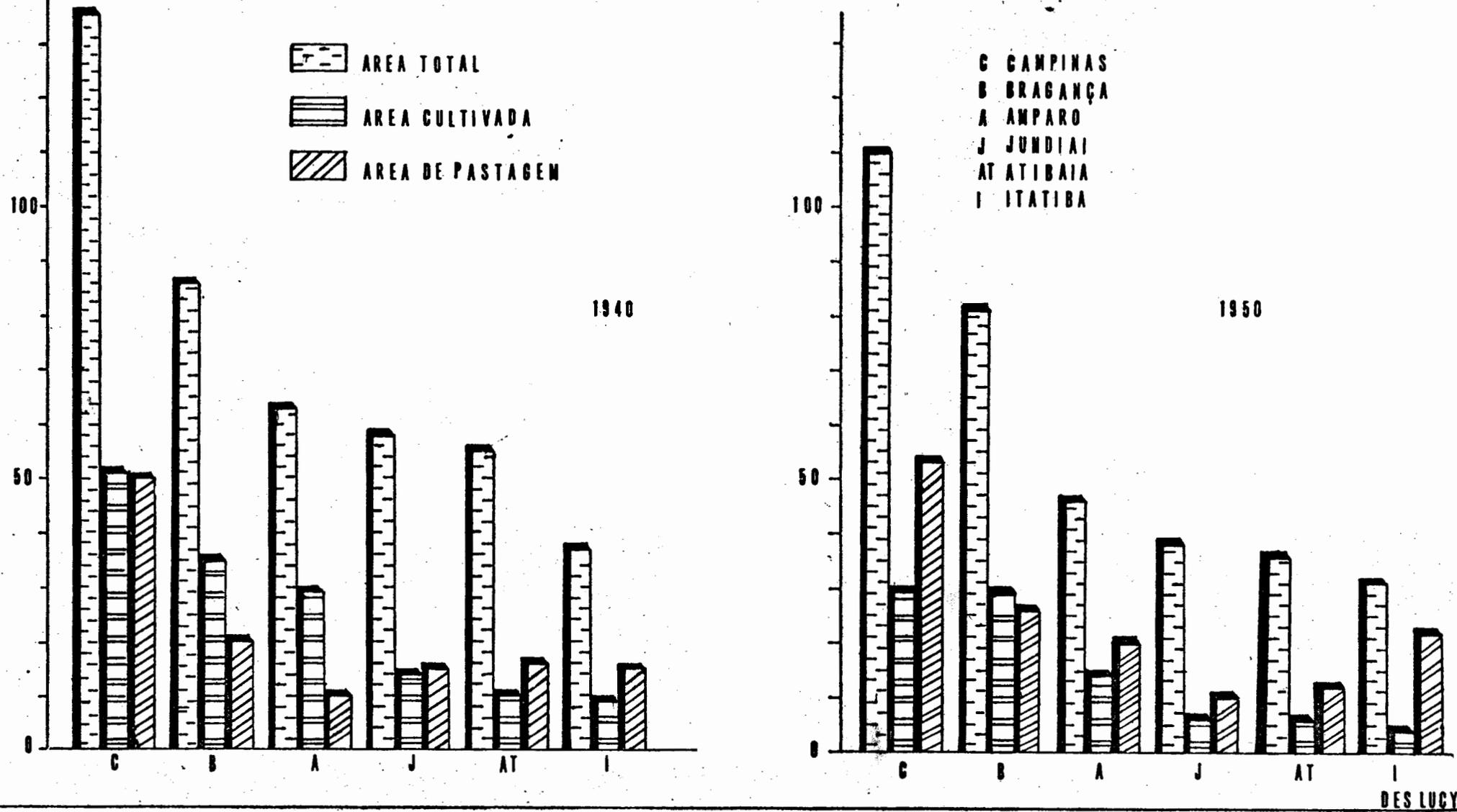


1960
DES LUGT

tagens que em 1940 correspondem a 40,1% da área total dos estabelecimentos rurais em Itatiba explicaria a retração da área ocupada pelas culturas. Efetivamente o rebanho bovino passa de 7 346 cabeças para 12 324 nesse período (Figuras 3 e 4). As áreas de pastagens seriam antigos cafezais abandonados. Silveira (5), referindo-se à região de Amparo nessa época, diz que "grandes zonas, outrora ocupadas por cafezais, como acontece em Pedreira, estão hoje transformadas em invernadas e pastos".

Por outro lado, entre 1920 e 1940, verificou-se em Itatiba e nos municípios vizinhos uma tentativa de introdução de novos cultivos ou de retorno a outros que, no passado, tinham tido expressão na área, como foi o caso da cana. O Censo de 1940 mostra que houve um incremento do cultivo de algodão, especialmente nos municípios de Campinas, Amparo e Jundiá (Figura 5). Em Campinas a produção algodoeira passou de 3 120 toneladas em 1920 para 18 088 em 1940; em Amparo, de 2 987 aumentou para 3 518 e em Jundiá de 176, alcançou 1 913 toneladas. Em Itatiba a lavoura algodoeira, embora tenha sido tentada pelos agricultores do município como solução de emergência para contrabalançar os efeitos desastrosos da crise do café, não foi além de proporções muito modestas. De 86 toneladas em 1920 a produção do município elevou-se em 1940 a 422, ficando, porém, muito distante dos municípios vizinhos. Embora tenhamos encontrado constantes referências ao desenvolvimento da lavoura algodoeira em Itatiba (informações verbais de moradores mais antigos), não nos parece que o algodão tenha encontrado no município condições climáticas favoráveis à sua expansão. Mesmo na zona de Amparo, que acusou um tão grande incremento da produção, Silveira (6) observava em 1940 que "o algodão, em muitos pontos devido à temperatura, não amadurece com

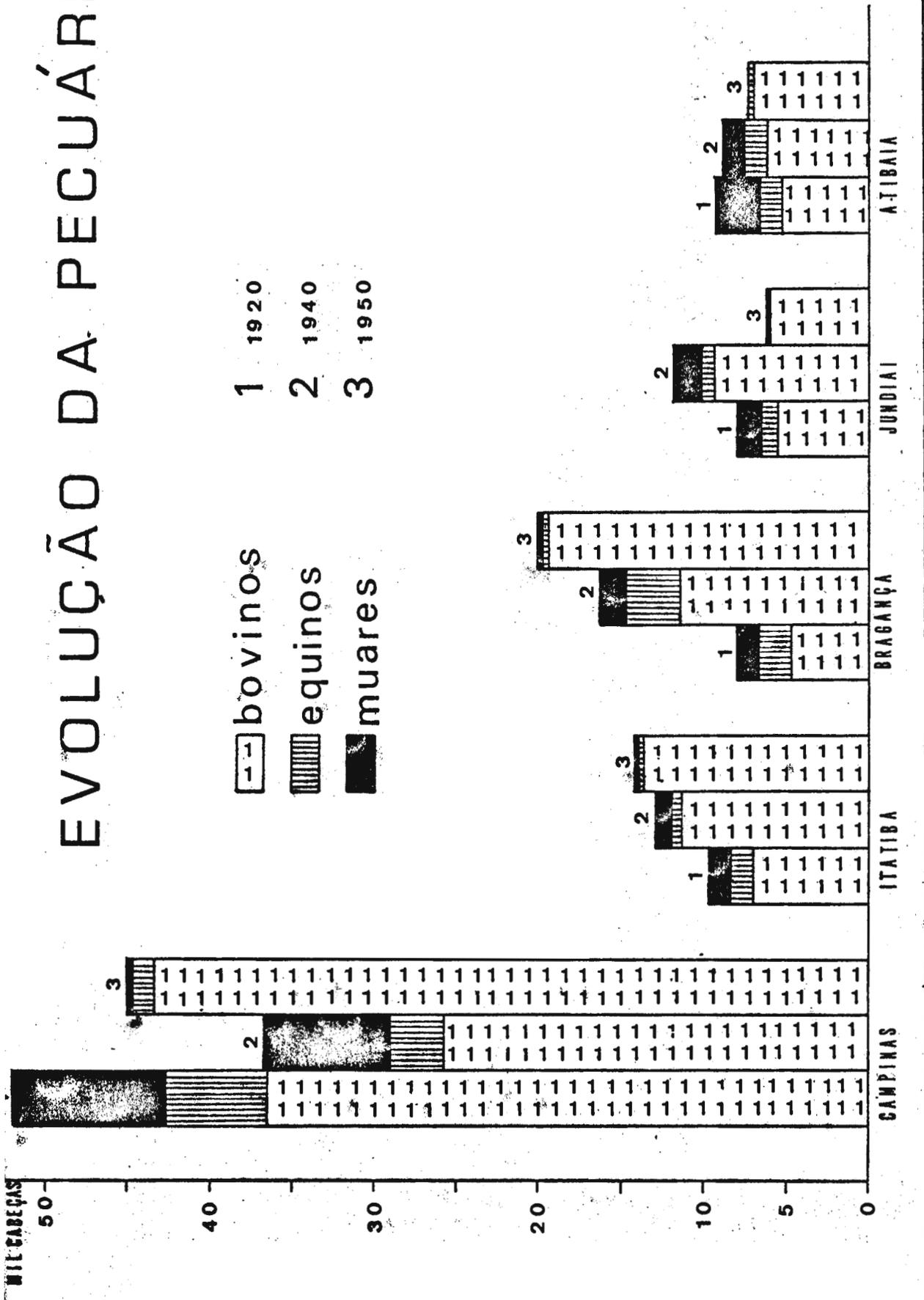
Relação entre Área Total, Cultivada e de Pastagem



EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA

1 1920
 2 1940
 3 1950

□ bovinos
 ▨ equinos
 ■ muares

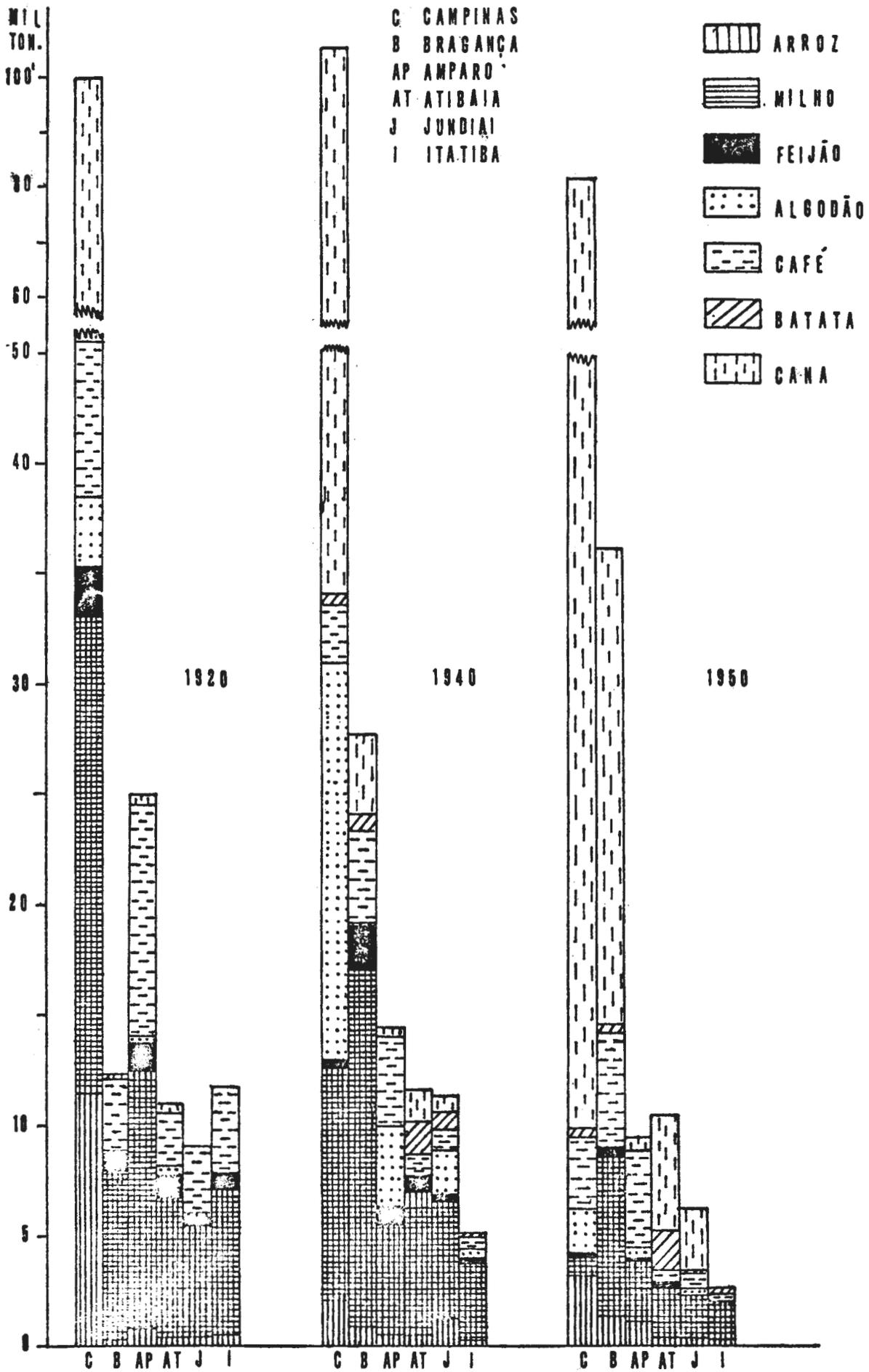


regularidade". Em outras áreas, como em Duas Fontes, acrescenta ele: "o algodão vai substituindo totalmente o café. Já se encontram aí grandes proprietários que destruíram os cafezais, derrubaram a mata que restava e plantaram em quantidade o famoso 'ouro branco' ". O fato, porém, é que o cultivo do algodão não se firmou em Amparo, Atibaia e Bragança, áreas que apresentam condições ecológicas semelhantes às de Itatiba. O retorno à cultura canavieira, como já referimos acima, caracterizou também esse período, entre 1930 e 1940, para toda a região. Com exceção de Jundiaí e Itatiba para os quais os Censos de 1920 e 1940 não fornecem dados completos, os demais municípios assinalaram um incremento na produção, especialmente Campinas, de onde a lavoura canavieira nunca desaparecera completamente (Figura 5).

Novos cultivos, embora de forma incipiente, são registrados pelo Censo de 1940, como é o caso da batata inglesa, em Atibaia, Bragança e Jundiaí. Em Atibaia, a produção de batata já ultrapassa 1 000 toneladas, o que assegura ao município um lugar de destaque entre os produtores de batata do Estado. Em todos os municípios o cultivo de laranja e banana se destaca, não significando, porém, uma orientação para a fruticultura, mas como ressalta Silveira (7), estudando a região de Amparo em 1940: "a indecisão entre os agricultores é notável; basta rápida inspecção para que tal se evidencie. Isoladas e associadas ao café, surgem as mais variadas agriculturas como a do algodão, a do fumo, a da banana ... Não se trata, porém, da economia mista, pois, pelas justificativas dos fazendeiros, percebe-se que o existente é a desorientação".

fig 5

Evolução da Produção



3. A crise demográfica

As transformações demográficas completam o quadro das mudanças que a crise do café determinou na estrutura agrária do município na década de 1930-1940. A perda de população é o aspecto mais flagrante da crise no setor demográfico. Em 1920, a população do município era, como já vimos, de 22 992 habitantes. Em 1934, cai para 19 270 e em 1940 chega a 15 615 (Figura 6). Uma verdadeira evasão de população ocorre nesses 20 anos em Itatiba. A população rural, até então muito mais numerosa que a urbana, não encontra, no campo, trabalho que lhe assegure a subsistência, e se transfere para a cidade e, principalmente, para outras áreas fora do município. As zonas pioneiras do Estado, onde a cultura do algodão, encontrando condições ecológicas muito mais favoráveis do que nas velhas zonas do café, expandia-se de maneira surpreendente, constituem, na década de 1930-1940, as áreas de maior atração das populações rurais das zonas cafeeiras em decadência. Como frisa muito bem Monbeig (8) "La fièvre de l'Ouro Branco" qui sévissait dans les années 1935-1939, se confondait avec la "marcha para Oeste" ...". O despovoamento que essas migrações para as zonas pioneiras ocasionava nos municípios cafeeiros do Planalto Cristalino pode ser visualizado através da descrição que Silveira (9) faz da zona de Amparo em 1940. Infelizmente, não dispomos de dados estatísticos que nos permitam mostrar em que medida elementos saídos do município de Itatiba vão engrossar o contingente populacional de outras áreas do Estado na década de 1930-1940.

A sede do município, por outro lado, não dispunha de condições, no momento, para absorver toda a mão de obra que

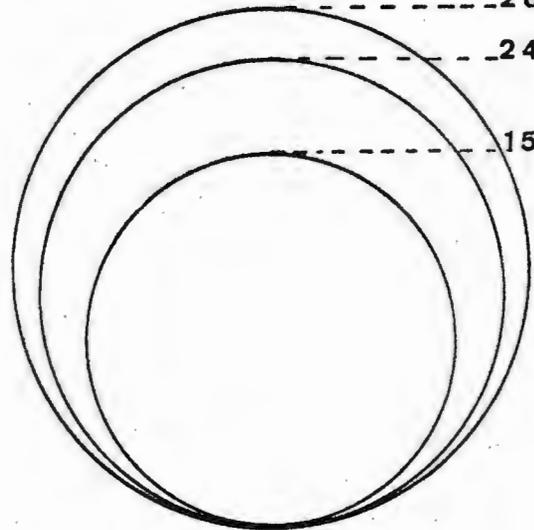
fig 6

ITATIBA

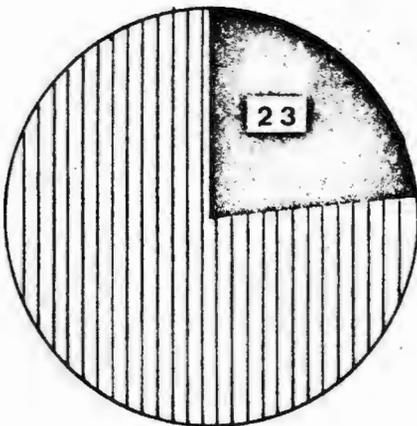
População

rural 
e
urbana 

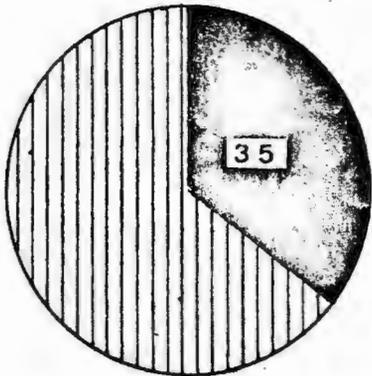
HAB.
28 000
24 000
15 000



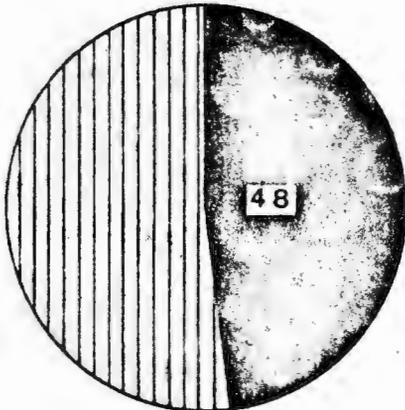
1934



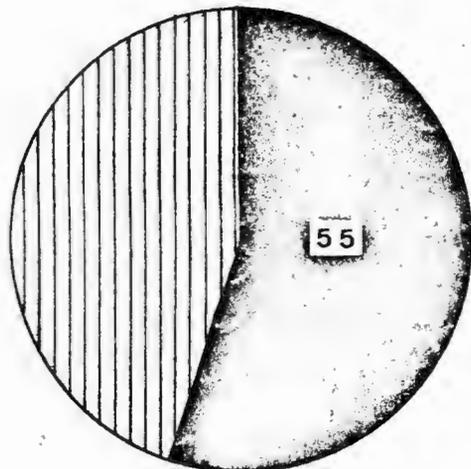
1940



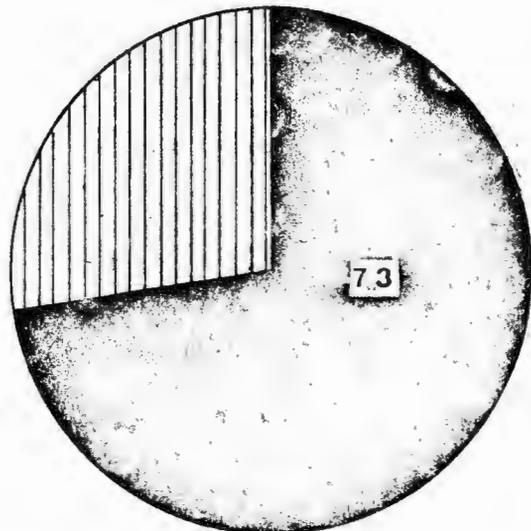
1950



1960



1970



abandonava o campo, embora se verificasse, entre 1930 e 1940, um aumento da população urbana. Esse aumento, porém, não corresponde ao número de habitantes que deixou a zona rural (Figura 6). A população urbana, entre 1934 e 1940 tem um aumento de pouco mais de 1 000 pessoas, enquanto a perda de população da zona rural é de mais de 4 700 pessoas. Portanto, não era a cidade que estava recebendo todo o contingente humano evadido do campo. A população urbana passa, no entanto, a representar 35,2% da população do município quando em 1934 era apenas 22,7 por cento. Mesmo assim, a zona rural retém ainda, em 1940, 64,8% da população de Itatiba, o que significa que a município continua a ser predominantemente rural. Convém notar que o próprio centro urbano é atingido pela crise do café na sua vida funcional, apesar do aumento de população que se verifica.

Referindo-se aos centros urbanos da zona de Amparo, nesse período, Silveira (10) observa que "o enfraquecimento do movimento comercial com as fazendas e sitiantes deixou as aglomerações quase sem funções, conduzindo-as quase a cidades mortas". Itatiba vivera até então na dependência exclusiva da lavoura cafeeira. As próprias indústrias existentes (Fábrica de Fósforos Santa Rosa, fábricas de tecidos e uma indústria de meias) tinham surgido em consequência de condições criadas pela lavoura cafeeira, e as lojas e armazéns da cidade, o comércio, enfim, tinha na zona rural sua maior freguesia. A própria sociedade urbana tinha nos fazendeiros da redondeza sua classe privilegiada. Desde há muito se criava o hábito entre os fazendeiros do município de terem uma casa na cidade onde a família vivia grande parte do ano. Ainda hoje, em volta da praça da matriz, que corresponde ao sítio primitivo da cidade,

podem ser vistas algumas dessas casas que datam da segunda metade do século passado, e que foram residência dos fazendeiros de café, que até 1930 constituíram a alta burguesia de Itatiba (Fotos 19 , 20 e 21).

Toda a evolução do centro urbano esteve até a década de 30 estreitamente ligada a essa classe de proprietários rurais. Vereadores, chefes políticos, prefeitos saíam todos de famílias de fazendeiros locais (11). A cidade vivia em função de uma sociedade rural que tinha seus fundamentos na monocultura cafeeira. Com o declínio do café, o marasmo em que iria permanecer por muito tempo a economia do município teria forçosamente que se refletir nas funções e na fisionomia da cidade que, nesse período, não ia muito além de seus limites da década de vinte.

O que se pode concluir é que a década de 1930-1940 assinalou profundas modificações na estrutura agrária do município, dentre as quais as mais marcantes foram:

- a) fragmentação da grande propriedade que chega a desaparecer quase completamente do município;
- b) aparecimento de novas categorias de proprietários: antigos assalariados, ex-colonos e elementos que procedem dos centros urbanos;
- c) recuo da cultura do café que representa, em 1920 mais de 70% da área cultivada e, em 1940, em consequência da retração que se verificou nessa mesma área, cai para menos de 65% (a área plantada com café e o número de cafeeiros em 1940 atestam o declínio desse cultivo no município);
- d) ampliação das áreas de pastagens que se estendem sobre antigos cafezais abandonados;

- e) incremento da pecuária, principalmente do rebanho bovino, que passou de 7 346 cabeças em 1920 para 12 324 em 1940;
- f) perda de população nas áreas rurais (o valor do decréscimo de população do município foi, em 1940, de 32%, um dos mais altos da região);
- g) êvasão da população rural para as zonas pioneiras do Estado, para centros urbanos maiores, como Campinas e São Paulo, e para a sede do município (a população urbana que em 1934 representava apenas 22,7% da população do município, eleva-se em 1940 a 35,2%, embora a cidade de Itatiba, a essa época, não possa ser considerada como um centro dinâmico, com capacidade de polarizar as áreas à sua volta).

B - A reorganização

1. O processo de reagrupamento da propriedade

Se a década de 1930-1940 marcou para as zonas cafeicultoras do Planalto Cristalino de São Paulo o desmoronamento de toda uma estrutura econômica e social, os anos de 1940 e 1950 já representam o esboço de novas formas de estabilidade. A fase da economia voltada exclusivamente para os mercados externos encerrara-se definitivamente com a crise de 1930.

A década de 1940-50 iria marcar o início de um processo de urbanização intensa em todo o Estado e, conseqüentemente, o aparecimento de um mercado interno com capacidade para absorver uma produção agrícola diversificada. Os centros urbanos de Campinas e Jundiaí, próximos a Itatiba e, especialmente, a capital do Estado, na década de 1940-50, vão ter o seu crescimento populacional acelerado em conseqüência de um

processo de industrialização que nesse período se intensifica. As áreas rurais passam então a produzir em função dos novos mercados consumidores, sobretudo do mercado paulistano. A expansão da rede viária e a rapidez dos transportes vão fazer com que certos produtos cultivados até então no "cinturão verde" da metrópole paulistana emigrem para áreas mais distantes. A batata inglesa, as frutas em geral e certos produtos hortícolas passam a ser cultivados em áreas cada vez mais afastadas. Os centros urbanos em expansão não são apenas os consumidores de uma produção agrícola que se torna cada vez mais diversificada, mas os receptores de toda uma numerosa mão de obra rural que o descalabro da lavoura cafeeira expulsara do campo.

Na década anterior as populações que abandonavam a velha zona cafeeira do Planalto Cristalino, dirigiam-se principalmente para outras áreas rurais do Estado, sobretudo para aquelas onde a lavoura algodoeira se encontrava em pleno desenvolvimento. Agora são os centros urbanos, onde o processo de industrialização ganha vulto, que vão atrair as populações que deixam as áreas rurais. Monbeig (12) referindo-se a esse êxodo rural da década de 1940-50 diz: "Parte dos habitantes do campo seguiu para as frentes pioneiras, mas a maioria emigrou para as cidades; e não apenas para a capital e seus satélites, mas também para todas as cidades pequenas do interior do Estado". Industrialização, expansão urbana e desenvolvimento da rede de comunicações criavam, assim, uma nova conjuntura econômica no Estado de São Paulo, na qual o município de Itatiba se iria integrar.

Nas velhas zonas cafeeiras do rebordo do Planalto

Cristalino que, na década de 1930-1940, tinham visto o esfacelamento da grande propriedade monocultora, os anos de 1940 a 1950 foram assinalados por um processo de reagrupamento da propriedade fundiária. O incremento da pecuária exigindo áreas maiores foi um dos determinantes desse processo. Desencorajados com a decadência do café, os fazendeiros voltaram-se para a pecuária numa tentativa de substituir uma atividade rural por outra que melhor se adaptasse às novas condições da região.

Por outro lado, a considerável melhoria das comunicações, especialmente a construção da rodovia São Paulo-Serra Negra, passando por Itatiba e Amparo, vai aproximar da metrópole paulistana toda essa área, valorizando a terra e criando condições favoráveis à especulação financeira. São banqueiros, comerciantes e industriais de São Paulo que se lançam ao negócio da compra de terras, prevendo uma valorização futura.

Um outro fator vai concorrer também para o processo de reagrupamento da região: é a volta do próprio café a algumas destas áreas. Se até 1940 o recuo do café fora contínuo em todo o rebordo cristalino do planalto e em Campinas, o Censo de 1950 mostra que ele ^{voltava} a ser cultivado, em escala crescente, em Amparo, Bragança e Campinas, passando a produção desses municípios de 3 589, 4 252 e 2 691 toneladas, em 1940, para 4 426, 5 284 e 3 204, respectivamente em 1950 (Figura 5). A distância cada vez maior a que se achavam as áreas produtoras, especialmente a zona pioneira paranaense, dos portos de escoamento, provocava um movimento de retorno às velhas zonas cafeeiras do fim do século passado e começo do atual. Nos primeiros anos da década de 50, a alta dos preços

do café no mercado internacional iria acentuar esse retorno. Araujo Filho (13) a ele se refere quando diz: "atestam através de notícias de jornais e de revistas especializadas, o crescer dêsse movimento de retôrno e recuperação das chamadas zonas velhas". Monbeig (14), escrevia também na mesma época: "A ressurreição da cafeicultura é manifesta em tôdas as velhas regiões do café: no vale do Paraíba que foi, de certa maneira, o berço do café em São Paulo; nos contrafortes da Mantiqueira, assim como na fronteira de São Paulo e Minas Gerais ...". Assim, o desenvolvimento da pecuária, a especulação imobiliária e o retorno da cafeicultura, foram os responsáveis pelo processo de reagrupamento da propriedade que se verificou entre os anos de 1940 e 1950 em toda a zona dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira e nos municípios de Jundiaí e Campinas (Figura 7).

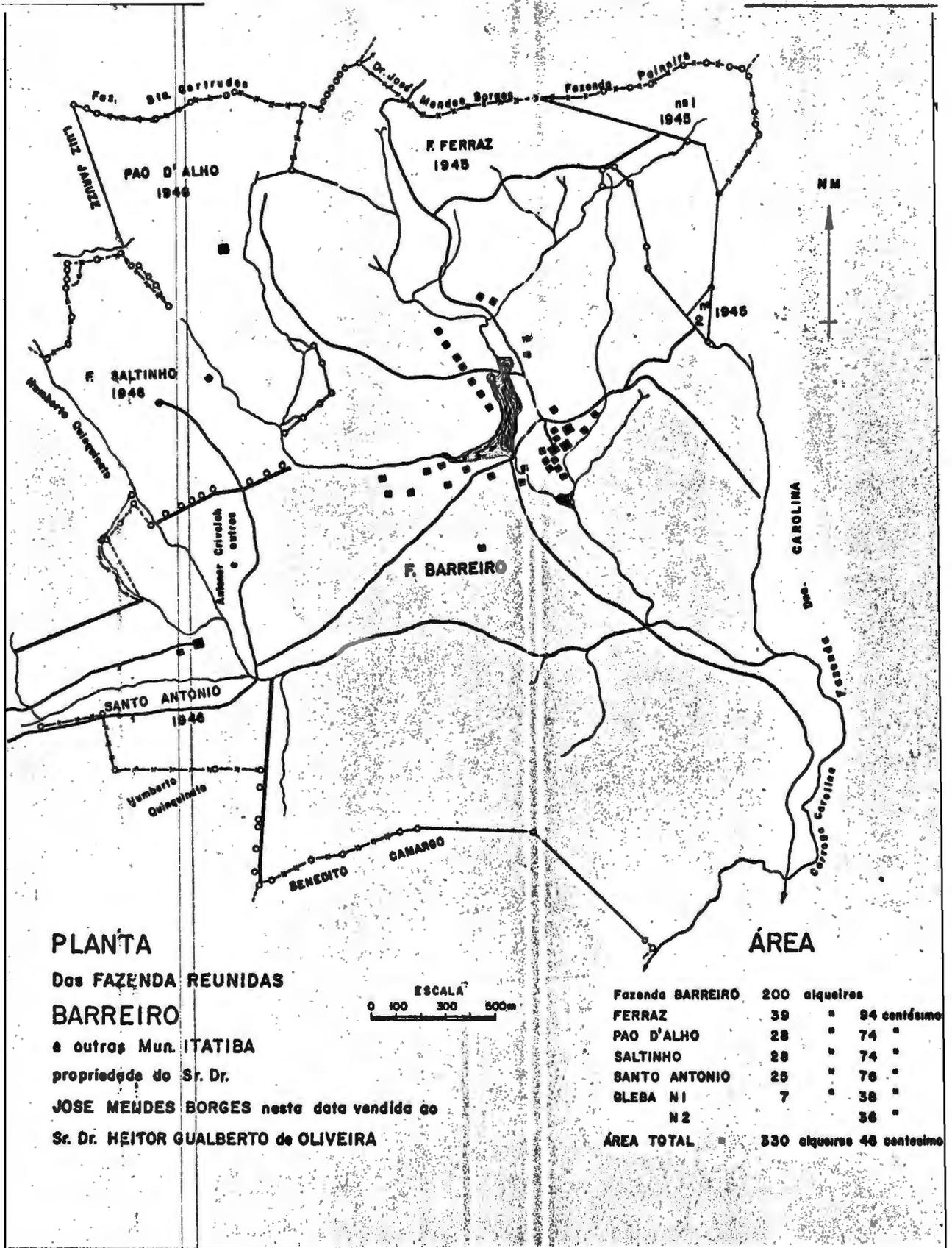
Os primeiros dados que evidenciam o reagrupamento em marcha no decorrer desse período são os fornecidos pelos Censos de 1940 e 1950 (Quadro 8). Observa-se, em 1950, que nos municípios de Amparo, Atibaia, Bragança, Campinas e Jundiaí, o número de estabelecimentos rurais reduz-se aproximadamente a metade do que era em 1940 e, em Itatiba, a menos da metade, pois de 622, em 1940, cai para duzentos e cinquenta e nove.

QUADRO 8

Número de estabelecimentos rurais (Censos de 1940 e 1950)

Anos	Amparo	Atibaia	Bragança	Campinas	Jundiaí	Itatiba
1940	1 015	1 282	2 218	2 037	969	622
1950	522	541	1 801	1 434	503	259

FIG 7



Procuramos reconhecer a amplitude desse movimento no município, através de pesquisa feita no Registro de Imóveis da cidade, acompanhando as transações de imóveis rurais, por um período de cinco anos, de 1945 a 1949. Não conseguimos dados que nos permitissem a cartografiação do processo, mas alguns exemplos poderão evidenciar as proporções que alcançou no município. Um banqueiro do vizinho Estado de Minas Gerais efetuou, nesse período, 23 compras de terras englobando fazendas, sítios, partes de fazendas e de sítios, e glebas não identificadas, totalizando 1 210,3 hectares. Estas terras, constantes de áreas contíguas, situadas em bairros confinados, como Morro Azul e Pintos, foram reunidas a uma outra propriedade, adquirida anteriormente pelo mesmo comprador, formando uma única fazenda de mais de 2 000 hectares de extensão. Grande parte dessas terras permanece até hoje inaproveitada, servindo apenas de pastos ocasionais. Em algumas o novo dono mandou passar o trator, destruindo casas de moradia, paióis e arrancando plantações para impedir um eventual estabelecimento de intrusos. Nem a capela do bairro que ficava dentro dessas terras escapou à demolição. A Fazenda Malabar, localizada no bairro do Porto, à margem da rodovia que vai para Serra Negra, reunia nesse mesmo período, através de cinco compras sucessivas, 978,4 hectares. No bairro dos Cocais, um comprador requer "averbação da circunstância de ter reunido num só, sob a denominação de Fazenda Santa Cruz os três imóveis objeto daquelas transcrições, ou seja a Fazenda Bom Retiro, o sítio no bairro Santo Antonio e a Fazenda Santa Cruz". No bairro do Pinhal, a Fazenda Paracatu e o sítio São Benedito são adquiridos pelo mesmo comprador que a eles incorpora mais uma gleba nos bairros dos Leites e Pinhalzinho, somando 273,6 hectares. Os sítios Pau d'Alho, Saltinho, Santo Antonio, um

terreno destacado da Fazenda Ferraz e mais duas glebas são reunidas em uma propriedade de 773,3 hectares. O adquirente dos imóveis Alagado e São Bento requer que a propriedade constituída pela junção dos dois passe a ter o nome de Fazenda Brasil (105,6 ha.). Nos bairros do Morro Azul e Mato Dentro três "partes de terras" perfazendo 271,0 hectares são adquiridos por um só comprador que aí instala uma fazenda de criação. O proprietário da Fazenda Santa Gertrudes (459,4 ha.), no distrito de Morungaba, adquire a Fazenda Pedra Branca, parte da Fazenda Palmeiras e mais duas glebas num total de 128,7 hectares.

Há ainda vários casos de sítios que foram loteados e postos à venda, e um mesmo comprador adquiriria 4 e às vezes até 10 glebas, já reagrupando antes mesmo que o processo de fragmentação se consumasse.

Em geral, os incorporadores de grandes áreas são pessoas que não residem no município e que, via de regra, não são agricultores. Há porém os casos de sitiantes, em bairros mais afastados como Morro Azul e Mato Dentro, que vão adquirindo glebas umas após outras incorporando-as à sua propriedade sem aproveitá-las e deixando-as, as mais das vezes, como pastos que são alugados para invernadas.

Além de um processo de reagrupamento que se evidencia nos exemplos citados, nota-se também no quinquênio 1945-1949 uma grande atividade de compras e vendas de imóveis rurais no município. Vendas totais e parciais somam 347 transações de terras. Algumas propriedades são vendidas, duas, três vezes e até mais nesse período. As transações mais frequentes se efetuam entre as pequenas propriedades e "partes

de terras". Tentamos agrupar em categorias dimensionais as propriedades vendidas e verificamos que, tanto nas vendas totais como nas parciais, as transações mais numerosas ocorrem nas faixas de até 10 e de 10 a 50 hectares (Quadro 9). Observamos que, apesar dos casos de reagrupamento comprovados pela pequena amostragem que fizemos e da diminuição do número de estabelecimentos rurais que o Censo de 1950 registra para o município de Itatiba, a pequena propriedade, considerando-se 50 hectares seu limite superior, continua predominante.

QUADRO 9

Vendas de propriedades rurais no município de Itatiba (1945-1949)

Categorias dimensionais	Vendas totais		Vendas parciais	
	Nº de propriedades	Área (ha.)	Nº de propriedades	Área (ha.)
0 a 10	28	180,4	132	616,1
10 a 50	39	847,4	33	1 577,3
50 a 100	11	785,6	14	1 102,9
+ de 100	24	4 848,3	8	1 082,2
Totais	102	6 661,7	187	4 378,5

2. As novas modalidades de uso da terra

A utilização do solo, na década 1940-1950, denota ainda um pouco da indecisão que caracterizou a década anterior, embora já se delineiem nitidamente algumas das diretrizes que ~~not~~ seriam mais tarde a reorganização agrária do município.

O que chama a atenção, logo à primeira vista é a diminuição da área total dos estabelecimentos. (Fig.2).

A diminuição da área cultivada é outra característica da década 1940-1950 para todos os municípios que estamos considerando. Em todos eles essa redução da área cultivada é bastante acentuada. No caso de Itatiba corresponde a mais da metade da área total dos estabelecimentos. Por outro lado, nota-se que, com exceção de Atibaia e Jundiá, todos os outros municípios tiveram suas áreas de pastagens aumentadas, o que explicaria, em parte, a retração da área cultivada (Figura 3). No Censo de 1950, em todos eles também, excetuando-se Bragança, as áreas de pastagens são maiores que as áreas cultivadas. Observando-se as Figuras três e quatro, conclui-se que a expansão da pecuária determinou a transformação dos campos de cultivo em pastagens. Afora Jundiá, que teve seu rebanho bovino diminuído em 1950, verificou-se em todos os outros um extraordinário incremento da pecuária, especialmente em Campinas e Amparo. Itatiba teve, comparando-se com os demais, um aumento bem pouco expressivo, pois foi de cerca de 1 000 cabeças, enquanto em Campinas e Amparo foi de 18 000 e de 10 000 aproximadamente. Assim, em Itatiba, na década de 1940-1950, ocorreu uma retração muito grande da área cultivada e uma ampliação da área de pastagens que o aumento do rebanho bovino por si só não justifica. Mesmo levando-se em conta a fragilidade dos dados de que nos servimos, os dos Censos de 1940 e 1950, somos levados a supor que em Itatiba teria ocorrido mais um abandono de áreas cultivadas que foram computadas como pastos do que propriamente um incremento muito acentuado da pecuária. Pelo menos a expansão da pecuária em Itatiba nem de longe se assemelha à que se verificou em Bragança, Campinas e Amparo.

Outro fato que já se havia constatado na década anterior e que se acentua nos anos de 1940 a 1950 é o recuo da área plantada com café (Figura 2). Em Itatiba, dos 3 923 hectares cultivados em 1950, somente 759 hectares são ocupados pela lavoura cafeeira, correspondendo a apenas 19,3% da área cultivada do município. Em 1950, 67 estabelecimentos rurais declararam possuir cafezais em contraposição a 230 declarados no Censo anterior, O total de cafeeiros, incluindo-se plantas novas e em produção, era de 1 730 973, em 1940, enquanto em 1950 não chegava a 700 mil. O café continuava, assim, em recuo em toda a área e, especialmente, no município de Itatiba, onde a média de cafeeiros por estabelecimento é a mais baixa. Os dados referentes à produção vêm confirmar a decadência da monocultura que, por mais de três quartos de século, fora a única riqueza do município (Figura 5). Em 1950, a produção de café em Itatiba é de 376 tonaladas, inferior, portanto, à de 1940, que fora de 592 toneladas. O movimento de retorno do café, a que já nos referimos anteriormente, não aparecia ainda nos totais de produção. Os cafezais novos, já existentes nessa época em várias propriedades do município, não se achavam ainda em idade de frutificar. Em outros municípios, porém registrou-se em 1950 um aumento de produção, o que não deixa de causar estranheza, pois, em todos eles o número de cafeeiros é menor do que em 1940. Assim, em Amparo e Bragança, o Censo de 1950 registra um aumento de produção de aproximadamente 1 000 toneladas, enquanto Atibaia, Jundiá e, de modo mais expressivo, Itatiba, continuam com sua produção cafeeira em declínio.

Os cereais, que sempre constituíram a base da ali-

mentação caipira e, por isso mesmo, representavam a maior parte da produção das pequenas propriedades, como o arroz, o feijão e o milho, continuam sendo cultivados, embora se verifique nesse decênio uma queda geral da produção em todos os municípios de que estamos tratando. Só o arroz aumenta de produção em Amparo, Bragança e Campinas. Itatiba apresenta um decréscimo constante na produção dos três cultivos de roça mais típicos da área. O algodão, que na década anterior havia sido experimentado como uma solução de emergência face à crise do café, decai em todos os municípios chegando mesmo a desaparecer completamente de Itatiba, assim como a cana, cuja produção é de apenas oito toneladas.

O fato novo no quadro da utilização do solo em Itatiba é o incremento da cultura da batata inglesa, da vinha e da horticultura, especialmente do tomate (Figura 5). A produção de batata de 101 toneladas em 1940, eleva-se a 128 toneladas em 1950 e a de uva, que o Censo de 1940 não menciona (15) é de 198 toneladas. Os números são pouco significativos (basta lembrar que Jundiá, em 1950, já tinha uma produção de uva de 5 313 toneladas e Atibaia produzia 735 toneladas de batata), mas esboçam uma tendência para novas formas de utilização do solo e de reorganização do espaço agrário, finda a era cafeeira no município. A horticultura se destaca também através do retorno de um cultivo tradicional no município, o cultivo do tomate. No "Almanak de Itatiba" do ano de 1905 já o encontramos entre os produtos agrícolas. Comparada à de Amparo, Atibaia e Campinas, a produção de tomates de Itatiba é de pequena importância: o seu significado, porém, é o de indicar uma tendência visível à maior diversificação da agricultura, no município. Produto perecível como a uva, o tomate iria,

graças às novas condições de transporte, encontrar, daí por diante, na metrópole paulistana, um mercado consumidor sempre disponível.

Por sua posição geográfica e pelas condições ecológicas, Itatiba, no decênio 1940-1950, apresenta-se como uma área de convergência de influências diversas e nem sempre conciliáveis. De um lado, os vinhedos de Jundiá avançam através de suas terras, já desenhando um tipo de malha fundiária própria; do outro, Atibaia, com seus cultivadores de batata, e Amparo e Bragança, definindo-se como áreas de criação, vão influir em toda faixa entre os rios Atibaia e Jaguari, que pelas condições mesmas da topografia e pelas origens do povoamento com esses municípios se identifica.

3. As mudanças no quadro demográfico

A década de 1940-1950 marca também para Itatiba o início de um processo de recuperação demográfica. A população do município que, desde 1920, não cessara de decrescer, retoma então seu ritmo de crescimento. O Censo de 1950 registra um total de 17 212 habitantes para Itatiba, o que significa um aumento de mais de 1 500 habitantes em 10 anos (Figura 6). Embora esse incremento esteja abaixo dos índices equivalentes ao saldo vegetativo (16) expressa uma retomada de crescimento demográfico em um município que vinha há mais de 20 anos sofrendo uma perda contínua de população. Fato significativo também no quadro demográfico do município é o incremento da população urbana que de 35,2%, em 1940, passa a 48% em 1950, igualando-se quase ao contingente rural que até então havia sido muito mais numeroso. Essas percentagens refletem o processo de ur-

banização que, a partir de 1940, ganha vulto no Estado de São Paulo, especialmente nas áreas mais próximas e mais ligadas à metrópole paulistana. O forte êxodo rural que, na década anterior, se dirigia principalmente para outras áreas do Estado, passa a orientar-se totalmente para a sede do município, onde o desenvolvimento do setor industrial é um atrativo para as populações da zona rural. A recuperação demográfica se faz, portanto, quase exclusivamente nos quadros urbanos e suburbanos: a população rural continua em decréscimo. Na década seguinte, o contingente urbano ultrapassa o rural, e Itatiba começa a receber um contingente migratório procedente de outros municípios.

Comparado aos municípios vizinhos, o quadro demográfico de Itatiba, na década de 1940-1950, apresenta-se menos promissor que o de Jundiaí, cujo índice de crescimento é muito maior (o aumento da população entre 1940 e 1950 foi de cerca de 10 000 habitantes), mas não é desalentador como o de Amparo, que continua perdendo população (de 35 239 habitantes em 1940, a população do município cai para 31 314 em 1950).

Podemos concluir que a década 1940-1950 marcou para Itatiba o início de uma reorganização do espaço agrário, não mais exclusivamente em função do café mas de elementos novos ou tradicionais que, a partir desse momento, passam a intervir na estrutura rural do município.

Sintetizando os acontecimentos que irão ter uma atuação decisiva na reorganização do espaço agrário em Itatiba, teremos:

- a) expansão da pecuária constituindo nova forma de utilização do solo;

- b) processo de reagrupamento da propriedade, consequência do desenvolvimento da criação de gado e da especulação imobiliária;
- c) evolução da agricultura do município para a policultura, através de novos cultivos e do incremento de cultivos tradicionais. Entre os novos cultivos, o de maior importância é o da batata, que irá desempenhar na década seguinte um papel de destaque na economia do município, além de introduzir novas técnicas de cultura e um novo elemento humano, o japonês, no meio rural itatibense: entre os cultivos tradicionais, o da vinha e o do tomate destacam-se por esboçar uma tendência que se vai configurar no decênio seguinte, o da evolução do município para zona de fruticultura e horticultura;
- d) aparecimento de uma classe de proprietários não agricultores, inteiramente desvinculados do meio rural, muitas vezes absenteístas;
- e) êxodo rural em direção à sede do município que, assim, terá aumentado seu contingente populacional.

Itatiba começava, assim, a emergir da profunda depressão econômica gerada pela crise cafeeira de 1929-1930. A estagnação que já vinha durando há mais de dez anos chega ao fim:

N O T A S

1. José Ribeiro de Araujo Filho - Op. cit. p. 125.
2. Carlota Pereira de Queiroz - Um fazendeiro paulista no século XIX; Manoel Elpidio Pereira de Queiroz. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1964, p. 85.
3. O Censo Agrícola de 1920 considerou "estabelecimento rural toda extensão de terra sujeita a administração exclusiva de um proprietário, arrendatário, interessado, ou administra-

dor que faça diretamente a exploração da lavoura ou da criação, por si ou com o auxílio de pessoal remunerado." Não foram, entretanto, "considerados estabelecimentos rurais os quintais, as hortas e as chácaras, pertencentes às casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a respectiva produção se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio". Foram excluídas do Censo Agrícola de 1920 as propriedades rurais cuja produção anual não atingiu quinhentos cruzeiros.

De acordo com o Censo Agrícola de 1940 "como estabelecimentos agropecuários foram recenseados sem limitação de área nem do valor da produção, todos os que se destinam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que, sem essa finalidade imediata, como as chácaras e sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento". Censo Agrícola de 1950, Estado de São Paulo, Série regional, vol. 25, tomo 2, ps. XIII e XIV.

4. As categorias dimensionais estabelecidas pelo Censo de 1920 não permitem comparação com as do Censo de 1940. O Censo de 1920 agrupa as propriedades do município de Itatiba nas seguintes categorias: até 40,0 ha. - 159; de 41 a 100 : 71; de 101 a 200: 31; de 201 a 400, 38; de 401 a 1 000: 27; de 1 001 a 2 000: 0 e de 2 001 a 5 000: um.
5. João Dias da Silveira - Op. cit., p. 625.
6. Idem, p. 627.
7. Ibidem, p. 625.
8. Pierre Monbeig - Op. cit., p. 255-256.
9. João Dias da Silveira - Op. cit., p. 625. "Diante de tudo isso surge a migração. Os colonos tentados pelos resultados da exploração algodoeira de outras zonas emigram e a região já acusa falta de braços. Tivemos oportunidade de conhecer uma propriedade de 100 alqueires de terra que possuía apenas duas famílias de colonos. Em outro ponto encontramos cafezal maduro mas que não se colhia porque não havia mão-de-obra. A safra se perdia no cafezal. Os pequenos trabalhadores existentes tornando-se bastante exigentes; não trabalham "à trato". Querem ganhar por dia e exigem 5\$000 a 6\$000 diários, ordenado muito acima do comum nesse serviço. Mas é muito grande o número dos que deixam a região, por toda parte se encontram casas abandonadas e chegam mesmo a ameaçar desaparecer vilas de função agrícola (Entre Montes). Foi diante dessa situação que apareceu o gado, pois os fazendeiros colocados à frente de tão delicada realidade, lançam mão da criação como de economia compatível com a baixa densidade demográfica que se vai estabelecendo".
10. À página 626, da mesma obra, João Dias da Silveira, ao descrever a decadência dos centros urbanos da região de Amparo após a crise do café diz: "O verdadeiro papel desses núcleos (Amparo, Pedreira, Serra Negra, etc.) era o de empório das fazendas vizinhas; era com eles que os fazendeiros faziam seu comércio, aos sábados e domingos as cidades eram

tomadas por verdadeiras levas de colonos que vinham adquirir provisões para a semana, bem como vender alguns produtos de sua agricultura".

11. A primeira Câmara de Vereadores, eleita em 1857, era constituída em sua grande maioria de fazendeiros como João Batista de Lacerda, Eugênio Joly, Antonio Soares Muniz, José Pires de Godoy, entre outros; os chefes dos partidos políticos como Francisco Rodrigues Barbosa, chefe do Partido Republicano em 1905 e dono da fazenda Jurema; Maneco Bueno, fazendeiro de Barra Mansa, membro do Diretório político e Juiz de Paz; Herculano Pupo Nogueira, prefeito municipal em 1915; Benedito Franco de Godoy, chefe político de Barra Mansa e membro do Diretório do Partido Republicano de Itatiba em 1917; Camilo José Pires chefe do Partido Conservador era o proprietário da Fazenda Paraíso; Pedro Elias de Godoy, prefeito municipal em 1925 pertencia a uma das mais antigas famílias de fazendeiros da região, ele mesmo dono da Fazenda São Bento.
12. Pierré Monbeig - Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957, p.182.
13. José Ribeiro de Araujo Filho - Op. cit., p. 109.
14. P. Monbeig - Op. cit., p. 184.
15. O Censo de 1940 declara que a produção vem especificada no quadro 48 juntamente com a de batata, fumo em folha e em corda, laranjá e trigo. Não a encontramos, no entanto, no quadro citado.
16. Plano Diretor de Morungaba, Ruy Ohtáke, arquiteto e Eugenia Paesani, socióloga, ano de 1967.



Foto 19 - No ano de 1859 o dono da Fazenda dos Pereiras construía no Largo da Matriz sua casa da cidade, que ainda hoje se conserva tal como há cem anos atrás.



Foto 20 - Residência de fazendeiro de café do ano de 1875. De proporções mais modestas, já não tem a mesma simplicidade de linhas da anterior.

(Fotos Renato Herz)



Foto 21 - Residência de fazendeiro construída no fim do século (1895). Platibanda e portal com detalhes mais trabalhados que as anteriores.

(Foto Renato Herz)

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO

A - A evolução da malha fundiária

Na década de 1940 a 1950, os processos determinantes da evolução da malha fundiária no município de Itatiba — o reagrupamento e a fragmentação — atuaram simultaneamente, embora o reagrupamento assumisse proporções mais surpreendentes, não só pelo número de casos constatados (o Censo de 1940 dá para Itatiba 622 estabelecimentos rurais e o de 1950, apenas 259), como também pela extensão das áreas reagrupadas. No decênio por nós estudado, 1956-1966 vai ocorrer uma desaceleração no ritmo do processo de reagrupamento, enquanto o fracionamento da propriedade fundiária se intensifica. O fenômeno por nós observado nos 20 bairros do município escolhido como amostra (14 em Itatiba e seis em Morungaba) é comprovado pelos dados do Censo de 1960 que registrou 554 estabelecimentos rurais em Itatiba.

Mesmo levando-se em consideração as tão conhecidas falhas dos dados censitários no país, não há dúvida de que ocorreu um aumento considerável do número de estabelecimentos rurais no município. Nos 20 bairros que constituem a amostragem por nós utilizada, o número de propriedades rurais elevou-se de 399, em 1956, a 554 em 1966 (o cadastramento do IBRA registrou nesse ano um total de 1 543 estabelecimentos rurais para os municípios de Itatiba e Morungaba). Das 399 propriedades existentes nos bairros por nós selecionados para pesquisa no ano de 1956, 269 conservaram a mesma área, 35 tiveram sua área aumentada e 32 diminuíram de extensão. As alterações

verificadas ocorreram em virtude de vendas parciais, desmembramentos por herança e loteamentos. Os três processos foram responsáveis pelo aumento do número de propriedades rurais no município, isto é, pelo fracionamento ocorrido no decênio 1956-1966 (Figura 8).

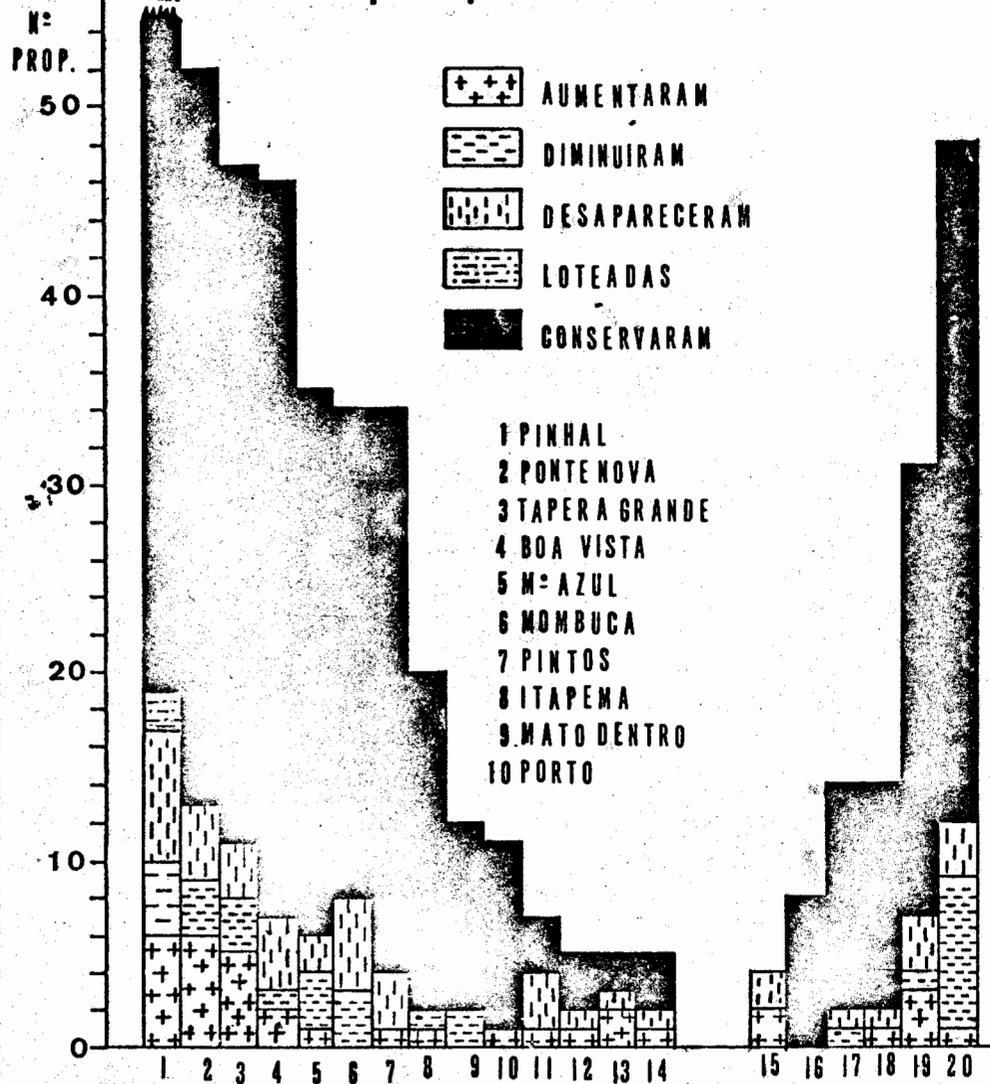
1. A fragmentação

O processo de fragmentação não foi da mesma ordem para todos os bairros estudados. Foi mais intenso naqueles que se acham mais próximos dos centros urbanos, especialmente de Jundiaí e Itatiba, e nos que são mais bem servidos por vias de comunicação. Ao longo da rodovia São Paulo - Serra Negra atingiu proporções maiores, mas ocorreu, em menor escala, à beira das estradas municipais que se dirigem para Campinas, Louveira e Bragança Paulista. Pode-se afirmar também que a fragmentação foi mais ativa nos bairros onde já predominava a pequena propriedade e onde a presença do elemento de origem italiana era mais marcada. Os bairros constituídos de grandes propriedades, como o Alagado, o Barreiro e os Pereiras em Itatiba, e o Brumado e o Jaguari em Morungaba, não sofreram fracionamento.

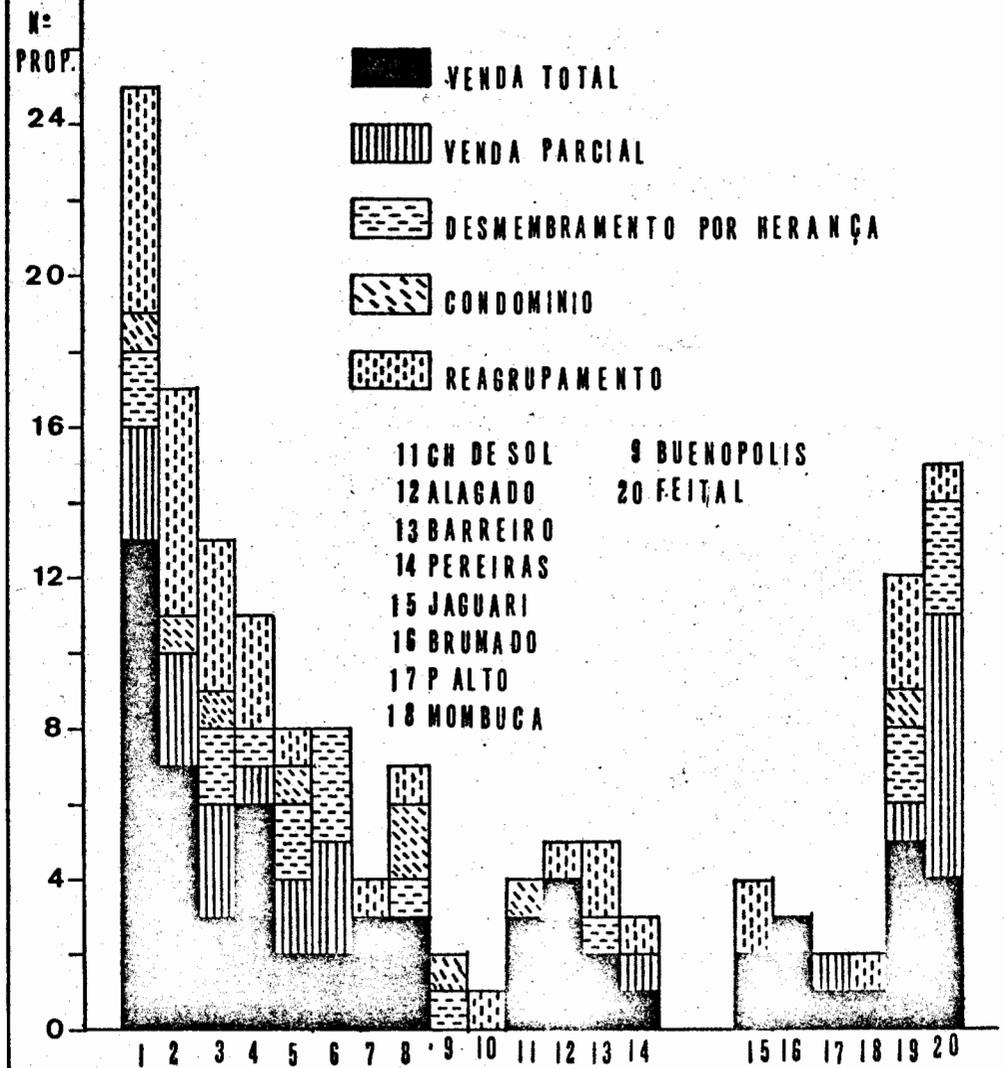
Alguns conservaram inalteradas as áreas de suas propriedades, como foi o caso dos Pereiras e do Brumado e, em outros, chegou mesmo a haver reagrupamento, reduzindo-se o número de seus estabelecimentos. O Barreiro, onde ocorreu um desmembramento por herança constitui uma exceção entre os bairros de grandes propriedades do município.

O agente mais ativo da fragmentação da propriedade fundiária em Itatiba durante a década de 1956-66 foi a divisão por herança. Verificaram-se 18 casos de partilha de terras entre herdeiros, o que representa uma alteração significa

Modificação na área das propriedades



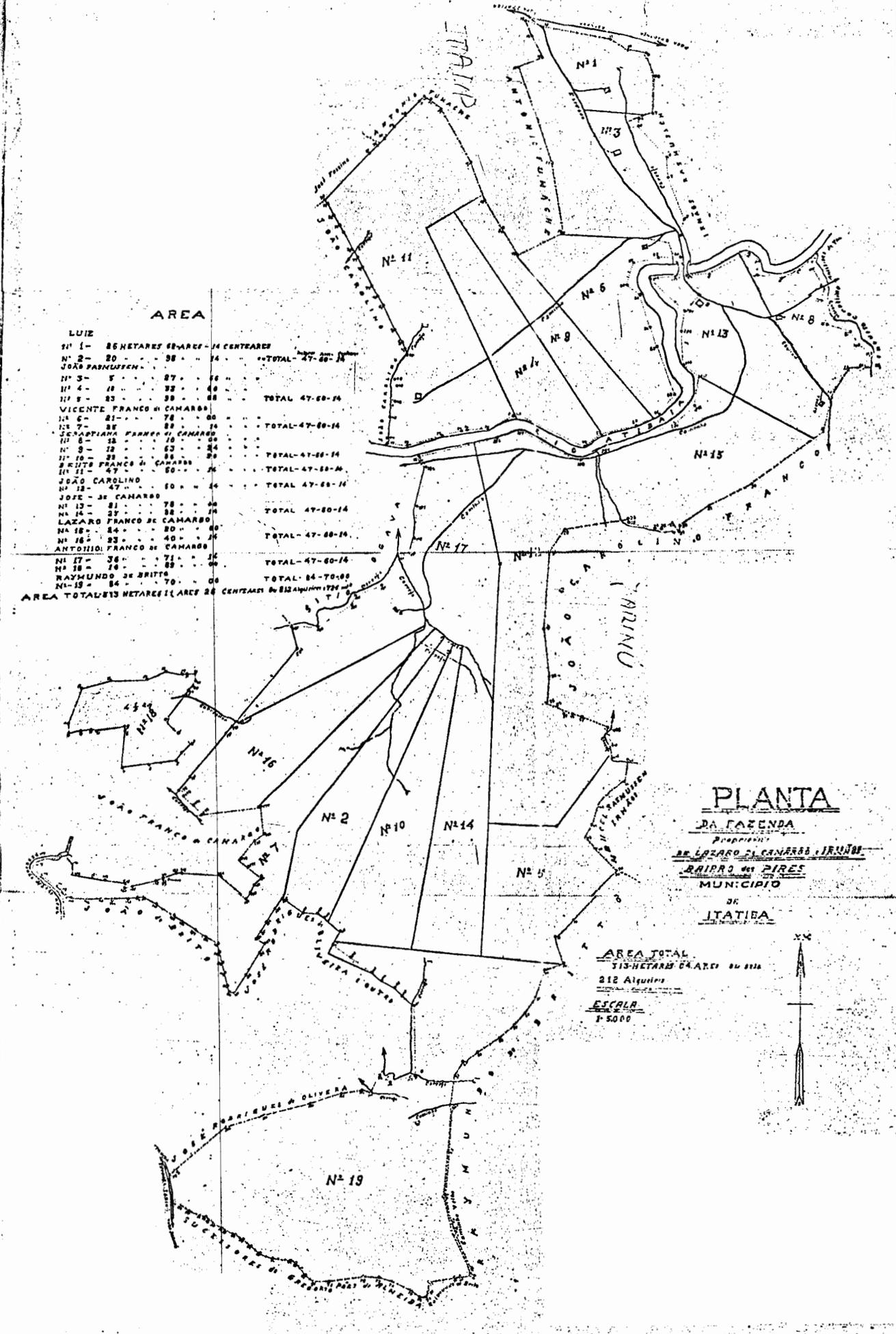
Causas da Modificação



tiva na malha fundiária, se considerarmos que uma só divisão pode dar origem a várias propriedades, como no bairro de Mombuca onde, da partilha de duas propriedades, surgiram 11 pequenos sítios. Muitas vezes essas divisões por herança não só fazem surgir um sem número de pequenas propriedades cuja exploração acaba por se tornar antieconômica, como criam um tipo de parcelamento caprichoso que torna ainda mais penoso o trabalho do campo. É freqüente o caso de todos os herdeiros reivindicarem um lote à beira da estrada ou próximo ao córrego que atravessa o sítio, e o resultado é receberem duas ou mais parcelas separadas umas das outras, estreitas nesgas de terreno de forma irregular, formando uma malha de traçado caprichoso e dissimétrico. Para impedir que esse tipo de divisão ocorra é que muitas famílias, especialmente as de origem italiana, organizam condomínios ou sociedades familiares que permitem aos vários membros de uma mesma família viverem da exploração de uma única propriedade. (**Figura 9**).

Outra modalidade de fracionamento ativa no município são as vendas parciais, isto é, a venda de partes de propriedades, o que geralmente ocorre também entre as propriedades de áreas menores. São sitiantes que vendem parte de suas terras a outros sitiantes, que as adquirem muitas vezes sem ter condições para explorá-las, com a finalidade única de umentar seu patrimônio fundiário. Não raro também essas vendas parciais vão dar origem a reagrupamentos, mas o mais freqüente no período que estamos analisando é a fragmentação. Registramos 23 dessas transações no decênio 1956-66, mas acreditamos que tenham sido em número muito maior. Casos houve em que propriedades inteiras foram vendidas parceladamente, ora dando origem a novas propriedades, ora favorecendo a

fig 9



AREA

LUIZ

Nº 1 -	85	HECTARES 60	ARÇES 14	CENTEADES	
Nº 2 -	20				TOTAL 47-60-14
JOÃO PARNUSSEN					
Nº 3 -	5		27		
Nº 4 -	18		32		
Nº 5 -	23		39		TOTAL 47-60-14
VICENTE FRANCO DE CAMARÃO					
Nº 6 -	21		78		
Nº 7 -	22		84		TOTAL 47-60-14
JENAPPIANA FRANCO DE CAMARÃO					
Nº 8 -	28		16		
Nº 9 -	12		62		
Nº 10 -	28		34		TOTAL 47-60-14
BRUNO FRANCO DE CAMARÃO					
Nº 11 -	47		60		
Nº 12 -	47		60		TOTAL 47-60-14
JOÃO CAROLINO					
Nº 13 -	21		78		
Nº 14 -	27		32		TOTAL 47-60-14
LAZARO FRANCO DE CAMARÃO					
Nº 15 -	24		30		
Nº 16 -	23		40		TOTAL 47-60-14
ANTÔNIO FRANCO DE CAMARÃO					
Nº 17 -	24		71		
Nº 18 -	16		63		TOTAL 47-60-14
RAYMUNDO DE BRITO					
Nº 19 -	84		79		TOTAL 84-79-00

AREA TOTAL 813 HECTARES 60 ARÇES 28 CENTEADES Ou 813,28 hectares 1792 m²

PLANTA

DA FAZENDA
Proprietários
DE LAZARO DE CAMARÃO E IRMÃOS
RUIRO dos PIRES
MUNICIPIO
DE
ITATIBA

AREA TOTAL
813 HECTARES 60 ARÇES 28 CENTEADES
212 Alqueires
ESCALA
1:5000



concentração. O controle exato das vendas parciais é mais difícil do que o das vendas totais, porque muitas transações desse tipo não têm ainda suas escrituras registradas não constando, portanto, do cadastramento do IBRA. No inquérito de campo, as informações sobre transações dessa ordem nem sempre são suficientemente claras. Geralmente trata-se de áreas reduzidas, variando entre dois e três hectares, raramente alcançando dez hectares, que vão constituir novas propriedades ou aumentar a área de outras já existentes, nesse caso funcionando como agentes de reagrupamento.

No decênio 1956-66, apenas dois loteamentos de grandes proporções ocorreram no município de Itatiba, ambos no bairro do Pinhal, à margem da rodovia São Paulo - Serra Negra e o meio caminho entre os centros urbanos de Itatiba e Jundiá. O maior loteamento, o da chamada "Encosta do Sol", originou-se de uma propriedade de 116,8 ha, o Sítio São Sebastião, que foi adquirido por um grupo empresarial de Itatiba e retalhado em 55 lotes com áreas que variam entre 4 896 m² e 14 200 m² (Anexo 1). O loteamento tem a frente voltada para a rodovia e é atravessado em toda a sua extensão por uma estrada municipal, que acompanha a baixa encosta do morro sobre o qual se estende a maior porção da área loteada. Os compradores são em sua maioria moradores de Jundiá, Itatiba e São Paulo que aí têm instalado chácaras de recreio, ou que, com essa finalidade adquiriram terra. Dentre as trinta e três vendas já efetuadas e registradas no IBRA, vinte e cinco foram feitas a cidadãos residentes nos centros urbanos vizinhos e na capital. Os lotes restantes foram adquiridos por lavradores, proprietários no bairro, que até agora não iniciaram a sua exploração e que, ao que tudo indica, estão apenas à espera de uma valorização compensadora para deles se desfazerem. O segundo lote-

mento abrange área menor e sua venda foi sustada pelo IBRA (apenas quatro vendas foram registradas nessa entidade e uma delas de 0,2 ha.) porque as parcelas muito reduzidas não tinham as dimensões mínimas exigidas por lei. A empresa está tentando, por via judicial, a revogação do impedimento para reiniciar as vendas (Anexo 2).

Os loteamentos, embora pouco numerosos ainda no município, representam um fator decisivo na alteração da malha fundiária. Vimos que apenas um loteamento deu origem a 55 pequenas propriedades, modificando completamente a malha fundiária do bairro, que teve o seu número de propriedades quase duplicado. Por outro lado, na situação atual, em que apenas dois loteamentos ocorreram, pode-se ter uma visão distorcida da realidade, pois o que aparece como uma profunda modificação no conjunto, agiu apenas em um bairro, no caso, o bairro do Pínhai, enquanto nos demais não se verificaram mudanças tão flagrantes. Basta somarem-se, aos demais bairros, as 55 propriedades do loteamento "Encosta do Sol", para se concluir erroneamente, que o processo de fragmentação através de loteamentos assumiu proporções excepcionais no município.

2. O reagrupamento

O processo de reagrupamento, como já dissemos acima, perdeu na década de 56-66, muito de seu dinamismo anterior. Registraram-se, no entanto, 34 casos entre grandes proprietários e sitiantes. Nos poucos bairros constituídos de grandes propriedades, os casos de reagrupamento foram mais frequentes. No bairro do Alagado, formado de apenas seis propriedades em 1956, totalizando 1 715 hectares, uma delas foi vendida em duas parcelas a duas outras propriedades do bairro. Tam-

bém no bairro do Barreiro, a Fazenda Baroneza (680,6 ha.) adquirida em 1959 pela Agência Marítima Johnson S/A teve sua área aumentada com a compra de outras glebas, algumas delas já situadas no vizinho município de Bragança Paulista, somando mais 474,4 ha. (1 555 ha. em 1967). O mesmo ocorreu com a Fazenda Barreira, no bairro do mesmo nome, cuja área foi acrescida de 62,9 ha de terras pertencentes também ao município vizinho. Em outro bairro de propriedades menores, a Tapera Grande, um exemplo de reagrupamento é o das propriedades adquiridas pela Duratex S/A, que passam a constituir um único domínio dedicado exclusivamente à silvicultura. No bairro do Chapéu do Sol, outra grande empresa continua, no mesmo período, aumentando seu latifúndio. O Sítio Santa Brígida (9,6 ha) e a Fazenda Palmeiras (36,3 ha) foram incorporados à Fazenda Santana, de propriedade da Companhia **Agrícola Comercial Santa Rita**.

Mas não são apenas entre grandes proprietários individuais ou grandes empresas que se encontram exemplos de reagrupamento no decênio 56-66. Também entre sitiantes, em bairros de propriedades menores, compras sucessivas de áreas contíguas são efetuadas pelo mesmo adquirente. Muitas vezes no IBRA essas glebas são registradas como propriedades distintas, embora na realidade constituam uma área contínua pertencendo ao mesmo dono. No bairro dos Pintos, um desses sitiantes chegou a reunir no decênio 1956-66, 13 glebas contíguas cujas áreas variam entre 2,4 ha e 20,6 ha, totalizando 136,6 ha. No Bairro da Ponte Nova, um outro pequeno proprietário, incorporou a seu sítio ^{várias} glebas vizinhas e transformou-o em propriedade de criação. Nos dois casos, porém, a utilização da terra é diversa. Enquanto o primeiro utiliza as várias glebas adquiridas apenas como invernadas que aluga a criadores do município, e outro, além de um rebanho bovino de mais de 100 cabeças, mantém em suas terras cultivos tradicionais como

milho, feijão e arroz e mais cerca de oito hectares de reflorestamento num esforço de diversificar e intensificar o aproveitamento do solo.

Atuando com intensidade diferente, ambos os processos, fragmentação e reagrupamento, constituíram um importante fator de mudança na estrutura fundiária do município de Itatiba. A fragmentação por herança, vendas parceladas ou loteamento foi responsável pelo considerável aumento da pequena propriedade no decênio 56-66, enquanto o reagrupamento favoreceu o reaparecimento da grande propriedade, em alguns casos renovadora de técnicas e formas de utilização do solo, em outros, constituindo apenas latifúndio pouco explorado.

Índice das mudanças que se processaram na estrutura agrária de Itatiba nesse período são também as vendas diversas de uma mesma propriedade. São principalmente as propriedades maiores que mudam de dono, uma, duas e até três vezes em dez anos. A Fazenda São Sebastião, no bairro do Alagado, com uma área de 634,0 ha, no decênio 56-66, foi vendida quatro vezes; no bairro da Tapera Grande, uma outra propriedade também foi vendida três vezes nesse período. Em Morungaba, tais casos já são menos frequentes. Nos bairros que tomamos como amostra, apenas uma propriedade foi vendida mais de uma vez na década 1956-1966.

Vendas repetidas em prazo relativamente curto confirmam o que já se tem dito da instabilidade que caracteriza a classe dos grandes proprietários rurais entre nós (1) e constituem, por sua vez, um fator de mudança na estrutura agrária, pois, via de regra, a sucessão de proprietários é marcada por alterações nas formas de uso da terra.

Por outro lado, o número de vendas totais foi relativamente baixo. Em dez anos, apenas 53 propriedades foram vendidas, o que significa que das 399 propriedades existentes no município, 269, isto é, 67,4% conservaram inalteradas as suas áreas. Ocorre, porém, que essas vendas se deram principalmente entre as grandes propriedades, o que vem demonstrar exatamente a instabilidade da classe de grandes proprietários.

B - Categorias de propriedades

Procuramos, em nossa tentativa de agrupar em categorias as propriedades agrícolas dos municípios de Itatiba e Morungaba, empregar os critérios combinados de área, regime de trabalho e modalidade de uso da terra. Constatamos nos municípios estudados que o regime de trabalho familiar predomina de maneira quase absoluta nas propriedades cujas áreas não vão além de 24 ha; na faixa entre 24 e 90 ha, embora se verifique ainda predominância do trabalho familiar, a mão-de-obra assalariada já é encontrada com certa frequência e a partir de 90 ha o trabalho assalariado predomina de maneira quase exclusiva, constituindo exceção as propriedades exploradas somente com mão-de-obra familiar.

A esses dois critérios básicos, acrescentamos o das formas de uso da terra para chegarmos a uma caracterização mais exata dos tipos de propriedades existentes na área estudada. Observamos assim que ao primeiro grupo de propriedades correspondem duas modalidades de uso da terra: uma, que consiste apenas nos cultivos tradicionais de milho, feijão e arroz; e outra, em que predominam a fruticultura e a horticultura. A exploração das propriedades orientadas para a primeira forma de uso do solo muitas vezes mal dá para o sustento de uma família. Os proprietários plantam para o próprio consumo e vendem os exceden-

tes de suas roças nos mercados locais. Geralmente é o milho , que plantado em maior escala, constitui o único produto comerciável. Nas propriedades que se dedicam à fruticultura ou à horticultura, a produção é voltada quase exclusivamente para os mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e os lucros que proporciona permitem ao proprietário condições de vida melhores que as do grupo anterior.

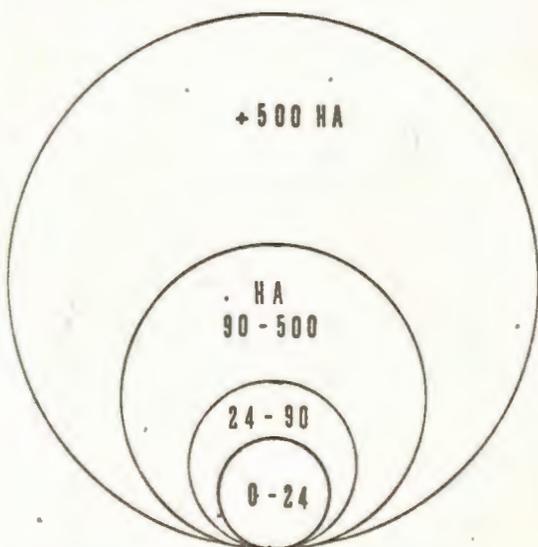
Assim, dentro dessa primeira categoria que vai até 24 ha (Classe A) podemos distinguir dois tipos de propriedade : a pequena propriedade de cultivos de menor rentabilidade e a de cultivos de maior rentabilidade.

A utilização do solo ajuda a caracterizar a categoria de estabelecimentos compreendida na faixa de 24 a 90 (Classe B) hectares. Os cultivos tradicionais continuam predominando, enquanto a fruticultura e a horticultura aparecem em menor escala e quase sempre ligadas a formas de parceria. O cultivo do café e a pecuária passam a adquirir certo destaque, especialmente nas propriedades que se aproximam do limite superior dessa categoria, isto é, 90 hectares.

A partir de 90 ha, as formas de uso da terra também diversificam-se, permitindo a identificação de duas categorias de propriedades: aquelas cuja área vai até 500 ha, onde o café e a pecuária predominam como formas de utilização do solo (Classe C); e as de mais de 500 ha, nas quais a pecuária constitui a principal ocupação do solo (Classe D). Tomando por base o critério de área ponderado pelos regimes de trabalho e modalidades de uso da terra, identificamos nos municípios de Itatiba e Morungaba, no ano de 1966, as seguintes categorias de propriedades (**Figura 10**).

fig 10

Categorias de Propriedades



REGIME DE TRABALHO

-  FAMILIAR
-  FAMILIAR + ASSALARIADO
-  ASSALARIADO

ORG. POR C.A.F. MONTEIRO

1. Classe A

Registramos na área estudada 250 propriedades que se enquadram nesta categoria, isto é, que têm até 24 ha de área, predominância quase absoluta de trabalho familiar, e nas quais o uso da terra consiste em pequenas plantações de milho, feijão e arroz, ou em vinhedos e pomares e, em menor escala, em pequenas parcelas de produtos hortícolas (2).

O total de estabelecimentos rurais com essas características correspondia, em 1966, a 58% das propriedades em exploração nos dois municípios. No conjunto dos bairros estudados, as pequenas propriedades da classe A (computadas as não exploradas, as invernadas e as apenas reflorestadas) abrangiam, em 1966, uma área de 2 571,3 ha. Em 174 delas, o trabalho era exclusivamente familiar. O trabalho assalariado, nesta categoria de propriedade é encontrado apenas naquelas cujos donos não residem na zona rural e mantêm geralmente um ou dois assalariados no estabelecimento, um deles acumulando também as funções de caseiro. É o caso das chácaras de recreio, cujos proprietários, geralmente citadinos, não se ocupam dos trabalhos da terra.

A complementação do trabalho familiar por mão-de-obra assalariada só se verifica no caso de certos cultivos que, de vez em quando, exigem cuidados especiais em tempo limitado. São os vinhedos, por exemplo, na época da amarração das brotas, quando o trabalho da família muitas vezes não é suficiente e o proprietário vê-se obrigado a recorrer a camaradas pagos por jornada de trabalho. O camarada mora geralmente

na zona rural e é, muitas vezes, ele próprio um pequeno proprietário que não dispõe de recursos para lavrar a sua terra. Encontramos também casos em que o proprietário sozinho, ou com família pouco numerosa, mantém um assalariado fixo que mora na propriedade e que recebe alimentação e uma diária variando entre 5 e 6 cruzeiros. Outras vezes, o sítiante vai buscar na cidade trabalhadores avulsos que são contratados e pagos diretamente por ele, sem interferência dos turmeiros. Note-se, porém, que o trabalho familiar complementado pelo assalariado é menos frequente nessa categoria de propriedade que o exclusivamente assalariado. Tal fato se explica pela preferência que os sítiantes dão às formas de parceria, especialmente à meação, quando não podem apenas com a ajuda da família tratar do vinhedo ou do pomar. Especialmente no caso dos vinhedos, isso se evidencia. Um lavrador pode tratar sozinho de 2.500 pés de uva em média. Quando o seu vinhedo ultrapassa esse número e ele não dispõe de pessoas da família que lhe dêem ajuda, prefere contratar um meeiro a colocar um diarista ou um camarada que lhe acarretaria maiores despesas e responsabilidades. Além disso, o meeiro como participante direto dos lucros, demonstra maior interesse no trato do vinhedo.

As modalidades de uso da terra levaram-nos a distinguir dois tipos dentro dessa categoria, como já assinalamos acima :

pequenas propriedades de cultivos de menor rentabilidade (milho, feijão, etc), em número de 87 no ano de 1966;

pequenas propriedades de cultivos de maior rentabilidade (fruticultura e horticultura), em um total de 141.

As chácaras de recreio foram incluídas nessa última categoria, quando a área cultivada atinge as dimensões encontradas usualmente nos pequenos sítios de fruticultura e sua produção se destina também aos mercados.

As 22 propriedades restantes correspondem aos casos de parceria acima mencionados. Poderíamos incluí-las também no último grupo pois, via de regra, o trabalho do parceiro é familiar e a parceria nas pequenas propriedades está quase sempre ligada ao cultivo da vinha.

As propriedades da classe A se distribuem por toda a área, mas agrupam-se de maneira mais concentrada em determinados bairros, neles constituindo a quase totalidade dos estabelecimentos rurais e dando-lhes uma fisionomia muito particular. É o caso do bairro do Pinhal, onde se verificou maior fragmentação da propriedade fundiária e onde predomina a fruticultura. O bairro é hoje uma continuação da área viticultra de Jundiá, apresentando a mesma paisagem que ~~há~~ 20 anos passados impressionou o Prof. Deffontaines (3) no município vizinho. No Bairro do Pinhal, os pomares aparecem também, mas não chegam a imprimir sua marca na paisagem. Os vinhedos, com suas parcelas geométricas descendo as baixas encostas dos morros e alcançando por vezes as várzeas alveolares dos pequenos cursos d'água, é que constituem a nota dominante. (Foto ^{22 a 25}) Os cultivos temporários, especialmente o milho, cobrem as encostas mais altas precedendo as quadras bem delimitadas dos vinhedos ou se dispõem em manchas ao lado do alinhamento das videiras, um pouco ao acaso.

Já em outros bairros, como o Mombuca, talvez por influência da zona vizinha de Valinhos, os pomares com suas plantações de peras, maçãs, caquis e, sobretudo figo, tomam maior destaque nas pequenas propriedades fruticultoras.

Os sítios de cultivos tradicionais caracterizam os bairros mais afastados como o dos Pintos e o Mato Dentro, onde a fruticultura, já pela distância das vias de comunicação, já pela ausência do elemento de origem italiana, não encontrou condições satisfatórias para seu desenvolvimento. Nesses bairros, as propriedades, um pouco maiores, aproximam-se do limite superior dessa categoria, não se verificando aí a extrema divisão de propriedade que caracteriza o Mombuca e, sobretudo, o Pinhal. Em Morungaba, são os bairros do Feital e Buenópolis os que apresentam a paisagem mais típica dos sítios onde os cultivos temporários constituem a principal forma de uso da terra .

2. Classe B

As propriedades dessa categoria, em número de 117 (4) representam 27,6% dos estabelecimentos rurais em exploração nos bairros estudados. Incluindo-se as não exploradas, as apenas reflorestadas e as invernadas perfaziam, em 1966, 5.513,8 ha.

Entre as exploradas, 58 tinham regime familiar; em 13 o regime era misto e 18 eram exploradas com trabalho exclusivamente assalariado. Havia ainda 24 casos de exploração com parceria e 4 arrendamentos. Nos arrendamentos como veremos a diante, o trabalho assalariado pode ocorrer.

De modo geral, o uso da terra é muito semelhante nas propriedades desta classe.

A fruticultura, os cultivos temporários, especialmente o milho e a pecuária, são encontrados tanto nos estabelecimentos onde vigora o regime de trabalho familiar, como nos demais. Observa-se, no entanto, com relação ao uso da terra, que certos cultivos que ocupavam lugar de destaque nas propriedades da classe anterior, decrescem na média propriedade, enquanto outros, quase inexistentes naquela começam a se expandir. É o caso da vinha que passa a ser cultivo de parceria, enquanto o café aparece como cultivo de certa importância. Os cultivos temporários, principalmente o milho, continuam nessa classe de propriedade como uma das formas mais características do uso da terra, ocupando por vezes áreas consideráveis dentro dos estabelecimentos rurais, principalmente em Morungaba. Nota-se, por outro lado, nas propriedades desta categoria, o incremento da pecuária, coexistindo com cultivos temporários. Esse tipo de associação encontra-se disseminado por toda a área, mas marca sobremaneira a paisagem de certos bairros, especialmente em Morungaba. É o caso do bairro do Feital, onde extensas plantações de milho e áreas de pastagens individualizam a fisionomia do bairro. Em Morungaba, a presença do café nessa categoria de propriedade é mais perceptível do que em Itatiba.

Resumindo, a categoria B se destaca por seu caráter transicional, não só pelos regimes de trabalho como pelas modalidades de uso da terra. É nessa faixa que os elementos típicos das pequenas e das grandes propriedades se encontram. O café e a pecuária, que irão caracterizar as categorias C e D, e a fruticultura e a horticultura próprias das propriedades de áreas menores aí se encontram como componentes da paisagem. Os dois primeiros como formas de uso da terra em expansão, e a fruticultura e a horticultura em regressão.

3. Classe C

Nos municípios de Itatiba e Morungaba, o número de propriedades com área compreendida entre mais de 90 e 500 ha, elevava-se em 1966 a 46, correspondendo a 10,8 % das propriedades exploradas e cobrindo uma superfície de 8.851,3 ha (37 estabelecimentos rurais desta categoria totalizavam em Itatiba 7.178,6 ha, e 9 em Morungaba perfaziam 1.672,7 ha).

O trabalho assalariado é, depois do valor quantitativo área, o componente mais expressivo na conceituação dessa categoria de propriedade. Na área Itatiba-Morongaba a mão-de-obra assalariada nela predomina de maneira quase absoluta. O trabalho familiar constitui exceção, e, nos raros casos em que aparece, é sempre nos estabelecimentos que se situam no limite inferior da grande propriedade, isto é, entre mais de 90 e pouco mais de 100 ha. As dimensões, as modalidades de uso da terra e o próprio "status" dos donos nas propriedades da classe C, excluem a possibilidade de trabalho familiar. Só nos casos de propriedades menores, dentro dessa faixa e de proprietários descendentes de ex-colonos é que vamos encontrar trabalho familiar . Dos 7 estabelecimentos com trabalho familiar , 6 pertenciam a descendentes de italianos e a pecuária neles constitui a principal modalidade de uso da terra. Os casos de trabalho familiar complementado por mão-de-obra assalariada eram apenas 4 . As propriedades restantes, em número de 12, eram exploradas em regime de parceria ou arrendamento com trabalho assalariado na parte a cargo do proprietário.

O cultivo do café e a pecuária são as formas de uso da terra mais típicas dessa categoria de propriedades. A pecuária é encontrada em mais de 60% dos estabelecimentos, e o café em pouco mais de 30% . Os cultivos temporários, repre-

sentados quase exclusivamente pelo milho continuam sendo uma característica do uso da terra também nessa categoria de propriedade, enquanto a vinha raramente aparece e sempre como cultivo de parceria. O grande proprietário não se ocupa da viticultura nem da horticultura. A grande propriedade se encontra disseminada por todos os bairros dos municípios de Itatiba e Morungaba, mas se concentra em alguns deles, constituindo a quase totalidade dos estabelecimentos rurais. É o caso dos bairros do Alagado, Barreiro e Pereiras em Itatiba, e o do Brumado em Morungaba.

4. Classe D

As propriedades com mais de 500 ha são em número de 10 apenas nos municípios de Itatiba e Morungaba representando 2,3 % dos estabelecimentos em exploração. Duas delas vão além de 1.000 ha, chegando uma a 2.428,0 ha. Esta última resulta de um processo de reagrupamento que englobou, além de uma propriedade maior, vários pequenos sítios da vizinhança. Um outro caso de reagrupamento, que se verifica também nessa classe, é o das fazendas Boa Vista e Barra Mansa, no município de Morungaba, as quais passaram a constituir uma única propriedade com 560,2 ha. A área ocupada pelas propriedades desta categoria alcança 8.902,6 ha, o que corresponde a mais de 30% da área dos barros estudados. Todos os estabelecimentos rurais agrupados nesta categoria são explorados com trabalho assalariado. Em duas apenas encontram-se formas de parceria. Em uma, são os cultivos temporários que estão a cargo dos parceiros; em outra, o vinhedo que constitui cultivo de exceção nessa categoria.

As formas de utilização do solo são principalmente a pecuária e o café, este colocado em segundo plano. Os culti

vos temporários aparecem como formas subsidiárias de uso da terra e destinam-se ao custeio da fazenda . O milho é o cultivo por excelência, aparecendo esporadicamente a cana de açucar, que chega a fomentar uma pequena indústria de aguardente em uma das propriedades . Em 7 dessas propriedades, o reflorestamento cobre extensas áreas, o que representa para o fazendeiro uma forma cômoda e lucrativa de ocupar as áreas disponíveis de suas terras. As propriedades da classe D formam em conjunto com as da classe precedente a quase totalidade da área dos bairros do Alagado, Barreiro e Pereiras, em Itatiba, e do Brumado em Morungaba . São Todas elas remanescentes de antigas fazendas de café, das quais algumas, excepcionalmente, permaneceram nas mãos de descendentes dos antigos donos.

Podemos concluir que Itatiba e Morungaba são áreas de predominância absoluta da pequena propriedade, originada da fragmentação das antigas propriedades cafeicultoras . A grande propriedade, remanescente das velhas fazendas de café ou de reagrupamentos recentes, representa uma minoria pouco expressiva dentro do conjunto Itatiba-Morongaba.

C - Os regimes de exploração

Na década de 1956-66, as modalidades de exploração da terra sofreram mudanças muito sensíveis no município de Itatiba . O regime de exploração que continua predominando na maioria dos estabelecimentos rurais é o direto, isto é, aquele em que o proprietário, por conta própria, com seu trabalho e o de sua família, ou com o trabalho de assalariados promove a exploração da terra. No ano de 1956, das 399 propriedades rurais por nós estudadas, 311 enquadravam-se no regime de exploração direta, o que equivale a 96 9% das propriedades em

exploração. Em 1966, o número de propriedades nos bairros - que constituem nossa amostragem elevava-se a 554, e o número de propriedades sob regime de exploração direta era de 328, isto é, 79,2% do total dos estabelecimentos em exploração. Percentualmente, portanto, ocorreu na década estudada um decréscimo significativo, especialmente se o compararmos com o aumento que se verificou na classe de proprietários ausentes - tas.

As outras duas modalidades de exploração em uso no meio rural paulista, a indireta e a mista, constituem minoria no município. Consideramos como de exploração indireta os estabelecimentos rurais arrendados ou explorados em parceria, quando o proprietário não mantém exclusivamente por sua conta nenhuma porção da área cultivada. Na forma de arrendamento, geralmente o aluguel da terra é pago em dinheiro; sob a forma de parceria, parte dos lucros, geralmente a metade, cabe ao parceiro. Nos bairros por nós estudados, são raríssimos os casos de parceria em que a quota do parceiro corresponde à terça ou quarta parte da produção da terra. O mais comumente encontrado em Itatiba é a meação(6).

Geralmente não há contrato escrito, não passando o compromisso de um simples trato verbal entre as duas partes. Encontramos apenas dois contratos escritos, ambos referentes a parceria em grandes propriedades(7). (Anexo 3).

A exploração indireta em 1956 correspondia a apenas 3,5% das propriedades em exploração no município, e em 1966 a 6,3% ; já a modalidade mista de exploração foi a que teve aumento mais sensível no decênio, pois passou de 5,5% em 1956 para 14,5% . O incremento do regime misto de exploração talvez possa ser atribuído ao desenvolvimento de certos tipos

de cultivo (expansão do cultivo da batata e da viticultura) e à multiplicação da pequena propriedade na década 1956-1966 (quadro 10).

QUADRO 10
Regimes de exploração

Ano	Total de propriedades em exploração	Direta	%	Indireta	%	Mista	%
1956	342	311	90,9	12	3,5	19	5,5
1966	414	328	79,2	26	6,3	60	14,5

1. O regime de exploração direta

A exploração direta, embora percentualmente tenha decrescido, continua sendo a forma mais comum de aproveitamento da terra no município, tanto entre as grandes como entre as médias e pequenas propriedades. O regime de exploração direta é encontrado em Itatiba nas suas três modalidades mais características: com trabalho exclusivamente familiar, com trabalho familiar mais assalariado, ou unicamente assalariado.

QUADRO 11
Exploração direta

Ano	Total	Trabalho familiar	%	Familiar + assalariado	%	Assalariado	%
1956	311	228	73,3	25	8,0	58	18,6
1966	328	237	72,2	23	7,0	68	20,8

A modalidade mais frequentemente encontrada na década 56-66 era a de trabalho familiar. Em 1956, as explorações com trabalho exclusivamente familiar eram em número de 228, e em 1966, de 237 (quadro 11). Verificou-se uma diminuição percentual dessa forma de trabalho, mas o seu predomínio continua absoluto. O trabalho familiar é próprio das pequenas e médias propriedades, embora apareça também de forma esporádica em uma ou outra grande propriedade. É característica essencial das propriedades pertencentes a agricultores de origem italiana. Ribeiro Durhan (8), em estudo sobre a assimilação e mobilidade do imigrante italiano, diz que "a persistência da família como grupo de cooperação econômica, mesmo depois de efetuada a passagem de assalariado a proprietário, dava continuidade no processo de ascensão social". Tal fato explica a grande superioridade numérica do trabalho familiar sobre o assalariado em

um município como Itatiba, onde a maioria dos agricultores é de origem italiana. Mesmo quando, graças aos esforços conjugados de toda a família, a área da propriedade vai aumentando; a mão-de-obra empregada continua sendo a familiar. Não são raros os casos em que propriedades de mais de 50 ha são exploradas com trabalho exclusivamente familiar. É preciso notar que a prolificidade das famílias de origem italiana favorece esse fato. Normalmente a mão-de-obra familiar é constituída de 4 a 5 pessoas, mas não é de todo raro encontrar-se 11 e até 15 membros de uma mesma família lavrando a mesma terra. São os filhos casados, genros e netos que, sob a orientação do chefe da família, continuam trabalhando juntos.

O trabalho familiar associado ao assalariado constitui uma reduzida minoria no meio rural do município. Em 1956, apenas 25 propriedades empregavam essa modalidade de trabalho, representando 8% somente das propriedades em exploração. É um regime de exploração característico também das propriedades de áreas menores e de certos tipos de cultivo que exigem, em determinadas épocas, mão-de-obra mais numerosa. Por isso, o assalariado, de modo geral, não é fixo. Ele complementa o trabalho do proprietário e de sua família em certas épocas apenas. É o "camarada", como é conhecido na região, morador na zona rural, distinguindo-se do "volante" que vive, geralmente, na periferia urbana. Em alguns casos, o "camarada" é também proprietário. Mas como não se ocupa exclusivamente da exploração de sua terra dispõe de tempo livre para executar alguma tarefa extra para outros sitiantes. Não é fácil proceder-se a um levantamento preciso desse tipo de trabalho, pois nas declarações do IBRA ele raramente é mencionado e nos inquéritos de campo o lavrador geralmente responde, de modo vago, que contrata um camarada quando precisa, ou que, às vezes, tem ajuda de fora, mas não é sempre. Pelo que apuramos, esse tipo de trabalho é pouco fre

quente, mesmo nas propriedades de área menor, enquanto nas maiores desapareceu quase completamente depois que o emprego de "volantes" se difundiu. Em 1966, o seu número se apresentava mais reduzido ainda do que no ano de 1956. Possivelmente, as novas exigências legais tornem o reforço do trabalho assalariado menos interessante para o pequeno sitiante, que passa a dar preferência a outras formas de ajuda na exploração de suas terras, como, por exemplo, a parceria. Observamos que em Morungaba o trabalho familiar com assalariado, tanto em 1956 como em 1966, era mais frequentemente encontrado do que em Itatiba. No ano de 1966, dos 23 casos registrados para os dois municípios, 15 foram constatados em Morungaba e, especialmente, nos bairros mais próximos da sede do município:

O trabalho exclusivamente a cargo de mão-de-obra assalariada é restrito às propriedades de áreas mais extensas, só sendo encontrado em propriedades menores quando se trata de proprietários absenteístas. São os casos de chácaras de recreio que, embora não tenham finalidade lucrativa, dedicam-se a certos cultivos, especialmente à fruticultura. Geralmente, é o próprio caseiro sozinho, ou com a ajuda de um ou dois assalariados, que executa todo o trabalho da propriedade. Em 1956, 18,6% das propriedades em regime de exploração direta no município empregavam mão-de-obra assalariada. Em 1966, seu número elevou-se de 58 a 68, correspondendo a 20,8%, o que significa um aumento apreciável.

O trabalho assalariado aparece ligado especialmente às propriedades de áreas maiores dedicadas à cafeicultura e à criação de gado. Embora o café não ocupe mais nos municípios de Itatiba e Morungaba o lugar que ocupou no passado, seu cul

tivo ainda emprega numerosa mão-de-obra. Como a ele aparecem sempre associados outros cultivos — o milho, o feijão e, em menor escala, o arroz — as propriedades maiores empregam normalmente grande número de assalariados.

Em 1956, predominavam ainda os assalariados fixos, pagos mensalmente, geralmente residindo na propriedade. Os diaristas de tipo "volante" eram convocados somente por ocasião de certos trabalhos que deveriam ser feitos dentro de prazo limitado e que exigiam grande número de braços, como a carpa e a colheita do café (9). De 1956 para 1966, alteraram-se completamente as condições do trabalho assalariado nas propriedades maiores. Em consequência da legislação agrária vigente, a maioria dos proprietários prefere, em vez do assalariado fixo, residindo na propriedade, o diarista, especialmente o "volante", livra-se, assim, das obrigações impostas pela lei para com o trabalhador residente. O "volante" recebe pagamento por dia, não reside na propriedade, não tendo sequer trato direto com o proprietário; os "turmeiros", como são chamados em Itatiba os que entram em entendimento com o proprietário e contratam a empreitada do serviço, reúnem os trabalhadores que vivem geralmente na periferia da cidade e levam-nos em caminhões até o local de trabalho para executar a tarefa ajustada, e eles próprios efetuam o pagamento ao findar a jornada. Há no centro da cidade os locais determinados onde se reúnem os "volantes" todas as manhãs, entre cinco e seis horas, à espera dos caminhões. O "turmeiro" chega e escolhe tantos homens para determinado serviço em tal fazenda, tantos para outra; os caminhões fretados ou de propriedade dos "turmeiros" fazem a distribuição dos homens e à tarde voltam a apanhá-los. Os

"volantes", via de regra, procedem do meio rural. São antigos assalariados fixos que, com a nova legislação agrária, não tiveram mais condições de permanecer no campo, ou são elementos provenientes de outros municípios e, mesmo, de outros Estados da União, principalmente mineiros e nordestinos (10).

O assalariado fixo, em 1966, era pago mensalmente e, ao contrário do "volante", residia na zona rural, embora nem sempre fosse na propriedade, mas constituíam minoria. Fazendas como a São Sebastião, no bairro da Boa Vista que em 1956 tinha 50 assalariados residentes, em 1966, tinha apenas catorze; a Chapéu de Sol, no bairro do mesmo nome, mantinha em 1956, cerca de 100 residentes, e em 1966, 35 assalariados residentes e 100 "volantes" de março a outubro; a Sant'Ana, também no bairro do Chapéu de Sol, mantinha 10 assalariados residentes e 20 "volantes". Nota-se que, mesmo nas grandes propriedades está se operando uma substituição rápida do assalariado fixo pelo "volante" e os poucos exemplos que citamos, para mostrar que ainda existem assalariados residentes nas propriedades maiores, atestam esse fato. Em 1956, ainda eram vistas com frequência antigas colônias habitadas por famílias de assalariados. Hoje, quase todas se acham fechadas, grande parte em ruínas, como tivemos ocasião de ver no bairro do Brumado em Morungaba.

Quanto ao assalariado da chácara de recreio ou do pequeno sítio de fruticultura, é muitas vezes, como já dissemos acima, o próprio caseiro, com um ou dois camaradas que residem na vizinhança e que, não raro, são também pequenos proprietários. Em nosso inquérito de campo e em conversa com elementos que pertencem a essa categoria de proprietários e

residem em São Paulo ou em Itatiba, ouvimos queixas frequentes contra esse tipo de assalariado. Dizem os donos que o empregado não cumpre o trato e que, muitas vezes, são obrigados a recorrer à justiça para pô-lo fora de suas terras, mesmo depois de paga a indenização exigida pela lei. Dizem eles ainda que o assalariado recorre à justiça sob qualquer pretexto e que as chácaras de recreio acabam convertendo-se em motivo de aborrecimento, além de serem um sorvedouro de dinheiro.

2. O regime de exploração indireta

As formas de exploração indireta são pouco frequentes em Itatiba. No ano de 1956, encontramos apenas doze casos de exploração indireta e em 1966, 26 (quadro 12). Os quatro casos de arrendamento registrados em 1956 eram, excetuando-se apenas um, de propriedades de áreas pequenas. Em dois deles, a área arrendada se destinava ao cultivo da batata, sendo o arrendatário, em um dos casos, de nacionalidade japonesa; nos dois outros era praticada a horticultura (em um caso os arrendatários eram feirantes em Itatiba).

QUADRO 12
Exploração indireta e mista

Ano	Indireta			Mista		
	Arrendamento	Parceria	Total	Arrendamento	Parceria	Total
1956	4	8	12	2	17	19
1966	10	16	26	3	57	60

Vê-se assim que os arrendamentos, em número reduzido, eram em geral de propriedades menores e se destinavam à agricultura, principalmente à horticultura.

Os casos de exploração indireta por parceria eram, em 1956, em número de oito. Com exceção de dois, os demais eram de propriedades de menos de 20,0 ha e, em seis deles, o parceiro se dedicava ao cultivo da vinha. Em um caso, além da vinha, era cultivada também a batata inglesa e em outro, o parceiro, de nacionalidade japonesa, cultivava exclusivamen-

residem em São Paulo ou em Itatiba, ouvimos queixas frequentes contra esse tipo de assalariado. Dizem os donos que o empregado não cumpre o trato e que, muitas vezes, são obrigados a recorrer à justiça para pô-lo fora de suas terras, mesmo depois de paga a indenização exigida pela lei. Dizem eles ainda que o assalariado recorre à justiça sob qualquer pretexto e que as chácaras de recreio acabam convertendo-se em motivo de aborrecimento, além de serem um sorvedouro de dinheiro.

2. O regime de exploração indireta

As formas de exploração indireta são pouco frequentes em Itatiba. No ano de 1956, encontramos apenas doze casos de exploração indireta e em 1966, 26 (quadro 12). Os quatro casos de arrendamento registrados em 1956 eram, excetuando-se apenas um, de propriedades de áreas pequenas. Em dois deles, a área arrendada se destinava ao cultivo da batata, sendo o arrendatário, em um dos casos, de nacionalidade japonesa; nos dois outros era praticada a horticultura (em um caso os arrendatários eram feirantes em Itatiba).

QUADRO 12
Exploração indireta e mista

Ano	Indireta			Mista		
	Arrendamento	Parceria	Total	Arrendamento	Parceria	Total
1956	4	8	12	2	17	19
1966	10	16	26	3	57	60

Vê-se assim que os arrendamentos, em número reduzido, eram em geral de propriedades menores e se destinavam à agricultura, principalmente à horticultura.

Os casos de exploração indireta por parceria eram, em 1956, em número de oito. Com exceção de dois, os demais eram de propriedades de menos de 20,0 ha e, em seis deles, o parceiro se dedicava ao cultivo da vinha. Em um caso, além da vinha, era cultivada também a batata inglesa e em outro, o parceiro, de nacionalidade japonesa, cultivava exclusivamen-

te batata. Em todos os casos de parceria, com exceção do japonês bataticultor, que além do trabalho familiar, mantinha assalariados, os demais eram todos de trabalho familiar.

Tanto nos casos de parceria como nos de arrendamento, os proprietários eram todos absenteístas; alguns, antigos sitiantes que abandonaram o trabalho da lavoura e passaram a morar na cidade e outros, não agricultores provenientes de centros urbanos. Entre esses proprietários absenteístas havia também os que eram donos de mais de uma propriedade e por não terem condições de explorar as duas por conta própria, arrendavam ou cediam uma em parceria.

Nas propriedades de áreas maiores, a exploração indireta é muito rara; dentre os exemplos que acabamos de citar, em dois apenas, as propriedades tinham mais de 50,0 hectares.

Em 1966, registramos 26 casos de exploração indireta: 15 eram de parceria, nove de arrendamento e dois de parceria e arrendamento. Observava-se que, em relação ao ano de 1956, tanto os casos de parceria como os de arrendamento haviam duplicado. Das propriedades exploradas em regime de parceria, no ano de 1966, apenas duas tinham mais de 50 hectares. Um dos dois estabelecimentos explorados por parceria e arrendamento tinha mais de 100 hectares. Tratava-se de herança recebida por duas senhoras que sempre residiram na cidade e que preferiram não se ocupar diretamente da administração de suas terras; uma parte foi então deixada em mãos de um parceiro e a outra foi arrendada. O parceiro cultivava 17,1 ha, enquanto o arrendatário criava gado em

130,6 hectares. As proprietárias cabia apenas a parte reflorestada, 9,6 hectares. Em nove casos de parceria, a utilização do solo era feita com o cultivo da vinha, verificando-se apenas dois casos, em Morungaba, em que o café era cultivado em parceria.

Com relação às formas de arrendamento, porém, não podemos afirmar que o levantamento do IBRA e nosso inquérito de campo forneçam dados precisos. Houve, em Itatiba, entre os anos de 1956 e 1966, um incremento notável da cultura da batata, com a entrada de japoneses vindos de Atibaia e Bragança Paulista. Esses bataticultores, porém, não adquiriam propriedades, trabalhavam em terras arrendadas, o que, com certeza, deve ter provocado um aumento apreciável dessa forma de exploração no município. No cadastramento feito pelo IBRA, no entanto, são poucas as declarações de arrendamento, bem como em nosso inquérito de campo. Informações obtidas na Cooperativa de Cotia nos asseguram que na década de 56-66 as explorações por arrendamento foram numerosas. Ao que parece, foi um fenômeno passageiro, ligado à cultura da batata e à presença do elemento japonês. Voltaremos a tratar do assunto quando nos referirmos ao cultivo da batata como uma das formas de uso da terra no período que estamos estudando.

Não podemos deixar de observar que em Morungaba as condições com respeito às formas de arrendamento diferiam das de Itatiba. No ano de 1966, nos cinco casos de arrendamento declarados no IBRA, os solos eram utilizados principalmente para culturas temporárias e invernadas. Em um caso somente o arrendatário plantava café.

3. O regime de exploração mista

O tipo de exploração mista, aquele em que o proprietário arrenda ou dá em parceria apenas uma parte da propriedade, conservando a outra sob seu controle, é mais freqüente em Itatiba que o regime anterior. De 1956 para 1966, seu número aumentou de maneira acentuada, passando de 19 para 60 (quadrol²). Interessante é notar que a forma de exploração direta mais parceria foi, na realidade, a que aumentou, pois de 17 elevou-se a 57, enquanto o número de arrendamentos passou de dois para três somente (11).

Os exemplos de parceria são mais comumente encontrados entre os pequenos proprietários que, não podendo explorar sozinhos toda a área de que dispõem, encontram na parceria uma forma mais cômoda de conseguí-lo. As mais das vezes, o parceiro é filho, genro, ou está ligado ao dono da terra por qualquer outro laço de parentesco. O mais comum é o filho ser meeiro do pai, o que é uma maneira de dar ao filho adulto oportunidade de adquirir meios para se estabelecer por conta própria ou de associá-lo à exploração. Encontramos vários casos em que o filho, mesmo depois de já haver adquirido a sua gleba, continua como parceiro do pai.

Entre as propriedades de áreas menores, a parceria aparece com muita freqüência também nos casos de proprietários absenteístas (12). São os sítios e chácaras de recreio a que já nos referimos anteriormente, pertencentes a cidadãos; aí o parceiro se encarrega dos cultivos, geralmente fruticultura, e o proprietário fornece adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, etc., Como o proprietário é absenteísta, o meeiro é também o caseiro. Nas propriedades de áreas maiores, a par

ceria não é tão freqüente, embora apareça algumas vezes, geralmente ligada ao cultivo da vinha ou à horticultura. São pequenas áreas que o proprietário dá em meação, seja para o plantio da uva ou do tomate (13 e 14).

Em 1956, das 19 propriedades exploradas sob regime misto, nove tinham áreas superiores a 100,0 ha, sendo que seis eram de mais de 300,0 hectares. Em todas elas os proprietários eram absenteístas e, na parte cuja exploração estava a seu cargo, a terra era utilizada para cultivo do café e para pecuária. A parte que cabia ao parceiro (só havia em 1956 dois casos de exploração mista com arrendamento) era utilizada principalmente para o cultivo da vinha. Dos nove casos a que nos estamos referindo, em cinco o parceiro plantava uva e em quatro dedicava-se à horticultura, especialmente ao cultivo do tomate. As áreas em parceria nas propriedades mais extensas eram, de modo geral, muito reduzidas, variando de 0,2 ha a 9,6 hectares. Só em uma propriedade de 624,8 ha, pertencente a proprietário absenteísta, é que a área em parceria era de 40,0 hectares. Tratava-se, porém, de um caso de exceção: o proprietário, cidadão, sem ter qualquer ligação com o meio rural, adquirira a propriedade apenas para especulação imobiliária.

Nos casos de propriedades menores, que são as mais numerosas, predominam também os proprietários absenteístas; dos 19 casos de exploração mista, 15 eram de proprietários absenteístas, e o restante, de sitiantes que ou tinham mais de uma propriedade ou não dispunham de condições para explorar a terra que lhes pertencia. Nessas pequenas propriedades, o cultivo da vinha continua sendo a forma mais freqüente de utilização da terra em parceria; em menor escala, a horticultura e, em três casos apenas, o cultivo da batata inglesa que, precisamente

nessa época, começava a se expandir no município. Praticamente, em todos os casos de parceria, o trabalho era familiar, enquanto na parte sob controle do proprietário, a mão-de-obra era geralmente assalariada.

Em 1966, das 60 propriedades exploradas em regime misto 29 pertencem a proprietários ausenteístas, 19 a sitiantes que não têm recursos para explorar toda a terra de que são donos, e 12 a lavradores que possuem mais de uma propriedade e não podem explorá-las todas. Assim, 50% são de proprietários que não têm meios para explorar toda a terra de que são donos. Continua predominando entre os parceiros o cultivo da uva (35 casos), aparecendo também, com mais frequência do que no decênio anterior, o cultivo do milho. Parece ter ocorrido um recuo da horticultura, especialmente do cultivo do tomate, que só é mencionado em sete casos.

Nas propriedades maiores a área explorada diretamente pelo proprietário continua sendo ocupada principalmente pela pecuária e pelo cultivo do café (registramos 30 casos em que há criação de gado e quatro de cultivo de café). Nota-se, com relação ao ano de 1956, um incremento do reflorestamento nas áreas exploradas pelo proprietário, tanto nas propriedades maiores como nas pequenas e médias (24 casos de reflorestamento). O reflorestamento aparece como uma modalidade de ocupação do solo que convém principalmente ao proprietário ausenteísta que, sem investir capital de monta e sem problema de mão-de-obra, obtém um lucro seguro.

Nos bairros de Morungaba, onde há casos de exploração mista (Brumado, Buenópolis, Feital e Morungaba) o cultivo do milho aparece como a forma mais usual de utilização do solo, principalmente nas pequenas e médias propriedades. Em 17 den

tre os 21 casos de parceria registrados em Morungaba, o parceiro se ocupava do plantio do milho.

Quanto ao regime de trabalho, observa-se que na parceria, na quase totalidade dos casos, o trabalho do parceiro é familiar, enquanto o do proprietário é, em sua grande maioria, assalariado.

Das observações que fizemos em Itatiba e Morungaba, podemos concluir:

- em ambos os municípios predomina o regime de exploração direta com trabalho familiar, próprio das estruturas agrárias onde prevalece a pequena propriedade ligada à policultura e, no caso particular da área estudada, uma população rural, em sua grande maioria, de origem italiana;
- o trabalho assalariado caracteriza a grande propriedade de agropecuária, embora apareça também na pequena propriedade pertencente a proprietários absenteístas;
- no decênio estudado, acentuou-se o emprego da mão-deobra "volante" que tende a substituir, em determinadas tarefas, o assalariado fixo;
- nas modalidades de exploração indireta e mista, a parceria predomina. Aparece ligada à pequena e média propriedade e, mais raramente, à grande. Em Itatiba, a forma de utilização do solo predominante nas áreas em parceria é o cultivo da vinha, enquanto em Morungaba os cultivos temporários, especialmente o milho, predominam nas terras lavradas por parceiros;
- a modalidade mais comum de parceria, tanto em um como no outro município é a meação, sendo o meeiro, muitas vezes, parente do proprietário;
- o arrendamento é forma de exploração menos freqüente, tanto em Itatiba como em Morungaba, e seu aparecimento está ligado à expansão do cultivo da batata e ao incremento da pecuária ampliando as áreas de invernadas.

D - Os proprietários e sua vinculação com o meio rural

1. A origem dos proprietários

O número de proprietários nos 20 bairros de Itatiba e Morungaba que constituem nossa amostragem, elevou-se de 342, em 1956, a 426 em 1966. Não há correspondência entre o número de proprietários e o de propriedades, o que se explica pelo fato de um mesmo proprietário possuir, muitas vezes, mais de uma ou mesmo várias propriedades. Esse fato, que não é raro entre os proprietários de grandes domínios, ocorre também com muita frequência entre sitiantes. Assim, para um total de 399 propriedades, no ano de 1956, havia 342 proprietários; dez anos mais tarde, 554 estabelecimentos rurais estavam em mãos de 426 proprietários. O aumento observado no decênio explica-se pelo desmembramento de propriedades por herança e também pelo loteamento de duas grandes propriedades cujas terras foram vendidas em parcelas de dois a 12 000 m². Muitos lavradores, que já eram proprietários, adquiriram também terras nos loteamentos.

A grande maioria dos proprietários rurais de Itatiba e Morungaba é constituída de descendentes de colonos e de sitiantes estabelecidos na região desde meados do século passado. Após a crise cafeeira de 1930, e, especialmente nas últimas décadas, com a valorização das terras próximas à capital, um número considerável de cidadãos vem adquirindo propriedades no município, o que vai constituir-se em elemento de mudança na estrutura rural de Itatiba e Morungaba. Isso levou-nos a agrupar os proprietários da área estudada segundo a procedência.

a) Proprietários de procedência rural

As fichas da Casa da Lavoura de Itatiba, completadas por inquéritos e observações de campo, mostram-nos que, 80%

dos proprietários rurais de Itatiba, em 1956, eram de procedên-
cia rural; os descendentes de colonos, em sua maioria de ori-
gem italiana, constituíam o grupo mais numeroso, seguindo-se
os sitiantes e uma minoria muito reduzida de descendentes de
antigos fazendeiros de café.

QUADRO 13
Itatiba e Morungaba

Proprietários de procedência rural						
Ano	Total de proprie- tários	Colo- nos	Sitian- tes	Fazen- deiros	Total	%
1956	342	193	59	24	276	80,0
1966	426	212	67	25	304	71,1

Os descendentes de colonos constituíam, naquela época, 56,4% do total de proprietários rurais do município. Em alguns dos bairros estudados chegavam a formar a quase totalida-
de dos proprietários. Assim, no bairro da Boa Vista, de 32 proprietários, 23 eram descendentes de colonos, e no Morro Azul, de 22, 15 tinham a mesma origem. Em Morungaba, os bairros que então concentravam maior número de descendentes de colonos eram o Buenópolis e o Feital: o primeiro, com um total de 20 proprietários, dos quais 17 pertenciam a essa categoria; e o segundo, com 24 dos seus 26 proprietários tendo a mesma origem.

Os nomes de origem italiana predominam nessa categoria de proprietários, notando-se uma concentração de determinadas famílias em certos bairros. Exemplo são os Fumachi da Ponte Nova, os Leardine do Pinhal, os Delforno da Boa Vista. Os livros do "Registro de Imóveis" de Itatiba fornecem-nos uma longa lista de nomes de proprietários que permanecem até hoje os

mesmos, nós mesmos bairros. Verifica-se, por vezes, nessa categoria certa mobilidade de um bairro para outro. É o proprietário que, estabelecido em áreas mais valorizadas, tais como proximidade de estradas ou vizinhança de centros urbanos, vende sua propriedade para adquirir outra em bairro mais distante, a preço mais acessível.

Os descendentes de fazendeiros e de sitiantes constituíam, em 1956, 24,2% dos proprietários rurais de Itatiba. Os primeiros eram descendentes de antigos fazendeiros de café do município, cujos nomes estão ligados à própria história do povoamento da região. Nos bairros do Barreiro, Alagado e Pereiras encontram-se ainda algumas dessas velhas fazendas até hoje em mãos das mesmas famílias. Exemplo é a Fazenda da Figueira, no bairro do Alagado, pertencente à família Camargo Pires e que, em 1866, já constava do inventário de Antonio Camargo Pires (15). Também a Fazenda Carolina, no bairro do Barreiro, e a dos Pereiras, no bairro do mesmo nome, continuam em mãos dos descendentes de seus primitivos donos. Os descendentes de fazendeiros constituíam, porém, em 1956, uma reduzida minoria de apenas 24 proprietários.

Quanto aos descendentes de sitiantes, 59 ao todo, apresentavam-se concentrados em alguns bairros mais afastados da sede do município e das vias de comunicação, como Mato Dentro, onde constituíam, naquela época, o total dos proprietários, e Pintos e Ponte Nova, onde também representavam a maioria. Não dispomos de documentos que nos permitam esclarecer a origem dessa categoria de proprietários. Predominam entre eles nomes brasileiros, por vezes os mesmos dos grandes fazendeiros de café do século passado, o que faz supor que muitos dentre eles sejam também descendentes dos primeiros povoadores da região.

Um informante de Itatiba (16), grande conhecedor da história do município afirmou nos que, efetivamente, muitos desses sitiantes descendiam dos velhos troncos itatibenses. Com o advento do café, alguns se enriqueceram, distanciando-se econômica e socialmente dos demais membros da família. Criava-se, assim, um ramo rico e outro pobre da mesma família oriunda dos posseiros de Atibaia e de Jundiá, que povoaram Itatiba. É possível também que muitos provenham daquela corrente mineira de povoamento que veio ter a toda essa porção do território paulista no século XIX. No "Registro de Imóveis" de Itatiba encontramos com frequência doações de terras feitas pelos próprios fazendeiros. Em dois ou três casos as "partes de terras" eram doadas a escravos: o "Lugar dos Forros", à margem do rio Jaguari, é uma reminiscência de fatos dessa ordem. No bairro do Barreiro, na Fazenda Carolina, doações semelhantes ocorreram. Poucos foram, porém, os sitiantes descendentes de escravos que conservaram suas terras.

Numerosos nessa categoria de proprietários são também os elementos de origem italiana. Encontramos, com frequência, no "Registro de Imóveis", escrituras de compras de terras, partes de sítios e fazendas, onde o adquirente é um pequeno comerciante ou artífice italiano, ou de origem italiana, domiciliado na sede do município. Em muitos casos são membros de uma mesma família ou simplesmente compatriotas que se associam para adquirir terras. Assim, parte dos descendentes de sitiantes de 1956 originou-se de elementos estranhos ao meio rural, mas que a ele se integraram de maneira definitiva.

b) Proprietários de procedência urbana

Entre os proprietários de procedência urbana destacamos os de profissão liberal, os funcionários públicos ou de

empresas particulares, os comerciantes e artífices e, finalmente, os de outras profissões, englobando sob esse rótulo banqueiros, industriais, etc. Não foram computados como de procedência urbana os proprietários pertencentes às categorias acima mencionadas, mas que são descendentes de fazendeiros, colonos ou sitiantes e que, já foram incluídos entre os de procedência rural. No ano de 1956, os proprietários que se encontravam nessa situação eram em número de dezessete. Os de procedência urbana em número de 58, correspondiam a 17,3% do total dos proprietários do município, naquela época. Distribuíam-se na seguinte ordem: sete de profissão liberal, três funcionários, 33 comerciantes e artífices e 15 de outras profissões.

QUADRO 14
Itatiba e Morungaba

Proprietários de procedência urbana							
Ano	Total de proprietários	Profissão liberal	Funcionários	Comerciantes e Artífices	Outras	Total	%
1956	342	7	3	33	15	58	17,3
1966	426	18	15	50	24	107	25,1

Entre os de profissão liberal havia donos de propriedades maiores e de chácaras de recreio. Já no grupo dos funcionários, apenas um era proprietário de fazenda, herança por parte da família da esposa. Os comerciantes, que constituíam a categoria mais numerosa, procediam principalmente de Itatiba e São Paulo e, em menor número, das cidades de Jundiaí, Valinhos e Campinas. Apareciam com maior frequência nos bairros mais próximos aos centros urbanos e mais bem servidos por estradas, como é o caso do bairro do Pinhal, cortado pela rodovia que vai para Serra Negra, a meio caminho entre Itatiba e Jundiaí e mais próximo também de São Paulo do que os demais

bairros. No último grupo, o que inclui outras profissões, encontravam-se, em 1956, industriais de São Paulo, Jundiaí e Itatiba e alguns banqueiros de São Paulo, quase todos proprietários de fazendas. Daí o aparecimento, com maior frequência, dessa categoria nos bairros em que predominam as grandes propriedades. No bairro do Alagado, dos três proprietários de procedência urbana, dois pertencem a essa categoria, o mesmo se verificando no bairro do Barreiro.

Observa-se no decênio estudado que o número de proprietários de origem rural cai de 80 para 71,1%, enquanto os de procedência urbana passam de 17,3 para 25,1% do total dos proprietários de Itatiba e Morungaba. Tal fato representa uma tendência bem caracterizada nessa década: a penetração de um tipo de proprietário proveniente do meio urbano, representado por elementos das mais diversas categorias sociais e econômicas. Dentro dessa tendência geral, há certas particularidades a destacar. Uma delas é que essa penetração de elementos citadinos se processa de maneira mais acentuada em alguns bairros, enquanto em outros é apenas perceptível. Os bairros que apresentam maior aumento já revelavam essa tendência em 1956. Assim, os bairros do Pinhal, Itapema e Ponte Nova, que já contavam com maior número de proprietários dessa categoria, dobraram esse número, enquanto Tapera Grande e Pintos apresentavam um fraco aumento com relação a 1956. Nos demais bairros poucas mudanças ocorreram. Em Morungaba só nas vizinhanças do centro urbano é que se percebe a presença de proprietários rurais procedentes das cidades. A explicação para esse ritmo desigual de penetração urbana está principalmente na facilidade de acesso que certos bairros como Pinhal e Itapema oferecem com relação a outros. O bairro do Pinhal, especialmente, à

margem da rodovia São Paulo-Serra Negra, vem atraindo nos últimos dez anos grande número de cidadãos.

Outra peculiaridade com relação ao aumento de proprietários de origem urbana no município é que ele foi desigual também dentro das diversas categorias profissionais. Foi da mesma ordem no grupo das profissões liberais e no de funcionários e mais acentuado entre os comerciantes e artífices. Na categoria de outras profissões foi menos significativo.

O número de proprietários de procedência urbana, descendentes de gente ligada ao meio rural, fazendeiros, colonos e sitiante, permaneceu o mesmo (17), o que mostra que os novos proprietários cidadãos tendem cada vez mais a sair do próprio meio urbano e não de famílias ligadas ao campo.

O aumento ocorrido entre os proprietários de origem rural, na década 1956-1966, é devido principalmente às divisões de propriedades por herança, embora apareçam entre os compradores de áreas loteadas, descendentes de colonos ou de sitiante que já são proprietários no município. Entre os descendentes de fazendeiros não se verificam mudanças; há o aumento de apenas um proprietário nessa categoria, esse mesmo descendente de fazendeiros de outra área do Estado, que adquiriu propriedade em Morungaba.

2. Condição jurídica dos proprietários

Juridicamente, os proprietários rurais de Itatiba e Morungaba pertencem a três categorias: proprietários individuais, condôminos e sociedades anônimas e limitadas. Não são encontradas propriedades de instituições religiosas, cooperativas ou entidades públicas nos bairros por nós estudados. Nos

Censos de 1940, 1950 e 1960 também não há referência a essas categorias de propriedades no município (18).

QUADRO 15
Condição jurídica dos proprietários

	1956		1966	
	Total	%	Total	%
Proprietários individuais	270	79	343	81
Condôminos	65	19	70	16
Sociedades anônimas e limitadas	7	2	13	3
T o t a i s	342		426	

a) Proprietários individuais

Em 1956, no município de Itatiba, o número de proprietários individuais era de 270 para um total de 342 proprietários rurais, o que significa que 79% dos proprietários pertenciam a essa categoria (quadro 15).

Em 1966, sobre um total de 426 proprietários, 343 eram individuais, portanto 81 por cento. Observa-se assim que não só a grande maioria dos proprietários de Itatiba inclui-se nessa categoria, como também que, no decênio, ocorreu dentro da mesma um aumento percentual com relação a 1956.

Constituindo a grande maioria dos proprietários rurais em Itatiba, acham-se eles disseminados por todos os bairros e por todas as categorias de propriedades. Com relação à procedência, verifica-se que são, em sua grande maioria, de origem rural, embora se observe que na década 56-66 ocorreu um aumento bastante significativo entre os de procedência urbana. Em 1956 os proprietários individuais de procedência urbana, em número de 58 passam a 107 no ano de 1966 (quadro 16).

QUADRO 16

Relação entre a condição jurídica e a origem dos proprietários

	1956			1966		
	Procedência		Total	Procedência		Total
	Rural	Urbana		Rural	Urbana	
Proprietários individuais	213	57	270	236	107	343
Condôminos	57	8	65	61	9	70
Sociedades anônimas e limitadas	2	5	7	-	13	13
T o t a i s			342			426

b) Condôminos

Os condôminos que em 1956 eram em número de 65, correspondendo a 19% dos proprietários de Itatiba, em 1966, passam a 70, mas percentualmente representam apenas 16% do total. Houve, portanto, no decênio estudado, nessa categoria de proprietários, uma diminuição bastante expressiva. Não encontramos para o fato uma explicação satisfatória. O condomínio, no município, surgiu como uma forma de impedir que o fracionamento extremo das pequenas propriedades tornasse sua exploração anti-econômica. Daí, ser encontrado somente entre os pequenos proprietários e de ser sempre, ou quase sempre, de composição familiar. Os condôminos são, via de regra, pais e filhos, irmãos, etc. Há sempre entre eles um laço de parentesco. Em se tratando de pais e filhos, a sociedade familiar visa também a facilitar a transmissão da propriedade aos herdeiros em caso de morte do chefe de família. Entre irmãos ou outros membros da família, sua finalidade principal é obstar o fracionamento que resultaria na multiplicação de pequenas propriedades, insuficientes para assegurar o sustento de uma

família. Como explicar, pois, a diminuição dessa categoria de proprietários no decênio 1956-66? Mesmo que nos pareçam duvidosos os dados dos censos de 1950 e 1960, também assinalavam e de maneira bastante acentuada essa diminuição, somos levados a acreditar que realmente tenha ocorrido um decréscimo entre os condomínios, provavelmente a partir de 1940. Não encontramos, porém, uma explicação que nos pareça satisfatória para esse fato, pois as causas que determinaram o seu aparecimento no município persistem. É provável, porém, que com a legislação fixada pelo IBRA em 1966 que exige nos desmembramentos de imóveis rurais, sejam respeitadas as dimensões do módulo da propriedade familiar (19), seja interrompida esse processo decrescente, e os condomínios familiares continuem, embora em número reduzido, a figurar entre as modalidades jurídicas da posse da terra no município.

Em Itatiba, os condomínios são, como já o dissemos antes, típicos da pequena propriedade e das famílias de origem italiana. Não são encontrados nos bairros onde predomina a grande propriedade, como o Alagado, o Chapéu de Sol, o Barreiro ou os Pereiras, enquanto são comuns nos bairros onde a pequena propriedade constitui a maioria, como Tapera Grande e Ponte Nova. Aproximadamente 50% dos condomínios do município concentram-se nesses dois bairros, por todo o decênio estudado.

Em 1956, dos 65 condomínios registrados, 34 eram constituídos de famílias de origem italiana e em 1966, dos 70 existentes, 32 também o eram. Não observamos nos bairros estudados bases jurídicas próprias dessas sociedades familiares. Quando se trata de condomínio constituído por pais e filhos,

mormente entre as famílias de origem italiana, a autoridade do pai prevalece.

Tanto em 1956 como em 1966, mais de 40% dos condomínios eram constituídos de propriedades de até 24 hectares de área. A título de exemplo, podemos citar os de José Franchini e Outro, no bairro da Tapera Grande, com 22,9 ha; de José Canale e Outro, no Itapema com 19,5; de Antonio Hungaro, no Pinhal, com 10,3 e Armando Belgini, na Ponte Nova com 7,2 hectares.

c) Sociedades Anônimas

Nos dados por nós utilizados, as Sociedades Anônimas e Sociedades Limitadas eram em 1956 em número de 7 apenas, correspondendo a 2% do total dos proprietários. Em 1966, são 13 e representam 3% desse total. Em 1956, as propriedades pertencentes a Sociedades localizavam-se nos bairros do Porto, Chapéu de Sol e Tapera Grande e somavam 3 252,4 ha de área. Tem-se assim a impressão, à primeira vista, de que essas organizações são típicas de grande propriedade, quando, na realidade, duas delas possuíam 3 154,0 ha, restando para as demais apenas 58,4 hectares. Conclui-se que as S/A e S/Ltda. em 1956 eram de propriedades cujas áreas variavam entre 20 e 30,0 ha, em média. Em 1966, as 13 S/A e S/Ltda. existentes em Itatiba detêm uma área de 4 634,8 ha, isto é, 1 382,4 ha mais do que em 1956. Se em percentagem o seu aumento não é muito significativo (2% do total das propriedades em 1956 e 3% em 1966), em área parece-nos bastante expressivo. Das 13 S/A existentes nos bairros estudados, nessa época, 7 possuem área superior a 100,0 ha, o que para o município já se pode considerar grande propriedade. A situação, portanto, já

não é a mesma de 1956. Parece claro que, em 1966, as S/A e S/Ltda correspondem às grandes propriedades.

Um processo que mal se esboçava em 1956, aparece bem definido dez anos mais tarde: o investimento de capitais urbanos, cada vez mais vultosos, em empreendimentos rurais. Em 1956, das 7 sociedades existentes, 5 são financiadas por capitais de procedência urbana. São firmas industriais, comerciais e bancárias que adquirem terras no município. Mas só duas, nessa época, são possuidoras de grandes glebas, enquanto as demais representam investimentos de pequena monta. Em 1966 as 13 sociedades, das quais 7 possuem áreas de mais de 100 ha são todas mantidas por capitais de origem urbana (Uma com capital estrangeiro). Em um caso apenas o capital não provém de grandes empresas inteiramente estranhas ao meio rural.

Em 1956, das duas sociedades possuidoras de grandes glebas, apenas uma, a Malabar do Brasil S/A Agropecuária, tentava uma experiência agrícola inteiramente nova no município. A outra limitava-se à compra de glebas contíguas num processo de reagrupamento de propriedade sem nenhum aproveitamento efetivo do solo. As sociedades proprietárias de pequenas áreas restringem-se, por sua vez, a algumas tentativas de reflorestamento.

Em 1966, das sete sociedades cujas propriedades alcançam mais de 100,0 hectares, cinco investiram somas consideráveis em suas terras. Dentre elas destaca-se a "Agência Marítima Johnson S/A" que adquiriu a Fazenda Baroneza, antiga propriedade cafeicultora e ali vem introduzindo novas técnicas agrícolas e novos cultivos, num esforço real de apro-

veitamento integral do solo. Reflorestamento e até mesmo fruticultura aparecem nas sociedades cujas áreas são menores. A única S/A cujos capitais não provêm de firmas industriais, comerciais, ou bancárias e que está entre as possuidoras de áreas de mais de 100,0 ha, representa um fato novo dentro dessa categoria de proprietários, pois surgiu de propriedade agrícola individual.

Pode-se concluir que as duas modalidades jurídicas de posse da terra no município, condomínios e S/A e S/Ltda representam tendências bem definidas dentro de sua estrutura rural. Os condomínios correspondem a uma forma de posse da terra característica das pequenas propriedades, estão vinculados à estrutura familiar e sobretudo às famílias de origem italiana. Expressam uma resistência ao processo de fragmentação da pequena propriedade que resultaria numa forma anti-econômica de exploração. As S/A e S/Ltda caracterizam uma forma recente de posse da terra no município que tende a aumentar (em 1970 já se verificava aumento com relação a 1966). Representam um elemento novo na estrutura agrária de Itatiba. Na realidade, são uma conseqüência da legislação tributária vigente no país, que concede redução de imposto de renda às empresas que aplicam capitais na agricultura. Evidentemente, este é o motivo principal do aparecimento de tais sociedades, mas, de qualquer modo, elas significam a introdução de técnicas novas, aumento de produtividade, novas culturas e, conseqüentemente, modificação na estrutura fundiária e na paisagem rural do município.

Comparando-se a procedência dos proprietários e sua condição jurídica, observa-se, no decênio 1956-66 (quadro

16) que os proprietários individuais são na sua grande maioria de origem rural. Os condomínios também se caracterizam por sua origem rural. Já as S/A e S/Ltda são, na sua totalidade, de procedência urbana. Em 1956, de um total de sete, duas são de origem rural, enquanto em 1966 as 13 existentes são todas elas de origem urbana.

3. Condições sócio-econômicas dos proprietários

As condições sócio-econômicas dos proprietários constituem um dos elementos fundamentais na caracterização de uma estrutura agrária. A posse da terra, em si, já confere prestígio a seu proprietário dentro de uma sociedade rural e ainda mais se tratando, como nos municípios por nós estudados, de velhas zonas cafeeicultoras onde ainda se encontram profundamente arraigados os conceitos tradicionais de fazendeiro e sitiante. Assim, o fazendeiro, mesmo quando a exploração de sua propriedade não lhe assegura lucros compensadores, goza de prestígio dentro do meio social em que vive, especialmente se descende de antigos fazendeiros de café da região. Mas não só no caso do fazendeiro se evidencia o prestígio social que a posse da terra assegura a seu proprietário. Também o sitiante que, aos poucos, gleba por gleba, vai formando uma grande propriedade, passa a ter uma posição destacada dentro da sociedade rural. Por outro lado, a terra representa riqueza, e verificar as condições econômicas que sua exploração proporciona a seus proprietários constitui um outro aspecto da pesquisa que nos propomos tentar, assim como investigar em que medida existe correspondência entre nível social e econômico. Finalmente, considerando os diversos elementos analisados, tentaremos agrupar os proprietários rurais de Itatiba e Morungaba em categorias

sócio-econômicas distintas.

A primeira dificuldade que se apresenta para uma pesquisa desse tipo é a obtenção de dados que possam servir de índices de avaliação precisos. Logo de início, a ausência de contabilidade nos estabelecimentos rurais é regra geral, com exceção das grandes propriedades. Estas têm sua contabilidade bem organizada, mas a ela não tem acesso um estranho, o que é perfeitamente compreensível. Além disso, mesmo que tais dados pudessem ser consultados, representariam, no conjunto, uma minoria apenas, pois as grandes propriedades pertencentes a particulares ou a Sociedades Anônimas constituem minoria nos dois municípios estudados. O pequeno proprietário, esse não contabiliza suas despesas e seus lucros. Nem sabe mesmo ao certo se está ganhando ou perdendo na exploração de sua propriedade. Um segundo índice de avaliação seria a declaração de imposto de renda dos proprietários, documento de tão difícil consulta quanto os livros de contabilidade. Além disso, basta que o proprietário prove que os lucros obtidos foram reinvestidos na propriedade para que o seu imposto de renda seja reduzido. Outro problema que se coloca é o das Sociedades Anônimas que reúnem propriedades agrícolas e empresas industriais e comerciais não sendo possível discriminação entre o que é de origem agrícola e o que provém de tais empresas. Já nos referimos neste trabalho à impossibilidade de utilizar certos dados constantes das declarações do IBRA. Especialmente no que diz respeito ao valor da terra, valor do imóvel rural e valor da produção, os dados são completamente falhos. Os valores declarados ficam muito aquém dos reais. Ninguém encontraria, no ano de 1966, preços de terra, por hectare, que coincidissem com os do IBRA, mesmo nos bairros mais afastados das

vias de comunicação. Com relação ao valor do imóvel, o mesmo se verifica. Parece inadmissível que uma propriedade com mais de 400 ha e um cafezal de mais de 500 000 pés, além de outras culturas, valha apenas Cr\$700 000,00, ou que uma outra com cerca de 300 ha e 200 cabeças de gado bovino valha somente Cr\$199.000,00. O mesmo se constata com relação ao valor da produção, o que impossibilita qualquer utilização dos dados. Tais dificuldades são encontradas tanto nas declarações dos grandes como nas dos médios e pequenos proprietários. A inexatidão dos dados se explica pelo fato de na ocasião em que foram feitas as declarações, em 1966, a maioria dos agricultores não estar convenientemente esclarecida sobre os critérios adotados pelo IBRA. A maioria supõe então que, declarando valores inferiores aos reais, menores seriam os impostos a pagar. Assim é que, declarações houve em que a própria área cultivada vinha reduzida (vinhedos, pomares, cafezais tinham número de plantas muito inferior ao que na realidade existia) e na pecuária rebanhos numerosos foram reduzidos à metade e até menos. Por todas essas incorreções, não nos foi possível utilizar os dados fornecidos pelo IBRA no tocante aos valores da terra nua, do imóvel e da produção, dados que seriam da maior importância para nosso trabalho. Retificar os dados do IBRA através de informações verbais dos proprietários foi tarefa inexecutável: muitas vezes por desconfiança dos informantes para com o pesquisador; outras, por incapacidade de fornecer informações precisas. Assim é, por exemplo, com relação ao valor da terra. Os preços por hectare variam de bairro para bairro dependendo de fatores como a presença de água (abundância de fontes e mananciais valorizam a terra), proximidade de vias de comunicação ("beira de estrada" vale muito mais),

relevo e solos (morros, com encostas íngremes e solos cobertos de matações depreciam a terra). Quanto ao valor do imóvel, a avaliação do proprietário é quase sempre de caráter subjetivo, especialmente entre os sitiante que somam ao valor real do imóvel os sacrifícios que sua aquisição lhes custou.

No que se refere à produção, a ausência de contabilidade faz com que o próprio sitiante ignore muitas vezes se naquele ano teve lucro ou prejuízo com seu vinhedo ou pomar.

Por todos esses obstáculos, tivemos de deixar de lado índices que por si só seriam suficientes para caracterizar as condições sócio-econômicas dos proprietários rurais nos municípios estudados por nós e optar por outros que também nos parecem bastante objetivos e têm a vantagem de poderem ser facilmente obtidos. São eles:

- a) área e número de propriedades pertencentes a um só proprietário;
- b) tipos de cultivo (cultivos de maior ou menor rentabilidade)
- c) Regime de exploração (trabalho familiar ou assalariado)
- d) profissão do proprietário (para o caso de proprietários não agricultores)
- e) nível de vida dos proprietários (uso de eletrodomésticos, veículos, etc)
- f) nível cultural dos proprietários (instrução primária, média ou superior)

A área e o número de propriedades pertencentes a um só proprietário pareceu-nos um índice altamente expressivo. Em uma região como a de Itatiba-Morungaba, próxima de grandes centros urbanos como a capital do Estado e as cidades de Campinas e Jundiaí, e bem servida por vias de comunicação a terra por si só representa um capital apreciável. Acresce que a região, em consequência mesmo da melhoria de comunica

ções é do processo crescente de urbanização em todo o Estado, vem-se transformando de uns anos para cá em área abastecedora dos centros urbanos, especialmente da cidade de São Paulo. Assim, a terra é altamente valorizada em toda a área. Só nas regiões mais afastadas, como certos bairros de Itatiba e Morungaba é que, até o ano de 1966, os preços por hectare eram mais baixos. Atualmente, mesmo nesses bairros a situação mudou, com a construção da rodovia D. Pedro I (Campinas-Dutra), que passando por Itatiba, vai atravessá-los, tirando-os da posição de marginalidade em que viveram até agora. A posse de uma simples gleba significa, pois, um capital em valorização. E há casos, não só de grandes proprietários, mas de pequenos sítiantes que chegam a ser proprietários de um número considerável de parcelas descontínuas, perfazendo, às vezes, mais de 100 hectares. Consideramos por isso, a área e o número de propriedades como o critério básico na caracterização das condições econômicas dos proprietários fundiários dos municípios de Itatiba e Morungaba.

As modalidades de uso da terra também nos pareceram de maior importância para se chegar a um agrupamento dos proprietários rurais de Itatiba-Morongaba em classes sócio-econômicas. Os cultivos de maior rentabilidade, como o café para as propriedades maiores e a fruticultura para as de área mais reduzida, permitem também a distinção de níveis econômicos. Os agricultores que dispõem de áreas de mais de 90 ha e se dedicam ao cultivo do café associado à pecuária, ou a qualquer das duas modalidades de uso da terra isoladamente, pertencem, na escala de valores próprios dessa sociedade rural, ao mais alto nível sócio-econômico. Da mes-

ma forma, o pequeno proprietário que se dedica à fruticultura, de modo especial ao cultivo da vinha, coloca-se economicamente acima do sitiante que se ocupa somente dos cultivos tradicionais como o milho, o feijão ou o arroz, produtos de menor rentabilidade nos mercados.

Os regimes de trabalho nos parecem também índices válidos na identificação das categorias sócio-econômicas dos proprietários fundiários de Itatiba e Morungaba. O fato de não trabalhar a terra e ter capacidade de manter por sua conta assalariados, já denota condições econômicas e sociais bem definidas. Só entre os proprietários de origem italiana é que se vai encontrar o trabalho familiar em qualquer categoria sócio-econômica, embora esse já seja menos frequente entre os grandes proprietários. O fato de não lavrar a terra é um elemento de diferenciação dos níveis sociais, mesmo em igualdade de condições econômicas. Assim o trabalho tem não só um significado econômico como também social.

A profissão do proprietário, no caso de proprietários não agricultores, foi também por nós tomada como elemento de diferenciação sócio-econômica. Agrupamos em uma categoria de grandes proprietários rurais que exercem profissões liberais, bem como os banqueiros, os industriais, e os grandes comerciantes, e em outra, os funcionários públicos ou de empresas particulares, os pequenos comerciantes e os donos de pequenas indústrias, que não dispõem nem dos recursos nem da projeção social dos primeiros, e cujas propriedades situam-se entre as pequenas e médias.

O nível de vida dos proprietários, avaliado através do uso de eletrodomésticos, veículos, etc. só foi levado em conta para aqueles que residem na zona rural, especialmente

os pequenos proprietários, pois serve para distinguir o sitiante de condições econômicas mais prósperas e mais esclarecido, do lavrador de menos posse e mais fechado às solicitações do mundo exterior. Para o ano de 1956 não nos foi possível usar esse critério, pois muitos bairros não possuíam sequer eletricidade. Assim, o inquérito de campo abrange apenas o ano de 1966, não sendo possível a comparação entre os dois períodos.

O nível cultural dos proprietários, isto é, o grau de instrução (primária, média e superior) revelou-se bastante significativo, tanto entre os pequenos proprietários residentes na zona rural como entre os grandes proprietários de origem citadina. Entre os primeiros, o índice de analfabetismo elevado vai coincidir com os pequenos sítiantes dos bairros mais afastados vivendo exclusivamente dos pequenos rendimentos de suas roças de milho, feijão, arroz ou mandioca. Entre os grandes proprietários de origem urbana, o nível cultural é o responsável muitas vezes pelo elevado padrão econômico e pelo prestígio social de que gozam.

Com base nesses critérios, podemos distinguir quatro categorias sócio-econômicas entre os proprietários rurais dos municípios de Itatiba e Morungaba. De início, identificamos uma classe a que chamaremos A, constituída de proprietários cujas propriedades têm mais de 90 hectares de área, exploradas com trabalho assalariado e onde as formas de uso da terra predominantes são a pecuária e a cultura do café. Dentro desta categoria distinguiremos um primeiro grupo de proprietários (A_1) que não vivem exclusivamente da agricultura, exercendo outras profissões (médicos, engenheiros, advogados, banqueiros, industriais e grandes comerciantes).

tes). Em sua grande maioria, tais proprietários se projetaram econômica e socialmente através da própria profissão e só depois foi que se tornaram proprietários rurais. Assim, o status de que gozam independe de sua condição de proprietário rural. Um segundo grupo (A_2) é constituído por proprietários que vivem exclusivamente da agricultura não possuindo outras fontes de renda. São os descendentes de antigos fazendeiros de café que conservaram suas terras, ou descendentes de ex-colonos que se tornaram latifundiários. Economicamente estão situados em nível inferior aos do grupo A_1 ; é difícil, porém, estabelecer-se uma comparação entre o nível social das duas categorias. Os proprietários do primeiro grupo são geralmente gente de fora, estranha ao meio rural, sem tradições na região, onde muitas vezes não chegam a criar raízes. Enquanto os do segundo grupo estão vinculados ao meio rural por várias gerações de agricultores e gozam de prestígio na sociedade rural de que fazem parte. Uma segunda categoria, Classe B, reúne pequenos e médios proprietários que não vivem exclusivamente da agricultura. São pequenos comerciantes, funcionários públicos ou particulares, ou donos de pequenas indústrias. Citadinos, como os do grupo A_1 deles diferem pelas rendas mais modestas de suas atividades profissionais e pelas dimensões de suas propriedades rurais (menos de 90 ha). Empregam também, como os da classe A, mão de obra assalariada em suas terras, mas as modalidades de uso do solo são outras. A fruticultura e os cultivos temporários são as formas predominantes de utilização do solo em suas terras.

Em uma outra classe (Classe C), agrupamos os pequenos proprietários que vivem exclusivamente da agricultura e la-

vram eles próprios a terra com a ajuda da família ou de assalariados. Nesta classe podemos identificar também dois grupos de proprietários: , aqueles em cujas propriedades predominam cultivos de maior rentabilidade como a fruticultura e a horticultura (C₁) e os que se dedicam apenas aos cultivos tradicionais de menor rentabilidade, como o milho, o feijão, o arroz ou a mandioca (C₂).

Por último, consideramos como pertencendo a uma classe à parte (Classe D), os proprietários de chácaras e sítios de recreio.

Para identificar de maneira mais precisa cada uma destas classes, levamos em conta as áreas das propriedades dentro de cada classe e, na medida do possível, o grau de intensidade do aproveitamento da terra. Assim, um proprietário que tenha menos de 90 ha de terra mas que a explora dentro dos mesmos moldes que caracterizam os proprietários de Classe A será também incluído nesta classe e não naquela em que, pela área, estaria situado. (Fig.11).

QUADRO 17

Categorias sócio-econômicas dos proprietários de Itatiba e Morungaba

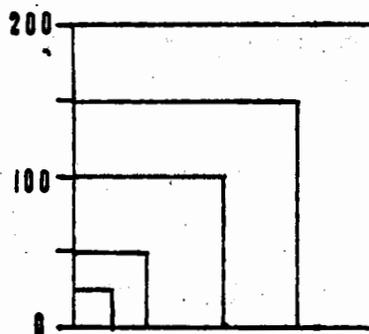
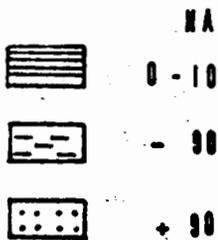
Classe	1956	%	1966	%
A	39	11,4	38	8,9
B	32	9,3	69	16,1
C	243	71,0	270	63,3
D	3	0,8	29	6,8
T o t a i s	317		406	

fig 11

Categoria Sócio Econômica dos Proprietários

1966

		NÃO VIVE SÓ DA AGRICULTURA	VIVE DA AGRICULTURA		
TRABALHO	ASSALARIADO				POMAR
					CAFE PECUARIAS
					TEMPORARIAS FRUT
	FAMILIAR				FRUTICULTURA
					TRADICIONAIS



ORG POR C.A.F.MONTEIRO.

Classe A

Em 1956, em Itatiba, apenas 11,4% dos proprietários rurais pertenciam à classe A. Entre os do primeiro grupo (A₁) em número de 23, nove possuíam mais de uma propriedade rural, chegando mesmo alguns a ter mais de três (20). Quase todas as propriedades situavam-se no município, com exceção de três, localizadas em outros municípios do Estado. Predominavam entre os proprietários dessa categoria industriais e médicos, sendo os restantes, banqueiros, comerciantes e advogados. Cerca de 50% tinham instrução superior e três apenas residiam na sede do município e eram de famílias da terra, alguns descendentes mesmo de antigos fazendeiros de café, os mesmos que iremos encontrar na década seguinte. O regime de trabalho era o assalariado e o uso da terra consistia principalmente na pecuária e nos cultivos temporários. O café aparecia em pequeno número de propriedades, quase todas no distrito de Morungaba. A vinha era cultivo de parceria, bem como a horticultura e, de modo especial, as plantações de tomate. Não se observava concentração dessa categoria de proprietários por bairro.

No grupo A₂ enquadravam-se apenas 16 dos proprietários de Itatiba e Morungaba no ano de 1956. Apenas dois proprietários tinham mais de uma propriedade (um possuía três em Itatiba e outro duas em Morungaba). Não se verificava nesse grupo nenhum caso de proprietário com propriedades situadas em outros municípios, como ocorre com os do grupo A₁, alguns, donos de verdadeiros latifúndios em outras regiões do Estado. No grupo A₂, a grande maioria dos proprietários era constituída de descendentes de ex--

colonos e, excepcionalmente, de descendentes de antigos fazendeiros de café. O trabalho assalariado predominava, verificando-se, porém, alguns casos de trabalho familiar e familiar complementado por mão-de-obra assalariada. A pecuária e os cultivos temporários predominavam, aparecendo em menor escala o café e a fruticultura, esta última sempre na condição de cultivo de parceria.

Na década seguinte, os proprietários da classe A, em número de 38, passam a corresponder a 8,9% do total dos proprietários da área, verificando-se, percentualmente, um acentuado declínio com relação ao ano de 1956. Na realidade, o que ocorreu foi uma diminuição entre os proprietários do grupo A_2 , enquanto os do grupo A_1 aumentaram, passando de 23 no ano de 1956, para vinte e oito. Como na década estudada o número de proprietários dos dois municípios aumentou, a diferença percentual é bastante acentuada com relação ao total. Nenhuma mudança de vulto se observa no tocante aos elementos que caracterizam esta categoria de proprietários. Regimes de trabalho, modalidades de uso da terra, permanecem praticamente os mesmos. Nota-se, somente, um recuo da fruticultura e da horticultura com relação ao ano de 1956.

No grupo A_2 ainda é perceptível certa diferença de nível social entre os descendentes de fazendeiros e os descendentes de ex-colonos, embora economicamente os dois grupos tenham condições semelhantes. Tal fato é perfeitamente compreensível em uma sociedade rural onde ainda não desapareceram de todo os conceitos tradicionais de fazendeiro e sitiante. Não podemos afirmar que no nível cultural existam

diferenças sensíveis. O que constatamos entre os proprietários dessa categoria foi que nenhum deles tinha instrução superior.

Classe B

Os proprietários da classe B, na qual incluímos pequenos comerciantes, funcionários e pequenos industriais, donos de pequenas e médias propriedades rurais, representavam, no ano de 1956, 9,3% dos proprietários rurais do município. Eram raros os que possuíam mais de uma propriedade. Muitos dentre eles haviam recebido por herança a propriedade, outros eram antigos lavradores que tinham abandonado o campo para se estabelecer em centros urbanos (Jun-diaí, Itatiba e Campinas, de preferência) exercendo aí um tipo de pequeno comércio, geralmente bares e pequenos empórios. Neste caso a exploração da propriedade fica a cargo de filhos que trabalham em parceria, ou de parceiros e arrendatários que não pertencem à família. Em 1956, entre estes proprietários já se encontravam alguns que tinham suas terras arrendadas a japoneses que se dedicavam ao cultivo da batata, nessa época em fase de expansão inicial no município. Ceron (21) descreve muito bem essa classe de proprietários por elei identificada no município de Limeira como de "pequenos proprietários absenteístas, que não vivem exclusivamente da renda agrícola e que já foram agricultores, assalariados ou pequenos proprietários residentes". Entre os pequenos comerciantes, funcionários e pequenos industriais de procedência urbana, encontravam-se em 1956 alguns aposentados que se tinham transferido definitivamente para a zona rural, passando eles próprios a administrar a propriedade, explorada, nesse caso, com mão-de-obra assala

riada; outros, porém, continuavam na cidade e para eles a compra de um imóvel rural significava apenas um empate de capital visando valorização futura. Em 1956, mais de 50% dos proprietários da classe B exploravam suas terras com trabalho assalariado e o restante por parceria, e menos frequentemente, por arrendamento. O uso da terra nessas pequenas e médias propriedades da classe B consistia principalmente no plantio de milho, feijão e arroz, e na fruticultura. Propriedades ocupadas exclusivamente com reflorestamento já eram encontradas com certa frequência nesta categoria.

Na década seguinte, verificou-se um aumento de mais de 70% nessa classe de proprietários com relação à situação de 1956. São 69 proprietários, correspondendo a 16,1% do total dos proprietários rurais de Itatiba e Morungaba, quando em 1956 eram apenas 9,3 por cento. Este aumento pode ser explicado pelo interesse cada vez maior de elementos de procedência urbana em adquirir terra, visando valorização, e pela atração que os centros urbanos, especialmente Jundiá e Itatiba, em processo ativo de desenvolvimento, exercem sobre a população rural. Muitos sítiantes, transferiram-se nesse período para as cidades vizinhas para dar aos filhos oportunidade de estudar ou de trabalhar em atividades urbanas, ou simplesmente para ter condições de vida melhores do que no sítio. Na classe B o número de proprietários que têm mais de uma propriedade continua reduzido; são apenas cinco, exatamente o mesmo número que já existia em 1956, quase todos antigos lavradores.

Com relação às modalidades de trabalho e de uso

da terra, acentuam-se as tendências já observadas em 1956. A exploração direta com trabalho assalariado equivale às formas de exploração indireta e mista. Multiplicam-se os casos de vinhedos em parceria (40 propriedades cultivam uva) e as áreas reflorestadas que constituem, as mais das vezes, a única forma de exploração mantida pelo proprietário. Registramos vários casos, ~~mormente~~ entre japoneses, em que a única forma de ocupação do solo eram as plantações de eucalipto.

Classe C

Os proprietários da classe C, isto é, pequenos e médios proprietários vivendo exclusivamente da agricultura, eram no município de Itatiba em número de 243, no ano de 1956 (177 em Itatiba e 66 no distrito de Morungaba). Correspondiam, portanto, a 71% dos proprietários rurais da área. As modalidades de uso da terra levaram-nos a distinguir dois grupos dentro desta categoria de proprietários: um, constituído de agricultores cujas propriedades, exploradas através de técnicas mais avançadas, orientam sua produção para a fruticultura visando aos mercados urbanos (C_1) e outro, mais apegado às técnicas tradicionais e aos cultivos de menor rentabilidade como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca (C_2).

Ao grupo C_1 correspondem padrões sócio-econômicos superiores aos do grupo C_2 . Além do inquérito de campo e das fichas de cadastramento feito pelo IBRA, nosso conhecimento da região ajuda-nos a identificar com bastante exatidão os proprietários do primeiro grupo. As habitações ~~tem~~ edificadas, com vários cômodos pavimentados de tacos de ma

deira, aparelhos eletrodomésticos e quase sempre, mais de um veículo, denotam padrão econômico elevado, considerando-se as condições técnicas e econômicas da área. De modo geral, tais proprietários têm instrução primária ou são, pelo menos, alfabetizados, e os filhos frequentam as escolas primárias do bairro ou os estabelecimentos de ensino secundário de Itatiba e Jundiá. Observamos de 1956 para cá que muitos dos filhos de proprietários desse grupo não se tornaram lavradores. Alguns continuaram morando no sítio mas trabalham em Jundiá ou Itatiba, geralmente na indústria ou no comércio, enquanto outros transferiram-se de vez para os centros urbanos (22).

Interessante nessa categoria de proprietários é o fato de muitos deles possuírem mais de uma propriedade. De modo geral, há a propriedade mais antiga, onde se encontra a habitação e onde o solo é cultivado com maior ou menor intensidade e, às vezes, nas proximidades ou em bairros distantes onde o preço da terra é mais baixo, a outra gleba, não explorada ou utilizada apenas como pasto de aluguel. Em um ou outro caso, esta segunda gleba é explorada por um filho, genro, ou simplesmente um lavrador que não possui terra sua, sob regime de parceria. Em 1956, trinta dentre os proprietários desse grupo eram donos de mais de uma propriedade.

Predominava entre os proprietários do grupo C₁ o regime de trabalho familiar, encontrado em 105 casos, enquanto o familiar mais assalariado era registrado em 25 propriedades apenas.

A fruticultura e os cultivos temporários eram as formas de ocupação do solo mais difundidas entre proprieda

des deste grupo. Em Morungaba observava-se uma tendência para o cultivo do café (41 propriedades cultivavam o café, todas elas situadas em Morungaba) e para a pecuária, enquanto a fruticultura não era muito frequente no distrito. Compreende-se que a expansão da fruticultura no município, tendo partido principalmente de Jundiá, não tivesse ainda a essa época alcançado Morungaba. Por outro lado, as propriedades mais extensas em Morungaba, prestavam-se melhor ao cultivo do café e à pecuária. Em Itatiba, nessa época, a tendência já era nitidamente para a fruticultura e a horticultura. O reforestamento também já se fazia notar como forma de ocupação do solo, aparecendo em 23 propriedades

Em 1956, eram 91 os proprietários do grupo C₂. Como já explicamos anteriormente, neste grupo foram incluídos os pequenos e médios proprietários que se dedicam exclusivamente aos cultivos de menor rentabilidade como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. São aqueles que permaneceram dentro da tradição dos sistemas de cultivo das populações caipiras. O isolamento explica, em parte, a predominância quase exclusiva dos cultivos de roça entre esses proprietários. Não seria possível, com vias de comunicação escassas e precárias como as que serviam certos bairros — Mato Dentro, Morro Azul e Pintos — o cultivo de produtos perecíveis como a uva ou o tomate. Em Morungaba, além da dificuldade de comunicações, as condições do relevo em certas áreas dificultavam as atividades agrícolas, fazendo com que elas se orientassem de preferência para a pecuária ou para cultivos menos exigentes como o milho. Um fator de ordem humana, a origem da população, não deve ser esquecido. Onde predomina o elemento de origem italiana a vinha se di

fundiu mais amplamente, constituindo-se em fator de melhoria do nível econômico. Por último, poderíamos lembrar que o isolamento em que viviam essas populações gerou entre elas uma mentalidade pouco inclinada a inovações que signifiquem mudança dos padrões tradicionais. Tudo isso fez com que os proprietários do grupo C₂ se distanciassem dos do grupo C₁ no que diz respeito às condições sócio-econômicas. As áreas são portanto iguais, alguns proprietários dentre eles possuem mais de uma propriedade (11 em 1956 e 1966) mas as modalidades de uso da terra e, principalmente, a sua subutilização diferenciam este grupo de proprietários do anterior.

Em 1956, predominava entre eles o regime de exploração direta com trabalho familiar; não se registrava nenhum caso de trabalho exclusivamente assalariado. Em duas propriedades o regime de exploração era misto com parceria; em ambos o trabalho tanto do dono como do parceiro era familiar. Em três outras propriedades o regime de exploração era indireto (arrendamento).

Os cultivos temporários, de modo especial o do milho, constituíam quase as únicas formas de uso da terra. Em 12 propriedades havia fruticultura e em quatro apenas plantava-se café. A pecuária e o reflorestamento eram também raramente encontrados.

No ano de 1966, os proprietários da classe C, em número de 270, correspondem a 63,3% dos proprietários rurais de Itatiba e Morungaba. Percentualmente, verificou-se um decréscimo com relação ao período anterior.

De modo geral, não ocorreram grandes mudanças dentro dessa categoria de proprietários. O fato mais interes-

sante a destacar é o aumento de número dos proprietários do grupo C₁, enquanto os do C₂ sofrem uma diminuição. Entre os primeiros aumenta também o número de proprietários com mais de uma propriedade, que de 30 passa a cinquenta e nove.

O regime de exploração direta com trabalho familiar continua predominando na mesma proporção, isto é, em mais de 70% dos casos, vindo em seguida a exploração mista com trabalho familiar complementado pelo assalariado e muito raramente o assalariado exclusivo. Só registramos três casos de exploração indireta entre os proprietários do grupo C₁ no ano de 1966.

Poucas modificações se verificaram também nas modalidades de uso da terra. A fruticultura continuava a predominar em 63% das propriedades, juntamente com os cultivos de milho, feijão, arroz e, em menor escala, a mandioca. O número de estabelecimentos em que havia criação de gado manteve-se o mesmo, enquanto o café diminuía em Morungaba. Por outro lado, é bastante acentuado o aumento do reflorestamento que aparece em 86 propriedades, havendo casos em que a segunda propriedade pertencendo ao mesmo proprietário é ocupada unicamente com plantações de eucaliptos. Não se pode estabelecer comparação entre o uso de aparelhos eletrodomésticos nos anos de 1956 e 1966, pois, como já tivemos ocasião de dizer, muitos bairros, naquela época não tinham eletricidade, mas não há dúvida de que o seu consumo difundiu-se largamente no decorrer dessa década.

Em 1966 a mudança mais importante que ocorreu no grupo C₂ foi a própria diminuição do número de proprietários que caiu para setenta e sete. Esse fato é bastante significativo, pois coincide com a melhoria do sistema viário

rio e, conseqüentemente, a inclusão de Itatiba e Morungaba entre as áreas abastecedoras da Grande São Paulo.

Com relação aos regimes de exploração, nenhuma mudança de vulto ocorre: continua predominando a exploração direta com trabalho familiar (51 casos), raramente aparecendo as formas mista e indireta. Os cultivos temporários continuam ocupando o mesmo lugar de destaque, enquanto os demais permanecem em segundo plano. Só um fato novo se observa: o incremento do reflorestamento; ocorrem mesmo três casos em que os proprietários não exploram suas terras ocupando-as apenas com plantações de eucalipto. São freqüentes também os casos de propriedades inteiramente abandonadas, mormente entre aqueles que possuem mais de uma.

Classe D

Não incluímos os proprietários de chácaras de recreio entre os da classe B que agrupa pequenos comerciantes, funcionários e pequenos industriais, porque, embora entre eles sejam freqüentes os elementos de tais profissões, aparecem também médicos, advogados, engenheiros, químicos, etc, muitas vezes de nível sócio-econômico muito superior. Por outro lado, na classe B, as áreas ~~das~~ propriedades, embora se enquadrem na categoria de pequenas e médias, são geralmente muito maiores do que as das chácaras de recreio e, além disso, a produção visando exclusivamente a mercados locais ou regionais no primeiro caso e no segundo, apenas eventualmente se destinando à venda, estabelece uma diferença bem nítida entre os dois grupos. Assim, preferimos considerar os proprietários de chácaras de recreio como pertencendo a uma categoria à parte, que seria a classe D.

Consideramos chácaras de recreio, dentro das condições específicas da região, as pequenas propriedades cujas áreas raramente vão além de 10 ha, pertencentes a proprietários absenteístas e onde o trabalho nunca é familiar. A produção, como já dissemos acima, não visa a mercados, embora, eventualmente os seus excedentes possam ser vendidos. É o caso de pequenos vinhedos cultivados em parceria, em que a quota do parceiro é sempre destinada à venda. Em geral, é o caseiro que nessas pequenas propriedades trabalha como assalariado ou como parceiro, não havendo normalmente outros trabalhadores. O uso da terra consiste quase sempre em pomares de frutas variadas (laranjas, mexericas, peras, maçãs e caquis) e, às vezes, pequenos vinhedos. Geralmente esse tipo de propriedades situa-se nos bairros mais próximos da cidade. De 1956 para cá, algumas acabaram por ser incorporadas ao perímetro urbano, como aconteceu no bairro da Boa Vista, Engenho, Cruzeiro e Cocais. Estas são as que pertencem a proprietários residentes em Itatiba. As chácaras de proprietários residentes em São Paulo, Campinas e Jundiaí localizam-se próximo às rodovias, em bairros de fácil acesso, mas não na periferia da sede do município(23)

Em 1956, nos bairros por nós estudados, apenas três propriedades se incluíam nessa categoria correspondendo a menos de 1% do total. Os proprietários, residentes em Itatiba e Campinas, exerciam atividades urbanas e mantinham na chácara um caseiro que cuidava do pomar ou do vinhedo.

Em 1966, o número de chácaras de recreio elevava-se a 29, isto é, 6,8% notando-se entre os proprietários muitos com residência em São Paulo e Jundiaí. Apenas três

deles tinham outra propriedade agrícola. As áreas variavam de 0,4 a 10,8 ha e a utilização do solo era, na maioria dos casos, nos moldes já citados acima: pequenos pomares e vinhedos, e, em duas propriedades, pequenas plantações de milho e feijão. Em uma dessas chácaras, no bairro do Pinhal, o proprietário instalou uma granja avícola. Duas dessas propriedades, situadas à margem do rio Atibaia, se destinavam principalmente à pesca recreativa. São "pesqueiros", como se diz na região, com um "rancho" apenas e alguns pés de milho, laranjas e mexericas.

Não contamos como chácaras de recreio as parcelas inexploradas dos dois loteamentos ocorridos no bairro do Pinhal, embora tenham sido adquiridas para essa finalidade. Não nos pareceu acertado, porém, inclui-las nessa categoria.

Não nos preocupamos em agrupar em classe à parte os proprietários de áreas situadas na zona rural, mas que não são exploradas ou têm uso não agrícola. Em 1956, 18 propriedades desse tipo existiam no município de Itatiba. Eram, em geral, de áreas reduzidas, variando entre 0,5 e 10 ha em média. Contavam-se apenas três com mais de 30 hectares. Entre os proprietários havia os que tinham recebido por herança as suas glebas e delas nunca se ocuparam; outros as adquiriram por compra, destinando-as antecipadamente a usos não agrícolas (exploração de pedreiras principalmente) e outros ainda, que viram na aquisição de terra em zona rural apenas um emprego de capital. Em 1956, duas dessas propriedades, precisamente as de área maior (33,8 e 38,7 ha), tinham duas pedreiras em exploração; outra era ocupada por uma olaria e em uma quarta estava situada a venda que servia o bairro. Em Morungaba, a Companhia Luz e Força estava

também instalada em área que havia pertencido à antiga fazenda Jaguari. As demais eram áreas não exploradas, ou propriedades abandonadas. Em 1966, o número das propriedades reduz-se a dez. Quase todas têm áreas inferiores a 10 ha, destacando-se apenas uma com 15,1 hectares. Duas têm usos não agrícolas e as demais são propriedades não exploradas (quatro glebas fazem parte de espólios e estão por isso em abandono). Os proprietários, com exceção de um que é comerciante e reside em São Paulo, são gente que já morou em zona rural transferindo-se depois para a cidade.

Excluímos também desse esboço de agrupamento dos proprietários agrícolas de Itatiba e Morungaba em categorias sócio-econômicas, as Sociedades Anônimas e Limitadas porque procuramos nos restringir aos proprietários individuais e pequenas sociedades familiares que não têm existência legal, como os condomínios constituídos por membros de uma só família, e não considerar essas entidades de capitais e atividades nitidamente urbanos (empresas comerciais e industriais em sua maioria). Em número de sete em 1956 e treze, em 1966, as Sociedades Anônimas e congêneres foram consideradas apenas para efeito de contagem. Assim, foram computadas entre os 342 proprietários registrados em 1956 e os 426 da década seguinte.

Para concluir, podemos dizer que, no decênio por nós estudado, constatamos nos quadros sócio-econômicos dos proprietários agrícolas de Itatiba-Morongaba os seguintes fatos:

- na classe A, constituída de grandes proprietários, não ocorreram mudanças, embora percentualmente se tenha verificado uma diminuição do

número de seus proprietários;

- um considerável aumento de número entre os proprietários da classe B o que, segundo nos parece, é uma decorrência de fatores já apontados: o interesse crescente de cidadãos pela aquisição de terras como emprego de capital, embora nesse caso se trate de capitais modestos e, a atração cada vez maior também das populações rurais pelos centros urbanos;
- na classe C, observa-se que, em números absolutos, houve um pequeno aumento, enquanto percentualmente ocorreu um decréscimo; na realidade o que ocorreu foi uma diminuição entre os proprietários do grupo C₂, o que se explica pelo elevado número de vendas de propriedades registradas entre eles. Assim, os proprietários do grupo C₂, não só teriam passado a morar na cidade, conservando suas propriedades rurais, como também teriam, em outros casos, vendido suas terras e passado a viver em Itatiba ou Morungaba exercendo atividades urbanas. Neste último caso, parece evidente que a exploração dessas propriedades não era mais suficiente para manter o sítio e sua família;
- o aumento no grupo C₁ demonstra que a orientação para a fruticultura, de modo especial a vinha, cultivo de maior rentabilidade, assegura ao agricultor um nível econômico que lhe permite continuar vivendo exclusivamente da agricultura;
- o aumento entre os proprietários de chácaras de recreio evidencia, mais uma vez, o interesse dos cidadãos pela aquisição de imóveis rurais, embora como emprego de capital eles não representem investimentos comparáveis aos que se verificam entre os proprietários da classe B.

4. Proprietários residentes e absenteístas

Itatiba e Morungaba são municípios onde a grande maioria dos proprietários é constituída de pequenos lavradores, descendentes de colonos ou sitiantes de há muito estabelecidos na região. A propriedade, herdada ou comprada, representa para eles um patrimônio, fruto de trabalho e de duros sacrifícios, e de onde, ainda à custa de trabalhos e de penas, tiram o sustento para si e para a família. A maioria desses pequenos e médios proprietários vai, pois, residir na própria zona rural.

No ano de 1956, de 342 proprietários cadastrados pela Casa da Lavoura nos bairros que tomamos para nossa amostragem, 213 residiam em suas propriedades, o que corresponde a mais de 60 por cento. Em 1966, embora o número de residentes continue a ser maior que o de absenteístas, observa-se entre estes últimos um aumento digno de nota. De 120 no ano de 1956, passam eles a 187, enquanto entre os residentes o acréscimo que se verifica é pouco expressivo.

QUADRO 18

Residência e Absenteísmo

Ano	Residentes			Absenteístas		
	Fazen- deiros	Sitian- tes	Total	Fazen- deiros	Sitian- tes	Total
1956	10	203	213	30	90	120
1966	8	216	224	32	155	187

Uma constante em todo o decênio estudado é o absenteísmo entre grandes proprietários. Em 1956, 10 fazendeiros residem em suas propriedades, enquanto 30 moram nos centros urbanos próximos. Dez anos mais tarde o mesmo fato

se observa, porém, de maneira mais acentuada: de 40 fazendeiros, 32 residem na cidade. Nessa categoria de proprietários o absenteísmo não é fato recente. O que é novo é o fato de os fazendeiros absenteístas, no decênio estudado, serem procedentes de centros urbanos onde exercem profissões inteiramente desvinculadas do meio rural. São médicos, banqueiros e industriais que adquirem propriedade no município, mas continuam residindo na cidade e exercendo as mesmas atividades a que se dedicavam antes. A aquisição de uma propriedade fundiária significa para essa categoria de proprietários, na maioria dos casos, um emprego de capital. Muitos dos novos fazendeiros esperam apenas a valorização de propriedade para revendê-la. Como já observamos anteriormente, o número de vendas das grandes propriedades entre 1956-1966 é uma prova da instabilidade dessa classe de proprietários. O fato de não residir na propriedade ou de tê-la adquirido por mera especulação financeira, não significa, no entanto, que o fazendeiro a deixe em abandono. O que encontramos, na maioria dos casos, são proprietários que passam parte da semana na cidade e parte na fazenda, dividindo sistematicamente suas atividades entre o escritório ou o consultório e a fazenda. Só constatamos um caso em que a propriedade é explorada unicamente por parceiros e o desinteresse por parte do dono é tão grande que a própria sede está completamente em ruínas.

Entre os pequenos e médios proprietários, o absenteísmo era menos freqüente no início da década estudada. De 293 sitiantes, 203 residiam em suas propriedades e 90 eram absenteístas. Já em 1966, observa-se um aumento apreciável nessa categoria de proprietários que passa de 90 a 155, re

presentando 41,8% dos sitiantos, enquanto em 1956 eram apenas 30,7 por cento. Muitos **dentre** eles vêm do meio rural e, mesmo residindo na cidade, continuam a ocupar-se de suas terras. Outros são elementos de procedência urbana que nos últimos anos têm procurado o município pela proximidade com que se encontra de São Paulo e aí vêm adquirindo glebas para sítios e chácaras de recreio. Observação feita nos dois loteamentos ocorridos no bairro do Pinhal mostra-nos que se alguns dos novos proprietários estão explorando efetivamente os lotes adquiridos, a maioria, no entanto, os têm deixando em abandono à espera unicamente de uma valorização compensadora para revendê-los.

Se observarmos os bairros de Itatiba e Morungaba que tomamos como amostra, verificaremos em primeiro lugar que são bairros de grandes propriedades, como o Alagado, Barreiro, e Pereiras, os que apresentam maior percentagem de proprietários ausenteístas, enquanto no Mombuca, Morro Azul e Tapera Grande, bairros de pequenos e médios proprietários, o ausenteísmo é menos acentuado. No bairro do Alagado, em 1956, de quatro fazendeiros, três não moravam em suas propriedades; em 1966, os quatro eram ausenteístas. No Barreiro, em 1956, dos três fazendeiros do bairro, dois eram ausenteístas; em 1966, mantêm-se a proporção, pois de quatro proprietários, três são ausenteístas; nos Pereiras, em 1956, havia cinco proprietários, dos quais apenas um residia na fazenda e, em 1966, os cinco eram ausenteístas. Em Morungaba, o bairro do Brumado que é onde se encontram as propriedades maiores, apresenta situação semelhante. Dos quatro fazendeiros existentes no bairro, em 1956, três eram ausenteístas; em 1966, a fazenda do único proprietário residente no bairro

passa às mãos de uma Sociedade Anônima, enquanto a situação das restantes permanece a mesma.

QUADRO 19

O absenteísmo nos bairros de grandes propriedades - Itatiba e Morungaba

Bairro	1 9 5 6				1 9 6 6			
	Fazendeiros		Sitiantes		Fazendeiros		Sitiantes	
	R	A	R	A	R	A	R	A
Alagado	1	3	2	-	-	4	1	-
Barreiro	1	2	-	-	1	3	-	-
Pereiras	1	4	-	-	-	5	-	-
Brumado	1	4	3	-	-	2	3	1

R = residentes
A = absenteístas

Dentre os bairros de pequenos e médios proprietários, aqueles que se acham mais próximos dos centros urbanos e que são dotados de melhores vias de acesso são os que têm o maior número de proprietários absenteístas, porque neles é que se localizam, de preferência, as chácaras e sítios de recreio. Exemplo é o bairro do Pinhal, à beira da rodovia que liga Jundiá a Itatiba. No Pinhal ocorreu um aumento geral do número de proprietários em consequência dos dois loteamentos a que já tivemos ocasião de nos referir. Assim, de 57 proprietários em 1956, vamos ter 96 dez anos mais tarde. Esse aumento se verificou precisamente no grupo de pequenos e médios proprietários, que passa de 54 a 90 no ano de 1966. E é principalmente entre os absenteístas que esse aumento é mais evidente. Em 1956, eles eram apenas 21 entre os proprietários do bairro do Pinhal; em 1966, seu número eleva-se a 47, enquanto os residentes passam de 36 a quarenta e cinco. Entre estes últimos o aumento que se verifica é apenas uma decorrência da divisão de propriedades por herança ou da

QUADRO 20O absenteísmo nos bairros de pequenas e médias propriedadesItatiba

Bairro	1 9 5 6				1 9 6 6			
	Fazendeiros		Sitiantes		Fazendeiros		Sitiantes	
	R	A	R	A	R	A	R	A
Morro Azul	1	-	18	1	-	1	20	2
Mombuca	1	-	13	5	1	-	21	7
Ponte Nova	1	1	23	8	1	1	19	18
Pinhal	1	2	35	19	-	2	45	45

R = residentes

A = absenteístas

compra de glebas por descendentes de sitiantes do próprio bairro, enquanto entre os absenteístas o aumento vem do fato de serem citadinos, em sua maioria, os compradores de terras dos dois grandes loteamentos ocorridos no bairro. Na Ponte Nova verifica-se também um aumento dos sitiantes absenteístas que passam de 8 para 18, enquanto o número de residentes cai de 23 para dezesseis. O que se passa nesse bairro é, porém, diverso do que ocorre no Pinhal: dos 18 sitiantes absenteístas em 1966, 13 moram em Itatiba e cinco em S. Paulo. Dos moradores em Itatiba a maioria vai diariamente ao sítio e lá trabalha o dia inteiro, regressando à cidade no fim da jornada. Alguns têm invernada, a maioria, porém, dedica-se a culturas de roça, como milho, feijão, etc. Nesse caso, a mudança para a cidade poderia ser uma decorrência do fato de a propriedade ter-se tornado insuficiente para a manutenção da família. A transferência para a sede do município possibilita aos filhos complementarem com seu trabalho o orçamento da família. São as indústrias, geralmente, que oferecem oportunidade de trabalho aos jovens procedentes do meio rural. No Morro Azul e no Mombuca, bairros também de pequenos e médios proprietários, o absentismo já não é

tão freqüente como nos demais. No primeiro bairro o afastamento da sede do município e a dificuldade de ligações com os centros urbanos vizinhos e com São Paulo explicam as poucas mudanças ocorridas em seu quadro de proprietários. Atualmente, porém, com a abertura da rodovia D. Pedro I (Campinas-Dutra) cortando suas terras, o bairro já começa a sofrer alterações em sua malha fundiária e na composição de seus proprietários. Quanto ao Monbuca, trata-se de bairro onde a forma predominante de uso da terra é a fruticultura e cuja população, constituída, em sua quase totalidade, de elementos de origem italiana, acha-se profundamente enraizada à terra. Um punhado de famílias descendentes de antigos colonos italianos detém a quase totalidade das terras.

Os bairros de Buenópolis e Feital, em Morungaba, não apresentam situação muito distinta dos dois que acabamos de analisar. Já os bairros de Pico Alto e Morungaba (assim é chamada a área rural em volta do núcleo urbano) têm a grande maioria de seus proprietários residindo na sede do município. Esta situação prende-se às próprias origens de Morungaba, antigo bairro rural que ainda não perdeu de todo suas características. Assim, a quase totalidade desses proprietários, embora residindo na cidade, ocupa-se de atividades rurais. São lavradores que vão diariamente trabalhar no sítio, ou, em alguns casos, proprietários mais abastados que se ocupam da administração de suas terras.

Como vemos, os proprietários absenteeistas residem, na maioria dos casos, em Itatiba e Morungaba e são, quase sempre, procedentes de zona rural. Nosso inquérito de campo mostrou que, em 1956, 41 dos residentes em centros urbanos provinham do campo e, em 1966, 53 tinham a mesma procedência. Já

vimos que grande parte deles continua exercendo atividades rurais, muitos chegando mesmo a se deslocar diariamente para trabalhar no sítio. Os residentes em São Paulo são, em geral, donos de grandes propriedades ou chácaras de recreio. Em 1956, eram em número de trinta e cinco. Dez anos mais tarde chegavam a sessenta e dois. Os residentes em outras cidades, como Jundiá, Bragança ou outros centros vizinhos, também apresenta um aumento bastante expressivo na década estudada, passando de 16, no ano de 1956, para 33 em 1966.

QUADRO 21

O absenteísmo nos bairros de pequenas e médias propriedades
Morungaba

Bairro	1 9 5 6				1 9 6 6			
	Fazendeiros		Sitiantes		Fazendeiros		Sitiantes	
	R	A	R	A	R	A	R	A
Buenópolis	-	1	16	5	-	1	15	7
Feital	-	1	18	6	-	1	14	10
Morungaba	1	2	-	8	1	2	2	6
Pico Alto	-	-	1	9	-	-	1	11

R = Residentes
A = Absenteístas

A afluência cada vez maior de gente procedente de centros urbanos e desvinculada de atividades rurais nos é dada pela proporção de proprietários que sempre residiram em cidade. Assim, em 1956, a esse grupo pertenciam 76 proprietários e, em 1966, cento e catorze. Tal fato poderá significar grandes mudanças na estrutura rural da área estudada. No caso das grandes propriedades, já vimos que muitas vezes o proprietário, embora residindo na cidade, explora efetivamente suas terras nelas investindo capitais consideráveis, introduzindo novas técnicas, novos cultivos e uma mentalidade empresarial nova no meio rural que estamos estudando. Este o aspecto

positivo da penetração de elementos urbanos em áreas rurais. Por outro lado, mesmo investindo capitais de vulto e explorando a terra de maneira mais racional, tais proprietários não se fixam no campo e, as vendas sucessivas atestam o caráter especulativo desses empreendimentos. A mudança de dono e de orientação vai constituir-se num elemento de instabilidade no quadro rural de Itatiba e Moruñgaba (quadro 22).

QUADRO 22

Absenteísmo e origem dos proprietários

	1956	1966
Procedência rural	69	86
Procedência urbana	51	101

Concluimos assim que o absenteísmo, tanto entre grandes proprietários como entre pequenos e médios, é um fenômeno que toma vulto no quadro rural dos municípios estudados. É muito mais acentuado, porém, entre os grandes proprietários que provêm de centros urbanos onde exercem as mais diversas atividades. Neste caso, o absenteísmo está estreitamente ligado à origem do proprietário e ao fato já referido em nosso trabalho dos investimentos de capitais urbanos em áreas rurais. Entre os pequenos e médios proprietários podemos distinguir dois tipos de absenteísmo: o do proprietário de origem urbana que adquiriu um sítio ou chácara para fim de semana e o do sitiante que saiu do campo passando a residir na cidade com sua família, embora continue, como já vimos, exercendo uma atividade rural. Neste último caso é o tipo de agricultura praticado pelo sitiante que o obriga a deixar o campo por se tornar anti-econômico. São os plantadores de

roças de milho, feijão e mandioca ou arroz que procuram as cidades porque com esse tipo de agricultura não obtêm mais o necessário para o seu sustento e necessitam uma complementação que geralmente é obtida com o trabalho dos filhos nos centros urbanos. Caso à parte é o dos sitiantees cujas propriedades ficam nos arredores da sede do município de Morungaba. Com relação a eles não se pode falar de absenteísmo nem mesmo no sentido de não residente como vimos fazendo em toda esta parte de nosso trabalho. O que lhes aconteceu foi que o aglomerado rural em que viviam urbanizou-se não se podendo, no caso, falar de mudança para a cidade.

N O T A S

1. Caio Prado Junior em seu estudo sobre "Problemas de povoamento e a divisão da propriedades rural", in Evolução Política do Brasil e Outros Estudos, procurando analisar os fatores de instabilidade da população rural em São Paulo, diz, referindo-se ao fazendeiro: "a sua fazenda é para ele um negócio, em que está porque o considera bom, ou porque não pode sair dele. A prova está na facilidade com que se desfaz dela, a desleixa ou mesmo abandona quando outros negócios lhe sorriem mais. Raro será o fazendeiro que não tenha tido sucessivamente várias fazendas, em zonas completamente distintas"(p. 235).
2. O total de propriedades com até 24 ha, nos municípios de Itatiba e Morungaba era, em 1966, de 374, mas para efeito de classificação foram computadas somente aquelas que se encontram efetivamente em exploração. Foram excluídas as propriedades abandonadas, as invernadas e as ocupadas exclusivamente com reflorestamento.
3. Pierre Deffontaines - Entre os vinhateiros de Jundiaí. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, nº 59, 1948.
4. O total de propriedades da classe B é de 124. Observa-se que o número de propriedades não exploradas ou utilizadas apenas para reflorestamento e invernadas é muito reduzido.
5. Tanto em 1956 como em 1966, foram computadas no total de propriedades não exploradas, já nas modalidades de exploração tais propriedades foram excluídas o que faz com que o total dos tipos de exploração não coincida com o total de propriedades.

6. Só encontramos a modalidade explicada. Mas Antônio Cândido, op. cit., p. 82, distingue em Bofete e municípios vizinhos as seguintes modalidades de parceria:
 - "a. correm por conta do parceiro todas as operações necessárias: roçado, aceiro, queimada, aração, plantio, limpeza, colheita; feita esta, o proprietário recebe 20% do produto, no próprio local;
 - b. mesmas condições de trabalho; mas a quota do proprietário é de 25%;
 - c. mesmas condições: quota de 30%;
 - d. o proprietário fornece terra arada e semente; cabe ao parceiro roçar, queimar, plantar, limpar, colher e dar a quota de 33%;
 - e. o proprietário fornece terra roçada, queimada, arada e semente; cabem ao parceiro plantio, limpeza, colheita, dividindo-se o produto em duas partes iguais (50%)"Como se vê, as modalidades são muito diversas.
7. Cópias de contratos de parceria.
8. Euníce Ribeiro Durhan, op. cit., p. 91.
9. Algumas fazendas como a Paraizo e outras, já em 1956, contratavam "volantes" por ocasião da carpa e da colheita do café.
10. O Plano Diretor de Morungaba, elaborado por uma equipe sob a orientação de Ruy Ohtake, arquiteto e Eugenia Paezani, socióloga, faz referência à entrada de elementos dessa procedência no município, no ano de 1967.
11. Antônio Cândido em "Os parceiros do Rio Bonito", p.148, define a parceria como "situação de compromisso entre o grande ou médio proprietário que não tem meios de explorar diretamente as suas terras e o trabalhador rural que não deseja tornar-se assalariado. Para ambos, é nitidamente uma situação de transição; daí ocorrer de preferência nas chamadas zonas velhas, e estabelecer-se nas fases de menor prosperidade ou decadência agrícola". Observamos em Itatiba que o grande proprietário raramente recorre à parceria e só para certos cultivos como é o caso da vinha. Os casos mais frequentes de parceria são encontrados nas pequenas e médias propriedades onde, como explica Dirceu Lino de Mattos, em "A região da Baixa Mogiana", p. 178, "Na meação o sítio encontra uma forma de ampliar a área de cultivo do seu sítio sem precisar recorrer à mão-de-obra assalariada, normalmente escassa, instável e relativamente cara para o tipo de exploração a que se dedica".
12. A.O. Ceron - Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira". Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, p. 154, referindo-se à parceria entre proprietários ausenteístas diz que "ela é uma maneira de resolver as dificuldades decorrentes dos seus poucos conhecimentos em matéria de agricultura".

13. Dirceu Lino de Mattos - Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiá", p. 156, observa que "a meação representa um sistema de trabalho muito conveniente à vinha porque o trabalhador assalariado raramente corresponde à confiança do proprietário, em virtude do desleixo com que cuida do vinhedo. O meeiro, participando dos resultados da safra é mais eficiente e mais cuidadoso";
14. D. Lino de Mattos - "A região da Baixa Mogiana", p.178, faz ver que "para o fazendeiro, por outro lado, a meação é uma forma de obter certos produtos necessários à fazenda, como o milho, por exemplo, sem ter de se preocupar com a realização de tal cultivo". Em 1956, encontramos, em Itatiba, alguns casos de cultivo de milho sob forma de parceria em três propriedades grandes, mas nunca isoladamente; o parceiro, além do milho, cultivava uva ou tomate.
15. Em 1950, a fazenda foi dividida entre os dois herdeiros da família Camargo Pires. Um deles loteou e vendeu a sua parte, enquanto o outro conservou as terras que constituem a atual Fazenda da Figueira, com uma área de 310 hectares.
16. Dr. José Bueno de Aguiar, informação verbal.
17. Tanto em 1956 como em 1966, os proprietários que tinham essa origem eram em número de dezoito.
18. O Censo de 1940 dá para o Município, um total de 606 proprietários, para 622 estabelecimento rurais, sendo 425 proprietários individuais, 178 condôminos e 3 pessoas jurídicas. Já o de 1950 registra 259 estabelecimentos, dos quais 226 pertencem a proprietários individuais e 33 a condôminos e sociedades de pessoas. Não há entre os proprietários S/A, S/Ltda ou cooperativa. O de 1960, entre 554 estabelecimentos destaca 467 como de propriedade individual, 79 condomínios e sociedades de pessoas e 8 S/A, S/Ltda e cooperativas. Observa-se, com relação aos Censos de 1940 e 1960, um aumento do número de proprietários individuais, bem como da área pertencente a essa categoria que de 23.707 ha em 1940 passa a 24.514 hectares. Na categoria dos condomínios verifica-se uma diminuição de um Censo para outro. De 178 em 1940 caem para 79, correspondendo também uma diminuição da área que passa de 11.271 ha em 1940 para 6.362 em 1960. Notam-se entre os Censos de 40 e 60 diferenças que parecem perfeitamente aceitáveis. Em se tratando dos proprietários individuais, o aumento seria explicado pelo desmembramento de propriedades por herança, loteamento de grandes fazendas ou mesmo venda parcial de sítios ou fazendas. O aumento das S/A e S/Ltda também nos parece admissível. De apenas 3 em 1940, elas passam a 8 em 1960, apresentando um aumento de 227 para 3.668 hectares de área. Já a diminuição tão acentuada do número de condomínios não nos parece explicável. Constatamos nos bairros por nós estudados que houve, no decênio 1956-66, uma diminuição do número de condôminos mas não tão flagrante. Quanto aos dados do Censo de 1950 diferem completamente dos outros dois, impossibilitando qualquer correlação. De início, o número de estabeleci-

mentos é muito inferior aos dos dois outros Censos, enquanto a área se conserva praticamente a mesma. Entre os proprietários individuais o mesmo fato chama a atenção. Em número que corresponde praticamente à metade dos que aparecem nos censos de 1940 e 1960, eles possuem áreas equivalentes. A queda brusca do número de condomínios, observada de 1940 para 1950 e sua ascensão novamente em 1960 não encontram explicação.

19. O IBRA estabelece que "a menor área parcelada deverá ser igual ou superior ao quociente da área total pelo número de módulos do imóvel".
20. Em 1956, havia no município 342 proprietários, dos quais 66 possuíam mais de uma propriedade; em 1966, dos 426 proprietários rurais de Itatiba, 102 possuíam mais de uma propriedade.
21. A.O. Ceron, -"Aspectos geográficos da cultura da laranja em Limeira", p.
22. Encontramos no bairro do Pinhal alguns desses jovens que tinham cursado em Jundiá ou Itatiba o 1º ciclo ginasial e que trabalhavam como comerciários em firmas desses centros urbanos.
23. D. Lino de Mattos - "A região da Baixa Mogiana", p.162, referindo-se às chácaras observa que "as de repouso estão normalmente situadas a maior distância dos núcleos urbanos". Na área Itatiba-Morungaba verificamos também este fato, mas somente quando se tratava de proprietários residentes em outros centros urbanos e não na sede do município.



Foto 22 - Pequenas propriedades onde os vinhedos galgam as encostas ao lado de cultivos de pomar (laranja) ao fundo).



Foto 23 - No bairro de Itapema pequena propriedade viticultora com a casa à beira da estrada e os vinhedos subindo pelas baixas encostas da colina.

(Fotos Renato Herz).



Foto 24 - O pequeno aglomerado de habitações pertence a uma única propriedade de viticultores de origem italiana. No primeiro plano vê-se uma pequena várzea - parte inaproveitada e parte ocupada com horticultura. O pomar na baixa encosta em frente às casas e ao fundo o vinhedo.



Foto 25 - No bairro da Boa Vista uma pequena propriedade viticultora com a casa à beira da estrada e o vinhedo descendo a encosta em direção ao fundo do vale.

(Fotos Vanda Prata)

CAPÍTULO IV

O USO DA TERRA E OS CONDICIONAMENTOS ECOLÓGICOS

A - Os fundamentos geo-ecológicos

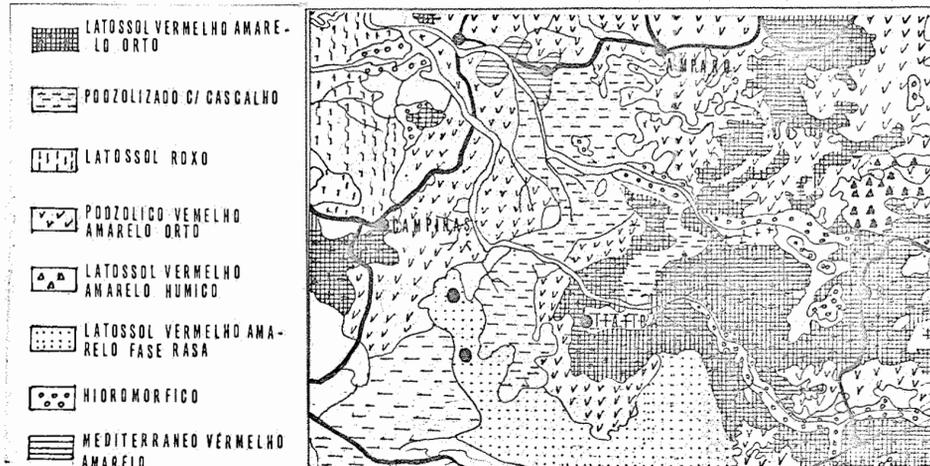
A área Itatiba-Morungaba, com pouco mais de 400 quilômetros quadrados, apresenta como unidade básica de sua morfologia uma sucessão de morros e colinas cujas altitudes variam entre 700 e 900 metros.

Dois alinhamentos de cristas cortam essa primeira unidade topográfica: ao norte o eixo Morro do Barreiro-Serra das Cabras que vem desde a área pré-Mantiqueira de Bragança e se alonga para oeste até a porção oriental do município de Campinas e, a sudoeste, o núcleo da Serra dos Cocais. Constituem ambos remanescentes rebaixados e remodelados da superfície das cristas médias (1). De formação granítica, com altitudes entre 900 e 1 100 metros, o maciço Serra das Cabras-Barreiro constitui o principal eixo montanhoso da região; a Serra dos Cocais, mais reduzida em área, apresenta, no entanto, sinais mais próximos da verdadeira superfície das cristas médias. Apresenta também altitudes entre 900 e 1 100 metros, e os extensos campos de matações que lhe recobrem topos e vertentes dão-lhe uma feição toda especial (Prancha 2).

Os vales do Atibaia e do Jaguari cortam de leste para oeste a área dos morros e colinas, ora formando meandros entre várzeas mais amplas, ora se encaixando entre os esporões mais baixos (Fotos 26e29). Estas vertentes que se escalonam das cristas até o fundo dos vales constituem exemplos das adaptações das estruturas antigas às flutuações dos processos de esculturação que ocor

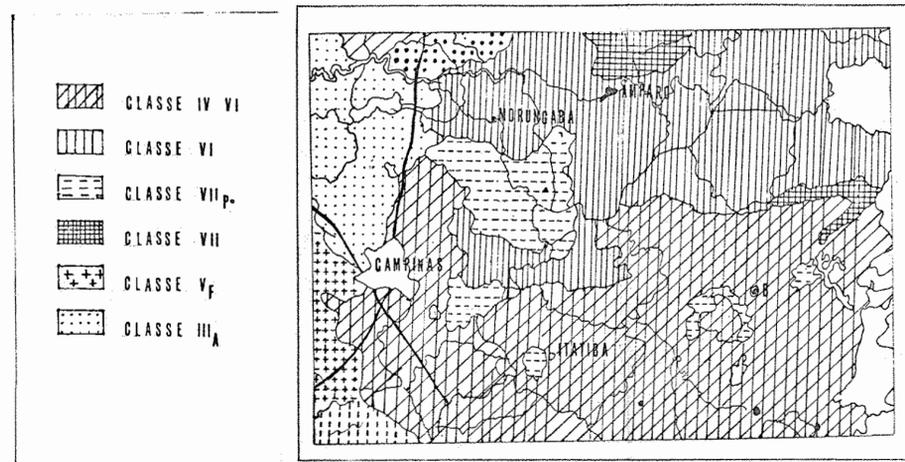
TIPOS DE SOLOS

Segundo: Mapa de Solos do Estado de São Paulo
M.A.- Comissão de Solos: - 1960

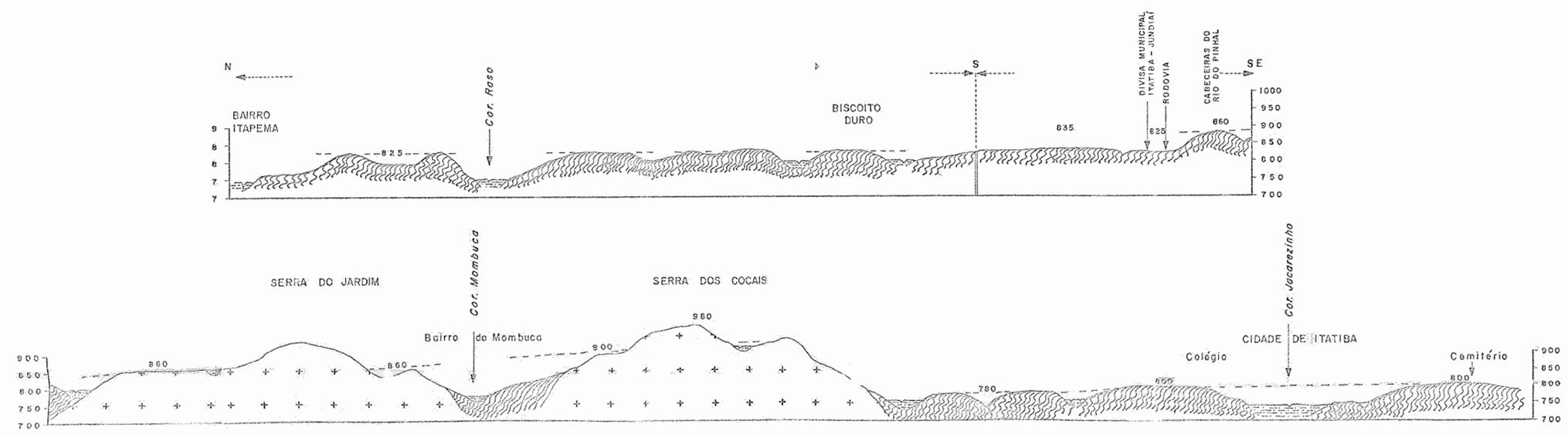


CAPACIDADE DO USO DO SOLO

Segundo: Programa Florestal, 1970



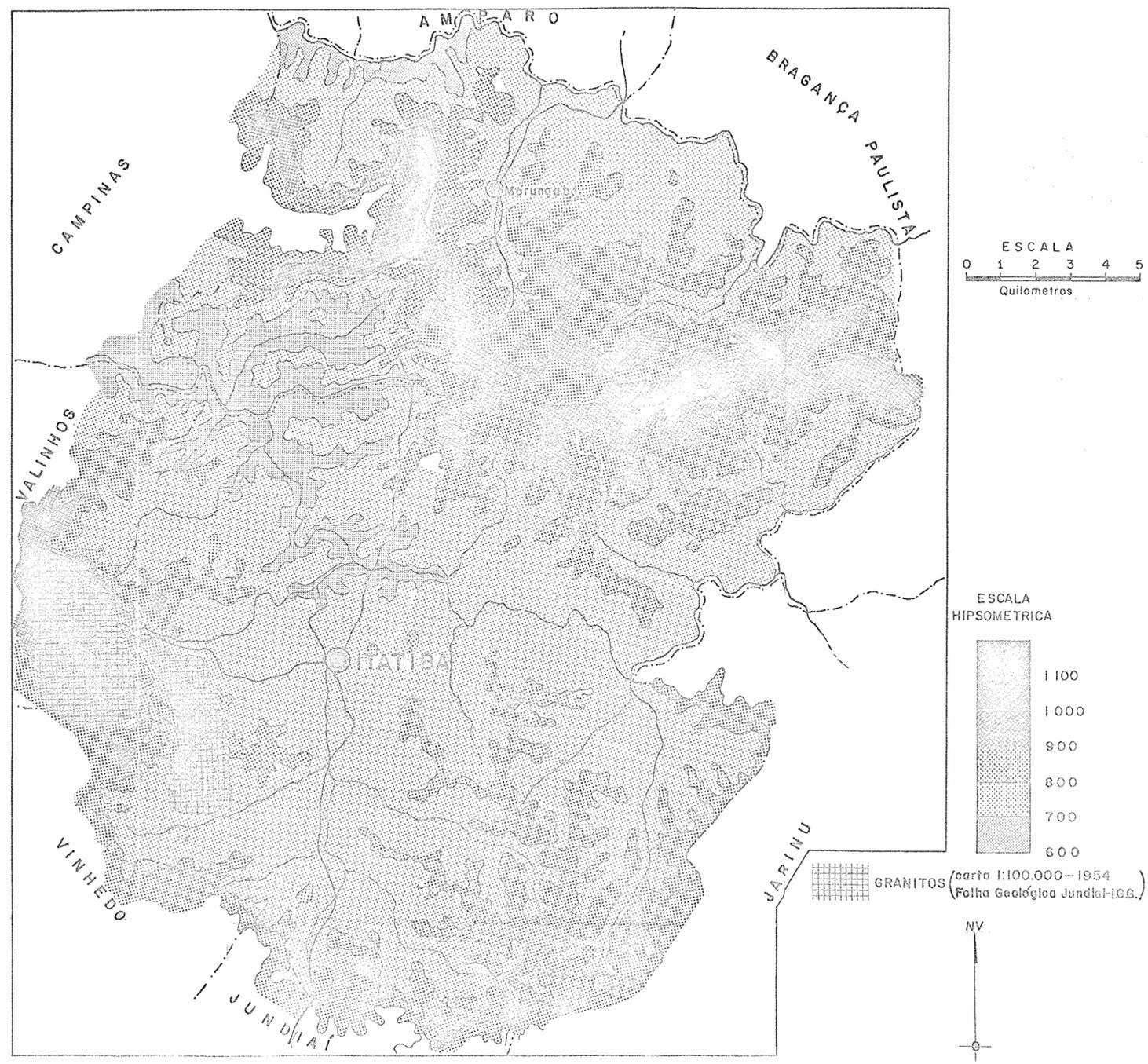
PERFIS MORFO-ESTRUTURAIS



FONTES: TOPOGRAFIA: IBRA E VINHEDO, 1:25.000, 1957
GEOLOGIA: FOLHA ITATIBA, 1:100.000, I.G.G., 1954

ESCALAS: H - 1:25.000, V - 1:10.000

CONVENÇÕES: GRANITOS, GNAISSES, ALUVIÕES



GRANITOS (carta 1:100.000-1954) (Folha Geológica Jundiaí-I.G.G.)

reram notadamente no Quaternário. As feições de pediplanação identificadas pelos geomorfologistas, nelas se apresentam de maneira bastante visível (2).

As condições climáticas da área Itatiba-Morungaba apresentam um marcante caráter transicional, explicado não só por sua posição no espaço territorial paulista como também pela proximidade a que se acha da Mantiqueira.

Se considerarmos a gênese do clima, conforme sugere Monteiro (3) localizamos Itatiba em faixa transicional que se estabelece entre áreas nucleares bem definidas. Se por um lado se inclui no domínio dos climas controlados por sistemas atmosféricos tropicais e polares, com definição de um período seco no decorrer do ano, por outro situa-se dentro da área de influência da Mantiqueira, o que vai se evidenciar não só pela acentuação do período seco — posição ao abrigo das correntes de leste, ~~si~~ ~~deste~~ — como também pela ação da temperatura, diminuída pela altitude. Se pretendêssemos filiar o clima de Itatiba aos sistemas de classificação Köppen, iríamos encontrá-lo na categoria dos climas mesotérmicos (C) variando entre Cfa e Cfb, segundo a topografia. Dentro da orientação de nosso trabalho não se justifica, porém, a preocupação de enquadrar a área estudada em qualquer classificação climática, pois nos interessam tão somente as correlações entre as condições de clima e as modalidades de uso da terra.

Assim, o que nos importa destacar são as características climáticas de maior significação para as atividades agrárias da região, e que são as seguintes:

a) A área Itatiba-Morungaba apresenta uma distri-

buição anual das chuvas com definição de um período seco entre abril e setembro (Figura 12). A distribuição das chuvas no período 1958-1968 (Figura 12) registra totais pluviométricos de cerca de 1.400 mm (1.257,9 mm para Itatiba e 1.400 mm para Morungaba). Não somente nos totais, como também na variação mensal, nota-se a ocorrência de maiores índices em Morungaba, o que reflete a importância das variações locais dentro do mesmo quadro morfológico;

b) O caráter mesotérmico de Itatiba pode ser avaliado pelo seguinte quadro:

QUADRO 23

Médias das temperaturas em °C

	Altitude (m)	Média			Média máximas			Média mínimas		
		Ano	Jan	Jul	Ano	Jan	Jul	Ano	Jan	Jul
Itatiba	750	19,7	22,3	16,0	26,0	28,2	23,1	14,1	17,5	9,7
Rio	670	20,2	22,9	16,4	26,6	28,8	23,5	14,6	18,1	10,1
Espigão	1.000	18,0	20,7	14,5	24,4	26,6	21,5	12,8	15,7	8,4

Fonte: Setzer, J - Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo, 1966 (4).

É nítida a variação local segundo a altitude, o que confere outro elemento de caracterização às unidades morfológicas;

c) As flutuações do ritmo climático atual são perceptíveis nos índices anuais, mesmo em períodos curtos como um decênio. Na Figura 12 vemos que os totais pluviométricos oscilam entre 1.700 mm a 890 mm compartilhando de uma característica rítmica atual.

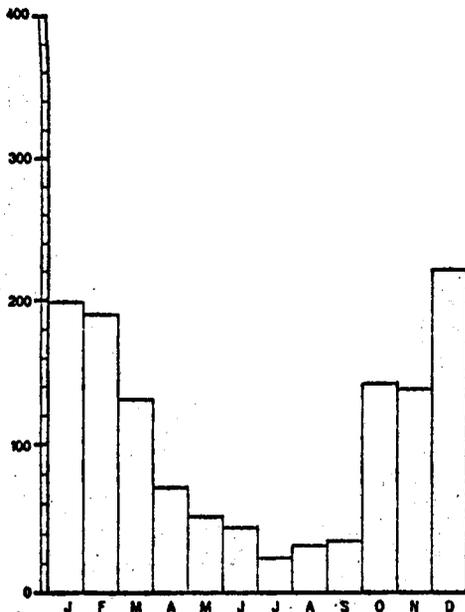
Do ponto de vista das oscilações térmicas, assume importância o grau de resfriamento pela repercussão que

fig 12

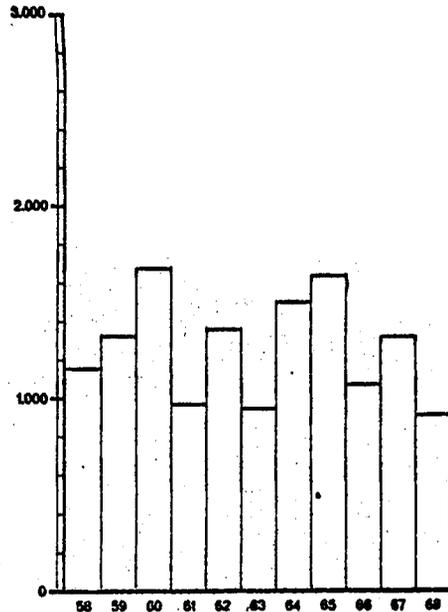
Precipitação 1958-68

Itatibã

MÉDIAS MENSIS DO PERÍODO (mm)

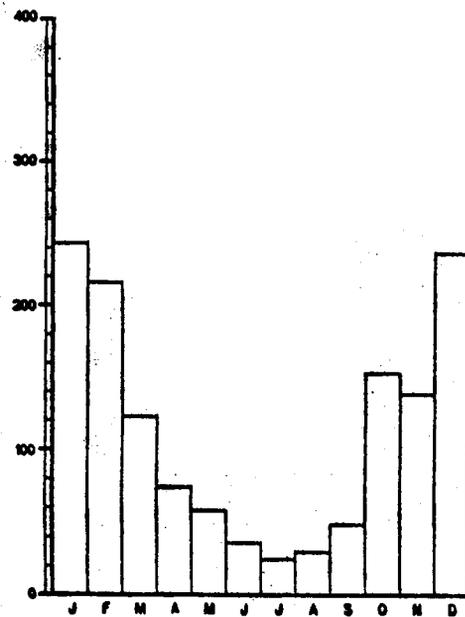


TOTAIS ANUAIS (mm)

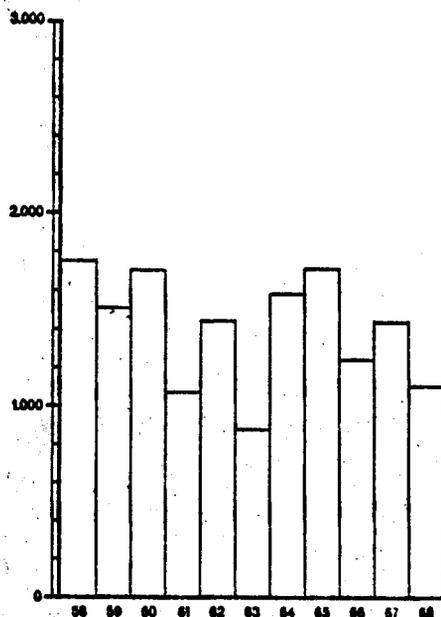


Morungaba

MÉDIAS MENSIS DO PERÍODO (mm)



TOTAIS ANUAIS (mm)



vai ter no fenômeno das geadas. Embora as oscilações anuais de temperatura sejam maiores ainda do que as pluviométricas, a tendência local de Itatiba com relação ao fenômeno vai colocá-la uma vez mais na faixa de transição. De acordo com o mapa de Viabilidade Climática para o Café (Coffea arabica) no Estado de São Paulo (5) localizamos Itatiba entre os limites de maior frequência e de pequena frequência de geadas (Anexo 4). Assim o fenômeno adquire importância eventual com relação ao cultivo do café, como já vimos anteriormente nos exemplos citados dos anos de 1918, 1920 e 1943. Para melhor avaliação do fenômeno na atualidade incluímos os dados de ocorrência no período 1964-1972 (Tabela 1).

Tomaremos as características fundamentais de morfologia e clima para estabelecer as correlações básicas, imprescindíveis às condições de uso da terra em Itatiba e Morungaba, procurando identificar as unidades básicas do quadro natural (PRANCHA II).

Poderíamos assim distinguir na área Itatiba-Morungaba três unidades territoriais:

1. Serranias
2. Morros e colinas
3. Várzeas e baixos terraços fluviais

Tentaremos caracterizar os solos que correspondem a cada uma destas unidades, uma vez que de sua disposição e de sua cobertura pedológica resultaram condições diversas que, ao longo do tempo, foram aproveitadas de maneira mais ou menos intensiva por sistemas agrários distintos.

1. Serranias

O relevo acidentado e a pouca profundidade dos solos que predominam nessa unidade têm dificultado o seu

aproveitamento para usos agrícolas. Suas altitudes entre 900 e 1 100 metros, as vertentes íngremes e os campos de matacões constituem um obstáculo às atividades agrárias. Os solos podzólizados com cascalho (6) e manchas de litoso los fase substrato granito-gnáisse, não oferecem, por outro lado, condições favoráveis a uma ocupação agrícola intensiva. Reconhece-se a sua presença no mapa de uso da terra (PR.IIIeIV) pelo vazio de ocupação agrícola ou por eucaliptais, plantados às vezes mesmo em meio às pedreiras, pastagens, nos níveis mais baixos e algumas plantações de milho. Restos de matas aparecem em nichos nas bacias de recepção e nas vertentes mais íngremes de difícil acesso. Tanto na Serra dos Cocais, como no núcleo Cabras-Morro do Barreiro, o que predomina em toda a área das serranias é a exploração de pedreiras, o que bem demonstra sua impropriedade aos usos agrícolas.

2. Morros e colinas

Esta unidade constitui o núcleo principal dos espaços agrários regionais. Seus terrenos gnáissicos deram origem aos latosolos vermelho-amarelo e aos solos podzólizados vermelho-amarelados que foram os solos do café, por excelência. Ambos se desenvolvem nos diversos níveis escalonados e embutidos em que se dispõem morros e colinas. Os primeiros recobrem os morros mais elevados (850 m), enquanto nos níveis mais baixos (700 m) se desenvolvem os solos podzólizados, de tipo vermelho-amarelo. Tanto um como outro, são solos ácidos, sujeitos a erosão intensa que as condições de relevo e de clima aceleraram e hoje esgotados pelo uso destrutivo que deles foi feito. Atualmente o seu aproveitamento exige adubação em

grande escala e medidas de proteção contra a erosão. Mesmo assim, esses solos sobre os quais se desenvolveram as primeiras formas de organização do espaço agrário, são ainda hoje os que encerram a maior parte das atividades agrícolas da área (Mapa de solos - Prancha 2

3. Várzeas e baixos terraços fluviais

Nas várzeas e baixos terraços dos rios Atibaia e Jaguari e de seus afluentes, os solos hidromórficos cobrem áreas mais ou menos extensas que são aproveitadas para os mais diversos tipos de cultivos. Ao longo do Atibaia só as várzeas inundáveis e o cinturão meândrico permanecem inaproveitados e a maioria dos pequenos cursos d'água que formam as duas bacias principais da área têm as suas pequenas planícies alveolares e os seus terraços pontilhados de plantações de milho e de arroz e de pequenos pomares. Mas são principalmente os produtos hortícolas e o arroz que encontram nesses solos úmidos e ricos em matéria orgânica condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

As três unidades territoriais de Itatiba e Morungaba correspondem tipos de solos diferentes que se têm prestado aos mais diversos usos agrícolas. Dentro do conjunto encontram-se apenas algumas áreas de solos inaproveitáveis como os "mares de pedras" e as vertentes muito abruptas da Serra dos Cocais e do núcleo Cabras-Barreiro e as várzeas inundáveis e o cinturão meândrico dos rios Atibaia e Jaguari.

B - Descrição das formas de uso da terra

As três unidades territoriais nas quais se desenvolveram as atividades agrárias na área Itatiba-Morungaba - serranias, morros e colinas e várzeas e baixos terraços fluviais - ofereceram, como já observamos, cada um de per si, condições particulares de aproveitamento que foram, segundo a conjuntura do momento, utilizadas por sistemas agrários distintos. Embora certas modalidades de uso da terra sejam comuns a todas elas, há as que caracterizam especificamente cada uma das três unidades topográficas. O mapa de uso da terra, organizado à base de fotografias aéreas, foi a técnica de que nos serviços para mostrar a distribuição espacial das formas de ocupação do solo nessas áreas que integram o quadro rural de Itatiba e Morungaba (7).

1. O uso da terra nas áreas serranas

Das unidades que compõem o espaço agrário em Itatiba e Morungaba, esta é a que menores possibilidades de aproveitamento oferece ao homem. As condições de relevo e de solos dificultam o uso agrícola de suas terras. As vertentes muito íngremes impedem a mecanização e tornam extremamente penoso o trabalho do homem; por outro lado, os solos que nelas predominam, de tipo podzolizado com cascalho, pouco profundos, bem como os litosolos de fase substrato granito-gnaissé que também aparecem em pequenas manchas, não se colocam entre os melhores para os usos agrícolas. Agravando as condições já pouco favoráveis dos solos, os "campos de matações" cobrindo vertentes e topos, tanto na Serra dos Cocais como no núcleo Cabras-Morro do Barreiro, impossibilitam o aproveitamento de extensões

MORUNGABA

VALINHOS

BRAGANÇA PAULISTA

ITATIBA

RIO ATIBAIA

VINHEDO

JARINU

JUNDIAI



MUNICÍPIO DE ITATIBA

USO DA TERRA

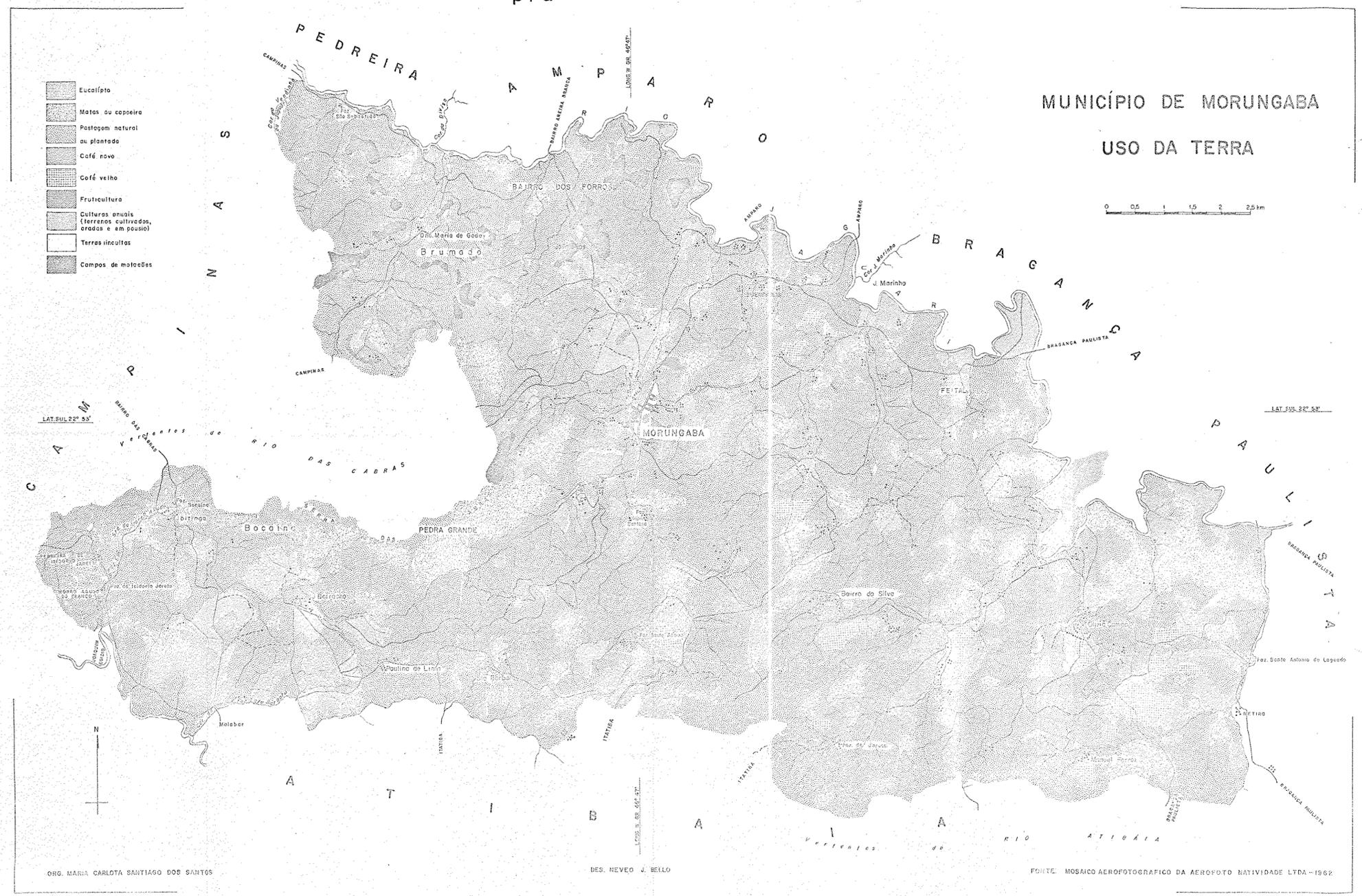
0 0,5 1 1,5 2 2,5 km

	Eucalipto
	Matas ou capoeira
	Pastagem natural ou plantada
	Café novo
	Café velho
	Fruticultura
	Culturas anuais (terras aradas e em cultivo)
	Terras incultas
	Campos de matacões

prancha 4

MUNICÍPIO DE MORUNGABA
USO DA TERRA

-  Eucalipto
-  Matas ou capoeira
-  Pastagem natural ou plantada
-  Café novo
-  Café velho
-  Fruticultura
-  Culturas anuais (terrenos cultivados, arados e em pausa)
-  Terras incultas
-  Campos de matacões



ORG. MARIA CARLOTA SANTIAGO DOS SANTOS

BES. NEVEO J. BELLO

FORTE. MOSAICO AEROFOTOGRAFICO DA AEROPOTO NATIVIDADE LTDA - 1962

consideráveis da área das serranias (FRANCHAS III e IV).

Como já apontamos em outra parte deste trabalho, o café, em sua fase de maior expansão, alcançou também a área serrana, indo além mesmo dos níveis mais baixos.

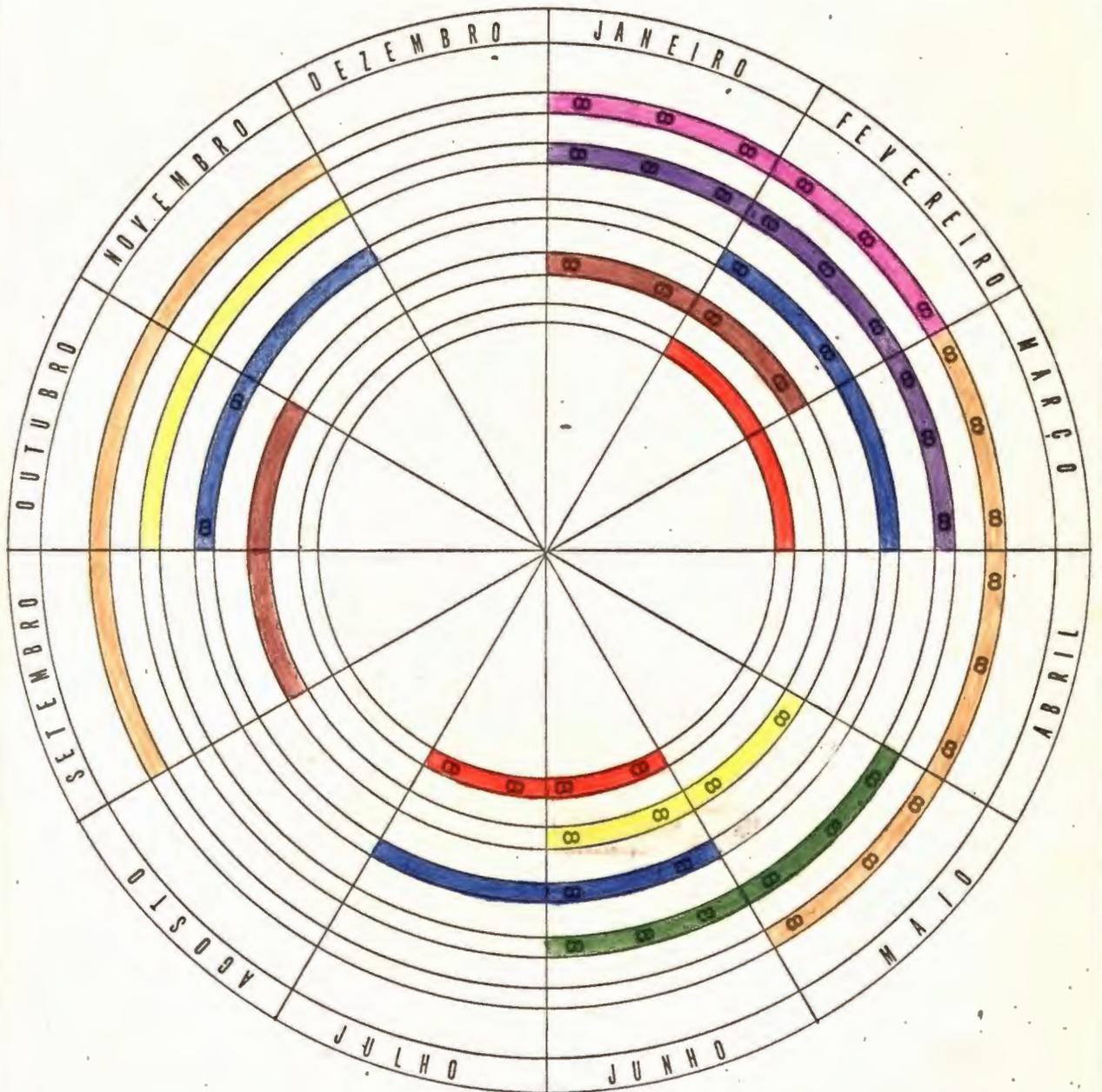
Atualmente, porém, as áreas de serranias são pouco aproveitadas para usos agrícolas. Apenas plantações de milho são encontradas com certa frequência. O que se observa, mais comumente, porém, são extensos eucaliptais e pastos naturais cobrindo os níveis mais baixos. Nos níveis mais altos, coalhados de matações, encontramos também, algumas vezes, plantações de eucaliptos (Foto A/B). Na Serra dos Cocais, o vale do Mombuca que separa os dois núcleos serranos é aproveitado intensivamente para os cultivos de pomares, mas preferimos incluí-lo na faixa de várzeas baixos terraços fluviais porque, embora encravado no núcleo serrano, são as terras que pertencem àquela categoria as que são aproveitadas para usos agrícolas.

2. O uso da terra nas faixas de várzeas e baixos terraços fluviais

As várzeas e os baixos terraços fluviais, constituem a menor das unidades territoriais que integram o espaço agrário de Itatiba e Morungaba. A drenagem que corta os terrenos cristalinos dos morros, constituída pelas bacias do Atibaia e do Jaguari, não favoreceu a criação de espaços amplos adequados às atividades agrícolas. Só os dois rios principais é que formam certos trechos de seu curso, várzeas amplas, cortadas de meandros e terraços de deposição, embora, em outros se encaixem profundamente entre barrancos altos e abruptos. Os afluentes do Atibaia

fig 13

CALENDÁRIO AGRÍCOLA



CULTIVOS

TEMPORARIOS	
	ARROZ 
	FEIJAO 
	MILHÓ 
	BATATA 
	TOMATE 

PERMANENTES	
COLHEITA	
	CAFE
	VINHA
	FIGO

PLANTIO COLHEITA

e do Jaguari são pequenos cursos d'água que entalham os gnáisses construindo apenas exíguas planícies alveolares e pequenos terraços que oferecem aos usos agrícolas espaços muito limitados.

Embora se apresentem como faixas estreitas e descontínuas de solos cultiváveis, várzeas e baixos terraços fluviais vêm sendo aproveitados desde que se iniciou a ^{efetiva} ocupação das terras de Itatiba e Morungaba. Não se prestando ao cultivo do café, acolheram as plantações de cereais destinadas ao custeio das fazendas enquanto durou na região a monocultura cafeeira; e daí por diante, de maneira mais ou menos intensiva, não cessaram de ser aproveitados para as mais diversas modalidades de uso da terra. São, de preferência, os cultivos temporários e a horticultura que ocupam as áreas de várzeas e os baixos terraços fluviais, mas, não raro neles se encontram também pomares chegando quase até à beira dos rios (Foto^s30/31) A concentração dos cultivos de pomar no vale do ribeirão Mombuca é um exemplo desse fato.

O reflorestamento e as pastagens são modalidades de uso da terra encontrados também com certa frequência nas proximidades dos cursos d'água em toda a área Itatiba-Morungaba.

Só o café e a vinha fogem à faixa de várzeas e baixos terraços fluviais. Mesmo assim, chegamos a ver, à margem do rio Atibaia, um pouco abaixo da zona de contato entre os baixos esporões dos morros e o talude coluvial, vinhedos que chegavam até o nível do rio. Na verdade, só alguns trechos de várzeas úmidas, cobertos por estreitas

nesgas de mata ciliar e o cinturão meândrico do Atibaia e do Jaguari permanecem inaproveitados.

Os afluentes do Atibaia e do Jaguari, embora ofereçam às atividades agrícolas faixas de terrenos muito restritas, são também aproveitados de maneira intensiva. Pelo mapa de uso da terra podemos constatar que ao longo desses pequenos cursos d'água um verdadeiro mosaico de cultivos os mais diversos recobre várzeas e terraços.

a) Sistemas de cultivo

i. A horticultura

A horticultura é a principal modalidade de uso da terra na área de várzeas e terraços fluviais, não tanto pela superfície ocupada, como pelo valor da produção. Atividade agrícola tradicional na região, foi principalmente depois da instalação das cooperativas agrícolas de Cotia e Sul Brasil que a horticultura ganhou impulso em Itatiba e Morungaba, aumentando e diversificando a sua produção. Atualmente não só os produtos hortícolas de consumo mais generalizado entre a população paulista são cultivados na área, como também os mais raros e que alcançam preços mais altos nos mercados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Campinas. Alguns deles, como aspargos, couve de Bruxelas e outros, são plantados por agricultores japoneses, associados da Cooperativa Agrícola de Cotia. Os produtos hortícolas, de modo geral, ocupam áreas muito reduzidas e são difíceis de identificar através das fotografias aéreas. Daí não os termos representado no mapa de uso da terra.

ii. Cultivos temporários: o arroz

Embora o milho e o feijão sejam encontrados também nas várzeas e terraços fluviais, o cultivo temporário que melhor caracteriza essa área é o do arroz, plantado nas várzeas úmidas ou de fácil irrigação. São raras as propriedades que cultivam arroz de sequeiro e, assim mesmo, em áreas muito reduzidas. (Foto 32).

De modo geral, as plantações de arroz ocupam superfícies pouco extensas e a produção se destina apenas ao consumo da propriedade. Os arrozais raramente ultrapassam mais de um hectare, sendo, muitas vezes, como acontece também com o feijão, plantados em 8 ou 10 litros de terra. Em Itatiba e Morungaba o arroz é cultura de sitiante, não sendo encontrado com frequência nas grandes propriedades.

O Censo de 1920 registra uma área de 306 ha para as plantações de arroz de Itatiba, enquanto o de 1950 dá apenas 105 hectares. O Relatório da Casa da Lavoura, do ano de 1955, refere-se a 500 ha e o de 1956 a 490 hectares. Baseando-nos em observações de campo e nas declarações feitas pelos lavradores à Casa da Lavoura, em 1956, supomos que os dados do Censo estejam mais próximos da realidade. O arroz não é modalidade de uso da terra das mais típicas da região.

As variedades cultivadas são principalmente a Iguape e Dourado que requerem umidade. O plantio é feito em setembro e outubro, ou mesmo em novembro, dependendo das chuvas e a colheita de março até maio.

Embora o arroz seja uma cultura delicada, as técnicas de plantio, na região, são bastante simples. Preparado o terreno, as sementes são plantadas diretamente, com um espaçamento de 60 a 80 cm entre as linhas para o arroz de sequeiro e de 30 a 60 cm para o de irrigação;

a quantidade de sementes colocadas nos sulcos varia de 1,5 a 3 gramas por metro linear e a profundidade não deve exceder a 5 centímetros. A adubação é de cerca de 500 quilos de adubo químico por hectare; em arroz de irrigação a calagem deve ser feita obrigatoriamente. Apenas duas capinas são feitas durante o período de crescimento da planta: uma quando as hastes atingem 20 cm de altura e outra mais tarde, dependendo da proliferação das ervas daninhas no meio do arroz. Como as áreas plantadas são muito reduzidas, raramente se empregam máquinas. Todas as operações de plantio, capina e colheita são feitas à mão, pela própria família do lavrador. Nas grandes propriedades, o plantio é feito, geralmente, com semeadeiras e a colheita com máquinas combinadas ou trilhadeiras. O que se vê comumente, porém, é a colheita manual e a trilha executada pelo processo rústico de puxar os feixes de espigas (manojos) sobre pregos colocados em uma armação de madeira em forma de mesa, protegida contra o vento por uma tapagem de pano; sob a mesa, um pano estendido recolhe os grãos que caem. Após a trilha, o arroz é levado para os terreiros, onde vai completar a seca. Na região, mesmo as grandes propriedades não dispõem de secadores para o arroz; as pequenas dimensões dos arrozaes não permitem o emprego de maquinária de alto custo.

Os rendimentos do arroz, por hectare, na região de Itatiba e Morungaba são, segundo relatório da Casa da Lavoura, da ordem de 2.000 quilos. A produção média de cada cultivador varia entre duas e três sacas por safra (ele planta, geralmente menos de um hectare). As pequenas quantidades que excedem ao consumo da propriedade são vendidas, às vezes, para sementes. Muitos lavradores já preferem obter sementes na Casa da Lavoura, mas ainda há entre eles o costume de trocar ou vender sementes para que não sejam plantadas sempre as do mesmo arrozal.

Embora seja plantado indiscriminadamente em qualquer tipo de solo, o arroz é uma planta exigente. Os solos hidromórficos das várzeas reúnem as condições necessárias ao seu desenvolvimento e asseguram uma produtividade satisfatória. A ameaça para os arrozaes de várzea na região é o excesso de chuvas que pode provocar inundação no período em que a planta já não requer tanta umidade para seu desenvolvimento.

iii. Outras modalidades de uso da terra

Através do mapa de uso da terra, observamos que áreas reflorestadas e pastagens se estendem também pelas várzeas e baixos terraços dos rios, do mesmo modo que nas duas outras unidades que compõem o espaço agrário em Itatiba e Morungaba.

3. O uso da terra nas áreas de morros e colinas

Mais de dois terços do território de Itatiba e Morungaba estão situados dentro do conjunto de morros e colinas cortado pelos rios Atibaia e Jaguari e sobre o qual se vai desenvolver a maior porção do espaço agrário da área em estudo.

O mapa de uso da terra mostra-nos que mais de 50% da área de morros e colinas em Itatiba e Morungaba é ocupada por pastagens. As áreas de cultivo são comparativamente muito mais reduzidas e se concentram mais densamente na parte sul do município de Itatiba, sobretudo ao longo da rodovia São Paulo-Serra Negra, nos vales do ribeirão do Pinhal e do córrego Raso e nas vizinhanças da cidade. Ao norte do rio Atibaia as terras cultivadas vão se reduzindo a manchas entremeadas com eucaliptais e restos de capoeiras até encontrar os níveis mais baixos das serras. Pelo mapa, observamos que as culturas temporárias ocupam áreas muito maiores que as permanentes. Enquanto as primeiras representam 17,3% das terras cultivadas em Itatiba, as outras constituem apenas 1,9% (8). Isto se explica pelo fato de o único cultivo permanente

feito em grandes áreas, o café, ter sofrido um recuo contínuo no município e, de a fruticultura, que de

alguns anos para cá vem adquirindo importância crescente, ser feita geralmente em áreas reduzidas. Não se pode, pois comparar as áreas ocupadas pelos vinhedos e pomares, culturas permanentes, com as que ocupam as plantações de milho, especialmente em Morungaba.

As áreas reflorestadas ocupam, de modo geral, os topos e as encostas mais altas dos morros e colinas. Entre a situação do ano de 1962, retratada no mapa e a de 1966, comprovada pelo trabalho de campo, não se verificou grande alteração. Supomos que a extensão do reflorestamento que os Censos de 1950 e 1960 registram (de 5,7% para 8,05% da área total do município de Itatiba) não continuou a se processar no mesmo ritmo. Pelo controle de campo constatamos que plantações de eucaliptos visíveis nas fotografias aéreas não existem mais, tendo sido substituídas por culturas temporárias, ou são hoje simplesmente terras abandonadas.

O reflorestamento na área é feito geralmente com eucalipto, sendo raras as propriedades que plantam Pinus elliotti ou outras essências. Tanto nas grandes como nas pequenas e médias propriedades vamos encontrar áreas reflorestadas, sendo frequente mesmo entre as de áreas mais reduzidas ser esta a única forma de uso da terra. São principalmente proprietários ausenteístas que adquirem pequenas glebas e para não deixá-las completamente abandonadas, plantam eucaliptais. De crescimento rápido (5 a 6 anos após o plantio já fornece lenha) o eucalipto não exige tratos especiais e assegura lucros compensadores.

Por se terem constituído o núcleo central dos espaços agrários, as áreas de morros e colinas tiveram desde cedo suas matas devastadas. Os restos da antiga floresta latifoliada tropical que cobria outrora toda essa unidade topográfica, consistem apenas em alguns capões de mato aninhados nas bacias de recepção ou em esguias nesgas ao longo dos rios Atibaia e Jaguari. O que mais frequentemente se identifica na fotografia aérea são capoeiras cobrindo áreas outrora ocupadas por cafezais, constituindo cerca de 2,10% das terras de Itatiba (9). O Censo de 1960 acusa um aumento das áreas de matas no município que passam de 1,9% em 1950 para 5,3% das terras cultivadas. Dirceu Lino de Mattos (10) observa que os lavradores em suas declarações designam muitas vezes por "matas" o que na realidade não passa de uma capoeira ou de um cerradão. Seria essa a explicação para o aumento das áreas de matas registrado pelo Censo de 1960.

a) Os sistemas de cultivo

As áreas de morros e colinas são ainda hoje a porção mais intensivamente ocupada pelas atividades agrícolas. Cultivos temporários e permanentes por elas se estendem abrangendo a quase totalidade das terras de lavoura dos dois municípios. Para melhor compreensão da estrutura agrária regional procuramos associar a interpretação do mapa de uso da terra à análise dos sistemas de cultivos nelas predominantes.

i. Culturas permanentes

A viticultura

Na área de morros e colinas de Itatiba os vinhe--

dos se espalham como um prolongamento da área viticultora de Jundiá. Por isso sua concentração é maior nos bairros que confinam com este município, ou que lhe ficam mais próximos, como o Pinhal, Itapema e outros. Embora sendo cultura antiga da região, ligada intimamente ao elemento italiano, a expansão da vinha como cultivo comercial, é fato relativamente novo no município. Como já observamos na primeira parte deste trabalho, foi a partir da década de 50 que a viticultura se firmou como um dos fatores da recuperação econômica de Itatiba. O Censo de 50 registra uma área de apenas 167 ha ocupada por vinhedos. A importância comercial da viticultura, porém, se faz já sentir na economia de Itatiba e em 1956 a uva representava 21,08% do valor da produção agrícola (Tabela 2). A vinha é, no entanto, um cultivo de pequena propriedade, à base de trabalho exclusivamente familiar e que por isso não pode ocupar, na região, áreas muito extensas. Nas pequenas propriedades, onde constitui o cultivo de maior importância, a uva ocupa áreas de menos de 1 ha até 2,4 hectares, em média (note-se que em 2,4 ha podem ser plantados de 8 a 9.000 pés de uva e que um lavrador sozinho pode tratar no máximo de 2.500 videiras). Já tivemos ocasião de dizer que nos casos em que aparece na grande propriedade é quase sempre cultivo de parceiro e, geralmente, de mais de um parceiro. Encontramos em algumas fazendas vinhedos com mais de 50.000 pés de uva, mas sempre tratados por parceiros (a Fazenda Santo Antônio, no bairro do Pinhal, tinha no ano de 1966, um vinhedo de 12,6 ha, com mais de 70.000 videiras, em regime de meação, cabendo o trabalho exclusivamente aos meeiros).

Embora constitua a principal modalidade de uso da terra em grande número de pequenas propriedades na área de Itatiba e Morungaba, a vinha nunca aparece como cultivo exclusivo. Dirceu Lino de Mattos, em sua obra sobre

a viticultura em Jundiaí e São Roque, observa que "não existe em São Roque ou Jundiaí, um tipo específico de propriedade que corresponda exclusivamente à atividade viticultora"(10). O mesmo ocorre nas pequenas propriedades viticultoras de Itatiba e Morungaba onde o milho, o feijão ou o arroz, são cultivados juntamente com a uva. O feijão constitui mesmo cultivo intercalar encontrado com frequência entre os vinhedos.

Como a área viticultora de Jundiaí, a de Itatiba orientou-se também para a produção de uva de mesa, embora tenha havido inicialmente cultivo de uva de vinho. Existiram mesmo na região algumas cantinas conhecidas pela qualidade de seus vinhos. Mais tarde, porém, com a proximidade de grandes mercados consumidores de uva de mesa, como a capital paulista e a cidade do Rio de Janeiro, a produção foi-se voltando para esta última especialidade, sendo, hoje em dia, raros os viticultores que ainda fabricam vinho, mesmo para consumo doméstico. A uva de mesa domina em toda a região. A Miágara branca e rosada substituiu quase completamente a Seibel e a Isabel, espécies vinícolas. Ultimamente, visando aos mercados do Rio e de São Paulo, alguns viticultores, especialmente japoneses, começam a cultivar também a uva Itália, que requer maiores cuidados, porém alcança preços mais elevados que as demais espécies.

Em geral, os lavradores que se ocupam da viticultura, em Itatiba, já possuem uma longa experiência que vem, muitas vezes, de várias gerações. Há famílias, de origem italiana, que desde que se instalaram em Itatiba, se dedicam ao cultivo da vinha, embora em moldes diferentes dos atuais. Como já dissemos em outra parte deste trabalho, era nas chácaras dos arredores da cidade que se plantava uva, destinada principalmente ao fabrico do vinho. Mas a tradição passou de pais a filhos, de modo que, ainda hoje, existem famílias, entre os lavradores de Itatiba, conhecidas como viticultores ^{de} experimentados e capazes. Atualmente, porém, a viticultura na área

não é mais feita, exclusivamente, à base da longa experiência e da tradição mediterrânea trazida pelo imigrante; elementos novos não cessam de enriquecer as técnicas tradicionais. Não nos deteremos sobre as técnicas de cultivo da vinha por se acharem minuciosamente descritas no trabalho de Dirceu Lino de Mattos, para o qual remetemos o leitor (12).

Própria das regiões mediterrâneas, a vinha não encontra nas áreas de morros e colinas de Itatiba condições climáticas ideais para seu desenvolvimento. A distribuição e a quantidade de chuvas e a ocorrência de granizo causam sérios danos aos vinhedos itatibenses. As chuvas, de verão, caem na época da maturação dos frutos, prejudicando o índice de açúcar da uva e, conseqüentemente, sua qualidade; no inverno, podem cair chuvas esporádicas que vão antecipar a brotação da planta interrompendo seu período de repouso (13). Por outro lado, uma estiagem muito acentuada nos meses de inverno pode provocar uma redução de umidade prejudicial aos vinhedos (a forragem é uma medida de defesa contra esse acidente). O granizo pode causar prejuízos ainda maiores que as chuvas; ocorre mais freqüentemente no verão quando os cachos de uva já estão maduros e danificá-los seriamente (14).

Os solos, ácidos e esgotados pela monocultura cafeeira, exigem para o cultivo da vinha cuidados maiores do que para os demais. A acidez é corrigida por meio da calagem feita com carbonato de cálcio, e a pobreza em elementos orgânicos é suprida pela aplicação de adubo animal e pela forragem. Outro problema dos solos é a erosão agravada pelas condições do relevo e do clima. Os vinhedos, pelas exigências de insolação e ventilação, são plantados de preferência nas encostas onde o próprio declive já acelera a erosão. Até agora, a única técnica empregada no combate à erosão tem sido a forragem que protege o vinhedo contra a ação das enxurradas. Ultimamente, alguns vinhedos estão sendo plantados em curva de nível, mas constituem ainda exceção em toda a área Itatiba-Morungaba.

O relevo não constitui, em si, obstáculo ao cultivo

da vinha. Os vinhedos se espalham pelas baixas e médias encostas dos morros e colinas sem que o declive ou as altitudes imponham limites à sua expansão. A única exigência que deve ser observada quanto ao relevo é a da orientação das vertentes. A vertente exposta aos ventos frios de sul deve ser evitada por prejudicial ao desenvolvimento da planta. Encostas muito íngremes tornam mais penoso o trabalho do viticultor, mas não chegam a impedir o plantio de vinhedos.

As condições ecológicas em Morungaba são semelhantes às de Itatiba; a vinha, no entanto, só agora é que começa a ter lugar de destaque na economia do município. No ano de 1966 a uva já se colocava como segundo produto do município em valor de produção e ocupava 200 ha da área total cultivada, vindo logo depois do café com 375 ha. O atraso, com relação a Itatiba, explica-se **mais por fatores humanos** do que pelas condições ecológicas. Talvez maior apego aos cultivos tradicionais como o milho e o café, ou a influência das áreas de criação de Amparo e Bragança tenham retardado a expansão da viticultura em Morungaba. O fato é que os dados da Casa de Lavoura de Itatiba relativos ao ano de 1956 e a pesquisa de campo por nós realizada também naquele ano, mostram que a viticultura em Morungaba expandiu-se em **ritmo** mais lento que em Itatiba.

Os Pomares

As culturas de pomar penetraram em Itatiba e Morungaba através das duas áreas fruticultoras vizinhas de Jundiá e Valinhos. Talvez pelas condições ecológicas (maiores altitudes, condições de clima mais favoráveis ao cultivo de frutas de clima temperado), os pomares se desenvolveram, de preferência, nos bairros mais próximos a Valinhos, como o Mombuca e os Cocais, onde se destacam como um dos elementos mais típicos da paisagem.

As culturas de pomar surgiram em Itatiba-Morongaba com o elemento de origem italiana; atualmente, porém, lavradores japoneses estabelecidos na região estão se dedicando também a esse tipo de cultivo, especialmente o do pêssego.

Dentre os cultivos de pomar da área Itatiba-Morongaba o figo é o mais importante. É plantado, assim como a uva, de preferência nas encostas baixas e que recebem melhor insolação; há também culturas de baixada, não sendo porém essa a localização ideal.

A área ocupada pelas plantações de figo manteve-se praticamente a mesma durante toda a década 56-66. Registrou-se um aumento entre os anos de 1961 a 1963, quando a área cultivada passou de 41 a 54 hectares; mas, logo em 1964, houve uma diminuição. Nos anos seguintes, 1965 e 1966, a área cultivada voltou aos quarenta e poucos hectares (15). O figo, como a uva, não é cultura de grandes propriedades. Aparece sobretudo nas pequenas onde ocupa áreas reduzidas, em geral de menos de um hectare. É o valor da produção que de Cr\$2.720,00 em 1956 passa a Cr\$29.360,00 em 1965 que coloca o figo entre as culturas de pomar de maior rentabilidade de Itatiba.

Quanto às outras culturas de pomar, com exceção da maçã que, a partir de 1961 superou o figo em valor de produção, não atingem na área significado econômico. Com relação aos citrus, o que se observa é um recuo do cultivo da laranja que chegou, entre 1950 e 1956, a ter certa importância na região. No mapa de uso da terra algumas áreas assimiladas como de fruticultura correspondiam a laranjais que, em 1966 quando fizemos o controle de campo, já haviam sido arrancados (16).

Verifica-se um aumento da área cultivada entre os anos de 1957 e 1961, após o que começa a decrescer, chegando em 1965 quase à mesma posição que ocupava em 1956. A curva

da produção acompanha as oscilações da área cultivada; em 1956 era de 102.800 quilos, ascende a 170.000 em 1960, para em seguida começar a declinar, chegando em 1965 a 127.000 quilos. Os cultivos de maçãs, pera e pêssego não têm grande expressão econômica no município nos primeiros anos da década 56-66. A maçã começa a se expandir a partir de 1959 descrevendo uma curva em ascensão até 1961 quando a área cultivada e produção principiam a oscilar.

A cultura do pêssego mantém-se praticamente estacionária até 1964, quando a produção passa de 5.200 quilos para 10.000 e a área cultivada de 5 para 11 hectares. Tal fato se deve principalmente à entrada de agricultores japoneses no município. Cultivo delicado, exigindo cuidados especiais, só depois que passou a ser feito por lavradores experimentados, muitos deles procedentes de áreas onde a cultura do pêssego já se tornara tradicional, foi que esse cultivo passou a se destacar nos pomares de Itatiba e Morungaba.

O caqui, embora se tenha desenvolvido também com a chegada de japoneses no município, não constitui ainda, nem pela área cultivada nem pelo valor da produção elemento de destaque na fruticultura regional.

Como vemos, a fruticultura, com exceção da vinha, ainda não representa, fonte de renda apreciável para o município (Quadro com valores da produção). É provável, porém, que com as novas condições de circulação, com a proximidade de grandes centros urbanos e o incentivo que as cooperativas oferecem à comercialização da produção, Itatiba e Morungaba se convertam em centros abastecedores de frutas comparáveis aos maiores do Estado.

O café

Dentre os cultivos permanentes das áreas de morros e colinas o café se destaca, não só pela extensão ocupada co-

mo pelo valor da produção (Tabela 3).

Pelos dados fornecidos pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo (17) verificamos que a área plantada com café, na década 56-66, permaneceu praticamente a mesma, bem como o número de cafeeiros em produção. Entre 1957 e 1958, ocorre um ligeiro aumento (de 1.100.000 pés o número de cafeeiros eleva-se a 1.500.000); daí por diante mantém-se o mesmo. Em 1966, os dados estatísticos dos dois municípios já vêm separados: Itatiba com um total de milhão e duzentos cafeeiros e Morungaba com trezentos mil.

Não nos iremos deter na descrição das técnicas de cultivo de café detalhadamente analisadas em trabalhos de geógrafos paulistas, notadamente o Prof. José Ribeiro de Araujo Filho, especialista em tudo que se refere ao café no Estado de São Paulo (18). Não podemos, no entanto, deixar de assimilar que o retorno da cultura cafeeira, verificado nos primeiros anos da década de 50, na área de Itatiba-Morongaba, se não modificou completamente as técnicas tradicionais de cultivo, introduziu elementos novos que melhoraram a qualidade e a produtividade dos cafezais da região. Todos os cafezais novos eram plantados em curvas de nível e os velhos terraceados para sustar a ação erosiva das enxurradas. Algumas fazendas, empenhadas na produção de cafés finos, instalavam secadores e despolpadores e uma delas chegava a manter uma granja exclusivamente para a obtenção de adubo animal para seus cafezais. O rendimento médio na área era de 40 a 100 arrobas por mil pés. O relatório da Casa da Lavoura, do ano de 1956, informava que quando era feita adubação orgânica e química, alguns talhões chegavam a ter rendimento superior a 300 arrobas. Há ainda a ressaltar como inovação entre as técnicas de cultivo do café na região, na década 56-66, o plantio de leguminosas para obtenção de adubo verde. Em 1956, o feijão de porco (Canavalia ensiformis) já havia sido plan

tado, como cultivo intercalar, em 250.000 cafezais (19).

Limitarnos-emos a lembrar que Itatiba e Morungaba enfrentam atualmente os mesmos problemas que as demais zonas cafeeiras do Estado situadas nas áreas cristalinas do Planalto Atlântico: solos esgotados pelo uso destrutivo que deles se fez e, erosão intensa acelerada pela ausência da cobertura vegetal primitiva e das condições de clima(20).

Como já observamos em comentário feito anteriormente, chamam a atenção no mapa de uso da terra as extensas áreas ocupadas pelos cultivos temporários em comparação com as dos cultivos permanentes.

As culturas temporárias

A época em que foi feito o levantamento aerofotogramétrico, logo após a colheita (mês de julho), tornou extremamente difícil o reconhecimento dos vários tipos de culturas. O milho, por exemplo, colhido em maio ou junho, não deixa no terreno restos que o identifiquem; o mesmo acontece com o feijão colhido em janeiro ou fevereiro. Apenas o arroz, quando é de sequeiro, pode ser reconhecido na fotografia aérea pela palhada que fica sobre o solo após a colheita. Na região, porém, predominam as plantações de várzea. Quanto à batata inglesa, o cultivo temporário de maior rentabilidade da área, é identificado na fotografia pela extensão das áreas preparadas para plantio. Na impossibilidade de representar no mapa cada um dos cultivos separadamente, incluímos terras aradas e em pousio na categoria de culturas temporárias sem qualquer especificação.

A batata

A batata foi, na década de 56-66, o cultivo de maior rentabilidade da área Itatiba-Morongaba. Foi a partir de 1950, com a entrada de agricultores japoneses procedentes de Atibaia e Bragança e, especialmente, depois da instalação dos temporário

depósitos das cooperativas de Côtia e Sul Brasil em Itatiba que a cultura da batata se expandiu mais amplamente. Até 1940 os dados censitários registravam no município um cultivo incipiente com uma produção de apenas 101 toneladas; em 1950, a área cultivada era ainda muito reduzida, 23 ha e a produção de 128 toneladas, mostrava, com relação ao Censo anterior, um aumento pouco expresivo. O Relatório da Casa da Lavoura em 1954 refere-se à cultura da batata como "cultura de pequenas áreas"; o relatório do ano seguinte, porém, já registra uma tendência de aumento da área cultivada como decorrência da intensificação da entrada de japoneses no município, acentuando que "a maioria das famílias se dedica àquela cultura em rotação com o milho"; em 1956, a Casa da Lavoura já informava que a área plantada com batata era de 90 ha e que a produção alcançava 15.000 sacas de 60 quilos. O Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, nesse mesmo ano, registra para o município uma produção de 17.400 sacas de 60 quilos e uma área cultivada de 90 hectares. Apesar da discrepância verificada com relação aos dados da produção, o que parece fora de dúvida é que foi, precisamente a partir de 1956, que se deu o maior incremento da bataticultura na área Itatiba-Morungaba. Daí por diante, observaremos um aumento constante da área cultivada e da produção até o ano de 1962 quando a curva atinge o máximo, para em seguida sofrer uma queda acentuada no ano de 1963. Nos anos seguintes, até 1966, a área cultivada irá oscilar, embora a produção se mantenha elevada (Tabela 4). Fomos informados, na sede da Cooperativa de Côtia, em Itatiba, que, na realidade, a partir de 1962, vem ocorrendo um declínio contínuo da produção no município em virtude do deslocamento de grande número de bataticultores para outros municípios paulistas e mesmo para outros Estados, especialmente o Paraná, onde Castro, Ponta Grossa, Araucária, Carlópolis e Santana de Itararé se tornaram grandes centros produtores. O

abandono da área Itatiba-Morongaba pelos agricultores japoneses se explica pela escassez de terras cultiváveis (livres de doenças e de pragas) e pelos altos preços a que chegaram os terrenos de arrendamento no município. Pelos dados estatísticos, porém, não se percebe essa queda da produção porque os cooperados, especialmente os da Cooperativa de Cotia, continuaram filiados ao Depósito de Itatiba, mesmo cultivando batata em outras áreas, e suas safras são remetidas à Cessa consignadas à Seção de Itatiba (21). Tal fato explica o grande volume da produção bataticola de Itatiba, mesmo quando a área cultivada acusa diminuição.

Não se pode precisar a área ocupada nas propriedades pelas plantações de batata porque, sendo cultivo feito por arrendamento (geralmente os bataticultores na região não são proprietários de terras) não vem especificada nas declarações do IBRA. O dono da propriedade geralmente omite em sua declaração as terras arrendadas para não agravar o seu imposto de renda, ainda mais que os prazos de arrendamento são muito curtos (são feitos por safra). Via de regra não há contrato escrito e, segundo nos foi dito na sede da Cooperativa de Cotia em Itatiba, os proprietários que arrendam terras aos japoneses cultivadores de batata, não têm mesmo interesse em documentar a transação dessa natureza; alguns recusam-se até a receber o pagamento em cheque, exigindo que o mesmo seja feito em dinheiro e antecipadamente. Pelo que vimos em nosso trabalho de campo, as áreas cultivadas não são muito extensas, variando entre 5 e 10 hectares. Não são encontradas plantações como as do Paraná, onde as maiores chegam a 240 ha, como as de São João da Boa Vista e Poços de Caldas que comumente vão além de 100 ha (22).

Técnicas de cultivo

A batata nos morros e colinas de Itatiba e Morungaba é plantada geralmente nas médias e baixas encostas onde haja facilidade de obtenção de água, pois, na área, é cultivo que exige irrigação. (Foto 36).

Em Itatiba são feitos geralmente três plantios de batata durante o ano. A variedade mais cultivada é a Bintje holandesa, cujas sementes são importadas. A Fazenda Baroneza produz sementes de variedades importadas também, mas os bataticultores, quase todos associados da Cooperativa de Cotia e da Sul-Brasil adquirem as sementes através dessas organizações. O preparo do solo para o plantio consiste inicialmente na aração e gradeação, feitas à máquina quando a topografia da área o permite, 30 dias antes da sementeira. Em seguida abre-se os sulcos, com profundidade de 20 cm e deixando entre um e outro um espaçamento de 70 a 75 centímetros. A colocação das batatas-sementes nos sulcos é feita à mão, deixando-se entre uma semente e outra uma distância de 35 a 40 cm; ao mesmo tempo é feita a adubação conforme a análise do solo (em geral 1000 a 1250 quilos por hectare). A adubação e a cobertura das batatas semeadas são operações que podem ser feitas por máquinas, mas na área Itatiba-Morungaba, são normalmente feitas à mão. Uma semana após a brotação da planta faz-se nova adubação e procede-se a amontoa (15 dias mais tarde nova amontoa é efetuada). Depois da brotação várias pulverizações são feitas para combater doenças e pragas e a irrigação por aspersão acompanha todo o período de crescimento da planta nos meses de estiagem. A irrigação é uma prática largamente difundida entre os bataticultores de Itatiba e é um dos fatores de encarecimento do custo da produção na área (em 1966 os gastos com irrigação na região de Bragança Paulista na qual se achava incluída Itatiba correspondiam a Cr\$485.400,00 por hectare, segundo publicação da Cooperativa de Cotia) (23). A colheita da batata é feita aproximadamente 120 dias após o plantio. O arrancamento dos tubérculos, a catação e o ensacamento são feitos à mão (a mesma fonte acima citada dá uma despesa para colheita e sacaria de Cr\$365,500,00 por hectare, no ano de 1966). Como as condições de relevo nem sempre permitem uma mecanização intensa, à semelhança da que é feita no médio vale do Paraíba e em Itapetininga, a mão-de-obra empregada é numerosa.

O custo da produção por hectare, incluídas as despesas com arrendamento e preparo da terra, sementes, adubos, plantio, pulverização e irrigação e mais os gastos com transportes e despesas gerais, fazem da batata um cultivo altamente dispendioso (24).

A comercialização da batata é feita principalmente através das Cooperativas de Cotia e Sul-Brasil. O produtor cooperado encaminha por conta própria sua safra ao Depósito ou entrega-a aos caminhões da Cooperativa que vão recolhê-

la no próprio local de produção. O produto é remetido à Ceasa consignado ao Depósito da Cooperativa de Itatiba. Efetuada a venda através da Cooperativa, são descontadas as despesas de transporte, administração, juros, etc, e o restante é consignado ao cooperado. Como em qualquer outro tipo de cultivo, o lavrador fica à mercê da instabilidade dos preços no mercado (25). A instabilidade dos preços vai refletir-se na área cultivada que oscila e que, em conjunto, não aumentou em São Paulo. De 1961 a 1966, a área cultivada variou na seguinte ordem:

1961	-	43.800	hectares
1962	-	39.200	"
1963	-	38.400	"
1964	-	39.900	"
1965	-	34.100	"
1966	-	28.100	" (26)

Observa-se que, de modo geral, houve uma diminuição da área cultivada, que já chegou, em 1949, a 54.000 hectares.

A cultura da batata em Itatiba e Morungaba, além dos problemas comuns a todas as áreas produtoras do país, enfrenta ainda os que decorrem das próprias condições ecológicas da área. Dentre eles os que maiores dificuldades criam à bataticultura são os que derivam do clima; como são feitas três cultivos anualmente, as plantações estão sempre expostas ou à estiagem que se prolonga às vezes até o mês de setembro, ou às chuvas violentas de verão: o plantio de inverno pode ser danificado pelos geladas, o do verão pelas altas temperaturas que favorecem a proliferação das pragas próprias da batata; o granizo, de ocorrência frequente na área, é também um dos fenômenos climáticos que prejudicam as plantações de batata em Itatiba e Morungaba. Além das condições de clima, os solos, empobrecidos como todos os que se encontram nas velhas zonas cafeeiras do Estado de São Paulo, exigem adubação em grande quantidade o que encarece sobremodo a produção. Por outro lado, a topografia de morros e colinas nem sempre permite a mecanização intensiva que carac-

teriza outras áreas bataticultoras do Estado. Compreende-se assim que as condições ecológicas tenham agravado problemas como o do elevado preço das terras de arrendamento e concorrido também para a saída de muitos bataticultores japoneses do município.

Os cultivos tradicionais

Em nosso comentário do mapa de uso do solo já nos referimos às extensas áreas ocupadas pelos cultivos temporários na área Itatiba-Morungaba. Embora não tenhamos destacado no mapa os diversos cultivos, podemos afirmar que o milho é o que ocupa áreas maiores, o feijão aparecendo apenas como cultura intercalar em áreas muito restritas.

O milho é plantado tanto nas grandes como nas pequenas e médias propriedades. Nestas duas últimas categorias é plantado em áreas que variam entre menos de 1 a 2,4 hectares. Junto com o feijão, e mais raramente, a mandioca, integra o grupo de cultivos tradicionais que caracterizam a maioria das pequenas propriedades tanto em Itatiba como em Morungaba. Quando descrevemos as pequenas propriedades viticultoras da região nos referimos à presença constante do milho ao lado dos vinhedos. Nas grandes propriedades, especialmente em Morungaba aparece ocupando áreas maiores, chegando alguns proprietários a ter mais de 50 ha e, às vezes, até 70 ha plantados com milho. Na grande propriedade, o milho aparece tanto naquelas que se dedicam à cafeicultura, como nas que se ocupam exclusivamente da criação de gado.

Os dados fornecidos pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo (Departamento da Produção Mineral, Vegetal e Animal) nos informam que na década 1956-1966 houve um aumento geral da área cultivada com milho, que de 1.400 ha em 1956, passou a 2.900, em 1966 (neste dado estão incluídos os 800 ha de Morungaba que nesse ano passou a figurar separadamente nas estatísticas oficiais do Estado). O

aumento, porém, não foi contínuo em toda a década. Nos primeiros anos observa-se uma diminuição; entre 1960 e 1964 verifica-se um aumento constante (em 1964 a área cultivada chega a 3.650 ha), para depois decair novamente até o ano de 1966. A oscilação que se observa na área cultivada ocorre também com relação à produção. Em conjunto, a produção aumentou, passando de 18.300 sacas em 1956, para 67.000 em 1966. As oscilações de um ano para outro foram, porém, muito acentuadas (Tabela 5).

Técnicas de cultivo

As técnicas de cultivo, tanto para o milho, como para o feijão são ainda, de modo geral, as técnicas tradicionais com um ou outro elemento novo. A mecanização só é empregada nas grandes propriedades e, assim mesmo, em uma reduzida minoria. Unas poucas fazendas usam máquinas para o plantio e a carpa do milho. A adubação também só é praticada por alguns lavradores exclusivamente para o cultivo do milho. O feijão, cultivo intercalar nos vinhedos, aproveita geralmente a adubação feita para a uva.

A época de plantio é aproximadamente a mesma para ambos os cereais. O milho é plantado entre os meses de outubro e novembro, dependendo das chuvas. Alguns proprietários que dispõem de meios para irrigação, fazem um plantio de inverno, em meados de julho, quando a precipitação na área é de apenas 53 mm, para terem milho verde para venda. Para o feijão, os meses de plantio são setembro e outubro. Já a colheita difere, dependendo do ciclo vegetativo mais curto ou mais longo de cada um dos cultivos. O feijão é o de crescimento mais rápido; plantado em setembro ou outubro é colhido em janeiro e fevereiro; em seguida vem o milho colhido em maio e junho.

Cultivos rústicos, o milho e o feijão não exigem tratamentos especiais. O milho nas pequenas propriedades é plantado à mão; toda a família, incluindo as mulheres e as crianças, tomam parte nesse trabalho. Trinta dias após a semeadura, quando a planta atinge uns 20 cm de altura, é feita uma carpa, às vezes duas. Nas grandes propriedades faz-se então o desbaste eliminando os indivíduos mais fracos. De modo geral, são esses os cuidados que recebe o milho até a época da colheita, operação que vai reunir novamente toda a família. Quando a família sozinha não dá conta do trabalho, o sítante recorre a amigos ou vizinhos que são pagos, não por jornada de trabalho, mas por saca de milho colhida. Após a

colheita, a palha é deixada no terreno para servir de adubo, ou é picada para alimento do gado. Nas fazendas faz-se uma mistura de palha, cana e forragem para dar ao gado.

O rendimento médio por alqueire é de 50 sacas. Alguns sitiantes, porém, chegam a colher de 100 a 120 sacas por alqueire. Em geral, o milho é plantado apenas para consumo da propriedade. Quando a safra é maior, os excedentes são vendidos em Itatiba mesmo.

Em algumas propriedades maiores, faz-se a rotação do milho com leguminosas. O mais comum, porém, é a rotação do milho com a batata. Nos casos de arrendamento de terras, para cultivo de batata, após 2 ou 3 safras consecutivas, planta-se o milho aproveitando a adubação feita para a batata. O rendimento por hectare é então mais alta.

O feijão, cultivo intercalar nas pequenas propriedades viticultoras dos municípios de Itatiba e Morungaba, ocupa áreas muito reduzidas também nas propriedades maiores, onde é plantado isoladamente (menos de 1 ha em geral). Não requer cuidados maiores que o milho. Quando plantado entre os vinhedos, beneficia-se não só da adubação que é feita para os mesmos, como também das capinas. A mão-de-obra nesse caso é quase sempre familiar, todos os membros da família participando das operações de limpeza e colheita. A produção é apenas para consumo doméstico, podendo ocorrer, eventualmente, como no caso do milho, venda de excedentes. Os rendimentos variam de 40 a 50 sacos por alqueire. O rendimento alcançado pelo sitiante da região é por volta de 15 a 20 sacos, mas ele geralmente não planta um alqueire. Planta feijão por litros; uns 8 ou 10 litros em média, isto é, 0,5 hectares (27).

Cultivos caipiras, adaptados às condições da área, o milho e o feijão não são tão susceptíveis às variações climáticas, como a batata, por exemplo. Ambos se desenvolvem nos meses de verão, necessitando para o seu crescimento de

chuvas abundantes e temperaturas elevadas, condições dominantes em toda a área durante essa estação. Apenas as chuvas de inverno prejudicam por vezes a colheita do milho.

Os solos apresentam os mesmos problemas que para os demais cultivos; mas, como o milho e o feijão não são plantas exigentes, podem ser cultivados em qualquer tipo de solo, embora com fraco rendimento. A adubação, ainda pouco usada na área para esses cultivos, e a introdução, para o caso do milho, de espécies de maior produtividade como o milho híbrido que já vem sendo cultivado de há uns anos para cá, assegurarão aos lavradores de Itatiba rendimentos muito maiores em suas plantações.

A horticultura: o tomate

As várzeas e baixos terraços fluviais são, de preferência, as áreas hortícolas em Itatiba e Morungaba; muitos dos produtos nelas cultivados, no entanto, encontram-se também nas encostas mais baixas e nos esporões dos morros e colinas. Exemplo é o tomate que, por nossas observações de campo, parece enquadrar-se melhor nesta última unidade. (Foto 35).

Cultura antiga na região, o tomate é mencionado no "Almanak de Itatiba", do ano de 1905, como produto "cuja exportação já tem excedido em alguns anos a 70 contos"(28). Os Censos de 1920 e 1940 não trazem dados sobre produtos hortícolas, apenas o de 1950 é que registra para o município de Itatiba uma produção de 202 toneladas de tomate, sem contudo mencionar a área cultivada. O Relatório da Casa da Lavoura do ano de 1955 informava que havia no município 2.000.000 de tomateiros, cuja produção era de 4 quilos e às vezes até 9 por pé. Ao mesmo tempo, observava que os pequenos proprietários estavam abandonando a olericultura para se dedicarem à fruticultura. No ano seguinte, apesar da geada de 1955 haver destruído completamente as plantações de tomate de Itatiba, a área cultivada era de 100

hectares e a produção chegou a 4.000.000 de quilos, segundo dados do Departamento de Estatística do Estado de S. Paulo. A mesma fonte observa que, nesse ano, o município aparece como produtor temporário de tomate. De fato, não sabemos por que circunstâncias, mas Itatiba, em toda a década 1956-1966, não alcançará mais produção de tal ordem. Uma diminuição da área plantada também vai ocorrer; só em 1962 é que ela vai ultrapassar os 100 ha, e a produção chega a três milhões e trezentos mil quilos. Como ocorre com todos os nossos produtos agrícolas, o tomate também é sensível às oscilações de preços nos mercados; assim, área cultivada e produção acompanham de perto as altas e baixas dos preços. Além disso, as contingências climáticas vão intervir, provocando também variações sensíveis nas safras de um ano para outro. (29).

Pelo que nos foi dado observar no trabalho de campo e pela comparação entre os dados da Casa da Lavoura, do ano de 1956, e os do IBRA, de 1966, houve realmente em 1956, por parte dos lavradores da área, um interesse muito grande pela cultura do tomate. O número de propriedades com plantações de tomate era muito maior do que em 1966, especialmente em Morungaba.

As áreas ocupadas pelas plantações de tomate são geralmente muito reduzidas. Variam de menos de 1 ha a 1,2 hectares, e, raramente o tomate é plantado isolado. Só nas grandes propriedades, onde a horticultura é feita por parceiros, é que aparecem áreas maiores, variando de 2,4 a 3 hectares. Encontramos fazendas com 2,4, 3,6, 4,8 e, excepcionalmente uma com 12,1 ha plantados com tomate, vagem e ervilha. Neste último caso, eram parceiros japoneses que se dedicavam à horticultura. As plantações maiores têm de 10 a 20.000 pés de tomate; apenas uma tinha 70.000 tomateiros.

O plantio do tomate é feito geralmente no fim do verão, nos meses de fevereiro e março, quando ainda há calor suficiente para o rápido desenvolvimento da planta. O plantio não é feito diretamente. Preparam-se primeiro as sementes e só depois de 25 a 30 dias após a germinação é que as mudas podem ser transplantadas. O solo onde vai ser feita a plantação é previamente arado e gradeado, fazendo-se em seguida a calagem (à base de 3 toneladas por hectare) e a adubação (cada cova recebe em média 300 gramas de adubo, geralmente uma fórmula). As mudas são então plantadas, à distância de 60 x 60 centímetros de uma para a outra. Para combater as pragas a que o tomate é sujeito, fazem-se durante todo o crescimento das plantas até a época da colheita, repetidas pulverizações com fungicidas à base de cobre. O tomate é também uma planta muito exigente com relação à umidade. Daí ser plantado de preferência nos baixos terraços dos rios onde os solos já são suficientemente úmidos, ou em lugares onde há facilidade de se fazer a irrigação quando necessária (30).

A colheita é feita nos meses de inverno; requer mão-de-obra numerosa, especialmente nas grandes propriedades, onde as plantações ocupam áreas maiores. Em 1966, na Fazenda Pedra Prata onde havia uma das maiores plantações de tomate (5 ha), em Morungaba, 9 meeiros japoneses com suas famílias se ocupavam da colheita. Após a colheita procede-se à queima de todos os restos para evitar a propagação dos esporos ou sementes de fungos que atacam os tomateiros.

b) Pastagens

Já nos referimos às grandes extensões ocupadas pelas pastagens nas áreas de morros e colinas de Itatiba e Morungaba. Embora os dados censitários mostrem que, de 1950 para 1960, ocorreu uma diminuição, as pastagens ainda correspondem a mais de 50% da área total dos estabelecimentos rurais da região. Assim, em 1950, segundo os dados do Censo, cobriam 22.214 ha, isto é, 74,7% da área total dos estabelecimentos rurais recenseados, enquanto, em 1960, se reduziam a 19.679, correspondendo a 56,6% da área total. É evidente que as mais extensas áreas de pastos se situam nesta unidade, uma vez que ela oferece espaços mais amplos e, principalmente, porque com a crise cafeeira de 1930 as pastagens passaram a ocupar o lugar dos cafezais e estes tinham o seu domínio nas áreas de morros e colinas. (Fotos 37-3)

Na elaboração do mapa de uso da terra procuramos reconhecer, na fotografia aérea, as áreas de pastagens através das chaves de identificação propostas por Ceron e Diniz (31) complementadas por controle de campo. Mesmo assim, não foi tarefa fácil, pois seu aspecto varia muito na região. A rigor, só nas grandes propriedades de criação é que os pastos, naturais ou plantados, podem ser facilmente identificados; são as pastagens que Dirceu Lino de Mattos classificou como permanentes ou perenes (32); normalmente, porém, o que ocorre tanto nas grandes como nas pequenas e médias propriedades, é que qualquer campo de cultivo abandonado, pode ser utilizado como pasto ocasional, sem que haja uma rotação regular cultivo-pasto. Nas pequenas propriedades, os pastos correspondem apenas a terrenos incultos onde são colocadas, às vezes, 2 ou 3 cabeças de gado para fornecer leite à família do sitiante. No primeiro grupo poderíamos incluir ainda as invernadas, pertencentes, geralmente, a pequenos proprietários que abandonaram a zona rural para se estabelecer nos centros urbanos de Itatiba e Morungaba e que "alugam pasto", conforme expressão corrente na região. Já nos referimos a um proprietário, no bairro dos Pintos, que dispõe de 13 glebas, perfazendo mais de 100 hectares, todas elas utilizadas como invernadas. No ano de 1966, eram em número de 18 as pequenas propriedades cuja única modalidade de exploração era essa.

Cumpramos ainda observar que as declarações do IBRA não fornecem dados precisos sobre as áreas de pastagens. Muitas vezes o proprietário simplesmente declara como pastagem todo terreno que poderia ser cultivado mas não o é reservando a designação de terras incultas àquelas que não podem, por razões naturais (vertentes muito íngremes, áreas de matações, terrenos embrejados), ser aproveitados para a agricultura.

Não nos foi possível, através da fotografia aérea, distinguir as pastagens artificiais das naturais. Mesmo no campo não é fácil fazer-se esta distinção quando se trata de pastos formados por espécies de capim que se difundem com grande facilidade. Lino de Mattos (33) faz essa observação com relação ao capim-gordura, mostrando a dificuldade de se determinar quando ele aparece como espécie plantada ou como espécie invasora.

De modo geral, são raras as propriedades em Itatiba e Morungaba que têm pastagens artificiais. Só as grandes fazendas de criação é que vêm fazendo, desde algum tempo, o plantio de pastos (Foto nº 51). Geralmente as espécies plantadas na região são o capim-gordura, o napier, o jaraguá e o pangola. Em 1956, alguns criadores já estavam associando leguminosas (centrosema) com capim-gordura a fim de melhorar a qualidade das pastagens. O que predomina, porém, são as pastagens naturais, insuficientes para o sustento de um rebanho numeroso. As pastagens, já de si pobres, são afetadas seriamente pela estiagem dos meses de inverno bastante acentuada na área Itatiba-Morungaba (34).

A não ser em número muito reduzido de propriedades, não há distinção entre pastagens para gado leiteiro e para gado de corte. Só as propriedades que se estão orientando para a criação de gado fino é que já estão plantando pastos apropriados ao tipo de criação que fazem

O que se observa, de modo geral, é que o gado de leite recebe alimentação mais cuidada, não dependendo apenas do pasto (o emprego da torta de algodão e dos sais minerais como complemento alimentar deste tipo de gado já é de uso corrente entre os fazendeiros de Itatiba e Morun-

gaba). O gado, na região, tanto o de corte como o leiteiro, é mestiço, resistente à pobreza das pastagens e à falta de trato mais cuidadoso. O gado de corte é, via de regra, o zebu ou o caracu e o leiteiro é o mestiço de holandês. Só algumas fazendas é que têm gado de raça fina, como a Baroneza e a Primavera, ambas na divisa do município de Bragança.

As invernadas são constituídas, em geral, de pastos naturais e pertencem, como já explicamos acima, a proprietários que vivem de alugar pasto ou a sitiantes que negociam com gado. As reses, compradas em outras áreas do Estado ou mesmo em Minas Gerais, são deixadas durante três ou quatro meses nas invernadas e depois vendidas para abate. Via de regra, esse gado é vendido mesmo em Itatiba e Morungaba.

A pecuária expandiu-se em Itatiba e Morungaba após a queda do café e é atualmente uma das atividades de maior expressão na economia regional. Assim, em 1956 o rebanho bovino de Itatiba, com 23.000 cabeças, tinha um valor de Cr\$69.000,00, superando o da produção agrícola que era de Cr\$61.000,00 (35). Em 1967 era de 33.800 cabeças, enquanto o de Amparo que sempre se destacou como área de criação era de 29.642 cabeças e o de Jundiá de 3.046 (36). (Tabela 6).

Nota-se, especialmente na década estudada, 1956-66, uma orientação para a pecuária leiteira tanto em Itatiba como em Morungaba. Em 1956, a produção de leite era de 3 milhões de litros, no valor de Cr\$12.000,00 (37). Em 1967, Itatiba enviou a Bragança e Jundiá 7 milhões de litros de leite, equivalendo a 58% do total produzido pelo município (38).

A situação atual de Itatiba, na periferia da Grande São Paulo, vai concorrer certamente para um maior incremento de sua pecuária pois coloca-a entre as áreas abastecedoras de leite da metrópole paulistana e dos centros urbanos vizinhos.

N O T A S

- 1- Fernando Flavio de Almeida, "Fundamentos geológicos do relevo paulista", Instituto Geográfico e Geológico, Bol. nº 41, 1964, p. 167-263.
- 2- Ab'Saber, Aziz Nacib, informação verbal, diz que "no decorrer do quaternário, houve várias fases de dissecação e terraceamento, segundo o eixo geral do rio Atibaia e seus afluentes".
- 3- Monteiro, C.A.F. - "A Dinâmica Climática e as Chuvas do Estado de São Paulo". Estudo geográfico em forma de atlas. Tamanho 55 x 65 - 30 folhas de mapas, cartogramas, gráficos e diagramas, acompanhados de folhas de textos explicativos e comentários sobre a técnica de elaboração. Pesquisa realizada sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - Rio Claro - São Paulo - dezembro de 1964, inédita.
- 4- Setzer, J. - Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo, Oficina do Estado, 1966.
- 5- Secretaria da Agricultura, Instituto Agrônomo, Secção de Climatologia Agrícola de Campinas, "Viabilidade Climática para o cafeeiro (C. arabica) No Estado de São Paulo", levantamento preliminar, Ortolani, A.A., 1969.
- 6- Ministério da Agricultura, Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, nº 12, 1960, "Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo" (Contribuição à Carta de Solos do Brasil), Comissão de Solos, p. 159-162.
- 7- Mapa de uso da terra organizado à base de mosaicos aerofotogramétricos (com controle de fotografias aéreas), Instituto Agrônomo de Campinas, cobertura aerofotogramétrica por Natividade Ltda., São Paulo, 1962.
- 8- Plano diretor de Itatiba, Estudos Preliminares, Gustavo Neves da Rocha Filho, 1969.
- 9- Plano diretor de Itatiba, Estudos Preliminares, Mapa de Uso do Solo, Gustavo da Rocha Filho, 1969. Estudo Fotoanalítico baseado em Fotografias Aéreas Aerofoto Natividade Ltda.

- 10- Lino de Mattos, Dirceu, A Região da Baixa Mogiana, Boletim nº 9, Cadeira IX, nº 2, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959, p. 34.
- 11- Lino de Mattos, Dirceu, "Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiá", Boletim nº 2, Cadeira IX, nº 1, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1958, p. 149.
- 12- Lino de Mattos, Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiá, Boletim nº 2, Cadeira IX, nº 1, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1958.
- 13- O Relatório da Casa da lavoura, do ano de 1954, informa - que "a cultura da videira foi prejudicada pelas chuvas de inverno e temperatura relativamente elevada para a época. Houve vegetação e isso prejudicou não só a brotação após a poda como a própria produção", p. 1.
- 14- Nos anos de 1954 e 1955, o Relatório da Casa da Lavoura de Itatiba fazia referência a diversas ocorrências de granizo que causaram grandes prejuízos à viticultura da região.
- 15- Dados do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Produção Agrícola do Estado, Produtos em geral.
- 16- No ano de 1954, o Relatório da Casa da Lavoura de Itatiba informava que as plantações de citrus estavam sendo reformadas e que grande era o número de lavradores que estavam formando pomares em curvas de nível" e ainda que "o plano de vendas de mudas a longo prazo estava incentivando os - lavradores".
- 17- Dados do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Produção Agrícola do Estado, Produtos básicos, Estimativa por município.
- 18- Araujo Filho, José Ribeiro, "Café Riqueza Paulista" in Boletim Paulista de Geografia, nº 23, S.P., 1956.
- 19- Relatório da Casa da Lavoura do ano de 1956.
- 20- Os Relatórios da Casa da Lavoura nos dão conta das vicissitudes climáticas a que estão sujeitos os cafezais da área. Os relatórios de 1954, 55 e 56 todos registravam danos causados pelo granizo aos cafezais; em 1954, as geadas, atingindo apenas as baixadas, não causavam prejuízos;

porém, no ano seguinte, as geadas dos dias 2, 3 e 4 de agosto danificavam seriamente os cafezais de Itatiba. A Casa da Lavoura fazia um levantamento dos prejuízos causados: estimava em 140.000 os cafeeiros mortos e previa uma quebra de 3.000 sacas na produção. Também as secas, ou as chuvas caídas fora de época, podem ser prejudiciais ao café na área de Itatiba; em 1954, as chuvas de inverno estragavam a safra, enquanto, no ano seguinte, a estiagem que se prolongou até setembro (não ocorreu nesse mês nenhuma precipitação) prejudicava a florada dos cafeeiros.

- 21- Revista da Cooperativa de Cotia, nº 6, ano 1966, p. 20.
- 22- Revista da Cooperativa de Cotia, nº 6, ano 1966, p. 25.
- 23- Idem, p. 22.
- 24- O custo mínimo por saca, incluídas as taxas (11,5 % no caso da CAC-CC) era de Cr\$15.442,00, para região de Bragança Paulista na qual a CAC inclui Itatiba, mais alto portanto do que no Paraná.
- 25- Segundo a Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura os preços recebidos pelos lavradores variaram, de 1961 a 1965, na seguinte ordem: 1961: Cr\$1.874,00 por tonelada; 1962: Cr\$2.449,00; 1963: Cr\$2.268,00; 1964: - Cr\$1.435,00; 1965: Cr\$1.550,00. Como na maioria de nossos produtos agrícolas, o que ocorre com a batata é que quando em um ano o produto alcança no mercado preços elevados, no ano seguinte os lavradores plantam áreas maiores o que provoca inevitavelmente a baixa dos preços, como medida de escoamento da produção.
- 26- Os técnicos da Cooperativa de Cotia propõem para melhorar as condições de produção e comercialização da batata algumas medidas, entre as quais "a regularização da época de plantio tecnicamente, ou seja, desaparecimento da variação **estacional**, no mercado, de entradas e preços; instalação de **armazenagem** a fim de que se possa controlar efetivamente a quantidade do produto no mercado; a implantação de novos processos de cultivo e o plantio de variedades mais produtivas.
- 27- Segundo o Relatório da Casa da Lavoura, do ano de 1956, a área plantada com feijão em todo o município era de 380,0 ha. Acreditamos, no entanto, que sendo o feijão cultivo intercalar, seja muito difícil precisar a área exata ocu-

pada por ele.

- 28- "Almanak de Itatiba, ano de 1905, p. 11.
- 29- Em 1955, a produção foi completamente destruída pelas geadas; em 1959, a estiagem prolongada prejudicava as plantações e, em 1961, as chuvas reduziam a safra a menos da metade da do ano anterior, segundo informação da casa da Lavoura de Itatiba e dados da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo.
- 30- Os japoneses cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia estão plantando ~~tomate~~ com irrigação. O plantio é feito no inverno (agosto) e a colheita no verão.
- 31- Ceron, A.O. e Diniz, A. - Revista Brasileira de Geografia, ~~ano~~ **XVIII**, nº 2, abril-junho de 1966, p. 161-172.
- 32- Lino de Mattos, Dirceu - A Região da Baixa Mogiana, p. 60-69, Boletim nº 9, Cadeira IX, nº 2, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.
- 33- Lino de Mattos, Dirceu - Op. cit. p. 56.
- 34- Os relatórios da Casa da Lavoura nos dão conta do estado precário das pastagens durante o período da seca. Assim o do ano de 1954 informa que a "falta de verde" para os animais, decorrente da seca criava problemas para os criadores e mostrava a necessidade da construção de silos; o do ano seguinte, refere-se à iniciativa de alguns criadores de construir silos-trincheiras para solucionar o problema da alimentação do gado durante a época da seca; o de 1956, mais uma vez assinala os efeitos prejudiciais da estiagem quando observa que "a falta de chuvas no mês de agosto concorreu para o estado precário das pastagens".
- 35- Dados do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Departamento de Produção, Mineral, Vegetal e Animal.
- 36- Plano Diretor de Morungaba, elaborado por Ruy Ohtake e Eugenia Paesani, p. 8, 1967.
- 37- Dados do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, Departamento da Produção, Mineral, Vegetal e Animal.
- 38- Plano Diretor de Morungaba, elaborado por Ruy Ohtake e Eugenia Paesani, 1967, p. 8.

Tabela nº 1

OCORRÊNCIA DE GEADAS EM ITATIBA

Dados coletados no Posto Meteorológico da Fazenda Baroneza.

(Gentileza do Dr. Olov Naás^{III})

ANOS	DIAS	MESES	TEMPERATURA
1964	27	julho	- 0,5°C
	28	julho	- 0,5°C
	29	julho	0,0°C
1965	22	agosto	- 0,5°C
	23	agosto	- 0,7°C
	24	agosto	- 0,2°C
1966	Não Ocorreu		
1967	10	junho	- 0,2°C
	20	junho	- 0,8°C
1968	5	maio	- 1,0°C
	6	maio	- 0,8°C
	18	maio	- 2,7°C
	19	maio	- 3,0°C
	20	maio	- 1,7°C
	21	maio	1,0°C
	27	maio	0,0°C
	28	maio	0,0°C
	29	junho	- 1,0°C
	15	julho	- 0,7°C
	16	julho	- 1,0°C
17	julho	0,0°C	
1969	5	maio	- 1,5°C
	6	maio	- 2,0°C
	4	junho	- 1,5°C
	5	junho	- 3,7°C
	11	julho	- 6,4°C

abela nº 1 (cont.)

ANO	DIAS	MESES	TEMPERATURA
1970	3	julho	- 0,0°C
	15	agosto	- 0,0°C
1971	1	junho	- 1,0°C
	2	junho	- 0,0°C
	10	junho	- 2,0°C
	7	julho	- 1,2°C
	19	julho	- 0,0°C
	20	julho	- 0,5°C
	21	julho	- 1,5°C
	22	julho	- 1,6°C
1972	21	junho	- 0,2°C
	22	junho	- 0,2°C
	23	junho	- 0,4°C
	24	junho	- 0,3°C
	9	julho	- 2,5°C

Tabela nº 2

Uva: área cultivada, número de pés frutificando, produção e valor da produção.

(1956 - 1966)

Ano	área total cultivada	nº de pés frutificando	Produção (quilos)	Valor da produção (Cr\$)
1956	80	-	808.000	20.200.000
1957	160	800.000	1.655.000	46.340.000
1958	190	950.000	1.876.000	56.280.000
1959	400	2.000.000	4.030.000	141.050.000
1960	540	2.700.000	4.600.000	193.200.000
1961	600	3.000.000	5.500.000	247.500.000
1962	596	2.980.000	5.700.000	342.000.000
1963	640	3.200.000	6.000.000	450.000.000
1964	640	3.200.000	3.850.000	500.500
1965	600	3.000.000	5.770.000	1.384.800
1966	420	2.100.000	2.389.500	1.194.750
Morungaba	200	1.000.000	2.128.000	1.064.000.000

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento, Produção Agrícola do Estado de São Paulo - Produtos em Geral.

Tabela nº. 3

Café: Área cultivada, número de pés frutificando, produção e valor da produção.

(1956-1966)

Ano	Área total cultivada (ha.)	nº de pés frutificando	Produção (arrobas)	Valor da produção (R\$)
1956	1.250	-	9.000	4.500.000
1957	1.375	1.100.000	10.100	4.848.000
1958	1.875	1.500.000	15.600	5.928.000
1959	1.125	900.000	36.000	7.380.000
1960	1.125	900.000	18.000	3.600.000
1961	1.875	1.500.000	59.300	14.232.000
1962	1.875	1.500.000	59.200	52.096.000
1963	1.875	1.500.000	33.000	42.900.000
1964	1.875	1.500.000*	58.500	157.950.000
1965	1.875	1.500.000	180.000	576.000.000
1966	1.500	1.200.000	45.700	217.075.000
Morungaba.	375	300.000	12.000	57.000.000

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento, Produção Agrícola do Estado de São Paulo - Produtos Básicos.

Tabela nº 4

Batata: área cultivada, produção e valor da produção.

Ano	Área total cultivada(ha)	Produção unidade 60kg.	Valor da produção (Cr\$)
1956	90	17 400	4.002.000
1957	100	20.000	6.200.000
1958	100	19.000	6.175.000
1959	168	39.600	15.119.280
1960	677	100.000	47.000.000
1961	920	154.900	75.002.580
1962	1.557	248.100	150.348.600
1963	1.053	163.000	538.570.000
1964	1.060	167.500	670.000.000
1965	850	209.600	1.260.480.000
1966	895	282.400	4.920.000.000

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento, Produção agrícola do Estado de São Paulo - Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo-Produtos Básicos

Tabela nº 5

Milho: área cultivada, produção e valor da produção

Ano	Área total cultivada(ha)	Produção unidade 60kg.	Valor da produção (Cr\$)
1956	1.400	18.300	6.039
1957	1.200	23.600	7.080
1958	950	20.500	6.560
1959	800	20.000	7.600
1960	2.420	52.000	20.800
1961	2.420	48.000	21.120
1962	2.650	60.000	33.600
1963	2.800	56.500	58.195
1964	3.650	56.210	196.735
1965	3.100	67.500	290.250
1966	2.100	67.000	603.000

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento, Produção agrícola do Estado de São Paulo - Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo-Produtos Básicos .

Tabela nº 6.

Rebanho bovino e produção leiteira

Ano	Bovinos (nº de ca beças)	Valor (Cr\$1.000)	Produção de leite (litros)	Valor (Cr\$1.000)
1956	23.000	69.000	3.000.000	12.000
1957	33.000	132.000	4.000.000	28.800
1958	40.000	184.000	8.000.000	56.000
1959	49.000	245.000	8.800.000	74.800
1960	49.000	279.500	9.000.000	99.000
1961	45.000	392.500	8.400.000	134.400
1962	40.000	320.000	8.000.000	200.000
1963	50.000	1.000.000	7.000.000	280.000
1964	46.300	2.823.374	7.600.000	608.000
1965	49.000	3.395.000	14.200.000	1.846.000
1966	29.500	9.959.996	10.800.000	2.160.000

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística do Estado de São Paulo - Departamento de Produção mineral, vegetal e animal .



Foto 26 - Várzea do rio Atibaia na Fazenda Baroneza. O rio descreve meandros por entre baixas colinas cujas vertentes descaem levemente em direção à calha fluvial.



Foto 27 - Neste trecho o rio Atibaia forma uma várzea em pequenos alvéolos pouco desenvolvidos e mal delineados por entre as baixas vertentes.

(Fotos V.Prata)



Foto 28 - Detalhe do contacto entre as baixas vertentes e a planície aluvial à margem esquerda do rio Atibaia. Nota-se uma plantação de milho chegando até o canal do rio.
(Foto Renato Herz)



Foto 29 - Também no rio Jaguari as planícies aluviais se desenvolvem em pequenos alvéolos em contactos côncavos com as baixas vertentes.

(Fotos V.Prata)



Foto. 30 - Milharal plantado na várzea que se estende à margem direita da rodovia São Paulo-Serra Negra quase à entrada de Itatiba, no bairro do Engenho. Divisa-se entre o milho uma faixa de solo plantada com arroz.



Foto 31 - Várzea inaproveitada no primeiro plano; ao fundo encostas cobertas por vinhedo com feijão intercalado e uma plantação de milho (Bairro de Itapema).

(Fotos Renato Herz)



Foto 32 - Aproveitamento intensivo das áreas de várzeas e colinas. Os cultivos de pomar e o vinhedo cobrem as encostas enquanto a várzea é ocupada por uma pequena plantação de arroz.

(Foto Renato Herz)



FOTO A (Foto 33) - A Serra das Cabras vista de Morungaba. Algumas plantações de eucalipto ocupam os níveis mais altos onde se distinguem também pedreiras em exploração. No primeiro plano a antiga vila de Conceição de Barra Mansa alojada no fundo do vale do ribeirão dos Couros. O bairro de São Benedito (centro da foto) está sendo aos poucos incorporado à cidade (Foto Renato Herz).



FOTO B (Foto 34) - A Serra dos Cocais vista do Alto de Fátima em Itatiba. A área das serranias é das três unidades que compõem o espaço agrário de Itatiba a que menores possibilidades de aproveitamento oferece. Restos de mata e pastagens cobrem grande parte dos níveis mais altos da Serra dos Cocais.

(Foto Renato Herz)



Foto 35 - No bairro do Porto laranjais é plan-
tações de tomate cobrindo baixos morros. Ao
fundo restos de mata nos topos mais altos. No
horizonte em direção nordeste recorta-se o
perfil da Serra das Cabras.

(Foto V. Prata)



Foto 36 - No bairro do Morro Azul - terreno
preparado para o plantio da batata vendo-se
os condutos de irrigação. Resto de mata nas
áreas de escoamento fluvial que entalham as
baixas colinas e pastagens nos topos mais al-
tos.

(Foto Renato Herz)



Foto 37 - Grandes extensões de pastagens ocupam encostas e topos no domínio dos morros e colinas. A casa abandonada no meio do pasto é o que resta de antigo sítio incorporado a uma grande propriedade. (bairro do Morro Azul).



Foto 38 - Outro aspecto de pastagem nas áreas de topografia amorreada. No primeiro plano os alicerces da capela demolida quando ocorreu o reagrupamento da propriedade.

(Fotos Renato Herz)



Foto 39 - Topos de morros outrora ocupados pe
lo café são hoje pastos naturais.



Foto 40 - Reflorestamento com *Pinus Elliotii*
nas baixas vertentes e eucalipto nos topos das
colinas (Fazenda Santo Aleixo)

(Fotos Renato Herz)

CAPÍTULO V

OS ELEMENTOS DE MUDANÇA DAS ESTRUTURAS
TRADICIONAIS

A - A legislação agrária e sua repercussão no meio rural

A década por nós estudada vai coincidir com duas importantes etapas na legislação agrária nacional: o Estatuto do Trabalhador Rural (2 de março de 1963) e o Estatuto da Terra (30 de novembro de 1964).

O Estatuto do Trabalhador Rural irá estender ao trabalhador rural o salário mínimo, as férias remuneradas e a estabilidade, bem como estabelecer as normas para o contrato individual do trabalho e criar as organizações sindicais rurais. (1)

O Estatuto da Terra vai criar o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e fixar as diretrizes da política de desenvolvimento rural do governo. Ao IBRA ficarão afetos os problemas relativos à Assistência Médica, Assistência Financeira e Creditícia e Assistência à Comercialização. Na mesma lei incluem-se também as normas gerais sobre o Uso ou Posse Temporária da Terra, isto é, sobre parceria ou arrendamento. (2)

Ambas as leis tiveram profunda repercussão no meio rural e podem ser consideradas como responsáveis por muitas mudanças em curso, especialmente no que se refere às formas de trabalho.

As vantagens concedidas ao trabalhador rural pela primeira dessas leis foram as que mais funda repercussão tiveram na área em estudo. Assim, o salário mínimo, deduzidas as despesas de aluguel (o aluguel de casa de residência de empregado, se ela se achar dentro do estabelecimento rural, será descontado até o limite de 20% do salário mínimo) e alimentação (no caso de ser fornecida pelo empregador,

25% do salário) e mais os descontos de luz e leite, não chega atualmente a 200 cruzeiros mensais, ainda mais que o desconto de habitação foi elevado para 30%. Alguns fazendeiros continuam descontando 20 por cento. Todos esses descontos devem constar dos contratos, mas de modo geral, não há contrato escrito (a lei não obriga). Há casos em que deduzidos todos os descontos, o trabalhador fica reduzido a um salário que corresponde a Cr\$4,00 diários. E não são raros os empregadores que não pagam o salário, só o fazendo quando a isso são obrigados, em casos de indenização. Só um pequeno número de proprietários satisfaz as exigências de moradia (condições de higiene). Os empregadores, de modo geral, não permitem ao assalariado plantar para si um pouco de milho, feijão, ou arroz, como era uso no regime de colomato. Com isso não correm o risco de uma indenização no caso de rescisão de contrato.

As férias remuneradas constituem outra das vantagens concedidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural; de modo geral, porém, o trabalhador só as recebe quando há rescisão de contrato, o mesmo ocorrendo com as horas-extras de trabalho ou com o 13º salário.

A estabilidade (com mais de 10 anos de serviço efetivo no mesmo estabelecimento) não acarreta problema porque raramente ocorre entre os trabalhadores da zona rural. Em geral, eles não permanecem na mesma propriedade por muito tempo; no máximo uns 3 ou 4 anos.

Os casos de rescisão de contrato devem ser feitos com aviso prévio tanto de uma como da outra parte. Quando é o empregador que despede o empregado, ele paga a indenização (momento em que paga também as férias, o 13º salário e as horas extras) ou então entra em acordo. Esta última forma é a mais frequente quando se trata de empregados antigos. Quando o empregado tem uma roça plantada em terras do

patrão e ocorre um caso de rescisão de contrato, a Junta do Trabalho (3) manda arbitrar o valor da provável colheita. São convocados dois lavradores que funcionam como árbitros para fazer a avaliação da safra. No caso de uma plantação de milho, por exemplo, é avaliado o número de sacas que serão colhidas. O empregador paga então a safra e mais as custas do processo. Quando são seguidos os usos tradicionais da região, em vez do pagamento antecipado, espera-se a colheita. O milho colhido, faz-se a partilha. O empregador fica com a terça e o resto cabe ao alariado (o milho vem na palha, de modo que, ambas as partes correm igual risco). No caso de pagamento em dinheiro, o patrão muitas vezes tem prejuízo porque a safra pode ficar muito aquém da avaliação feita.

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado também pelo Estatuto do Trabalhador Rural. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ficou, durante o prazo de 5 anos, encarregado da arrecadação do Fundo (contribuição de 1% devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais) e da prestação de benefícios que a lei estabelece para o trabalhador rural e seus dependentes (assistência médica, aposentadoria, pensão, etc). As vantagens asseguradas pelo FUNRURAL, em contra, na prática, as dificuldades comuns a esse tipo de serviço mesmo nos casos de trabalhadores urbanos (lentidão de atendimento quando se trata de assistência médica, exigências de documentação que, geralmente, não está em ordem, etc). Não há dúvida, porém, que representa para o lavrador um tipo de assistência que se fazia necessária há muito tempo e que, vencidas as dificuldades decorrentes dos próprios órgãos encarregados de sua aplicação e da falta de esclare-

cimento do trabalhador rural, evoluirá no sentido de um funcionamento efetivo e regular.

Trabalhadores rurais e empregadores, de um modo geral, não estão preparados para o novo tipo de relações que a legislação agrária veio estabelecer entre eles. Uns e outros conservam ainda as marcas do regime do colonato. O trabalhador sem instrução, analfabeto mesmo na maioria dos casos, não conhece seus direitos e quando pretende reclamá-los é, muitas vezes, mal orientado. O patrão, por outro lado, ainda não se libertou de um certo paternalismo vigente na situação anterior e que com a nova legislação não pode subsistir. Assim, muitas vezes ele faz concessões que a lei não estabelece e recusa-se a cumprir aquilo a que está obrigado. Daí os atritos frequentes entre patrões e empregados e as queixas frequentes levadas, por uns e outros, à Junta do Trabalho. É o patrão que despede, sem aviso prévio, o empregado a quem nunca pagou o salário mínimo, férias ou 13º salário, ou o empregado que abandona o serviço sem comunicar ao patrão e sem executar o trabalho para o qual fora contratado. Via de regra, são os assalariados que levam os empregadores à Justiça.

Esse conjunto de fatos, decorrência de uma situação de transição, vai (refletir-se no quadro rural de Itatiba e Morungaba através de mudanças nas formas do trabalho assalariado. O que se vai verificar e que já tivemos ocasião de assinalar em outra parte deste trabalho, é uma substituição do assalariado fixo, residente na propriedade, pelo volante, geralmente saído do meio rural e que vive na periferia dos centros urbanos. O volante é contratado por um turmeiro que, por lei, (O Estatuto do Trabalhador Rural estabelece as normas para contrato coletivo de trabalho) deve constituir uma fir

ma registrada no Posto Fiscal Federal e na Previdência Social. Em Itatiba, no entanto, apenas um turmeiro tem situação legalizada; os demais funcionam na clandestinidade. Os assalariados que trabalham sob as ordens desses turmeiros não têm garantia nenhuma. Em caso de acidente de trabalho não têm direito a qualquer tipo de assistência. O turmeiro está livre de obrigações porque não firmou com eles contrato escrito e o dono da propriedade onde ocorreu o acidente porque, nesse caso, não é ele o empregador; seu trato foi com o turmeiro. Assim, o trabalhador rural sofre as consequências de uma legislação cujo objetivo foi ampará-lo.

Naturalmente o que estamos analisando aqui são fatos próprios de uma situação de transição entre duas modalidades de trabalho; o regime do colonato ou do assalariado fixo guardando ainda muito do regime anterior e o atual, criado pela legislação agrária em vigor.

B. - O desenvolvimento urbano e seus reflexos no meio rural

O processo de urbanização **intensa** que se vem desenvolvendo no Estado de São Paulo, especialmente a partir da década de 40, foi um dos fatores que mais profundamente atingiu as estruturas tradicionais do meio rural entre nós.

O ritmo de urbanização do Estado acelerou-se de tal modo nas últimas décadas que, em 1960, São Paulo já contava com o maior volume de população urbana do país (4). Em 1950, 52,5% da população paulista já vivia nos centros urbanos; em 1960, essa percentagem elevava-se a 62,8 e, em 1970, a 80,3

Tal fenômeno, estreitamente ligado ao processo de industrialização que se intensificou a partir da segunda guerra mundial, não ocorreu com igual amplitude em todo o território paulista.

Nos municípios vizinhos de **Itatiba** verifica-se uma disparidade flagrante do processo de urbanização entre os das áreas serranas como Amparo, Atibaia e Bragança e os de Jundiaí e Campinas.

Em 1950, apenas Campinas e Jundiaí tinham mais de 50% de sua população nos centros urbanos. A cidade de Campinas, a essa época, já era uma das "capitais regionais maiores" (5) da rede urbana paulista e Jundiaí, com perto de 40.000 habitantes, constituía-se em centro industrial de importância. Os dois municípios distanciavam-se, pois, dos demais num processo de urbanização rápida e vigorosa. Enquanto isso, Atibaia e Bragança tinham menos de 40% de sua população vivendo nas cidades, e Amparo um pouco mais de 40%. Itatiba, na mesma época, em 48% de sua população residindo na sede do município, situava-se depois de Jundiaí, numa posição intermediária entre os dois grandes centros em franco processo de industrialização e dotados de grande força polarizadora e os pequenos centros da zona serrana, cuja economia, na dependência quase exclusiva das atividades rurais, não criava condições favoráveis ao desenvolvimento do processo de urbanização.

No ano de 1960, observava-se que, de um modo geral, a população urbana aumentara em todos os municípios acima citados. Mas, se para a maioria houve um aumento demográfico geral, para alguns o que se verificou, na realidade, foi a continuação de um processo de esvaziamento da zona rural que se desencadeara com a crise de 1930.

Assim, o município de Amparo tem um aumento populacional de pouco mais de 600.000 habitantes na década 50-60, enquanto a população urbana passa de 11.390 para 15.450 habitantes, isto é, de 42,2% a 54% do total da população.

Atibaia, com um aumento populacional muito mais significativo, pois de 18.130 habitantes em 1950 passa a 23.380 em 1960, registra um fraco incremento de sua população urbana que de 37,4% passa a corresponder a 38,3% apenas da população total.

Bragança apresenta certo equilíbrio entre o crescimento da população em geral e o da população urbana.

Campinas e Jundiaí mantêm o mesmo ritmo de urbanização embora o incremento populacional do município de Jundiaí, seja, no decênio, mais acentuado que o do município de Campinas.

Itatiba mantém-se como 3º município mais urbanizado, com uma percentagem de população urbana que corresponde a 55,4% da população total. Entre 1950 e 1960 retoma o seu desenvolvimento econômico orientando-se para a industrialização e para a policultura. Se a década anterior foi a da recuperação demográfica e econômica, como já tivemos ocasião de assinalar em outro trecho deste trabalho, a de 50-60 foi a do impulso decisivo para uma nova forma de economia.

Os dados preliminares do Censo de 1970 nos permitem fazer alguns comentários sobre mais uma década do processo de urbanização em Itatiba e municípios vizinhos o que, embora escape ao período que nos propusemos estudar, parece-nos interessante porque confirma tendências já esboçadas, ou ^{outras} mostrava que a década anterior não fazia prever.

Assim é que Atibaia apresenta um aumento de população de mais de 50%, com predominância da população urbana que passa a constituir 55,32% do total, enquanto em 1960 era apenas 38,3%.

Bragança é o único exemplo, nessa década, de município que perde população (de 69.152 habitantes em 1960, cai para

63!712), embora aumente seu contingente urbano. Campinas e Jundiaí continuam como os dois municípios mais urbanizados; verifica-se, porém, que o ritmo de urbanização de Jundiaí se intensifica enquanto o de Campinas perde a força que vinha mantendo já há algumas décadas. Os dois municípios, entre 1960 e 70, têm um aumento geral da população da ordem de 30%. Amparo, dentro os municípios serranos, é o que mantém mais baixo índice de urbanização, de certo modo proporcional ao fraco crescimento de sua população nessa década. Itatiba, apesar do desmembramento do distrito de Morungaba, que passa a constituir o município do mesmo nome, tem sua população urbana aumentada de modo surpreendente; de uma população de 28.393 habitantes, mais de 20.000 vivem na sede do município, isto é, 73,13% da população de Itatiba é urbana.

Morongaba, embora tenha ainda grande parte de sua população ligada às atividades rurais, já contava, em 1970, com 56,39% de seus habitantes residindo na cidade.⁽⁶⁾ Observa-se, no entanto, que muitos moradores do núcleo urbano, continuam exercendo atividades exclusivamente rurais; são layradores que vão diariamente ao sítio onde trabalham só regressando ao entardecer. Isto faz com que a antiga vila de Conceição de Barra Mansa guarde ainda muito do seu caráter rural (7).

O desenvolvimento industrial, comercial e de serviços explica a atração das populações rurais por centros urbanos como Campinas e Jundiaí e, em menor escala, Itatiba. Assim, a urbanização vai implicar em perda imediata da população por parte das áreas rurais vizinhas. No caso de Itatiba pode-se acompanhar perfeitamente a evolução do processo. Em 1940, a população urbana era praticamente a metade da rural; em 1950, igualavam-se; em 1960, a urbana já ultrapassava a rural; em 1970, a

urbana é quase o triplo da rural. Esse êxodo rural pode ser constatado através do número crescente de pequenos proprietários que vendem suas terras ou as entregam a parceiros e vão residir nas cidades, quando não as deixam em completo abandono; de ex-assalariados rurais que vão exercer atividades diversas nos centros urbanos ou engrossar o número de **volantes**, que trabalham na lavoura mas residem na periferia das cidades. Outro aspecto dessa evasão do campo é a saída de filhos de lavradores que vão estudar em Jundiaí ou Itatiba e não retornam ao sítio. Preferem trabalhar nas indústrias, no comércio, onde ganham salário mais alto e onde aproveitam, nas horas de lazer, os divertimentos que a cidade proporciona. Isto ocorre, principalmente, com filhos de pequenos proprietários. Tivemos ocasião, em nosso inquérito de campo, de conversar com viticultores tradicionais, cujos filhos já não trabalham nos vinhedos; mudaram-se definitivamente para Jundiaí ou Itatiba. Alguns chegaram a trabalhar na lavoura, mas depois de algum tempo voltavam à cidade. Conversamos também com alguns desses elementos da nova geração que, à nossa pergunta, respondiam invariavelmente que "a vida no sítio é muito dura". Não só o processo de industrialização abre novas perspectivas de trabalho atraindo as gerações jovens para os centros urbanos, como também a sensível melhoria no setor da prestação de serviços, mormente no setor escolar, vai converter-se num dos elementos de polarização da cidade. De 1950 a 1960, são instalados em Itatiba estabelecimentos de ensino de nível médio (ginásios e escolas técnicas e profissionais) cujos alunos, em número considerável, serão procedentes da zona rural. Mais recentemente, uma entidade particular criou um estabelecimento de ensino superior integrado por várias faculdades das quais já estão em

funcionamento a de Engenharia e a de Filosofia. Apesar do seu pouco tempo de funcionamento, a presença dessas escolas já se faz sentir na fisionomia da cidade. Itatiba, além do centro industrial, é também agora uma cidade de estudantes.

O aumento da população urbana, as novas indústrias que surgem, especialmente a de móveis que transformou Itatiba em "capital do móvel colonial no Brasil", e as escolas recentemente criadas, vão transformar o próprio espaço urbano. A cidade, por tanto tempo confinada a seu sítio primitivo, expande-se a partir da década de 50, pelas várzeas e terraços do rio Jacarezinho, galgando as baixas e médias encostas do morro frente à colina onde nasceu. Novos bairros vão surgindo e bairros rurais acabam sendo incorporados ao perímetro urbano, como o do Engenho, na saída para Jundiá, o das Brotas à margem da rodovia municipal que vai para Campinas, e a parte do bairro da Boa Vista cortada pela rodovia São Paulo-Serra Negra. (Fot. 4)

O desenvolvimento urbano vai repercutir assim no meio rural provocando alterações profundas em seu quadro demográfico. A esse aspecto negativo, porém, sobrevem um outro, altamente promissor para a agricultura de Itatiba: o crescimento das cidades vai ampliar os mercados de consumo para seus produtos, estimulando o aumento e a diversificação de sua produção agrícola. Hoje em dia, São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas e mesmo centros urbanos mais distantes como Brasília, são consumidores da produção agrícola de Itatiba. A metropolização de São Paulo e do Rio de Janeiro passou a exigir um número cada vez maior e mais variado de produtos, ao mesmo tempo que as vias de circulação tornavam essas cidades mais próximas das áreas produtoras. Tal fato veio provocar um incremento considerável de certos cultivos tais como as frutas e produtos hertí

colas que não correm mais o risco de se deteriorarem no trajeto entre o local de produção e os centros de consumo. Itatiba teve o seu sistema viário melhorado a partir de 1956 com a reificação do trecho da rodovia São Paulo-Serra Negra que encurtou o trajeto entre o município e a capital do Estado. Recentemente, com a abertura da rodovia D. Pedro I, que liga Campinas a Jacaré passando por seu território, teve suas ligações com o Rio de Janeiro consideravelmente abreviadas. A nova rodovia, se por um lado facilita o acesso a Via Dutra, por outro aproxima ainda mais Itatiba e Campinas. Até a década de 50, Itatiba estava mais ligada a Campinas do que à capital do Estado. Campinas desempenhava, com relação a Itatiba, funções de verdadeira capital regional. No setor dos serviços médicos-hospitalares e escolares e mesmo no setor comercial, Itatiba dependia muito mais de Campinas do que de São Paulo. Com a melhoria das comunicações e a expansão cada vez maior da metrópole, Itatiba viu-se, de repente, na periferia da Grande São Paulo, o que provocou, de certa forma, um afrouxamento dos laços que a prendiam a Campinas. A rodovia D. Pedro I, possivelmente irá fazê-la voltar à órbita de sua antiga capital regional.

Podemos concluir que a urbanização, se por um lado provocou uma perda sensível da população rural, por outro concorreu para aumentar e diversificar a produção agrícola.

Não se deve esquecer também que os contactos mais fáceis com os centros urbanos vieram modificar a maneira de viver e a própria mentalidade do lavrador. A cidade chega até o campo através do rádio, da televisão, em suma, da propaganda, que transforma também o agricultor em consumidor dos produtos que, até bem pouco tempo, eram privilégio dos cidadãos.

C. Os meios de comercialização da produção

Um dos problemas que enfrentavam, até bem pouco tempo, os pequenos e médios proprietários de Itatiba e Morungaba era o do escoamento de sua produção. O grande proprietário cafeicultor não tinha maiores dificuldades para vender suas safras, nem o pecuarista para colocar nos mercados o gado de corte ou a produção de leite de sua fazenda. O pequeno produtor, porém, sentia-se desestimulado pelas dificuldades que encontrava na comercialização de seus produtos. A melhoria das vias de comunicação já representou um progresso marcante nesse setor, mas foi, principalmente, a instalação de cooperativas agrícolas em Itatiba que veio modificar as condições reinantes até então.

Em 1959, foram instalados na sede do município os Depósitos da Cooperativa Agrícola de Cotia e da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil.

Até essa época, os poucos agricultores da região, associados àquelas cooperativas, pertenciam aos Depósitos de Campinas. Quando começaram a vir outros, especialmente de Bragança Paulista e o seu número cresceu rapidamente, em consequência da expansão da cultura de batata na área, justificou-se a instalação dos Depósitos de Itatiba. Assim, as cooperativas na área estão estreitamente ligadas ao incremento da cultura da batata inglesa.

A Cooperativa Agrícola de Cotia começou a funcionar, em Itatiba, com 93 associados, dos quais mais de 60% eram de nacionalidade japonesa. Alguns tinham deixado o Japão quatro anos antes com um contrato firmado com um empregador japonês proprietário em Itatiba. Outros proce-

diam de Bragança e Atibaia. Os "batateiros" provinham em sua grande maioria de Santo Amaro, Cotia e Morro Grande. No início, cerca de meia dúzia deles adquiriram terras no Município (estes já eram proprietários em outras áreas do Estado); a maioria, porém, seguindo a tradição dos bataticultores, continuou trabalhando em terras arrendadas. Os brasileiros, em minoria, eram quase todos pequenos proprietários de Itatiba e Morungaba.

O número de cooperados aumentou rapidamente chegando a 135 no ano de 1962. Daí por diante, com a diminuição da cultura da batata no município, começou a haver uma oscilação em volta de 120 (Tabela 7). Em 1966, a Cooperativa Agrícola de Cotia contava com 123 cooperados em Itatiba.

O número de cooperados proprietários tem aumentado sensivelmente entre os de nacionalidade japonesa. Atualmente quase 50% deles são proprietários, enquanto os arrendatários, 60 inicialmente, são, hoje em dia, apenas catorze.

A Cooperativa Sul-Brasil, também instalada em 1959, contava em 1966 com 105 associados, na maioria brasileiros. Havia somente 15 famílias japonesas entre os cooperados da Sul-Brasil nessa época. Cerca de 90% dos associados são proprietários, originários de Itatiba. Dedicam-se quase todos à fruticultura (uva, figo e pêsego) no que se distinguem dos cooperados da Copercotia, na sua maioria bataticultores (a batata representa 80% da produção e a horticultura 10% em 1966).

As cooperativas asseguram a seus associados assistência técnica, fornecimento de fertilizantes, inseticidas, financiamento para aquisição de implementos agrícolas e utilidades domésticas e transporte para a produção

dos associados.

Toda a produção dos associados é entregue às cooperativas. A Cooperativa Agrícola de Cotia recolhe os produtos no próprio local de origem e transporta-os até os postos de distribuição (CEAGESP ou Armazens do Jaguaré). A qualidade da mercadoria é então fiscalizada através de pessoal especializado para esse fim. Após a classificação do produto que recebe um valor de crédito, o cooperado pode utilizar-se de até 70% desse valor no Depósito a que está filiado. A produção é encaminhada aos centros de consumo pela própria Cooperativa. São cobradas ao cooperado taxas de transporte e venda, esta última variando de acordo com o produto.

Além das Cooperativas Agrícola de Cotia e Sul-Brasil, cujo papel vem sendo da maior importância na comercialização dos produtos agrícolas de Itatiba e Morungaba, cumpre destacar ainda as cooperativas de laticínios de Bragança Paulista (Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo) e a de Jundiaí, através das quais é comercializada a quase totalidade da produção leiteira de Itatiba.

As cooperativas têm-se revelado, no decênio estudado, como um dos elementos mais ativos de mudança nos quadros rurais de Itatiba e Morungaba. Sua ação tem-se feito sentir da seguinte maneira:

- melhorando os processos de comercialização da produção e incentivando assim o produtor;
- modernizando as técnicas agrícolas e elevando os índices de produtividade;
- introduzindo novos cultivos, especialmente de produtos hortícolas destinados ao abastecimento dos centros urbanos;
- estimulando o agricultor através de financiamen-

- tos que fora da cooperativa ele sozinho não se atreve a tentar obter;
- contribuindo para elevar o valor da produção agrícola da área (Tabela 8).

Não se deve esquecer também que as cooperativas foram, em parte, responsáveis pela entrada do elemento japonês na área. Se a presença dos japoneses exigiu a instalação das cooperativas, estas, por sua vez, concorreram para a fixação dos lavradores nipônicos na área. É verdade que passada a fase de maior expansão da batata muitos cooperados deixaram Itatiba; outros, porém, permaneceram e se tornaram proprietários, o que tem um significado altamente positivo para a região. Entre os japoneses que permaneceram uma grande diversificação da produção agrícola vem se observando, de modo especial no setor da horticultura

3

TABELA 7

Associados da Cooperativa Agrícola de Cotia em Itatiba

Ano	Nº de cooperados	Ano	Nº de cooperados
1959	93	1963	124
1960	109	1964	122
1961	114	1965	129
1962	135	1966	123

TABELA 8

Valor da produção (1959-1966)

Ano	Produção (Cr\$)	Ano	Produção (Cr\$)
1959	83.893.641,00	1963	970.140.288,80
1960	119.848.697,80	1964	1.095.202.848,00
1961	254.484.814,70	1965	2.389.481.264,00
1962	449.576.853,80	1966	3.167.967.170,00

D. As novas experiências de uso da terra e a transformação da paisagem agrária

Entre os elementos de transformação das estruturas tradicionais, as novas modalidades de uso da terra se destacam como um dos que mais profundamente vão atuar no quadro rural. A década 56-66 caracterizou-se, no município de Itatiba, pela multiplicação das tentativas de novas formas de uso da terra, bem como de inovações entre as velhas formas tradicionais. Algumas experiências partiram de empresas completamente estranhas ao meio rural, outras de elementos da própria região. As primeiras assumiram, em certos casos, proporções espetaculares e, por isso mesmo, atraíram a atenção de observadores de fora. As demais, embora não impressionem pelo volume dos capitais investidos, nem pelo vulto das realizações que se propõem, têm, no entanto, raízes mais profundas e parecem mais efetivas e mais sólidas. Não operam a curto prazo; agem lentamente, transformando aos poucos a paisagem agrária através da introdução de novas culturas ou da modernização de formas tradicionais de uso da terra, através de novas técnicas.

As novas experiências de uso da terra decorrem, em parte, da solicitação dos centros urbanos onde a população vem crescendo em ritmo acelerado e onde novos hábitos alimentares exigem produtos, até bem pouco tempo, de consumo muito restrito; em parte, do aparecimento de uma mentalidade empresarial responsável pela inversão de capitais consideráveis e pela introdução de técnicas modernas no meio rural de Itatiba.

Tais experiências se destacam de imediato pela paisagem que criam, contrastante com a das áreas vizinhas; a longo prazo, porém, poderão vir a exercer uma profunda influência nas formas tradicionais de uso da terra na região.

Destacamos, como exemplos das tendências que caracterizam a década 56-66, as experiências realizadas pela Fazenda Malabar do Brasil S/A e a Fazenda Baroneza, ambas empresas estranhas ao meio rural, e a Fazenda Paraíso, organizada com capitais oriundos do próprio meio rural.

1) Fazenda Malabar

A Fazenda Malabar do Brasil S/A, como experiência malograda, mostra o que há muitas vezes de instável nesses projetos de grande porte, nem sempre bem planejados, e com poucas probabilidade de execução. Antiga fazenda de café, transformada em plantação de tungue, a Fazenda Malabar, passou, no ano de 1953 às mãos de uma Sociedade Anônima constituída de capitais americanos e nacionais (18). Sob a direção de um agrônomo americano, genro do escritor Louis Bromfield, foi tentada a recuperação da fazenda através de técnicas modernas de restauração do solo e de uma produção orientada para os centros urbanos. Com uma área de 726 ha, em 1956, a Malabar está situada no bairro do Porto, a 700 m de altitude, no domínio dos morros e colinas.

Inicialmente foi feito um trabalho de recuperação dos solos através de calagem, limpeza do terreno há muito tempo em abandono, coberto de barba de bode e de capoeira alta em alguns trechos; em seguida, foram traçadas curvas de nível, adubado o solo e semeados os primeiros cultivos. As encostas das colinas foram aproveitadas para o plantio de tomate, ervilha, aspargos e batata, produtos que visavam ao abastecimento da cidade de São Paulo; nos fundos de vale e baixos terraços do rio Atibaia foram feitas experiências com trigo e centeio (foram plantados 24 ha de trigo e 24 ha de centeio); os arrozais ocuparam 120 ha e as plantações de milho 60 ha nas encostas mais altas. Para recuperar o solo e fornecer alimento para o gado foram semeadas leguminosas numa extensão de 72 ha, além de soja e uma grande variedade de hortaliças. Assalariados japoneses, luso-

americanos, espanhóis e brasileiros constituíam a mão-de-obra empregada na fazenda (40 residiam na fazenda).

Ao lado dos campos de cultura, pastos plantados alimentavam um rebanho de 112 cabeças de bovinos. O gado fornecia adubo orgânico para as plantações numa experiência de "mixed-farming", complementada por uma granja avícola.

O fim da experiência da Fazenda Malabar é contado por Ellen Bromfield Geld em seu último artigo da série "Canhenho da Fazenda Malabar": "A Fazenda Malabar conseguiu superar grande número de dificuldades. Voltou a ser rica, fértil e produtiva e proporcionou, nos últimos seis anos, um bom padrão de vida a todas as famílias que aqui moram. Mas foi atingida por uma doença aparentemente incurável, que faz a ronda nesta fazenda e em todas as terras circunvizinhas. Essa doença é a especulação imobiliária. Ela e sua companheira, a inflação, tornam quase impossível que as terras venham às mãos de um homem que deseja praticar agricultura. Ao invés de ser assim, elas cairão inevitavelmente nas mãos do especulador de terras, ou recairão no estado de abandono em que antes as encontramos" (39). Atualmente a Fazenda Malabar é uma fazenda de criação em moldes rotineiros com suas terras de cultivo transformadas em pastos pobres e exauridos que nem de longe lembram o tempo da experiência Bromfield (40).

2. Fazenda Baroneza

Situada no vale do rio Atibaia que nesse trecho de seu curso corta em amplas sinuosidades os terrenos cristalinos, a fazenda ocupa, atualmente, uma área de 1.155 hectares. Como a Fazenda Malabar, a Baroneza era uma antiga propriedade cafeeicultora. Transformada mais tarde em fazenda de criação, em 1959, quando foi adquirida pelo Grupo Axel Johnson da Suécia (40), tinha parte de suas terras ocupadas por pastagens naturais e parte por pequenas plantações de milho, feijão e arroz. Restos de matas e capoeira alta cobriam ainda mais de 200 ha da fazenda.

Em menos de 10 anos a transformação foi completa. Um vasto plano de recuperação foi elaborado por especialistas da empresa com a colaboração de cientistas do Instituto de Pesquisas Agrícolas e Frigoríficas (IVK) de Nynäshamn, na Suécia, que pertence também ao Grupo Axel Johnson. O plano, para

ser executado a longo prazo foi dividido em etapas. Incluía inicialmente apenas uma parte da área da fazenda. Foi feito então um notável trabalho de limpeza e preparo do solo. A ca-
 poeira que cobria grande parte das terras foi derrubada, o terreno destocado e grandes obras de terraplenagem foram rea-
 lizadas a fim de possibilitar a construção de barragens (o plano previa a construção de 11 barragens para compensar a irregularidade das precipitações e a própria carência de u-
 midade natural da zona). Os solos destinados às culturas fo-
 ram preparados por meio de calagem e fertilizantes e todas as parcelas sulcadas em curvas de nível como medida de pro-
 teção contra a erosão. O sistema de rotação de cultivos foi posto em prática desde o começo (fotos nºs 46 a 49).

Uma das culturas que têm recebido maior atenção na fa-
 zenda é a da batata. O objetivo é a produção de sementes li-
 vres de vírus e que tenham o máximo rendimento de produção e
 boa qualidade. A variedade cultivada é a Jatte-Bintje cuja
 produtividade varia de 15 a 20.000 quilos por hectare. A á-
 rea plantada era de 60 ha, em 1967, e a fazenda já era, a es-
 sa época, a maior produtora de batatas certificadas da re-
 gião (a produção é controlada pelas autoridades nacionais).

Além da batata, que tem prioridade sobre as demais
 culturas, a fazenda Baroneza plantava também, em 1966, café
 e cana (o cafezal foi arrancado; o Grupo Axel Johnson tem
 no Paraná uma propriedade de 2.500 ha onde o café é cultiva-
 do em grande escala), trigo (200 ha plantados em 1967), mi-
 lho (150 ha) e feijão-soja. As culturas em 1966 ocupavam
 280 ha e, em 1967, mais de 400 hectares (Fotos nºs 46 a 49).

Um dos objetivos da Fazenda Baroneza é a criação de
 um rebanho selecionado para fornecimento de leite aos cen-
 tros urbanos vizinhos; o rebanho projetado deverá ter cerca
 de 200 vacas leiteiras e 350 bezerras. Em 1966, a fazenda
 mantinha 261 cabeças de gado bovino de raça mestiça (cruza-
 mento de gado sueco de raça SRE vermelho e branco com o na-

cional), mas aguardava uma remessa de 80 vacas e vários touros de raça SRB Avesta (41). O gado que vem da Suécia passa primeiramente por um estágio de adaptação durante o qual é vacinado e recebe outros cuidados, antes de ser colocado no pasto. Os 260 ha de pasto são plantados com repier, pergola e Soja perene (Fotos nºs 44 e 45); as plantas forrageiras complementam a alimentação do gado. Há estábulo aberto para o gado, e instalações apropriadas para ordenha e tratamento do leite estavam sendo projetadas em 1966. Os bezerros são mantidos em estábulo separado e têm pastagem especial. (Foto: nº 51).

A fazenda mantém uma criação de suínos também; em 1963 foram introduzidos os primeiros espécimes das raças Landrace e Yorkshire que se adaptaram perfeitamente às condições locais. Em 1967 já haviam sido criados mais de 2.500 animais da raça Landrace que têm sido abatidos para o consumo das cidades vizinhas ou vendidos a criadores das redondezas.

A energia elétrica é fornecida por uma central instalada na própria fazenda. Quando a fazenda foi adquirida pelo Grupo Axel Johnson, não havia, afora a sede, qualquer outra construção rural. Atualmente há estábulos para o gado bovino e para os porcos, silos para armazenamento de forragens, uma oficina onde são feitos todos os reparos da maquinaria utilizada na propriedade e um frigorífico para armazenagem de batatas com capacidade para 1.000 toneladas (Fotos nºs 50). Em 1967 já estavam construídas três barragens para abastecimento de água e irrigação.

A maquinaria utilizada na fazenda é das mais modernas e aperfeiçoadas comparando-se ao que de melhor existe nas propriedades agrícolas da Europa ou Estados Unidos.

3. Fazenda Paraíso

A Fazenda Paraíso não pertence ao mesmo tipo de empresa da Fazenda Malabar ou da Baroneza. Os capitais nela empregados provêm do próprio meio rural. Seus proprietários são descendentes de agricultores de origem italiana de muito fixados na região. Não se trata, também, na Fazenda Paraíso, da introdução de novas formas de uso da terra, mas da modernização das técnicas de cultivo de um produto tradicional na área, o café.

Situada no bairro da Tapera Grande, à beira da rodovia municipal que vai para Louveira, a fazenda dista 10 Km da sede do município. É uma das propriedades cafeicultoras mais antigas de Itatiba. Pertenceu ao Coronel Francisco R. Barbosa, chefe do Partido Republicano Governista e era, ainda em 1925, propriedade da família. Em 1944, foi adquirida por Luiz Emanuel Bianchi, permanecendo até hoje em mãos da família Bianchi (Fotos nºs 52 e 53).

Na década 56-66, a fazenda teve sua área aumentada; de 295 ha passou a 424 hectares. Continuou a ser uma propriedade cafeicultora. Não só conservou como aumentou seus cafezais durante essa década. Em 1956, a área plantada com café era de 31 ha e o número de cafeeiros 125.000; em 1966, a área plantada correspondia a 180 ha e os cafeeiros eram em número de 560.000 (em 1916, em plena era cafeeira, a fazenda não chegava a ter 100.000 pés de café).

Atualmente seus cafezais são plantados dentro das técnicas mais modernas e se destacam entre os de maior produtividade do Estado. Alinham-se em curvas de nível sobre as encostas das colinas e morros baixos da fazenda que ocupa uma das áreas de topografia mais suave do município, próximo ao antigo leito da Estrada de Ferro Itatibense. Os cafeeiros, da variedade Mundo Novo, são plantados a uma distância de 15 palmos de um para outro e adubados com adubo

químico e animal (a fazenda mantém uma granja que fornece adubo para os cafezais) ^(Foto 54). Recebem trato cuidadoso; anualmente são feitas várias carpas e a colheita é feita à mão para serem colhidos apenas os frutos maduros. Em geral são feitas quatro colheitas por ano. A produção era, em 1966, de 60 litros por pé nos cafezais novos; os mais velhos, de café caturra, rendiam 40 litros por pé. A fazenda possui secador de café, separador, despulpador e beneficiador, sendo uma das propriedades cafeicultoras do Estado especializada na produção de cafés finos. (Fotos 55 e 56).

Culturas temporárias, para custeio da fazenda, completam o uso agrícola das terras; arroz (2 ha), feijão (2 ha) e milho (4 ha) e produtos hortícolas ocupando uma área de 40 ha

Entre 1956 e 1966 houve um considerável aumento da área reflorestada na Fazenda Paraíso; de 31 ha, plantados com 150.000 pés de eucalipto, passou a 133 hectares.

A mão-de-obra empregada na fazenda sofreu também profundas modificações entre 1956 e 1966. Em 1956, cerca de 60 assalariados residiam na fazenda. Por ocasião da carpa vinham mais 30 diaristas de fora e cerca de 100 para a colheita. Atualmente, a fazenda não tem mais assalariados residentes. A mão-de-obra utilizada para carpa e colheita do café é toda ela constituída de volantes que vêm de Itatiba.

N O T A S

1. Adriano Campanhole - Legislação Agrária. São Paulo, Editora Atlas, 1969, pp.11-126.
2. Adriano Campanhola, op.cit., pp.129-500.
3. As informações sobre a aplicação das leis que se referem ao trabalho rural foram obtidas através de inquéritos de campo, de entrevistas com o Dr. Yon Dutra, advogado em Itatiba e na sede da Junta do Trabalho em Jundiá a qual está afeta a região Itatiba-Morungaba.

4. N.L.Müller - O fato urbano na Bacia do Paraíba. São Paulo, IBGE, 1966, p.VIII.
5. P.P.Geiger - Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro, MEC, 1963, pp.254-257.
6. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970.
7. Pesquisa realizada para o Plano Diretor de Morungaba, no ano de 1967, mostrava que de 557 pessoas entrevistadas (25% da população da cidade), 37% tinham vindo de fora; o maior número provinha de Itatiba, Bragança e Campinas, havendo ainda uma porcentagem reduzida de elementos procedentes da região da Grande São Paulo, de Minas Gerais e de outros estados. O Relatório apresentado pelos pesquisadores do Plano Diretor informa ainda que grande parte da mão-de-obra utilizada nas pedreiras é proveniente do norte do país, de Minas Gerais, de Bragança Paulista e da zona rural de Amparo, e que a indústria de sacaria existente na cidade contava "com certo número" de operários procedentes de Itatiba.
8. Ellen Bromfield Geld - "Canhenho da Fazenda Malabar" coleção de artigos publicados no Suplemento Agrícola do "O Estado de São Paulo"; de maio de 1953 a fevereiro de 1959.
9. Ellen Bromfield Geld - "Que fim levará Malabar?" , in "Canhenhos da Fazenda Malabar", Artigo III, série III, op.cit., 4/2/1959.
10. O Grupo Axel Johnson é proprietário de uma empresa de navegação a "Johnson Line", de uma indústria metalúrgica e siderúrgica a "Avesta Iron and Steel Works" - e de uma propriedade agrícola no Paraná e outra na Argentina.
11. O gado sueco vem de uma propriedade de criação mantida pela "Avesta Iron and Steel Works".



Foto 41 - Vista da cidade de Itatiba. A cidade confinada por muito tempo ao seu sítio primitivo só na década de 50 foi que começou a se expandir ocupando a várzea do rio Jacarezinho e galgando as encostas dos morros fronteiras à colina onde surgiu. (Foto Renato Herz)



Fotos 42 e 43 - Fazenda Baroneza. Aspecto
dos pastos naturais quando a fazenda foi
adquirida pelo Grupo Axel Johnson em 1959.

(Fotos gentilmente cedidas pelo Dr. Olov
Nääs - gerente da Fazenda Baroneza).



Fotos 44 e 45 - Fazenda Baroneza - Pastos artificiais plantados em curvas de nível.

(Fotos Olov Nääs)



Fotos 46 e 47 - Fazenda Baroneza - Triguais
plantados em curvas de nível.

(Fotos Olov Nääs)



Fotos 48 e 49 - Fazenda Baroneza. Plantação de batata para obtenção de sementes.

(Fotos Olov Nääs)

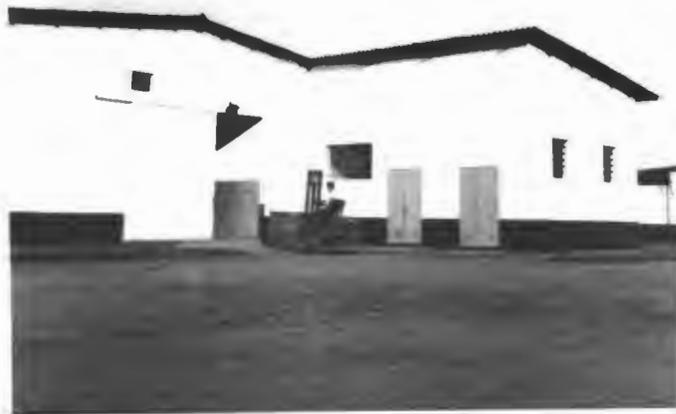


Foto 50 - Fazenda Baroneza. Frigorífico para conservação das sementes de batata.



Foto 51 - Instalações para o gado e pasto artificial no primeiro plano.

(Fotos gentilmente cedidas pelo Dr. Olov Nääs).



Fotos 52 e 53 - Sede da Fazenda Paraíso. Na primeira foto a sede antiga tal como aparece no "Almanak de Itatiba" do ano de 1916. Na segunda vê-se parte da ala nova justaposta à velha.

(Fotos Renato Herz)



Fotos 54 e 55 - Fazenda Paraíso. Instalações de beneficiamento de café e vista parcial da granja avícola.

(Fotos Renato Herz)



Foto 56 - Fazenda Paraíso. Vista de cafezal plantado em curva de nível.

(Foto Renato Herz)

CONCLUSÕES

Analisando os elementos de permanência e mudança na organização do espaço agrário de Itatiba e Morungaba, podemos concluir que só agora a região se liberta das estruturas herdadas da monocultura cafeeira e que o fato de ter sido atraída para a órbita da Grande São Paulo vai transformá-la daqui por diante em um dos centros abastecedores da metrópole paulistana.

A década 56-66 marcou um dos momentos mais significativos nesse processo de mudança. As tendências que se começavam a esboçar no início da década de 50 configuraram-se e assistimos então a transformações profundas em toda a estrutura agrária da região.

O processo de fragmentação da propriedade acelerou-se nesse período. As divisões por herança, as vendas parciais e, em menor escala, os loteamentos, foram refletir-se na malha fundiária onde a pequena propriedade predomina hoje de maneira quase exclusiva. A tendência à constituição de minifúndios improdutivos se teria transformado em um risco para a região, não fosse a ação restritiva do IBRA.

No quadro dos proprietários rurais, mudanças significativas ocorreram também. Verificou-se um aumento entre os proprietários de origem urbana, tanto entre fazendeiros como entre pequenos e médios proprietários. Os primeiros serão os responsáveis pela introdução de uma mentalidade empresarial na área em estudo e pelas novas experiências nas modalidades de uso da terra, que irão criar paisagens diferentes. Entre uns e outros, no entanto, nota-se uma instabilidade muito grande. A especulação imobiliária vai fazer com que tais proprietários

não se fixem na área. A proximidade de São Paulo, a facilidade de comunicações, valorizou de tal modo as terras em Itatiba e Morungaba, que sua aquisição se converteu em investimento lucrativo. Mesmo entre os sitiantes, enraizados à terra por várias gerações de pequenos lavradores, nota-se essa tendência à especulação: ora é aquele cuja propriedade, pela área ou pelo tipo de cultivo feito, tornou-se anti-econômica e a solução é vendê-la e transferir-se para a cidade, ora é aquele outro, de nível econômico mais elevado que adquire terras assim como o cidadão, apenas como emprego de capital.

Na década 56-66, multiplicam-se as Sociedades Anônimas em Itatiba, o que significa também afluxo de capitais urbanos para a área e mudanças na condição jurídica de seu quadro de proprietários rurais.

Completando a análise das mudanças verificadas entre os proprietários, cabe assinalar o aumento do número daqueles que não residem em suas terras. O Absenteísmo generalizou-se, tanto entre grandes como entre pequenos e médios proprietários. É uma decorrência da origem urbana de grande parte dos proprietários rurais e vai implicar também em mudanças no meio rural.

Nas modalidades de uso da terra observam-se as mudanças de maior significado para a economia da área: a expansão da fruticultura e da horticultura em função dos mercados urbanos vizinhos e do capital paulistano; o incremento da pecuária orientada principalmente para a produção de leite visando também o abastecimento dos centros urbanos; e ainda o retorno da cultura do café dentro de técnicas modernas, visando não apenas a maior produtividade, como também a melhor qualidade do produto.

Finalmente, a melhoria dos meios de comercialização da produção e a Legislação Agrária vigente desde o ano de 1963 completam o quadro de mudanças ocorridas na década que nos propusemos estudar. As cooperativas incentivaram a diversificação da produção além de concorrerem para o aumento da produtividade. A Legislação Agrária veio modificar as formas de organização de trabalho, provocando a substituição do assalariado fixo pelo volante e difundindo ainda mais as formas de parceria, especialmente entre os pequenos e médios proprietários

A introdução de modernas técnicas agrícolas, a diversificação e, ao mesmo tempo, a tendência à especialização em determinados cultivos, colocaram Itatiba e Morungaba entre as áreas de agricultura mais desenvolvida do Estado de São Paulo.

B I B L I O G R A F I A

- AB'SABER, A. N. - O relevo brasileiro e seus problemas. In Brasil, a Terra e o Homem, por um grupo de geógrafos sob a direção de Aroldo de Azevedo, Vol. I - As Bases Físicas. São Paulo, Editora Nacional, 1964, p. 135-217.
- AB'SABER, A. N. - A Geomorfologia do Estado de São Paulo. In Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.1-97, Conselho Nacional de Geografia.
- AB'SABER, A. N. - Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 219, Geografia 12, São Paulo, 1957.
- ALMEIDA, F. F. M. - O Planalto Paulistano, In A Cidade de São Paulo - Estudo de Geografia Urbana - Editora Nacional, Volume I, São Paulo, 1958.
- ALMEIDA, F. F. M. - Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista e Geológico, Boletim nº 41, São Paulo, 1964, p.169-263.
- ARAÚJO, FILHO, J. R. de - O Café, Riqueza Paulista, Separata do Boletim Paulista de Geografia, nº 23, julho de 1956, São Paulo.
- AZEVEDO MARQUES, M. E. - Apontamentos Históricos, Geográficos Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista (Direção de Afonso de Taunay) Publicações Comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol.II, São Paulo, 1952.
- CAIARGO, José Francisco de - Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Boletim 153 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952, 3 vols.
- CAIARGO, José Francisco de - Êxodo rural no Brasil, Boletim 1 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, Economia Política e História da Doutrinas Econômicas, nº 1, São Paulo, 1957.

- CAMARGO, José Francisco de - Características e tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 33, p.3-22, São Paulo, 1959.
- CAMPANHOLE, Adriano - Legislação Agrária, Editora Atlas. São Paulo 1967.
- CÂNDIDO, Antonio - Os Parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida - Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Rio de Janeiro, 1964.
- CERON, A. O. e DINIZ, A. F. - Tipologia da Agricultura - Questões Metodológicas e Problemas de Aplicação ao Estado de São Paulo, Rio Claro, 1970.
- CERON, A. O. - Aspectos Geográficos da Cultura da Laranja no Município de Limeira, Teses de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1968.
- CERON, A. O. e DINIZ, A. F. - O uso das fotografias aéreas na identificação das formas de utilização agrícola da terra. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XXVIII, Abril-Junho de 1966, nº 2, Rio de Janeiro, p. 161-173.
- CERON, A. O. - Mapeamento da Utilização da Terra na escala de 1:20.000. Uma experiência no Planalto Ocidental de São Paulo, *Aerofotogeografia* 4, Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- CHOLLEY, A. - Problèmes de structure agraire et d'économie rurale. *Annales de Géographie*, nº 298. Ano IV, 1946, Paris, p.81-101.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio - Os matacões da Serra de Cocais. *Notícia Geomorfológica*, Volume VII, nº 13/14, Campinas, junho-dezembro de 1967, p. 23-20.
- COLEMAN, A. - Land Use Survey Handbook (An explanation of the Second Land Use Survey of Britain on the scale of 1:25.000) Isle of Thanet Geographical Association, 1964.

- COLEMAN, A. - An explanation of the second land use survey of Britain on the scale of 1:25,000. London, 1964.
- COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA - Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo. São Paulo, 1888.
- COMISSÃO DE SOLOS - Levantamento de reconhecimento de solos do Estado de São Paulo (Contribuição à Carta de Solos do Brasil). Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, nº 12. Rio de Janeiro, 1960.
- DEFFONTAINES, P. - Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Revista de Geografia, ano I, nº 2. São Paulo 1935, pp. 117-169.
- DEFFONTAINES, P. - Entre os vinhateiros de Jundiaí. Boletim Geográfico nº 59, fevereiro de 1948.
- DEMANGEON, A. - Problemes de géographie humaine. Paris, Armand Colin, 1947.
- DERRUAU, M. - Précis de Geographie humaine. Paris, Armand Colin, 1961.
- DURHAN, E.R. - Assimilação e mobilidade - a história do imigrante italiano num município paulista. Tese de doutoramento apresentado à Fac.Fil. Ciências e Letras da USP, 1966.
- EGAS, E. - Os municípios paulistas. São Paulo, Secção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1925.
- FAUCHER, D. - Géographie agraire, types de cultures. Paris, Librairie de Médicis, 1949.
- FREITAS, A.A. de - Geographia do Estado de São Paulo, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1906.
- GEIGER, P.P. - Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- GEID, E. B. - Canhenhos da "Malabar Farm" do Brasil. Suplemento Agrícola de "O Estado de São Paulo", São Paulo, 27 de maio de 1953.

- GELD, E. B. - Que fim levará Malabar? Artigo III, série III. Suplemento Agrícola de "O Estado de São Paulo", São Paulo, 5 de fevereiro de 1959.
- GEORGE, P. - La campagne, le fiat rurale a travers le monde. Paris, P.U.F., 1956.
- GEORGE, P. - Précis de géographie rurale. Paris, P.U.F. 1963.
- GEORGE, P. - Conferências no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970.
- HUTTER, L. M. - Imigração italiana em São Paulo 1880/1889: os primeiros contactos do imigrante com o Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo, F.F.L.C.H. de U.S.P., 1971 (inédita).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (Fundação IBGE). - Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas. Vol. III, pp. 1267-1271. Rio de Janeiro, 1968.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Enciclopédia dos Municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1958.
- KELLER, E. C. S. - Notas sobre a evolução da população do Estado de São Paulo de 1920 a 1950. In Aspectos Geográficos da terra bandeirante, pp. 209-236. Rio de Janeiro, IBGE, 1954.
- KELLER, E.C.S. - O "habitat" rural. In Brasil, a terra e o homem, por um grupo de geógrafos sob a direção de Aroldo de Azevedo, vol. II - A vida humana. São Paulo, Editora Nacional, 1970, pp. 291-345.
- KELLER, E.C.S. - Mapeamento da utilização da terra, Revista Brasileira de Geografia, ano 31, nº 3, pp. 151-160, 1969.
- KELLER, E.C.S. - Contribuição à metodologia das pesquisas em geografia agrária. Conferência Regional Latino-Americana, tomo II, pp. 605-615, 1966.
- KOSTROWICKI, J. - The Polish detailed survey of land utilization. Documentacja Geograficzna, Zeszyt 2, Warszawa, 1964.

- KOSTROWICKI, J. e HELBURN, N. - Agricultural typology, principles and methods (mimeografado). Houlder, Colorado, 1967.
- LINO DE MATTOS, D. - A região da baixa Mogiana. Boletim nº 9. São Paulo, F.C.E.A. - U.S.P., 1959.
- LINO DE MATTOS, D. - Vinhedos e viticultores da São Roque e Jundiá. Boletim nº 2. São Paulo, F.C.E.A. U.S.P., 1958.
- INGLES DE SOUZA, J. S. - A agricultura em Jundiá. São Paulo, Tip. Rossolillo, 1956.
- MARTONNE, E. de - Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico. Revista Brasileira de Geografia, ano V, nº 4, 1943, pp. 523-550.
- MATTOS, O. N. - A evolução ferroviária de São Paulo. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. IV, 1944. Rio de Janeiro, pp. 556.
- MEYNIER, A. - Les paysages agraires. Paris, Armand Colin, 1967.
- MILLIET, S. - Rotreiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo, Bipa, 1946.
- MONBEIG, P. - Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957.
- MONBEIG, P. - Pionniers et planteurs de São Paulo. Paris, Armand Colin, 1952.
- MONTEIRO, C.A.F. - A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo. Estudo geográfico em forma de Atlas.
- MORAES, R. B. de - Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. Geografia, ano I, nº 1. São Paulo, 1935, pp. 69-87.
- MULLER, D. P. - Ensaio dum quadro estatístico da província de São Paulo. São Paulo, "O Estado de São Paulo", 1923.
- MULLER, N.L. - Sítios e sitiantes do Estado de São Paulo. Boletim nº 132. São Paulo, F.F.C.L. da U.S.P. 1951.

- NAVARRO DE ANDRADE, E. - O eucalipto, edição comemorativa da 2a. conferência mundial do eucalipto, promovida em São Paulo, sob o patrocínio da FAO. São Paulo, 1961.
- OLIVEIRA, J.J. M. - Geographia da Provincia de São Paulo, adaptada à lição das escolas e offerecida à Assembléia Legislativa Provincial. São Paulo, Tip. Imparcial, 1962.
- OHTAKE, R. e PAESANI, E. - Plano diretor de Morungaba, 1967.
- PEREIRA DE QUEIROZ, C. - Um fazendeiro paulista do século XIX. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1965.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. - Bairros rurais paulistas. Revista do Museu Paulista, nova série, vol. XVII. São Paulo, 1967.
- PETRONE, M.T.S. - A coltura canavieira em São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE, P. - A região de São Luís de Paraitinga, estudo de geografia humana. Revista Brasileira de Geografia, ano XXI, nº 3, 1959, pp. 239-336.
- PETRONE, P. - A Baixada do Ribeira, estudo de geografia humana. Bol. 283. São Paulo, F.F.C.L. da U.S.P., 1966.
- PICCAROLO, A. - L'emigrazione italiana nello Stato di San Paulo. São Paulo, 1911, p. 78.
- PINCHEMEL, P. - Geographie de la France. Tomo II - Les milieux: campagnes, industries et villes. Paris, Armand Colin, 1964.
- PINHO, D. B. - Cooperativismo e desenvolvimento das zonas rurais do Estado de São Paulo. São Paulo, Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaia, 1964.
- PINTO, A. A. - História da viação pública em São Paulo. São Paulo, Vanorden, 1903.
- PIZA, M. - Os municípios do Estado de São Paulo. Informações interessantes. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1924.

- PRADO JUNIOR, C. - Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo. Geografia, ano I, nº 1, São Paulo, 1935, pp. 69-87.
- PRADO JUNIOR, C. - Problemas de povoamento e a divisão da província rural, in Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1953.
- QUEIROZ, V. e ARANTES JUNIOR, L. - Os municípios do Estado de São Paulo. Informações interessantes. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1933.
- SAITO, H. - O cooperativismo e a comunidade, caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1964.
- SANGIORGI, D. F. - Conheça sua cidade. Itatiba, Vanguarda, 1969.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Bragança, Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, vol. 15, p. 222, 1956.
- SECRETARIA DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS - Boletim Pluviométrico nº 2, nova série - Dados pluviométricos da Bacia do rio Tietê. Período de 1958 a 1958. São Paulo, 1970.
- SETZER, J. - Contribuição para o estudo do clima do Estado de São Paulo. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1946.
- SETZER, J. - Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo. São Paulo, Oficina do Estado, 1966.
- SCHMIDT, C.B. - O meio rural. Investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1946.
- SILVEIRA, J.D. da - A zona de Amparo e suas vizinhanças. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. V, pp. 604-630. Rio de Janeiro, 1944.
- SILVEIRA, J. D. da - Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira. Tese de doutoramento. São Paulo, F.F.C.L. da U.S.P., 1946 (.. inédita).

- SORRE, M. - Les fondements de la géographie humaine, les fondements techniques. Tomo II. Paris, Armand Colin, 1950.
- SORRE, M. - Les fondements de la géographie humaine, l'habitat. Tomo III. Paris, Armand Colin, 1950.
- STAMP, D. - Land utilization in Britain, 1937-1943. Geographical Review, vol. 33, nº 4, 1943.
- STAMP, D. - The land of Britain: its use and misuse. 3a. edição. Londres, 1962.
- TRICART, J. - Cours de géographie rurale, l'habitat rural. Paris, C.D.U., 1956.
- TAUNAY, A. de - Relatos sertanistas. São Paulo, Editora Martins, 1954.
- VALLIM, P. R. - Album dos municípios de São Paulo. São Paulo, 1940.
- VALKENSBURG, S. van - The world land use survey. Economic Geography, vol. 26, nº 1, 1956.
- VALVERDE, O. - Geografia agrária do Brasil. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- VERA, L. - Técnicas de inventário de la tierra agrícola. Em proyecto aerofotogramétrico OES, Chile. Washington, OEA, 1964, pp. 19-68.
- WAIBEL, L. - Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, C. N. G., 1958.
- WERNICK, E. - Quadros geomorfológicos da quadrícula de Amparo. Notícia Geomorfológica, nº 13/14, pp. 31-41, 1967.

DOCUMENTOS

1. Arquivo do Estado de São Paulo - Respostas da Câmara de Itatiba às Circulares dos Presidentes da Província. Ofícios Diversos de Itatiba, Anos 1876-1899, Caixa 271.
2. Arquivo do Estado de São Paulo - Ofício do Paroquiato de Itatiba ao Presidente da Província, de 11/3/1889, Ofícios Diversos de Itatiba, Anos 1876-1899, Caixa 271.
3. Arquivo do Estado de São Paulo - Ofício da Câmara Municipal de Itatiba ao Diretor Geral de Obras Públicas, Secretaria da Presidência do Estado, de 6/11/1885, Ofícios Diversos de Itatiba, Anos 1876-1899.
4. Registro de Imóveis de Itatiba - Livros de 1904, 1918-1922, 1930-1934, 1940-1945.
5. Tabelação do 2º Ofício de Itatiba - Escrituras de vendas de escravos (1860-1864).
6. Tabelação do 2º Ofício de Itatiba - Inventários (1876-1904).

PERIÓDICOS

1. A Gazeta de Itatiba (1904-1918).
2. A Reação (1911-1920).
3. O Almanak de Itatiba. Anos 1905, 1915, 1916, 1917, 1925. Organizado e impresso na oficina do "O Progresso de Itatiba".

FONTES ESTATÍSTICAS

1. Diretoria Geral de Estatística - Recenseamento do Brazil (realizado em 1 de setembro de 1920), Volume IV, População.
2. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura,

- Indústria e Comercio. Recenseamento do Brazil (realizado em 1 de setembro de 1920), Volume III, Agricultura.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Censo Demográfico, 1940.
 4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Censos Econômicos Agrícola, Industrial e dos Serviços, Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 3, 1940.
 5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Censo Demográfico, 1950.
 6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Censo Agrícola, 1950.
 7. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1960.
 8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estado de São Paulo, Censo Agrícola de 1960.
 9. Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1970.
 10. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo - Produção Agrícola do Estado, Produtos básicos - 1956-1965.
 11. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo - Departamento de Produção Animal, Vegetal e Mineral, 1966.
 12. Instituto Brasileiro do Café, Departamento Econômico - Produção brasileira de café segundo as zonas fisiográficas e os municípios - período 1963-1964.
 13. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo - Produção agrícola do Estado, Produtos em geral, 1956-1966.
 14. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) - Cadastro dos imóveis rurais do município de Itatiba, 1966.

15. Casa da Lavoura de Itatiba - Cadastro rural do município de Itatiba (incompleto), 1956.
16. Casa da Lavoura de Itatiba - Relatórios dos anos de 1954, 1955 e 1956.
17. Conselho Nacional de Estatística (IBGE) - Itatiba, São Paulo, Coleção de Monografias - nº 180. Rio de Janeiro, 1958.

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

1. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Carta Hipsométrica do Estado de São Paulo, escala de 1:1.000.000, São Paulo, 1943.
2. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Carta Geológica do Estado de São Paulo, escala de 1:1.000.000, São Paulo, 1963.
3. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Folha Topográfica do Estado de São Paulo, escala de 1:250.000, São Paulo, 1954.
4. Ministério da Agricultura (Comissão de Solos) - Mapa de solos do Estado de São Paulo, escala de 1:500.000. Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo, Boletim nº 12 do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, Rio de Janeiro, 1960.
5. Mapa de Climas do Estado de São Paulo, extraído da obra inédita de Monteiro, C.A. de Figueiredo, "A Dinâmica Climática e as Chuvas no Estado de São Paulo". Estudo Cartográfico sob forma de atlas. Tamanho 55x65, 35 folhas de mapas, cartogramas, gráficos e diagramas, acompanhados de folhas de textos explicativos e comentários sobre a técnica de elaboração. Pesquisa realizada sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de

São Paulo. Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - Rio Claro - São Paulo - dezembro de 1964.

6. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Instituto Agrônômico, Serviço de Fotointerpretação - Carta de capacidade de uso do solo. Levantamento das Classes de Capacidade de Uso das Terras - Região de Campinas e das Regiões do Grande São Paulo e Vale do Paraíba, organizado pelos engenheiros agrônomos José Vicente Chiarini e Pedro Luiz Donzeli, Campinas, 1970.
7. Instituto Agrônômico, Seção de Climatologia Agrícola - Mapa de Viabilidade Climática para o Cafeeiro (C.arábica) no Estado de São Paulo, escala de 1:1.000.000, Campinas, 1969.
8. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Carta de Itatiba, escala de 1:1.000.000, São Paulo.
9. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Carta Topográfica de Itatiba, escala de 1:25.000 (Cobertura aerofotogramétrica executada em 1962), Edição provisória, São Paulo, 1972.
10. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Folha Geológica de Jundiaí, escala de 1:100.000, São Paulo, 1954.
11. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Folha de Atibaia, escala de 1:50.000, São Paulo, 1971.
12. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo - Folha de Jundiaí, escala de 1:50.000, São Paulo, 1971.
13. Instituto Agrônômico de Campinas - Mosaico de fotografias aéreas do Levantamento realizado Natividade, escala de 1:25.000, 1962.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

pág.

CAPÍTULO I - AS PRIMEIRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO AGRÁRIO.....	11
A - O povoamento e as formas iniciais de organização do espaço	
B - O café e a organização do espaço	
1. O café e o povoamento	
2. A propriedade cafeicultora	
3. O café e a organização do espaço	
4. O café e o habitat rural	
5. A produção e a circulação do café	
CAPÍTULO II - MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	53
A - A crise de 1930 e suas conseqüências	
1. A fragmentação da propriedade cafeicultora	
2. O uso da terra	
3. A crise demográfica	
B - A reorganização	
1. O processo de reagrupamento da propriedade	
2. As novas modalidades de uso da terra	
3. As mudanças no quadro demográfico	
CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO.....	87
A - A evolução da malha fundiária	
B - Categorias de propriedades	
C - Os regimes de exploração	
D - Os proprietários e sua vinculação com o meio rural	
1. As origens dos proprietários	
2. Condição jurídica dos proprietários	
3. Condições sócio-econômica dos proprietários	
4. Proprietários residentes e absenteístas	

CAPÍTULO IV - O USO DA TERRA E OS CONDICIONAMENTOS ECO-
LÓGICOS 161

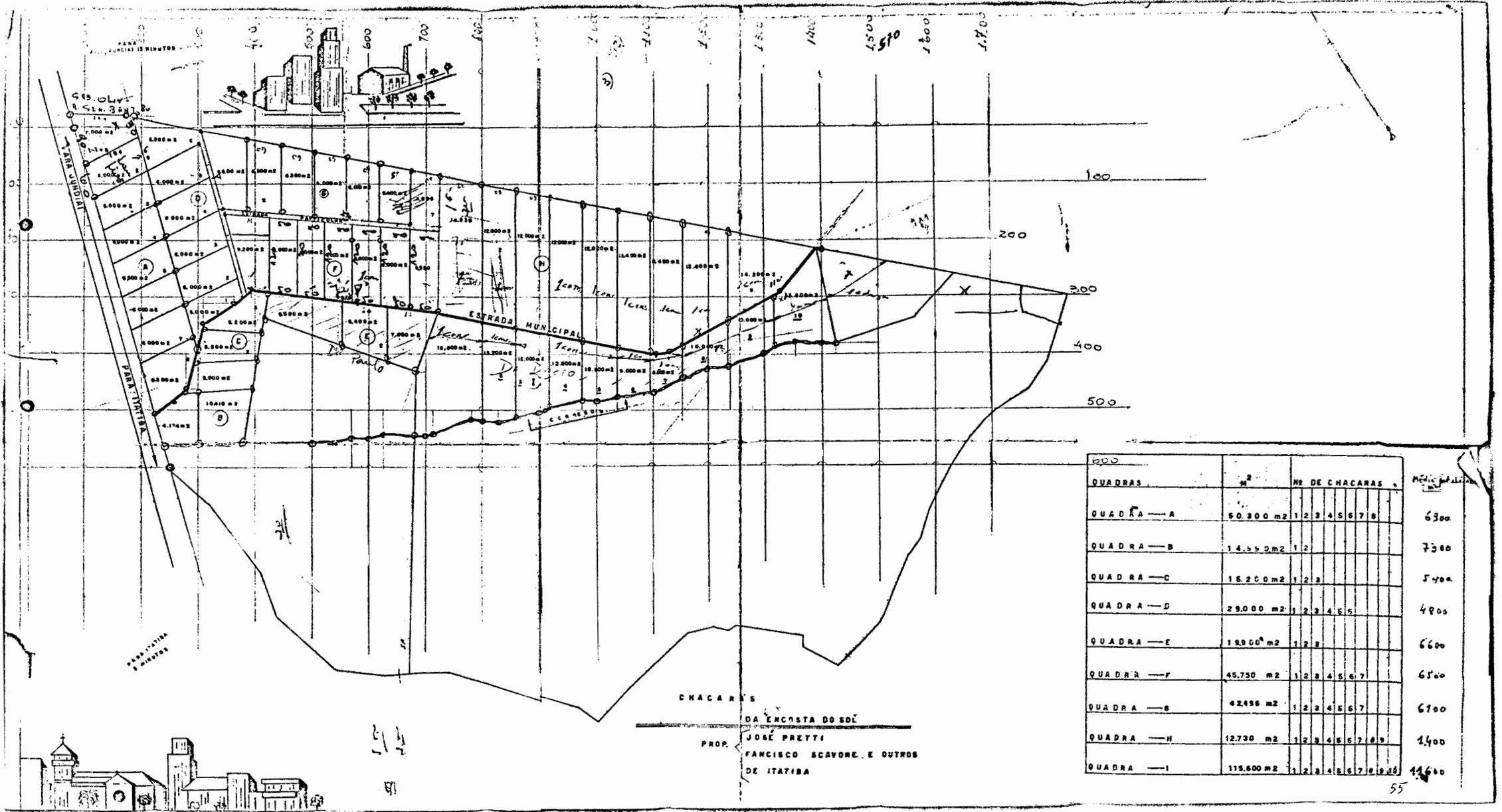
- A - Os fundamentos geo-ecológicos
- B - Descrição das formas de uso da terra
 - 1. O uso da terra nas áreas serranas
 - 2. O uso da terra nas várzeas e baixos terraços fluviais
 - 3. O uso da terra nas áreas de morros e colinas

CAPÍTULO V - OS ELEMENTOS DE MUDANÇA DAS ESTRUTURAS
TRADICIONAIS 201

- A - A Legislação Agrária e sua repercussão no meio rural
- B - O desenvolvimento urbano e seus reflexos no meio rural
- C - Os meios de comercialização da produção
- D - As novas experiências de uso da terra e a transformação da paisagem rural

CONCLUSÕES 224

BIBLIOGRAFIA..... 227



QUADRAS	m ²	Nº DE CHACARAS	Área total
QUADRA — A	50.300 m ²	1 2 3 4 5 6 7 8	6300
QUADRA — B	14.550 m ²	1 2	7300
QUADRA — C	16.200 m ²	1 2 3	5400
QUADRA — D	29.000 m ²	1 2 3 4 5 6	4800
QUADRA — E	19.900 m ²	1 2 3	6600
QUADRA — F	45.750 m ²	1 2 3 4 5 6 7	6500
QUADRA — G	42.456 m ²	1 2 3 4 5 6 7	6700
QUADRA — H	12.730 m ²	1 2 3 4 5 6 7 8 9	1400
QUADRA — I	115.600 m ²	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	14600

CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Entre a _____, propriedade do _____, com séde e fóro na Comarca e Município de Estado de São Paulo, representada pelo seu _____, infra assinado, neste instrumento por _____ e o trabalhador rural SNR. _____, também adiante assinado e domiciliado na mesma propriedade, daqui por diante denominado simplesmente "MEEIRO", tem justo e acordado o seguinte:

1ª _____, entrega ao Meeiro, pelo prazo de um (1) ano a partir de 15 de março de 19____, e termina em igual data de 19____, para cultivo e todos os trabalhos inerentes a lavoura de _____, formados e em franca produção, para partilha do produto da lavoura na base de CINQUENTA por cento (50%), para cada parte, ou seja: a. meia.

2ª O Meeiro se obriga a zelar da referida lavoura e promover todos os trabalhos decorrentes da mesma, no referido período de tempo, sem remuneração, obedecendo tão somente as prescrições que lhe forem determinadas pela administração da _____

3ª De acôrdo com o que ficou estabelecido na cláusula 2ª - deste contrato, elaborou a _____ um programa dos serviços a serem executados pelo MEEIRO, o qual só poderá ser alterado ou modificado com prévia autorização da administração da _____

4ª Os serviços referidos na cláusula 3ª, a cargo do Meeiro e com os quais o mesmo se declara de pleno acôrdo assim especificado:

- a) De 15 de março a 15 de abril, o Meeiro fará a estercação das videiras, sendo o esterco fornecido e transportado pelo _____, na medida de suas possibilidades.
- b) De 15 de abril a 15 de maio, o Meeiro cortará a forragem que fôr necessária à lavoura, cujo transporte ficará a cargo da _____
- c) De 15 de maio a 15 de junho, o Meeiro é obrigado a dar a 1ª carpa, a qual não deverá ir além de 15 de junho.
- d) De 15 de junho a 15 de julho, o Meeiro fará os reparos nos moiros, estaleiros, etc., sendo a _____ que fornecerá os pregos arames e moiros.
- e) De 15 de julho a 15 de agosto, o Meeiro promoverá a 2ª carpa.
- f) De 15 de agosto a 15 de setembro, o Meeiro fará a poda nas videiras, cujo serviço poderá, a critério da _____ exclusivamente, ser antecipado ou retardado, de acôrdo com o decorrer do tempo.

cont./

- g) De 15 de setembro até a época das colheitas, o Meeiro dará tantas carpas em suas lavouras, quantas forem as necessárias para a mesma, para que durante a colheita, esteja completamente limpa.
- h) O sulfatamento das videiras também será feito pelo Meeiro em ocasião que for ordenado pela administração da
- i) A colheita e acondicionamento dos frutos está também a cargo do Meeiro.

5º O sulfato que for empregado para desinfecção da lavoura será fornecido pelo _____, à MEIA, debitando esta cinquenta por cento (50%) na conta do meeiro.

6º O Meeiro só poderá trabalhar fora da fazenda com autorização expressa desta, assinada pelas partes. Essa autorização só será concedida quando as contas e atribuições do Meeiro estiverem em ordem com a fazenda, e ela não tiver necessidade dos seus serviços extraordinários.

7º O produto da lavoura depois de colhido e devidamente acondicionado será entregue à _____, ou a quem for por este determinado, a qual providenciará a sua venda, creditando a parte do Meeiro em sua conta-corrente ou caderneta.

8º O Meeiro, poderá providenciar a venda da uva, mas com autorização da FAZENDA, sobre o critério do preço, condições de venda e entrega. Em caso de não chegarem a um acordo entre meeiro e fazenda, sobre as condições acima, o meeiro se obrigará a entregar a fazenda a parte da produção, que caberá à MEIA à Fazenda. Quando em igualdade de condições sobre venda etc., a fazenda terá privilégios, sobre qualquer dos compradores ou candidatos a contrato da uva.

9º Poderá a Fazenda considerar imediatamente vencido este contrato, independentemente de aviso extra-judicial ou interpelação judicial, si o Meeiro deixar de cumprir qualquer cláusula ou simples condição deste instrumento.

E por se acharem justos e acordado, firmam o presente, com as testemunhas abaixo.

de _____ de 197

TESTEMUNHAS:

CONTRATO DE PARCERIA PARA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Os abaixo assinados, de um lado Sr....., nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado e residente em proprietário do localizado no bairro neste município, neste instrumento denominado PROPRIETÁRIO; e de outro lado o sr., nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado, neste instrumento denominado PARCEIRO, celebram, entre si, o presente contrato particular de parceria, mediante as seguintes cláusulas e condições, que se obrigam mutuamente a cumprir:-

1) O Proprietário admite o Parceiro supra nomeado, para a exploração agrícola do vinhedo existente no sítio de sua propriedade, localizado no bairro deste distrito, município e comarca de, no qual existem plantados e em produção pés de uva da variedade.....

2) O prazo inicial do presente contrato será de.....ano agrícola iniciando-se emde.....de 19...., podendo ser prorrogado mediante aditivo ao próprio contrato, se concordância houver entre as partes, subsistindo, neste caso, em pleno vigor tôdas as suas cláusulas e condições.

3) Ao Proprietário caberá apenas da colheita bruta, o que lhe será entregue pelo Parceiro, devidamente embalado em caixas usuais do mercado, cabendo ao Parceiro os restante de.....(.....);

4) O Proprietário entregará também ao Parceiro uma área de de terra para que nela explore a agricultura cíclica ou rotativa, da forma que bem entender, sem ônus para o Proprietário, que dela auferirá apenas% (%) da produção colhida, ficando o Parceiro obrigado a devolver a referida área, no término do contrato, devidamente beneficiada e no limpo;- Fica também esclarecido que o Parceiro não poderá fazer culturas permanentes na referida área, e, se o fizer, perderá o direito a qualquer indenização pela sua formação, quando de devolução do referido terreno;-

5) O Parceiro se obriga a cuidar do vinhedo descrito na cláusula la. (primeira), obedecendo tôdas as técnicas usuais e recomendáveis, às suas expensas próprias, não cabendo ao Proprietário nenhuma participação nas despesas com os tratos culturais, adubação química ou orgânica, colheita, vasilhame, embalagem, fungicidas ou outras quaisquer drogas que a boa técnica venha a aconselhar;-

6) O Parceiro se obriga a manter o vinhedo sempre limpo (carpido) e proceder às podas nas épocas convenientes; fazer as desbrotas e os lesbastes, de forma a que o vinhedo não venha a sofrer

bem amarradas e enfim, manter o vinhedo sob tôdas as condições recomendáveis; inclusive substituindo mourões e arames que lhe serão fornecidos pelo Proprietário;-

7a.) O Parceiro não poderá fazer nenhuma outra cultura no meio do vinhedo, a não ser com o consentimento expresso e por escrito, do Proprietário, que, nes e caso, auferirá, sem ônus para este, de% (.....%) desta cultura;

8a.) Caso o Parceiro se interesse, poderá criar, na propriedade, um número limitado de aves domésticas apenas para a necessidade do seu consumo, desde que estas aves sejam mantidas sob o regime de confinamento, não podendo, em nenhuma hipótese serem soltas sob pena de ser suspensa a autorização de mantê-las na propriedade. Poderá também o Parceiro manter, nas invernadas da propriedade, nimal (is) para custeio de seus serviços e transporte;-

9a. O proprietário não receberá aluguel da moradia nem o fornecimento de luz elétrica, reservando-se, entretanto, o direito de ar bitr-á-los, respectivamente, em Cr.\$ (.....) e Cr.\$..... (.....), para o efeito exclusivo do que dispõe a Lei de Trabalho, e para o caso em que haja necessidade de ingresso em Juízo;-

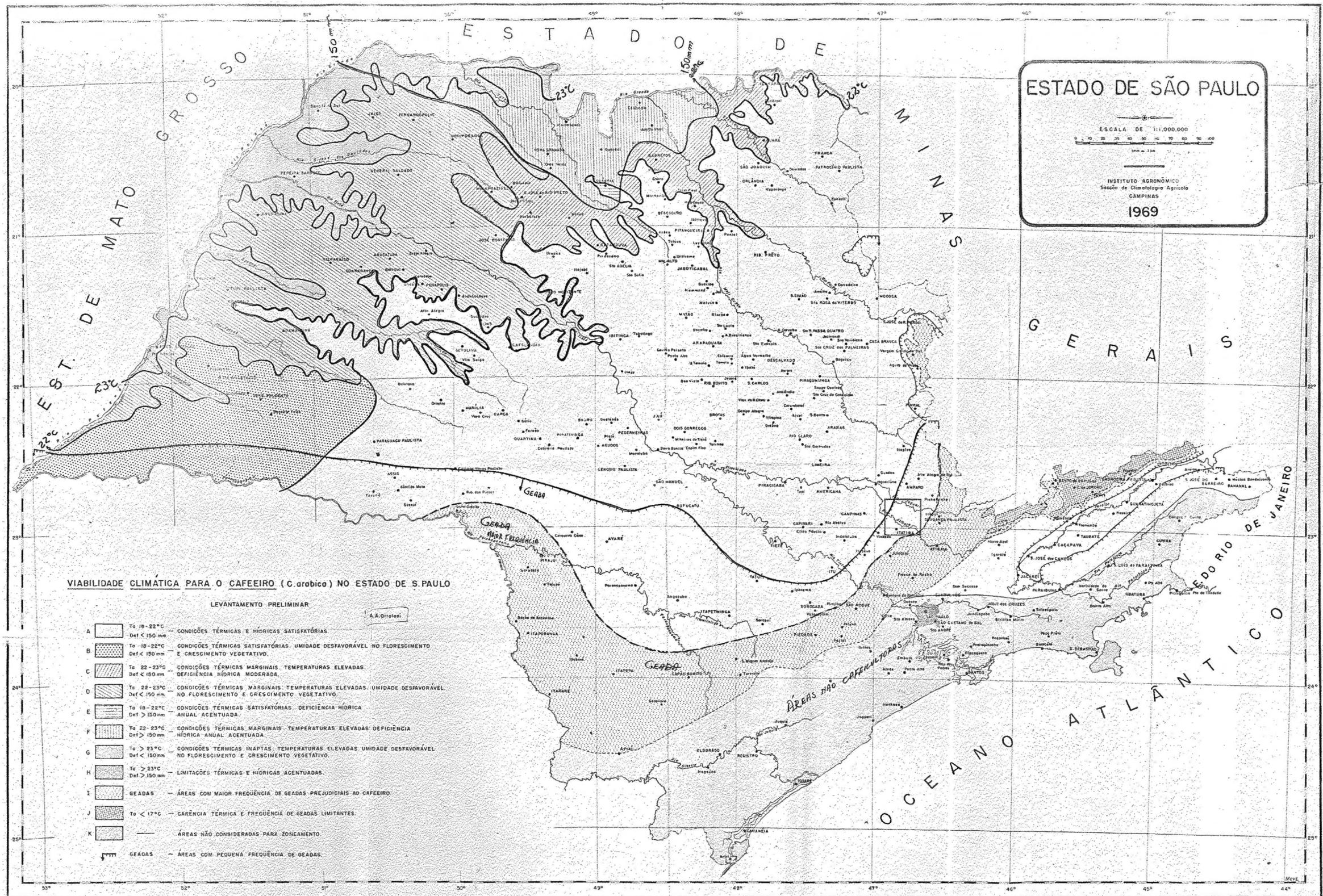
10a.) Em caso de desídia da parte do Parceiro, si positivada por pessoas credenciadas pelos seus conhecimentos técnicos, o Proprietário poderá rescindir o contrato, sem que o Parceiro tenha direito a qualquer indenização, ficando, entretanto, assegurado a êle Parceiro o direito aos frutos pëndentes;-

11a.) A fiscalização do cumprimento do disposto nas cláusulas 4a. 5a, 6a. e 7a. ficará a cargo do Sr. Engenheiro Agrônomo/ local, que opinará sôbre a bôa ou má condução dos trabalhos culturais e técnicos;-

12a) Vencido o prazo contratual, o Parceiro se compromete a desocupar a propriedade e devolvê-la na conformidade do disposto na cláusula 4a., dentro do prazo legal, caso não haja acôrdo para a sua prorrogação;

13a.) A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais acarretará ao culpado o pagamento da multa de Cr.\$ (.....), a favor da parte inocente.

14a.) Para as questões oriundas do presente contrato, as partes, de comum acôrdo, elegem o forum desta cidade, com ~~renuncia~~ renuncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja. E por assim estarem juntas e contratadas, e, assim o presente contrato, em duas vias, para um só efeito, destinando-se uma para cada parte, estando a tudo presentes as testemunhas abaixo:



A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

